



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 201 SEXTA-FEIRA, 11 DE DEZEMBRO DE 2015

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)

2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

3º Secretário

Senadora Ângela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)

3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori

Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Roberta Lys de Moura Rochael

Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Florian Augusto Coutinho Madruga

Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

José Farias Maranhão

Coordenador Industrial

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.1 – DECRETO LEGISLATIVO	
Nº 293/2015	7
1.2 – ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL	
Nº 48/2015.....	8
2 – ATA DA 223ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 10 DE DEZEMBRO DE 2015.....	9
2.1 – ABERTURA.....	11
2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
2.2.1 – Expediente encaminhado à publicação	11
2.2.1.1 – Pareceres	
Nº 1.168/2015, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 136/2015	11
Nº 1.169/2015, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 84/2015.	15
Nº 1.170/2015, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 151/2015.....	19
Nº 1.171/2015, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 66/2011	24
Nºs 1.172 e 1.173/2015, das Comissões de Serviços de Infraestrutura; e de Assuntos Sociais, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 407/2012.....	31
Nº 1.174/2015, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº 86/2015	46
Nº 1.175/2015, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 83/2015.....	53
2.2.1.2 – Abertura de prazos	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 136/2015.....	59
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 84 e 151/2015.	59
Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que o Projeto de Lei da Câmara nº 66/2011 e os Projetos de Lei do Senado nºs 83/2015 e 407/2012 sejam apreciados pelo Plenário (Ofícios nºs 115 a 117/2015-CAS).....	59
2.2.1.3 – Propostas de Emenda à Constituição	
Nº 156/2015, tendo como primeiro signatário o Senador José Serra, que <i>Inclui os §§ 13, 14 e 15 no art. 37 da Constituição Federal, para dispor sobre o recrutamento de diretores de agências reguladoras e limitar a quantidade de cargos em comissão nessas entidades</i>	62
Nº 157/2015, tendo como primeiro signatário o Senador José Serra, que <i>altera a redação do art. 50 da Constituição Federal, para permitir a convocação de titulares de entidades da administração indireta da União para prestar informações</i>	67
2.2.1.4 – Término de prazos	
Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 47/2015	70
Término do prazo, sexta-feira última, com apresentação de uma emenda, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 57/2015.....	70
2.2.1.5 – Comunicações	
Do Senador Lindbergh Farias, que justifica a não participação de S. Exª em missão a ser realizada no período de 13 a 15 de dezembro próximo (Ofício nº 56/2015).	73
Do Senador Paulo Rocha, que justifica a não participação de S. Exª em missão realizada no período de 3 e 4 de dezembro último (Memorando nº 60/2015).	74
Da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 695/2015 (Ofício nº 290/2015). <i>Serão feitas as substituições solicitadas</i>	75

2.2.1.6 – Ofício da Autoridade Pública Olímpica

Nº 255/2015, na origem, que encaminha o Relatório de Atividades desenvolvidas pela referida entidade no primeiro semestre de 2015 (**autuado como Ofício nº 29/2015-CN e Ofício nº S/89/2015**). *Estabelecimento de calendário para tramitação do Ofício nº 29/2015-CN.* 76

2.2.1.7 – Projeto de Resolução

Nº 60/2015, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que *altera o Regimento Interno do Senado Federal para determinar que o não início da Ordem do Dia no horário regimental implica seu cancelamento.* 127

2.2.1.8 – Projetos de Lei do Senado

Nº 776/2015, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que *Altera os arts. 6º, 8º e 11 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para vedar a celebração de coligações no primeiro turno das eleições majoritárias que indica...* 129

Nº 777/2015, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que *Altera o art. 44 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para determinar a devolução dos recursos do Fundo Partidário utilizados na campanha eleitoral do candidato que tiver o diploma cassado ou perdido o mandato.* 133

Nº 778/2015, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que *Altera a idade mínima de 70 para 75 anos de idade para fruição dos benefícios previstos no Código Penal pelos idosos.* 135

Nº 779/2015, de autoria do Senador Lasier Martins, que *acrescenta o § 3º ao art. 38 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para impor limite ao reajuste dos valores das dotações orçamentárias destinadas ao Fundo Partidário.* 137

2.2.1.9 – Requerimento

Nº 1.422/2015, de autoria do Senador Roberto Requião, de autorização para desempenho de missão no período de 18 a 20 do corrente. 139

2.2.1.10 – Matérias recebidas da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 205/2015 (nº 6.421/2009, na Câmara dos Deputados), que *inscreve o nome de Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha no Livro dos Heróis da Pátria.* 142

Projeto de Lei da Câmara nº 206/2015 (nº 540/2011, na Câmara dos Deputados), que *altera a redação dos arts. 5º e 14 da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, que “estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados”*(defesa para o tornado hipossuficiente no curso do processo). 143

Projeto de Lei da Câmara nº 207/2015 (nº 1.511/2011, na Câmara dos Deputados), que *altera a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, para aditar formas de afiação de preço de bens e serviços para o consumidor.* 145

Projeto de Lei da Câmara nº 208/2015 (nº 8.223/2014, na Casa de origem), que *denomina Rodovia Abadio Pereira Cardoso o trecho da BR-060 entre a cidade de Goiânia e o entroncamento com a BR-452 e a GO-174, no Estado de Goiás.* 147

Projeto de Lei da Câmara nº 209/2015 (nº 166/2015, na Câmara dos Deputados), que *altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 – Estatuto da Advocacia* (sociedade unipessoal para advogados). 148

Projeto de Lei da Câmara nº 210/2015 (nº 1.628/2015, na Câmara dos Deputados), que *altera as Leis nºs 11.350, de 5 de outubro de 2006, e 11.977, de 7 de julho de 2009, para dispor sobre benefícios trabalhistas e previdenciários e sobre a formação profissional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias.* 151

Projeto de Lei da Câmara nº 211/2015 (nº 1.689/2015, na Câmara dos Deputados), que *institui o Dia Nacional do Psicólogo.* 154

Projeto de Lei da Câmara nº 212/2015 (nº 2.053/2015, na Câmara dos Deputados), que *dispõe acerca da constituição de imóvel rural ou fração dele como patrimônio de afetação; institui a Cédula Imobiliária Rural – CIR; e dá outras providências.* 155

Projeto de Lei da Câmara nº 213/2015 (nº 2.381/2015, na Câmara dos Deputados), que *institui a data de 15 de dezembro como o Dia Nacional do Arquiteto e do Urbanista.* 165

Substitutivo da Câmara nº 25/2015 ao Projeto de Lei do Senado nº 201/2011 (nº 2.223/2011, na Câmara dos Deputados), que *denomina Ferrovia Engenheiro Vasco Azevedo Neto o trecho da Ferrovia EF-334 compreendido entre os Municípios de Ilhéus, no Estado da Bahia, e Figueirópolis, no Estado do Tocantins.* 166

2.2.1.11 – Encaminhamento

Sobre o Requerimento nº 703/2015, será encaminhado o voto de congratulações. 167

2.2.2 – Comunicação

Do Senador Hélio José, de desfiliação partidária de S. Exª do PSD e filiação ao PMB, bem como de indicação de S. Exª como Líder do referido Partido (**Memorando nº 12-193/2015**) 168

2.2.3 – Fala da Presidência (Senador Paulo Paim) 169

2.2.4 – Oradores

SENADOR LASIER MARTINS – Reflexões sobre o conceito de legalidade e sobre o *impeachment* da Presidente da República. 170

SENADORA ANA AMÉLIA – Apelo ao Ministério das Relações Exteriores por providências contra o excesso de burocracia na fronteira entre Brasil e Argentina; e outros assuntos.....	172
SENADORA REGINA SOUSA – Registro do Dia Mundial dos Direitos Humanos, celebrado hoje, e preocupação com as violações desses direitos; e outro assunto.....	177
SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Reflexão sobre as potencialidades e problemas do Brasil e destaque às possibilidades reais de superação da crise político-econômica por que passa o País.....	179
SENADOR JOSÉ MEDEIROS, como Líder – Registro dos 62 anos de emancipação da cidade de Rondonópolis-MT.....	189
SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Registro de medidas benéficas ao Estado de Roraima adotadas pela Presidência da República; e outro assunto.....	192
2.3 – ORDEM DO DIA	
2.3.1 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)	
Requerimento nº 649/2014, de iniciativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, de sobrestamento do exame do Projeto de Decreto Legislativo nº 476/2012. Aprovado	194
2.3.2 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)	
Requerimento nº 650/2014, de iniciativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, de sobrestamento do exame do Projeto de Decreto Legislativo nº 146/2013. Aprovado	194
2.3.3 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)	
Requerimento nº 486/2015, de iniciativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, de sobrestamento do exame do Projeto de Decreto Legislativo nº 157/2013. Aprovado	194
2.3.4 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)	
Requerimento nº 1.264/2015, de autoria da Senadora Ana Amélia, de oitiva da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o Projeto de Lei do Senado nº 434/2015. Aprovado	194
2.3.5 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)	
Requerimento nº 1.269/2015, de autoria do Senador Jorge Viana, de tramitação conjunta dos Projetos de Resolução nºs 59 e 63/2014. Aprovado	194
2.3.6 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)	
Requerimento nº 1.297/2015, de autoria da Senadora Ana Amélia, de oitiva da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o Projeto de Lei do Senado nº 328/2014. Aprovado	194
2.3.7 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)	
Requerimento nº 1.307/2015, de autoria do Senador Romero Jucá, de oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 378/2011. Aprovado	195
2.3.8 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)	
Requerimento nº 1.308/2015, de autoria do Senador Romero Jucá, de oitiva da Comissão de Serviços de Infraestrutura sobre o Projeto de Lei do Senado nº 378/2011. Aprovado	195
2.4 – APÓS A ORDEM DO DIA	
2.4.1 – Oradores	
SENADOR PAULO PAIM – Registro do Dia Mundial dos Direitos Humanos, celebrado em 10 de dezembro, e reflexões acerca do alcance desses direitos.....	195
SENADOR HÉLIO JOSÉ, como Líder – Comentários sobre a mudança partidária de S. Exª para o PMB, com ênfase na defesa dos direitos das mulheres brasileiras.....	200
SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Considerações sobre a constitucionalidade do processo de <i>impeachment</i> contra a Presidente Dilma Rousseff e destaque para a necessidade de cautela na análise de qual decisão será melhor para o País.....	203
2.4.2 – Discurso encaminhado à publicação	
SENADORA ÂNGELA PORTELA – Registro do transcurso do Dia Internacional dos Direitos Humanos e alerta para violações aos direitos humanos no Brasil e no mundo.....	208
2.5 – ENCERRAMENTO.....	210

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL.....	211
4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL.....	214
5 – LIDERANÇAS.....	215
6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS.....	217
7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO.....	235
8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES.....	247
9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS.....	295

CONGRESSO NACIONAL

10 – COMISSÕES MISTAS	318
11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS.....	332

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 293, DE 2015

Susta os efeitos da Portaria Interministerial nº 192, de 5 de outubro de 2015, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério do Meio Ambiente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam suspensos os efeitos normativos da Portaria Interministerial nº 192, de 5 de outubro de 2015, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2º O Poder Executivo adotará as providências necessárias ao cumprimento deste Decreto Legislativo.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 10 de dezembro de 2015 – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 48, DE 2015

O **Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 698**, de 23 de outubro de 2015, publicada no Diário Oficial da União, no mesmo dia, mês e ano, em Edição Extra, que “Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para dispor sobre operações de financiamento habitacional com desconto ao beneficiário concedido pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS para aquisição de imóveis no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida construídos com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 10 de dezembro de 2015.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Ata da 223ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 10 de Dezembro de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidências dos Srs. Romero Jucá, Paulo Paim e Hélio José

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 18 horas e 5 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:



Senado Federal 55ª Legislatura 1ª Sessão Legislativa Ordinária

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

223ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas

Período: 10/12/2015 07:01:00 até 10/12/2015 20:35:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença
PDT	RO	Acir Gurgacz	X
PSDB	MG	Aécio Neves	X
PSDB	SP	Aloysio Nunes	X
PSDB	PR	Álvaro Dias	X
PP	RS	Ana Amélia	X
PT	RR	Ângela Portela	X
PSDB	MG	Antonio Anastasia	X
PSB	SE	Antônio C Valadares	X
PP	AL	Benedito de Lira	X
PR	MT	Blairo Maggi	X
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	X
PP	PI	Ciro Nogueira	X
PDT	DF	Cristovam Buarque	X
PSDB	SC	Dalírio Beber	X
PMDB	SC	Dário Berger	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X
PMDB	MA	Edison Lobão	X
PSC	SE	Eduardo Amorim	X
PTB	PI	Elmano Férrer	X
PMDB	CE	Eunício Oliveira	X
PT	RN	Fátima Bezerra	X
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	X
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	X
PMB	DF	Hélio José	X
PT	PE	Humberto Costa	X
PP	RO	Ivo Cassol	X
PSB	AP	João Capiberibe	X
DEM	RN	José Agripino	X
PMDB	PB	José Maranhão	X
PPS	MT	José Medeiros	X

Partido	UF	Nome Senador	Presença
PT	CE	José Pimentel	X
PSDB	SP	José Serra	X
PDT	RS	Lasier Martins	X
PSB	BA	Lídice da Mata	X
PT	RJ	Lindbergh Farias	X
PSB	GO	Lúcia Vânia	X
PR	ES	Magno Malta	X
PRB	RJ	Marcelo Crivella	X
PMDB	SP	Marta Suplicy	X
PSD	AM	Omar Aziz	X
PSD	BA	Otto Alencar	X
PSDB	SC	Paulo Bauer	X
PT	RS	Paulo Paim	X
PT	PA	Paulo Rocha	X
PMDB	PB	Raimundo Lira	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X
PT	PI	Regina Sousa	X
PDT	DF	Reguffe	X
PMDB	ES	Ricardo Ferraço	X
DEM	SE	Ricardo Franco	X
PMDB	PR	Roberto Requião	X
PSB	RJ	Romário	X
PMDB	RR	Romero Jucá	X
DEM	GO	Ronaldo Caiado	X
PMDB	ES	Rose de Freitas	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X
PMDB	MS	Simone Tebet	X
PDT	RR	Telmário Mota	X
PR	TO	Vicentinho Alves	X
PMDB	MS	Waldemir Moka	X
PT	BA	Walter Pinheiro	X
PR	MT	Wellington Fagundes	X
PP	GO	Wilder Moraes	X

Compareceram 63 senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

É o seguinte o expediente:

PARECERES



SENADO FEDERAL

PARECER N° 1168, DE 2015

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 2015 (nº 6.517/2013, na Casa de origem), que *inscreve o nome de José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo, no Livro dos Heróis da Pátria*.

Relator: Senador **LASIER MARTINS**

I – RELATÓRIO

Encontra-se em exame na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 136, de 2015 (PL nº 6.517/2013, na origem), do Deputado Giovani Cherini, que objetiva inscrever “o nome de José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo, no Livro dos Heróis da Pátria”.

O projeto foi apresentado em atendimento a solicitação do Instituto e da Ordem dos Advogados do Rio Grande do Sul, da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, conforme justifica seu autor, que também enaltece os méritos do homenageado.

A proposição não foi alvo de emenda e, após analisada por esta comissão, seguirá para deliberação do Plenário.

II – ANÁLISE

Conforme estatuído pelo art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CE opinar sobre proposições referentes à instituição de homenagens cívicas, objeto do projeto em análise.

José Feliciano Fernandes Pinheiro, o Visconde de São Leopoldo, escritor, político e magistrado brasileiro, nasceu em Santos, em 1774, e faleceu em Porto Alegre, em 1847.

Entre os fatos que marcaram sua vida pessoal e profissional, destacam-se sua formação em Direito, pela Universidade de Coimbra, e o exercício dos cargos de juiz das alfândegas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e de auditor-geral das tropas do exército pacificador.

Foi deputado às Cortes da nação portuguesa por São Paulo, deputado à Assembleia Constituinte de 1823, presidente da Província do Rio Grande do Sul, membro do Conselho do Império, ocasião em que recebeu o título de visconde, conselheiro de Estado e senador do Império.

Como ministro da Justiça, foi o responsável pela criação das Faculdades de Direito de São Paulo e de Olinda.

Destacou-se também como historiador, pela autoria dos *Anais da Capitania de São Pedro* e de um livro com suas *Memórias*, publicado postumamente na Revista do Instituto Histórico, de que foi um dos fundadores.

Tais foram as razões que justificaram a propositura do nome de José Feliciano Fernandes Pinheiro, o Visconde de São Leopoldo, para inscrição no Livro dos Heróis da Pátria.

Sob o aspecto da constitucionalidade, não há reparos a fazer; quanto à juridicidade, a proposição atende, em especial, aos requisitos de que trata a Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007, que estabeleceu os critérios para a inserção de nomes no Livro dos Heróis da Pátria; no que se

refere à regimentalidade, não se observaram óbices na apresentação, na distribuição e na tramitação do projeto.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é **favorável** ao Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 2015.

Sala da Comissão, 8 de dezembro de 2015

Senadora FÁTIMA BEZERRA, Vice-Presidente
(no exercício da Presidência)

Senador LASIER MARTINS, Relator



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 73ª Reunião, Extraordinária, da CE

Data: 08 de dezembro de 2015 (terça-feira), às 11h30

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Fátima Bezerra (PT)	1. VAGO
Angela Portela (PT)	2. Regina Sousa (PT)
Donizeti Nogueira (PT)	3. Zeze Perrella (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	4. Walter Pinheiro (PT)
Lasier Martins (PDT)	5. Telmário Mota (PDT)
Paulo Paim (PT)	6. Lindbergh Farias (PT)
Wilder Moraes (PP)	7. Ciro Nogueira (PP)
Gladson Cameli (PP)	8. Ana Amélia (PP)
Maioria (PMDB)	
Simone Tebet (PMDB)	1. Raimundo Lira (PMDB)
Sandra Braga (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Rose de Freitas (PMDB)	4. Hélio José (PSD)
Otto Alencar (PSD)	5. Marta Suplicy (PMDB)
Dário Berger (PMDB)	6. VAGO
Jader Barbalho (PMDB)	7. VAGO
VAGO	8. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Ricardo Franco (DEM)	1. VAGO
José Agripino (DEM)	2. Ronaldo Caiado (DEM)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Antonio Anastasia (PSDB)	4. Ataídes Oliveira (PSDB)
Dalirio Beber (PSDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Lídice da Mata (PSB)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Romário (PSB)	2. Randolfe Rodrigues (REDE)
Roberto Rocha (PSB)	3. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. VAGO
Eduardo Amorim (PSC)	2. VAGO
Douglas Cintra (PTB)	3. VAGO



SENADO FEDERAL

PARECER N° 1169, DE 2015

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS,
sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2015
(nº 4.361/1998, na Casa de origem), *que veda a
publicação em jornais de anúncio de emprego
sem a identificação da empresa contratante.*

Relator: Senador **JOSÉ PIMENTEL**

Relator “Ad hoc”: Senador **DALÍRIO BEBER**

I – RELATÓRIO

Em análise o PLC nº 84 de 2015, PL nº 4.361 – C, na origem, de autoria do então Deputado e ora Senador Paulo Paim, que proíbe a veiculação de anúncios de emprego que não informem claramente o nome da empresa contratante.

Argumenta o autor na sua justificção que esse tipo de conduta, ainda que proteja empregadores do assédio de grande número de trabalhadores interessados num posto de trabalho, pode servir como blindagem para negócios escusos, representando grande risco para os candidatos a um emprego que enviam seus dados pessoais, tais como endereço, RG e CPF, para caixas postais, por exemplo, podendo essas informações ser usadas para fins diversos dos anunciados.

A Proposição foi analisada e aprovada na casa de origem pelas Comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público e de Constituição, Justiça e de Cidadania.

No Senado, a proposição foi destinada a esta Comissão de Assuntos Sociais, e até o momento não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Em conformidade com o art. 90, XII e 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais opinar sobre proposições que digam respeito às relações de trabalho e matérias a elas correlatas.

Pretende-se promover alterações nas normas de proteção ao trabalhador. Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal.

Cabe ao Congresso Nacional legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 e 22 da mesma Carta. Observados esses pressupostos, a proposição está desprovida de vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade no que se refere aos seus aspectos formais.

No mérito, assiste razão ao autor. De fato, não é razoável sacrificar a segurança dos trabalhadores, deixando seus dados pessoais fragilizados, sem que se saiba, ao menos, para qual instituição estão sendo enviados.

Além disso, há o grave problema da aliciação ilegal de mão de obra. Vastas ações ao combate ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas são implementadas de maneira conjunta por governos e organizações internacionais, no entanto, estas ainda são realidades aflitivas, que ceifam milhares de vidas.

Muitas vezes, o início da aliciação se dá justamente por propagandas enganosas, sem divulgação dos empregadores. O projeto sob análise vem agregar ao sistema jurídico mais uma ferramenta de combate a ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo.

Propomos somente uma emenda, com a finalidade de ampliar o escopo da iniciativa para que alcance todos os meios de comunicação. Hoje, os anúncios de empregos são feitos não só pelos jornais impressos, mas também, e talvez já preponderantemente, por intermédio das mídias sociais. Assim é necessário que a proibição veiculada no projeto alcance todos os meios de divulgação de vagas de emprego.

III – VOTO

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do PLC nº 84 de 2015, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 – CAS

Dê-se ao caput e ao §1º do art. 1º do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 340, de 2015, a seguinte redação:

“**Art. 1º** É vedado o anúncio em qualquer veículo de comunicação oferecendo empregos que não informem claramente o nome da empresa contratante.

§ 1º O descumprimento do disposto no caput implica em multa de R\$ 532,05 (quinhentos e trinta e dois reais e cinco centavos) e, no caso de reincidência, de R\$ 1.064,10 (mil e sessenta e quatro reais e dez centavos).”

Sala da Comissão, 9 de dezembro de 2015.

Senador EDISON LOBÃO, Presidente

Senador DALÍRIO BEBER, Relator “Ad hoc”



**SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES**

Reunião: 38ª Reunião, Extraordinária, da CAS

Data: 09 de dezembro de 2015 (quarta-feira), às 09h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT)	
Humberto Costa (PT)	1. VAGO
Paulo Rocha (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Paulo Paim (PT)	3. José Pimentel (PT)
Regina Sousa (PT)	4. Walter Pinheiro (PT)
Angela Portela (PT)	5. Fátima Bezerra (PT)
Ana Amélia (PP)	6. Benedito de Lira (PP)
Maioria (PMDB)	
João Alberto Souza (PMDB)	1. Raimundo Lira (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	2. Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Dário Berger (PMDB)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Edison Lobão (PMDB)	5. Marta Suplicy (PMDB)
Otto Alencar (PSD)	6. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
Ricardo Franco (DEM)	1. Wilder Moraes (PP)
Lúcia Vânia (PSB)	2. VAGO
Dalirio Beber (PSDB)	3. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Lídice da Mata (PSB)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Roberto Rocha (PSB)	2. Romário (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Vicentinho Alves (PR)
Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Eduardo Amorim (PSC)	3. VAGO



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 1170, DE 2015

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de
2015 (nº 6.042/2005, na Casa de origem),
que *dispõe sobre a profissão de podólogo e
dá outras providências*.

RELATOR: Senador PAULO ROCHA

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 151, de 2015, do Deputado José Mentor, que dispõe sobre a profissão de podólogo e dá outras providências.

A proposição visa assegurar o devido reconhecimento profissional a esta profissão e também ao técnico em podologia, estabelecendo as condições para o exercício profissional; as atribuições; as competências, direitos e deveres.

O art. 2º do PLC assegura que o exercício da profissão de podólogo, em todo o território nacional, somente é permitido quando atendidas as qualificações estabelecidas nesta Lei.

O art. 3º fixa as condições para o exercício da profissão de podólogo, dentre as quais destacamos:

- a) ser portador de diploma de ensino superior com grau tecnológico em Podologia;
- b) ser portador de certificado de conclusão do ensino médio e possuir formação de técnico em Podologia.

O parágrafo único deste mesmo artigo estabelece regra de transição, assegurando o exercício profissional em nível técnico aos pedicuros e calistas comprovadamente habilitados pelas normas vigentes e que exerciam a atividade há mais de cinco anos anteriormente à publicação desta Lei.

O art. 4º estabelece que para o exercício da Podologia nos estabelecimentos hospitalares, nas clínicas, postos de saúde, ambulatórios, creches, asilos da administração pública direta ou indireta, ou exercícios de cargo, função ou emprego de assessoramento, chefia ou direção, será exigida, como condição essencial, a apresentação da carteira profissional expedida por Conselho Regional de Podologia.

O art. 5º fixa como de competência do graduado em Podologia o exercício das seguintes atividades e funções:

1. aplicar a Sistematização de Podoterapia - SPT, que consiste em:
 - a) efetuar avaliação podológica;
 - b) realizar terapias em onicocriptoses;
 - c) implementar as podoterapias necessárias para a manutenção da saúde podopostural;
 - d) realizar onicotomia, espiculaectomia, helomaectomia, podoterapias antimicrobianas e podologia estética;
 - e) cuidados primários em pequenas lesões podais;
 - f) reavaliar o cliente nas suas necessidades podológicas e corrigir as podoterapias com vistas à saúde e ao bem-estar;
 - g) confeccionar e utilizar produtos de ortopodologia;
 - h) utilizar medicamentos de venda livre no mercado e cosmeceuticos durante as podoterapias, de acordo com seu desenvolvimento cognitivo de nível universitário da área da saúde;
 - i) utilizar medicamentos tópicos prescritos por médicos, respeitando a indicação e posologia;
2. integrar a equipe inter e multidisciplinar da saúde na prevenção e promoção da saúde em pés de risco;
3. atuar em consultórios próprios, clínicas multidisciplinares e outros serviços de saúde que requeiram um profissional especializado em podoterapias;
4. assinar como responsável técnico em serviços de podologia e gerenciar esses serviços, supervisionando o trabalho de técnicos.

Já o art. 6º estabelece as competências do técnico em Podologia, a saber:

1. realizar a podoprofilaxia que consiste em:
 - a) antissepsia;
 - b) onicotomia;
 - c) helomaectomia;
 - d) podologia estética;
 - e) terapias em onicocriptoses;
2. seguir outras determinações da SPT indicadas pelo podólogo, exceto analisar as necessidades de procedimentos podológicos que serão implementados aos clientes.

Fica garantido no PLC que os técnicos em Podologia formados até a publicação desta Lei por Escolas de Podologia instituídas na conformidade da lei educacional poderão exercer as mesmas atividades de competência do podólogo.

Nas localidades onde inexistir podólogo, poderá, por um período de dez anos, o técnico em Podologia assumir as atividades da competência do podólogo.

Na sua justificativa o autor argumenta que a presente proposição visa atender pleito de uma categoria que presta inestimáveis serviços à população e que teve seu primeiro registro legal na década de 1930, e que embora, desde 1981, para a formação de um Podólogo seja necessário curso regular em escolas legalmente autorizadas pelo Ministério da Educação, desafortunadamente até a presente data não foi regulamentada essa importante profissão.

Aduz que esses profissionais atuam de forma a melhorar os pés de pessoas que necessitam de tratamentos, principalmente os diabéticos e outras pessoas portadoras de podopatias.

Estima, ainda, que a carência de atendimento podológico adequado atinja aproximadamente 60 milhões de brasileiros. Essa situação é agravada pelo fato desses profissionais concentrarem sua atividade na esfera privada, em face da escassez de recursos do setor público para este tipo de atendimento.

Na Câmara dos Deputados, o PLC foi aprovado nas Comissões de Seguridade Social e Família; de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais dar parecer sobre o presente projeto de lei.

A regulamentação de profissões insere-se no campo temático do Direito do Trabalho e sob a ótica desta Comissão exigem formação específica.

Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, prevista no art. 61 da Constituição Federal. Cabe ao Congresso Nacional legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta.

Observados esses pressupostos, temos que a proposição original não apresenta vícios de inconstitucionalidade, nem de ilegalidade.

No mérito, importante salientar que o inciso XIII do art. 5º da Constituição Federal, estabelece que é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer. Por sua vez, o art. 22, XVI, também da CF, dispõe que é

competência privativa da União legislar sobre organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício da profissão.

Assim, resta evidente, pela sua importância e complexidade específica, que as atividades de podólogo exigem do profissional uma habilitação específica, que agora a lei passa a reconhecer.

Compete ao Congresso Nacional adotar as medidas protetivas da população quando se trata de saúde pública. Embora aparentemente simples, a atividade exige cuidados, pois trata da higiene e assepsia dos pés com a manipulação de instrumentos perfurocortantes e cortantes, com grave risco de contaminação, podendo colocar a saúde do paciente em risco, além de disseminar doenças e infecções.

Observe-se que este profissional trata de pessoas diabéticas e outras patologias de risco e as portadoras de podopatias.

Além disso, de acordo com o autor da proposição, “o podólogo, também, é responsável técnico por consultórios podológicos, estabelecimentos comerciais de podologia, laboratórios de órteses podológicas, distribuidora de insumos podológicos e afins”.

A falta de mínimo conhecimento técnico ou formação de nível superior para tratamentos mais avançados pode expor a risco enorme contingente de nossa população que frequenta estabelecimentos onde o cuidado com a higiene, antecedentes clínicos, assepsia e a esterilização de instrumentos são negligenciados, podendo levar à disseminação de doenças e expor as pessoas à contaminação e à grave potencial de risco à saúde.

Dessa forma, acreditamos que a regulamentação desta profissão contribuirá para que a saúde no Brasil conte cada vez mais com profissionais qualificados e com a prestação de serviços de qualidade.

III – VOTO

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2015.

Sala da Comissão, 09 de dezembro de 2015.

Senador **WALDEMIR MOKA**, Presidente em exercício

Senador **PAULO ROCHA**, Relator



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 38ª Reunião, Extraordinária, da CAS

Data: 09 de dezembro de 2015 (quarta-feira), às 09h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Humberto Costa (PT)	1. VAGO
Paulo Rocha (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Paulo Paim (PT)	3. José Pimentel (PT)
Regina Sousa (PT)	4. Walter Pinheiro (PT)
Angela Portela (PT)	5. Fátima Bezerra (PT)
Ana Amélia (PP)	6. Benedito de Lira (PP)
Maioria (PMDB)	
João Alberto Souza (PMDB)	1. Raimundo Lira (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	2. Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Dário Berger (PMDB)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Edison Lobão (PMDB)	5. Marta Suplicy (PMDB)
Otto Alencar (PSD)	6. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Ricardo Franco (DEM)	1. Wilder Moraes (PP)
Lúcia Vânia (PSB)	2. VAGO
Dalirio Beber (PSDB)	3. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Lídice da Mata (PSB)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Roberto Rocha (PSB)	2. Romário (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Vicentinho Alves (PR)
Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Eduardo Amorim (PSC)	3. VAGO



SENADO FEDERAL

PARECER N° 1171, DE 2015

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei da Câmara n° 66, de 2011 (n° 1.685/2003, na Casa de origem), que dispõe sobre o exercício da atividade profissional de Guarda-vidas.

RELATOR: Senador **OTTO ALENCAR**

I – RELATÓRIO

Vem a exame desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o Projeto de Lei da Câmara (PLC) n° 66, de 2011 (PL n° 1.685, de 2003, na origem), da Deputada Laura Carneiro, que se destina a regulamentar a profissão de Guarda-vidas.

O Projeto tem por escopo a regulamentação da profissão de Guarda-vidas, para tanto define as características e requisitos para o exercício da profissão (arts. 2° e 3°), dispõe sobre o credenciamento para o exercício da profissão (art. 4°), as suas atribuições são previstas nos arts. 5° e 6°, ao passo que o art. 7° delimita a responsabilidade pela contratação do profissional e da contratação de seguro pelo empregador.

A matéria foi destinada para exame desta Comissão de Assuntos Sociais, em decisão de caráter terminativo, já tendo sido objeto de relatório do Senador João Durval, pela aprovação com emenda, o qual, contudo, não chegou a ser votado. Afora essa emenda, não houve qualquer outra apresentada no âmbito do Senado Federal.

II – ANÁLISE

Adequada a distribuição para a análise da CAS, a teor do art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal. Não se verifica, ademais, qualquer óbice de processamento desse projeto no tocante à competência

do Congresso Nacional, dado que, nos termos dos arts. 22, I, 48 e 61 da Constituição, a regulamentação para o exercício de profissões, e o direito do trabalho, de maneira geral, são matérias de competência de apreciação do Congresso e cuja iniciativa é atribuída indistintamente a todos os parlamentares.

No mérito, entendemos devida a aprovação da proposição. A regulamentação das profissões e de seu exercício profissional é matéria da mais elevada importância quando se trata, como é o caso, de labores cujas atividades sejam diretamente pertinentes à preservação da vida e da incolumidade física da população.

O trabalho do Guarda-vidas tem – precisamente – esse escopo. Desnecessário recordar, neste momento, a natureza e a abrangência de suas funções. Além disso, o projeto busca destacar a dimensão preventiva da atuação do Guarda-vidas (daí a adoção dessa designação, em vez da mais usual salva-vidas).

Nesse sentido, é de interesse geral estabelecer parâmetros para o exercício escrupuloso da profissão, de forma a evitar que profissionais menos capacitados venham a comprometer a segurança da população em seus momentos de lazer.

Apesar de sua evidente necessidade, temos a sugerir alguns aperfeiçoamentos ao Projeto.

Inicialmente, destacamos o art. 1º, que se limita a dispor que “fica reconhecida a atividade de Guarda-vidas como profissão”. Ora, o reconhecimento de profissão prescinde de comando legal. O surgimento de novas profissões decorre da realidade da vida laboral, na qual sempre surgem novos ofícios, destinados a preencher as necessidades decorrentes do progresso técnico e da dinâmica social.

Sendo livre o exercício de qualquer ofício ou profissão, temos que, ao surgir, qualquer profissão – sendo lícito seu objeto – já é legítima, prescindindo do reconhecimento do Estado. Sua inclusão na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) não possui, de forma alguma, efeitos constitutivos, tratando-se, unicamente, de um catálogo estatal para fins estatísticos. Por esse motivo, desnecessário o comando do art. 1º: a profissão de Guarda-vidas já existe e já é reconhecida; trata-se agora de regular seu exercício.

Além disso, o art. 4º estabelece obrigação de que o Guardavidas seja credenciado por órgão competente de fiscalização profissional, órgão que, não obstante, não existe nem poderia ser estabelecido por Projeto de Lei apresentado por Parlamentar (por caracterizar possível invasão à esfera de iniciativa do Poder Executivo). Outrossim, entendemos excessiva a obrigação de revalidação bienal de credenciamento, com a burocracia e os custos pertinentes.

Destarte, sugerimos a supressão desses dois artigos, com a aprovação do restante do Projeto.

III – VOTO

Do exposto, o voto é pela aprovação do PLC nº 66, de 2011, com a seguinte emenda:

Emenda nº 1 - CAS

Suprimam-se os arts. 1º e 4º do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2011, renumerando-se os demais.

Sala da Comissão, 9 de dezembro de 2015.

Senador WALDEMIR MOKA, Presidente em Exercício da CAS

Senador OTTO ALENCAR, Relator



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 38ª Reunião, Extraordinária, da CAS

Data: 09 de dezembro de 2015 (quarta-feira), às 09h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Humberto Costa (PT)	1. VAGO
Paulo Rocha (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Paulo Paim (PT)	3. José Pimentel (PT)
Regina Sousa (PT)	4. Walter Pinheiro (PT)
Angela Portela (PT)	5. Fátima Bezerra (PT)
Ana Amélia (PP)	6. Benedito de Lira (PP)
Maioria (PMDB)	
João Alberto Souza (PMDB)	1. Raimundo Lira (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	2. Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Dário Berger (PMDB)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Edison Lobão (PMDB)	5. Marta Suplicy (PMDB)
Otto Alencar (PSD)	6. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Ricardo Franco (DEM)	1. Wilder Moraes (PP)
Lúcia Vânia (PSB)	2. VAGO
Dalirio Beber (PSDB)	3. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Lídice da Mata (PSB)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Roberto Rocha (PSB)	2. Romário (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Vicentinho Alves (PR)
Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Eduardo Amorim (PSC)	3. VAGO

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – Emenda nº 1-CAS ao PLC nº 66, de 2011.

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
HUMBERTO COSTA (PT)				1. VAGO			
PAULO ROCHA (PT)				2. GLEISI HOFFMANN (PT)			
PAULO PAIM (PT)	X			3. JOSÉ PIMENTEL (PT)			
REGINA SOUSA (PT)	X			4. WALTER PINHEIRO (PT)			
ANGELA PORTELA (PT)				5. FÁTIMA BEZERRA (PT)			
ANA AMÉLIA (PP)	X			6. BENEDITO DE LIRA (PP)			
TITULARES – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)				1. RAIMUNDO LIRA (PMDB)			
SÉRGIO PETECÃO (PSD)				2. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)	X		
WALDEMIR MOKA (PMDB)				3. ROMERO JUCÁ (PMDB)			
DÁRIO BERGER (PMDB)	X			4. ROSE DE FREITAS (PMDB)			
EDISON LOBÃO (PMDB)	X			5. MARTA SUPLICY (PMDB)			
OTTO ALENCAR (PSD)(RELATOR)	X			6. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
RICARDO FRANCO (DEM)				1. WILDER MORAIS (PP)			
LÚCIA VÂNIA (PSB)	X			2. VAGO			
DALIRIO BEBER (PSDB)	X			3. VAGO			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)				4. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LÍDICE DA MATA (PSB)				1. VANESSA GRAZZIOTIN (PCDOB)			
ROBERTO ROCHA (PSB)				2. ROMÁRIO (PSB)			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA (PRB)	X			1. VICENTINHO ALVES (PR)			
ELMANO FÉRRER (PTB)				2. VAGO			
EDUARDO AMORIM (PSC)				3. VAGO			

Quórum: 11
Votação: TOTAL 10 SIM 10 NÃO 0 ABS 0
* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9, EM 09/12/2015

Senador WALDEMIR MOKA
Presidente Eventual

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2011.

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
HUMBERTO COSTA (PT)				1. VAGO			
PAULO ROCHA (PT)				2. GLEISI HOFFMANN (PT)			
PAULO PAIM (PT)	X			3. JOSÉ PIMENTEL (PT)			
REGINA SOUSA (PT)	X			4. WALTER PINHEIRO (PT)			
ANGELA PORTELA (PT)				5. FÁTIMA BEZERRA (PT)			
ANA AMÉLIA (PP)	X			6. BENEDITO DE LIRA (PP)			
TITULARES – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)				1. RAIMUNDO LIRA (PMDB)			
SÉRGIO PETECÃO (PSD)				2. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)	X		
WALDEMIR MOKA (PMDB)				3. ROMERO JUCÁ (PMDB)			
DÁRIO BERGER (PMDB)	X			4. ROSE DE FREITAS (PMDB)			
EDISON LOBÃO (PMDB)	X			5. MARTA SUPOLICY (PMDB)			
OTTO ALENCAR (PSD)(RELATOR)	X			6. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
RICARDO FRANCO (DEM)				1. WILDER MORAIS (PP)			
LÚCIA VÂNIA (PSB)	X			2. VAGO			
DALIRIO BEBER (PSDB)	X			3. VAGO			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)				4. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LÍDICE DA MATA (PSB)				1. VANESSA GRAZZIOTIN (PCDOB)			
ROBERTO ROCHA (PSB)				2. ROMÁRIO (PSB)			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA (PRB)	X			1. VICENTINHO ALVES (PR)			
ELMANO FÉRRER (PTB)				2. VAGO			
EDUARDO AMORIM (PSC)				3. VAGO			

Quórum: 11

Votação: TOTAL 10 SIM 10 NÃO 0 ABS 0

* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9, EM 09/12/2015

Senador WALDEMIR MOKA
Presidente Eventual

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

**TEXTO FINAL DA EMENDA AO PROJETO DE LEI DA
CÂMARA Nº 66, DE 2011, APROVADO PELA COMISSÃO
DE ASSUNTOS SOCIAIS.**

EMENDA Nº 01 – CAS

Suprimam-se os arts. 1º e 4º do Projeto de Lei da Câmara nº 66 de 2011, renumerando-se os demais.

Sala da Comissão, em 9 de dezembro de 2015.

Senador **WALDEMIR MOKA**
Presidente em Exercício da Comissão de Assuntos Sociais



SENADO FEDERAL

PARECER N° 1172, DE 2015

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre o Projeto de Lei do Senado n° 407, de 2012, do Senador Eduardo Amorim, que *altera a Lei n° 11.442, de 5 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração e revoga a Lei n° 6.813, de 10 de julho de 1980, para tornar obrigatória a avaliação anual de saúde para os transportadores autônomos de cargas.*

RELATOR: Senador **GIM**

RELATOR *AD HOC*: Senador **LOBÃO FILHO**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) o Projeto de Lei do Senado (PLS) n° 407, de 2012, de autoria do Senador Eduardo Amorim.

O projeto visa a alterar a Lei n° 11.442, de 5 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o *transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração*, de modo a tornar obrigatória a avaliação anual de saúde para os transportadores autônomos de cargas.

O autor fundamenta a iniciativa afirmando que os trabalhadores autônomos de cargas sujeitam-se a condições de trabalho que provocam riscos à saúde, com destaque para a carga horária excessiva e a falta de repouso, a alimentação irregular, a postura inadequada e o estresse psicológico devido ao trânsito. Propõe, portanto, que a manutenção da inscrição dos trabalhadores no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTR-C) esteja condicionada ao controle da saúde física e psicológica desses profissionais.

A proposição foi distribuída à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), cabendo a esta decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 104 do Regimento Interno, compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura opinar, entre outros temas, sobre “transportes de terra, mar e ar”.

No que se refere aos aspectos sujeitos ao exame desta Comissão, a matéria insere-se na competência da União para legislar privativamente sobre transportes, como prevê o inciso XI do art. 22 da Constituição Federal, não havendo reserva de iniciativa em favor do Poder Executivo.

Não há reparos a fazer quanto à técnica legislativa: o texto está de acordo com os ditames da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Quanto ao mérito, é digna de elogio a iniciativa do autor, pois visa à proteção da vida de trabalhadores em evidente situação de fragilidade. O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) registrou, em 2011, pouco mais de 330 mil acidentes nas estradas federais. Destes, cerca de 93 mil envolveram veículos de carga.

Estima-se que, no Brasil, nove em cada dez acidentes têm como causa principal o comportamento do condutor. É claro que motoristas com boa saúde física e psicológica dirigirão com mais atenção e cuidado, o que melhorará a segurança das nossas estradas.

De acordo com o art. 2º da Lei nº 11.442, de 2007, o Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas é obrigatório para o exercício da atividade. Devem se registrar empresas, cooperativas e trabalhadores autônomos. Nesta última categoria, a única alcançada pela proposta em análise, encontram-se registrados hoje quase 650 mil condutores.

A Resolução nº 3.056, de 12 de março de 2009, da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que regulamenta o registro, obriga o transportador autônomo a apresentar apenas os seguintes documentos ao se registrar: CPF; documento de identidade; comprovantes de contribuição sindical e de experiência prévia na atividade ou aprovação

em curso específico; e dados da frota. Inexiste atualmente, portanto, a obrigação pretendida no projeto ora em exame.

A inovação a ser incluída no marco legal conta com os atributos de generalidade, abstração e impessoalidade. Além disso, é também coercitiva, na medida em que o exercício da atividade de transporte de carga com o registro suspenso ou vencido pode ocasionar a aplicação de multa no valor de 1 mil reais.

Quanto à exequibilidade da proposta, não há ressalvas a fazer nesta Comissão, pois o impacto sobre a ANTT será mínimo, e o prazo dado pela cláusula de vigência, de cento e oitenta dias, é plenamente satisfatório. Já o efeito da proposta sobre o Sistema Único de Saúde deverá ser analisado pela Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal.

III – VOTO

Ante o exposto, voto pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 407, de 2012.

Sala da Comissão, 13 de março de 2013.

Senador FERNANDO COLLOR, Presidente

Senador GIM, Relator

Senador LOBÃO FILHO, Relator *Ad Hoc*



SENADO FEDERAL
Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 407, de 2012

ASSINAM O PARECER, NA 4ª REUNIÃO, DE 13/03/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Sen. Fernando Collor

RELATOR: Sen. Lobão Filho (ad hoc)

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB)
Acir Gurgacz (PDT)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Clésio Andrade (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Ivo Cassol (PP)
Ciro Nogueira (PP)	7. Francisco Dornelles (PP)
Sérgio Petecão (PSD)	8. Kátia Abreu (PSD)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Cyro Miranda (PSDB)
Wilder Moraes (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Fernando Collor (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Gim (PTB)	2. João Vicente Claudino (PTB)
Blairo Maggi (PR)	3. VAGO
PSOL	
VAGO	1. Randolfe Rodrigues



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 1173, DE 2015

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 407, de 2012, do Senador Eduardo Amorim, que *altera a Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração e revoga a Lei nº 6.813, de 10 de julho de 1980, para tornar obrigatória a avaliação anual de saúde para os transportadores autônomos de cargas.*

RELATORA: Senadora ANA AMÉLIA

I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame da Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 407, de 2012, de autoria do Senador Eduardo Amorim, que altera a Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o *transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração e revoga a Lei nº 6.813, de 10 de julho de 1980*. O propósito é tornar obrigatória a avaliação anual de saúde para os transportadores autônomos de cargas (TACs).

O autor da iniciativa lembra que esses trabalhadores sujeitam-se a diversas condições de trabalho que provocam riscos à saúde, além da carga horária excessiva e da falta de repouso. Destaca a alimentação irregular, a postura inadequada e o estresse psicológico decorrente do prazo de entrega, do trânsito, das precárias condições das rodovias e do medo de roubos e latrocínios.

Por essa razão, a proposta – mediante a inclusão de um art. 3º-A na Lei nº 11.442, de 2007 – condiciona a manutenção da inscrição dos trabalhadores no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de

Cargas (RNTR-C) à submissão do trabalhador a uma avaliação anual de saúde, no âmbito de programa de controle médico da saúde ocupacional.

O autor do projeto lembra que a saúde do trabalhador é atribuição do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme dispõe a alínea c do inciso I do art. 6º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde). Ressalta, contudo, a realidade da tímida atuação do SUS nessa seara. Tal insuficiência no atendimento prestado pelo sistema público obriga as empresas a providenciar serviços de saúde ocupacional para seus empregados, ao mesmo tempo em que deixa os trabalhadores autônomos desassistidos.

Nesse contexto, o parágrafo único do art. 3º-A a ser inserido na Lei nº 11.442, de 2007, explicita que as ações de saúde destinadas aos transportadores serão especificadas em regulamento e conduzidas no SUS.

A proposição, que não recebeu emendas, foi encaminhada primeiramente à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), que aprovou o parecer favorável do relator “ad hoc”, Senador Lobão Filho. Vem agora à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para receber decisão em caráter terminativo.

II – ANÁLISE

Cabe à Comissão de Assuntos Sociais opinar sobre a matéria no que diz respeito à proteção e defesa da saúde, conforme dispõe o inciso II, do art. 100, do Regimento Interno do Senado Federal.

Tendo em vista a análise em caráter terminativo nesta Comissão, assinalamos que não há reparos a fazer quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do PLS nº 407, de 2012.

Quanto ao mérito, concordamos em parte com o projeto e o parecer aprovado na CI: é, sem dúvida, digna de elogio a iniciativa do autor, pois visa à proteção da vida de trabalhadores em situação de fragilidade e, conseqüentemente, à melhoria do trânsito em nossas estradas e à redução do número de acidentes causados por caminhoneiros.

No atual cenário catastrófico das estatísticas de acidentes de trânsito em nosso país, esta Comissão de Assuntos Sociais tem o dever de apoiar todas as iniciativas que possam reduzir o número desses acidentes e contribuir para a melhoria do transporte rodoviário de cargas.

São estarrecedores os números apresentados no parecer da CI, que informam o registro, pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), em 2011, de mais de 330 mil acidentes nas estradas federais, dos quais cerca de 93 mil envolveram veículos de carga.

A estimativa de que, no Brasil, nove em cada dez acidentes tenham como causa principal o comportamento do condutor, torna premente aumentar as exigências que possam contribuir para melhorar as habilidades e as condições físicas e psicológicas dos motoristas. É nessa segunda vertente que o projeto busca atuar.

O parecer da CI também esclarece que, de acordo com o art. 2º da Lei nº 11.442, de 2007, o Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTR-C) é obrigatório para o exercício da atividade e atinge empresas, cooperativas e trabalhadores autônomos. A categoria dos autônomos – que abrangia, na época da aprovação do parecer, quase 650 mil condutores – é aquela alcançada pela proposta em análise.

Não obstante, explicitada nossa concordância parcial com o mérito do projeto e do parecer da CI, assinalamos nosso entendimento de que a avaliação periódica de saúde deveria ser um direito do motorista, e não uma imposição relacionada à manutenção de seu RNTR-C.

Ademais, não nos parece justo que essa imposição seja restrita aos trabalhadores autônomos do transporte rodoviários de cargas, pois, se temos como objetivo cuidar da saúde desses profissionais para melhorar o trânsito em nossas estradas, não é possível ignorar que o estresse da profissão atinge igualmente os motoristas de empresas, tanto no transporte de cargas quanto no de passageiros.

Além disso, faz-se necessário ressaltar a mudança na legislação, ocorrida após a apreciação do projeto na CI, que afeta toda a categoria dos motoristas profissionais. Trata-se da Lei nº 13.103, de 2 de

março de 2015, que dispõe sobre o exercício da profissão de motorista, alterando também a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e o Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

Entre outras inovações, a Lei estabelece, em seu art. 2º, os direitos dos motoristas profissionais, que incluem os de transporte rodoviário tanto de passageiros quanto de cargas. Entre esses direitos, estão previstos: i) contar, por intermédio do Sistema Único de Saúde – SUS, com atendimento profilático, terapêutico, reabilitador, especialmente em relação às enfermidades que mais os acometem (inciso II); ii) contar com serviços especializados de medicina ocupacional, prestados por entes públicos ou privados à sua escolha (inciso IV).

O art. 3º da norma assegura aos motoristas profissionais dependentes de substâncias psicoativas o pleno atendimento pelas unidades de saúde municipal, estadual e federal, no âmbito do SUS, podendo ser realizados convênios com entidades privadas para o cumprimento da obrigação.

Já o art. 5º da mesma Lei altera o art. 168 da CLT (Decreto-Lei nº 5.452, de 1º maio de 1943), para determinar que *serão exigidos exames toxicológicos, previamente à admissão e por ocasião do desligamento, quando se tratar de motorista profissional, assegurados o direito à contraprova em caso de resultado positivo e a confidencialidade dos resultados dos respectivos exames* (§ 6º).

O § 7º do referido artigo estabelece que, *para os fins do disposto no § 6º, será obrigatório exame toxicológico com janela de detecção mínima de 90 (noventa) dias, específico para substâncias psicoativas que causem dependência ou, comprovadamente, comprometam a capacidade de direção, podendo ser utilizado para essa finalidade o exame toxicológico previsto na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, desde que realizado nos últimos 60 (sessenta) dias*.

A Lei nº 13.103, de 2 março de 2015, também altera a Seção da CLT destinada ao Serviço do Motorista Profissional Empregado (Seção IV-A do Capítulo I do Título III) para prever, entre os deveres do motorista profissional empregado, elencados no art. 235-B, a obrigação de *submeter-*

se a exames toxicológicos com janela de detecção mínima de 90 (noventa) dias e a programa de controle de uso de droga e de bebida alcoólica, instituído pelo empregador, com sua ampla ciência, pelo menos uma vez a cada 2 (dois) anos e 6 (seis) meses, podendo ser utilizado para esse fim o exame obrigatório previsto na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, desde que realizado nos últimos 60 (sessenta) dias (inciso VII).

Além de alterar a CLT, a Lei nº 13.103, de 2015, por meio de seu art. 8º, impõe modificações no CTB, das quais mencionamos a inclusão do art. 148-A, para determinar que os condutores das categorias C, D e E deverão submeter-se a exames toxicológicos para a habilitação e renovação da Carteira Nacional de Habilitação. O artigo apresenta seis parágrafos com diretrizes sobre a realização dos exames, entre as quais se incluem a garantia do direito à contraprova e de recurso administrativo no caso de resultado positivo (§ 4º) e a penalidade para a reprovação no exame, que terá como consequência a suspensão do direito de dirigir pelo período de três meses, condicionado o levantamento da suspensão ao resultado negativo em novo exame (§ 5º).

Acerca da previsão do exame toxicológico instituída na CLT e no CTB, o art. 13 da Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015, estabelece os seguintes prazos para o exame passar a ser exigido: i) em 90 dias da publicação da Lei, para a renovação e habilitação das categorias C, D e E; ii) em um ano a partir da entrada em vigor da Lei, para a admissão e a demissão de motorista profissional; iii) em três anos e seis meses a partir da entrada em vigor da Lei, para o disposto no § 2º do art. 148-A da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (condutores das categorias C, D e E com Carteira Nacional de Habilitação – CNH – com validade de cinco anos); iv) em dois anos e seis meses a partir da entrada em vigor da Lei, para o disposto no § 3º do art. 148-A da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (condutores das categorias C, D e E com CNH com validade de três anos). O parágrafo único do art. 13 determina que caberá ao Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) estabelecer adequações necessárias ao cronograma de realização dos exames.

Como se pode ver pelos dispositivos legais aqui relatados, já estão em vigência normas que reafirmam o direito dos motoristas profissionais a ter acesso aos serviços do SUS para atendimento profilático,

terapêutico e reabilitador. Além disso, a lei lhes garante o direito de contar com serviços especializados de medicina ocupacional, prestados por entes públicos ou privados à sua escolha.

Outro ponto de destaque é a preocupação da norma legal em impor aos motoristas profissionais a obrigação de submeterem-se a exames toxicológicos periódicos, como forma de detectar e tratar os casos de dependência de substâncias psicoativas.

Assim, tendo em vista a legislação já vigente, propomos substitutivo, que altera a Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015 – e não mais a Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007 – e prevê a inclusão de dois parágrafos em seu art. 2º, prevendo o oferecimento de programas permanentes de saúde ocupacional com o propósito de submeter os motoristas profissionais à avaliação periódica de saúde e remetendo para o regulamento a previsão das diretrizes, da periodicidade e do escopo dessa avaliação.

Enfatizamos também a necessidade de essas diretrizes levarem em consideração todas as determinações legais que dizem respeito à promoção e proteção da saúde desses motoristas.

Por fim, prevemos a possibilidade de o regulamento estabelecer mecanismos que tornem compulsória a submissão do motorista à avaliação de saúde.

III – VOTO

Nosso voto, portanto, é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei do Senado nº 407, de 2012, na forma do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº 1 – CAS (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 407, DE 2012

Altera a Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015, para garantir aos motoristas profissionais programas permanentes de medicina ocupacional para avaliação periódica de saúde.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“**Art. 2º**

.....

§ 1º O direito previsto no inciso IV do *caput* inclui o de contar com programas permanentes de medicina ocupacional para avaliação periódica de saúde.

§ 2º As diretrizes, a periodicidade e o escopo da avaliação de saúde referida no § 1º devem estar previstos em regulamento e levar em consideração as determinações dos arts. 2º, II e IV, 3º, 5º, 13 e 19 desta Lei, do art. 235-B, VII e parágrafo único, do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e do art. 148-A da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

§ 3º Nos casos em que julgar necessário, o regulamento deve prever mecanismos para tornar compulsória a submissão do motorista profissional à avaliação periódica de saúde prevista no § 1º. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor 180 dias após a data de sua publicação.

Sala da Comissão, 02 de dezembro de 2015.

Senador EDISON LOBÃO, Presidente

Senadora ANA AMÉLIA, Relatora



SENADO FEDERAL
Comissão de Assuntos Sociais - CAS
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 407, de 2012

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 37ª REUNIÃO, DE 02/12/2015, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO -

RELATOR: SENADORA ANA AMÉLIA

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT)	
Humberto Costa (PT)	1. VAGO
Paulo Rocha (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Paulo Paim (PT)	3. José Pimentel (PT)
Regina Sousa (PT)	4. Walter Pinheiro (PT)
Angela Portela (PT)	5. Fátima Bezerra (PT)
Ana Amélia (PP) <i>RELATORA</i>	6. Benedito de Lira (PP)
Maioria (PMDB)	
João Alberto Souza (PMDB)	1. Raimundo Lira (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	2. Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Dário Berger (PMDB)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Edison Lobão (PMDB) <i>PRESIDENTE</i>	5. Marta Suplicy (PMDB)
Otto Alencar (PSD)	6. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
Ricardo Franco (DEM)	1. Wilder Moraes (PP)
Lúcia Vânia (PSB)	2. VAGO
Dalirio Beber (PSDB)	3. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Lídice da Mata (PSB)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Roberto Rocha (PSB)	2. Romário (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Vicentinho Alves (PR)
Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Eduardo Amorim (PSC)	3. VAGO

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 407, de 2012.

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
HUMBERTO COSTA (PT)				1. VAGO			
PAULO ROCHA (PT)	X			2. GLEISI HOFFMANN (PT)			
PAULO PAIM (PT)	X			3. JOSÉ PIMENTEL (PT)			
REGINA SOUSA (PT)	X			4. WALTER PINHEIRO (PT)			
ANGELA PORTELA (PT)				5. FÁTIMA BEZERRA (PT)			
ANA AMÉLIA (PP)(RELATOR)	X			6. BENEDITO DE LIRA (PP)			
TITULARES – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)				1. RAIMUNDO LIRA (PMDB)			
SÉRGIO PETECÃO (PSD)				2. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)	X		
WALDEMIR MOKA (PMDB)				3. ROMERO JUCÁ (PMDB)			
DÁRIO BERGER (PMDB)	X			4. ROSE DE FREITAS (PMDB)			
EDISON LOBÃO (PMDB)				5. MARTA SUPLICY (PMDB)			
OTTO ALENCAR (PSD)				6. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
RICARDO FRANCO (DEM)				1. WILDER MORAIS (PP)			
LÚCIA VÂNIA (PSB)				2. VAGO			
DALIRIO BEBER (PSDB)	X			3. VAGO			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X			4. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LÍDICE DA MATA (PSB)				1. VANESSA GRAZZIOTIN (PCDOB)	X		
ROBERTO ROCHA (PSB)				2. ROMÁRIO (PSB)			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA (PRB)	X			1. VICENTINHO ALVES (PR)			
ELMANO FÉRRER (PTB)	X			2. VAGO			
EDUARDO AMORIM (PSC)				3. VAGO			

Quórum: 12

Votação: TOTAL 11 SIM 11 NÃO 0 ABS 0
* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9, EM 02/12/2015



Senador EDISON LOBÃO
Presidente

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 407, DE 2012

Altera a Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015, para garantir aos motoristas profissionais programas permanentes de medicina ocupacional para avaliação periódica de saúde.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“**Art. 2º**

.....

§ 1º O direito previsto no inciso IV do *caput* inclui o de contar com programas permanentes de medicina ocupacional para avaliação periódica de saúde.

§ 2º As diretrizes, a periodicidade e o escopo da avaliação de saúde referida no § 1º devem estar previstos em regulamento e levar em consideração as determinações dos arts. 2º, II e IV, 3º, 5º, 13 e 19 desta Lei, do art. 235-B, VII e parágrafo único, do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e do art. 148-A da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

§ 3º Nos casos em que julgar necessário, o regulamento deve prever mecanismos para tornar compulsória a submissão do motorista profissional à avaliação periódica de saúde prevista no § 1º. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor 180 dias após a data de sua publicação.

Sala da Comissão, 9 de dezembro de 2015.



Senador **WALDEMIR MOKA**

Presidente em Exercício da Comissão de Assuntos Sociais



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 38ª Reunião, Extraordinária, da CAS

Data: 09 de dezembro de 2015 (quarta-feira), às 09h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Humberto Costa (PT)	1. VAGO
Paulo Rocha (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Paulo Paim (PT)	3. José Pimentel (PT)
Regina Sousa (PT)	4. Walter Pinheiro (PT)
Angela Porteira (PT)	5. Fátima Bezerra (PT)
Ana Amélia (PP)	6. Benedito de Lira (PP)
Maioria (PMDB)	
João Alberto Souza (PMDB)	1. Raimundo Lira (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	2. Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Dário Berger (PMDB)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Edison Lobão (PMDB)	5. Marta Suplicy (PMDB)
Otto Alencar (PSD)	6. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Ricardo Franco (DEM)	1. Wilder Moraes (PP)
Lúcia Vânia (PSB)	2. VAGO
Dalirio Beber (PSDB)	3. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Lidice da Mata (PSB)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Roberto Rocha (PSB)	2. Romário (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Vicentinho Alves (PR)
Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Eduardo Amorim (PSC)	3. VAGO



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 1174, DE 2015

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício “S” nº 86, de 2015 (461/2015, na origem), que *encaminha documentação exigida pela Resolução 7/2005, do Senado Federal e pelo Ato 1/2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, bem como o nome do Procurador Regional da República ROGÉRIO JOSÉ BENTO SOARES DO NASCIMENTO, da 2ª Região, indicado pela Procuradoria-Geral da República para compor o Conselho Nacional de Justiça.*”

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 10 de dezembro de 2015, apreciando o Relatório sobre o Ofício “S” nº 86, de 2015, opina pela aprovação da escolha do nome do Senhor ROGÉRIO JOSÉ BENTO SOARES DO NASCIMENTO, para exercer o cargo de Membro do Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 103-B, inciso X da Constituição Federal, por unanimidade, com 21 votos favoráveis.

Sala da Comissão, 10 de dezembro de 2015.

Senador ROMERO JUCÁ, PRESIDENTE EM EXERCÍCIO
Senador RANDOLFE RODRIGUES, RELATOR

RELATÓRIO

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício “S” nº 86, de 2015 (nº 461, de 2015, na origem), do Presidente do Supremo Tribunal Federal, que *submete à aprovação do Senado Federal, o nome do Procurador Regional da República ROGÉRIO JOSÉ BENTO SOARES DO NASCIMENTO, indicado pela Procuradoria-Geral da República para compor o Conselho Nacional de Justiça.*

RELATOR: Senador RANDOLFE RODRIGUES

É submetida ao exame desta Comissão, a indicação efetuada pelo Procurador-Geral da República, do nome do Procurador Regional da República ROGÉRIO JOSÉ BENTO SOARES DO NASCIMENTO, para, como membro do Ministério Público da União, compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para mandato de dois anos, nos termos do art. 103-B, *caput*, combinado com inciso X, da Constituição Federal.

Assim, consoante o art. 103-B da Lei Maior, os membros do Conselho Nacional de Justiça, ao qual cabe o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta dos membros desta Casa, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Compete a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos legais e regimentais, proceder à sabatina dos indicados. A seguir, a indicação será submetida ao Plenário do Senado.

Em obediência às normas legais aplicáveis, foi encaminhado o *curriculum vitae* do indicado, que passamos a resumir.

O Doutor ROGÉRIO JOSÉ BENTO SOARES DO NASCIMENTO é natural da Cidade do Rio de Janeiro, capital do Estado com o mesmo nome, onde nasceu em 19 de março de 1963.

Graduado em Direito em 1985 pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ), obteve o título de Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) no ano de 1989 e o título de Doutor, também em Direito, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), no ano de 2002.

O douto indicado é ainda pós-Doutor pela Universidade Federal do Estado do Paraná (UFPR), tendo obtido o título em 2009.

Quanto à sua atuação profissional, cumpre destacar que o Doutor ROGÉRIO JOSÉ BENTO SOARES DO NASCIMENTO é membro do Ministério Público Federal, tendo ingressado na carreira de Procurador da República, por concurso público, no ano de 1992, e exercido diversas e relevantes atividades e funções na instituição, ao longo dos vinte e três anos que dela faz parte.

No ano de 2003, o ilustre indicado foi promovido a Procurador Regional da República, por merecimento, tendo sido lotado na Procuradoria Regional da República da 2ª Região, que abrange os Estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Cabe, ainda, registrar que antes do seu ingresso no Ministério Público, o ilustre indicado exerceu a advocacia.

O Doutor ROGÉRIO JOSÉ BENTO SOARES DO NASCIMENTO também exerce a docência, sendo atualmente Professor Titular do Programa de Pós-graduação em Direito e da Graduação, na Universidade Estácio de Sá (UNESA) e Professor Adjunto na Graduação da PUC-Rio.

No que se refere a publicações na sua área de atividade profissional, o *curriculum vitae* do ilustre Procurador ora indicado para compor o CNJ registra a publicação dos livros “Lealdade Processual: Elemento da Garantia de Ampla Defesa em um Processo Penal Democrático”, 2011 e “Abuso do Poder de Legislar. Controle Judicial da

legislação de urgência no Brasil e na Itália”, além da participação em diversas obras coletivas, além da publicação de artigos em periódicos e outras publicações especializadas.

O ilustre indicado tem ainda participado de variados eventos técnico-científicos de sua área de atuação profissional, inclusive como palestrante e conferencista, além de orientar mestrandos e doutorandos nos respectivos trabalhos de pesquisa e estudos destinados à obtenção dos respectivos títulos de pós-graduação, tendo também participado de missões institucionais no exterior.

Por fim, cumpre anotar que além do *curriculum vitae*, instruem, a presente indicação, as declarações e demais documentos requeridos pela Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal.

Diante do exposto, entendemos que os Senhores Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional de Justiça.

Sala da Comissão, 10 de dezembro de 2015.

Senador ROMERO JUCÁ, Presidente em exercício

Senador RANDOLFE RODRIGUES, Relator

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CCJ, 10/12/2015 às 10h - 43ª, Extraordinária

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTE
JORGE VIANA	1. WALTER PINHEIRO PRESENTE
GLEISI HOFFMANN PRESENTE	2. TELMÁRIO MOTA PRESENTE
JOSÉ PIMENTEL PRESENTE	3. LINDBERGH FARIAS
FÁTIMA BEZERRA PRESENTE	4. ANGELA PORTELA
HUMBERTO COSTA	5. ZEZE PERRELLA
ACIR GURGACZ PRESENTE	6. PAULO PAIM PRESENTE
BENEDITO DE LIRA	7. IVO CASSOL
CIRO NOGUEIRA PRESENTE	8. ANA AMÉLIA PRESENTE

Maioria (PMDB)	
TITULARES	SUPLENTE
EUNÍCIO OLIVEIRA	1. ROBERTO REQUIÃO
EDISON LOBÃO PRESENTE	2. OMAR AZIZ
RICARDO FERRAÇO PRESENTE	3. GARIBALDI ALVES FILHO
ROMERO JUCÁ PRESENTE	4. WALDEMIR MOKA PRESENTE
SIMONE TEBET PRESENTE	5. DÁRIO BERGER PRESENTE
VALDIR RAUPP	6. ROSE DE FREITAS
JADER BARBALHO	7. SÉRGIO PETECÃO PRESENTE
JOSÉ MARANHÃO PRESENTE	8. RAIMUNDO LIRA

Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
TITULARES	SUPLENTE
JOSÉ AGRIPINO	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA
RONALDO CAIADO	2. ALVARO DIAS PRESENTE
AÉCIO NEVES	3. ATAÍDES OLIVEIRA
JOSÉ SERRA	4. RICARDO FRANCO
ANTONIO ANASTASIA PRESENTE	5. DAVI ALCOLUMBRE PRESENTE

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
TITULARES	SUPLENTE
ANTONIO CARLOS VALADARES	1. VANESSA GRAZZIOTIN
ROBERTO ROCHA	2. JOÃO CAPIBERIBE
RANDOLFE RODRIGUES PRESENTE	3. JOSÉ MEDEIROS PRESENTE

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CCJ, 10/12/2015 às 10h - 43ª, Extraordinária

Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)			
TITULARES		SUPLENTE	
EDUARDO AMORIM	PRESENTE	1. DOUGLAS CINTRA	
MARCELO CRIVELLA	PRESENTE	2. BLAIRO MAGGI	PRESENTE
MAGNO MALTA		3. VICENTINHO ALVES	

Senado Federal

Resultado de Votação Secreta**Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**

Indicação de membro para o CNJ
OFS 86/2015 - ROGÉRIO DO NASCIMENTO

Início da votação: 10/12/2015 10:59:22

Fim da votação: 10/12/2015 12:42:44

TITULARES		SUPLENTE	
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT)		Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT)	
JORGE VIANA		1. WALTER PINHEIRO	votou
GLEISI HOFFMANN	votou	2. TELMÁRIO MOTA	votou
JOSÉ PIMENTEL	votou	3. LINDBERGH FARIAS	
FÁTIMA BEZERRA		4. ANGELA PORTELA	
HUMBERTO COSTA		5. ZEZE PERRELLA	
ACIR GURGACZ		6. PAULO PAIM	votou
BENEDITO DE LIRA		7. IVO CASSOL	
CIRO NOGUEIRA	votou	8. ANA AMÉLIA	votou
Maioria (PMDB)		Maioria (PMDB)	
EUNÍCIO OLIVEIRA		1. ROBERTO REQUIÃO	
EDISON LOBÃO	votou	2. OMAR AZIZ	
RICARDO FERRAÇO	votou	3. GARIBALDI ALVES FILHO	
ROMERO JUCÁ	votou	4. WALDEMIR MOKA	
SIMONE TEBET	votou	5. DÁRIO BERGER	votou
VALDIR RAUPP		6. ROSE DE FREITAS	
JADER BARBALHO		7. SÉRGIO PETECÃO	votou
JOSÉ MARANHÃO	votou	8. RAIMUNDO LIRA	
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)		Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
JOSÉ AGRIPINO		1. ALOYSIO NUNES FERREIRA	
RONALDO CAIADO		2. ALVARO DIAS	votou
AÉCIO NEVES		3. ATÁIDES OLIVEIRA	
JOSÉ SERRA		4. RICARDO FRANCO	
ANTONIO ANASTASIA	votou	5. DAVI ALCOLUMBRE	votou
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)		Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
ANTONIO CARLOS VALADARES		1. VANESSA GRAZZIOTIN	
ROBERTO ROCHA		2. JOÃO CAPIBERIBE	
RANDOLFE RODRIGUES	votou	3. JOSÉ MEDEIROS	votou
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)		Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
EDUARDO AMORIM		1. DOUGLAS CINTRA	
MARCELO CRIVELLA	votou	2. BLAIRO MAGGI	votou
MAGNO MALTA		3. VICENTINHO ALVES	

Votação:TOTAL 21 SIM 21 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,
 PLENÁRIO Nº 3, EM 10/12/2015

Senador Romero Jucá
 Presidente



SENADO FEDERAL PARECER

Nº 1175, DE 2015

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2015, da Senadora Angela Portela, que *altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, a fim de prever, no conceito de Segurança Alimentar e Nutricional, a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio das medidas que mitiguem o risco de escassez de água potável, bem como a formação de estoques reguladores e estratégicos de alimentos.*

Relatora: Senadora **FÁTIMA BEZERRA**

I – RELATÓRIO

Submete-se à análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 83, de 2015, de autoria da nobre Senadora ANGELA PORTELA, que *altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, a fim de prever, no conceito de Segurança Alimentar e Nutricional, a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio das medidas que mitiguem o risco de escassez de água potável, bem como a formação de estoques reguladores e estratégicos de alimentos.*

A Proposição é composta por três artigos.

O **art. 1º** modifica o inciso I do art. 4º da Lei nº 11.346, de 2006, a fim de ampliar as condições de acesso aos alimentos por meio de medidas que mitiguem o risco de escassez de água potável. O **art. 2º**, por sua vez, acrescenta o inciso VII no art. 4º da lei supracitada, com vistas a possibilitar que o conceito de segurança alimentar e nutricional preveja a formação de estoques reguladores e estratégicos de alimentos.

O **art. 3º** estabelece a cláusula de vigência da futura lei.

O PLS em análise foi distribuído à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas ao Projeto no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Nos termos do inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CAS manifestar-se sobre proposições que digam respeito a assistência social. No caso específico, por tratar-se de matéria terminativa, compete à Comissão, também, a análise da constitucionalidade, da juridicidade e da técnica legislativa do PLS nº 83, de 2015.

No que diz respeito à **constitucionalidade** da proposição em análise, foram obedecidas as disposições constitucionais relativas à competência legislativa da União (CF, art. 24, I), sendo atribuição do Congresso Nacional dispor sobre a matéria, com posterior sanção do Presidente da República (CF, art. 48), mediante iniciativa legislativa

concorrente (CF, art. 61, caput). Não há, portanto, qualquer violação a princípios ou regras de ordem material da Constituição de 1988.

Quanto à espécie normativa a ser utilizada, verifica-se que a opção por um projeto de lei ordinária revela-se correta, pois a matéria não está reservada pela Constituição Federal a lei complementar.

No tocante à **juridicidade**, a proposição demonstra-se correta, pelos seguintes motivos: o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; há inovação do ordenamento jurídico; respeita-se o atributo da generalidade; constata-se compatibilidade com os princípios diretores do sistema de direito pátrio; e apresenta-se potencial coercitividade.

Não há qualquer ajuste a ser feito no tocante à **técnica legislativa** do Projeto, porquanto foi elaborado em conformidade com a Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001, que dispõe sobre a elaboração e a redação das leis.

Com respeito ao mérito, entendemos que o PLS nº 83, de 2015, não poderia ser mais oportuno. Reconhecendo a importância da Lei nº 11.346, de 2006, para as estratégias nacionais de segurança alimentar e nutricional no Brasil, o Projeto objetiva aprimorar a legislação vigente ao prever que se ampliem as condições de acesso aos alimentos por meio das medidas que mitiguem o risco de escassez de água potável, bem como que se contemple a formação de estoques reguladores e estratégicos de alimentos no conceito de segurança alimentar e nutricional. Tais medidas coadunam-se com as estratégias contemporâneas de desenvolvimento social, contribuindo para eliminar a vulnerabilidade socioeconômica de famílias hipossuficientes.

III – VOTO

Diante do exposto, votamos pela **aprovação** do PLS nº 83, de 2015.

Sala da Comissão, em 09 de dezembro de 2015.

Senador EDISON LOBÃO, Presidente

Senadora FÁTIMA BEZERRA, Relatora



SENADO FEDERAL
Comissão de Assuntos Sociais - CAS
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 83, de 2015

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 38ª REUNIÃO, DE 09/12/2015, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão

RELATOR: Senadora Fátima Bezerra

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT)	
Humberto Costa (PT)	1. VAGO
Paulo Rocha (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Paulo Paim (PT)	3. José Pimentel (PT)
Regina Sousa (PT)	4. Walter Pinheiro (PT)
Angela Portela (PT)	5. Fátima Bezerra (PT) <i>Relatora</i>
Ana Amélia (PP)	6. Benedito de Lira (PP)
Maioria (PMDB)	
João Alberto Souza (PMDB)	1. Raimundo Lira (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	2. Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Dário Berger (PMDB)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Edison Lobão (PMDB)	5. Marta Suplicy (PMDB)
Otto Alencar (PSD)	6. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
Ricardo Franco (DEM)	1. Wilder Moraes (PP)
Lúcia Vânia (PSB)	2. VAGO
Dalirio Beber (PSDB)	3. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Lídice da Mata (PSB)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Roberto Rocha (PSB)	2. Romário (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Vicentinho Alves (PR)
Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Eduardo Amorim (PSC)	3. VAGO

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2015.

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
HUMBERTO COSTA (PT)				1. VAGO			
PAULO ROCHA (PT)				2. GLEISI HOFFMANN (PT)			
PAULO PAIM (PT)	X			3. JOSÉ PIMENTEL (PT)			
REGINA SOUSA (PT)	X			4. WALTER PINHEIRO (PT)			
ANGELA PORTELA (PT)				5. FÁTIMA BEZERRA (PT)(RELATOR)	X		
ANA AMÉLIA (PP)	X			6. BENEDITO DE LIRA (PP)			
TITULARES – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)				1. RAIMUNDO LIRA (PMDB)			
SÉRGIO PETECÃO (PSD)				2. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)	X		
WALDEMIR MOKA (PMDB)				3. ROMERO JUCÁ (PMDB)			
DÁRIO BERGER (PMDB)	X			4. ROSE DE FREITAS (PMDB)			
EDISON LOBÃO (PMDB)				5. MARTA SUPPLY (PMDB)			
OTTO ALENCAR (PSD)	X			6. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
RICARDO FRANCO (DEM)				1. WILDER MORAIS (PP)			
LÚCIA VÂNIA (PSB)	X			2. VAGO			
DALIRIO BEBER (PSDB)	X			3. VAGO			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)				4. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LÍDICE DA MATA (PSB)				1. VANESSA GRAZZIOTIN (PCDOB)			
ROBERTO ROCHA (PSB)				2. ROMÁRIO (PSB)			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA (PRB)	X			1. VICENTINHO ALVES (PR)			
ELMANO FÉRRER (PTB)				2. VAGO			
EDUARDO AMORIM (PSC)				3. VAGO			

Quórum: 11
Votação: TOTAL 10 SIM 10 NÃO 0 ABS 0
* Presidente não votou

Senador EDISON LOBÃO
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9, EM 09/12/2015

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

ABERTURAS DE PRAZOS

O **Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 2015**, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.

Os **Projetos de Lei da Câmara nºs 84 e 151, de 2015**, ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receberem emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2011**; e os **Projetos de Lei do Senado nºs 407, de 2012; e 83, de 2015**, sejam apreciados pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno (**Ofícios nºs 115 a 117, de 2015**, da CAS).

São os seguintes os Ofícios:



**SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

OFÍCIO Nº 115/2015 - PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília, 9 de dezembro de 2015.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente
Senado Federal

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2011, de autoria da Deputada Laura Carneiro, que *dispõe sobre o exercício da atividade profissional de Guarda-Vidas*, e a Emenda nº 1-CAS.

Respeitosamente,

Assinatura manuscrita de Senador Waldemir Moka.

Senador WALDEMIR MOKA
Presidente em Exercício da Comissão de Assuntos Sociais



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

OFÍCIO Nº 116 /2015 - PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília, 09 de dezembro de 2015.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente
Senado Federal

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2015, que *altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, a fim de prever, no conceito de Segurança Alimentar e Nutricional, a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio das medidas que mitiguem o risco de escassez de água potável, bem como a formação de estoques reguladores e estratégicos de alimentos*, de autoria da Senadora Ângela Portela.

Respeitosamente,

Senador **EDISON LOBÃO**
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais



**SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

OFÍCIO Nº 117/2015 - PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília, 9 de dezembro de 2015.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente
Senado Federal

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, combinado com o art. 284, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em turno suplementar, adotou definitivamente, sem votação, o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 407, de 2012, de autoria do Senador Eduardo Amorim, que *altera a Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração e revoga a Lei nº 6.813, de 10 de julho de 1980, para tornar obrigatória a avaliação anual de saúde para os transportadores autônomos de cargas.*

Respeitosamente,

Senador WALDEMIR MOKA
Presidente em Exercício da Comissão de Assuntos Sociais

PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO



SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 156, DE 2015

Inclui os §§ 13, 14 e 15 no art. 37 da Constituição Federal, para dispor sobre o recrutamento de diretores de agências reguladoras e limitar a quantidade de cargos em comissão nessas entidades.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 37 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“Art. 37.

.....

§ 13. Os diretores de agências reguladoras serão escolhidos dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos:

I – mais de trinta e cinco anos de idade;

II – idoneidade moral e reputação ilibada;

III – notórios conhecimentos técnicos sobre o setor regulado, comprovados mediante títulos acadêmicos ou publicações especializadas;

IV – mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no inciso III;

V – aprovação pelo Poder Legislativo, observado, na esfera federal, o disposto na alínea *f* do inciso III do art. 52.

§ 14. A escolha dos diretores de agências reguladoras será realizada mediante processo seletivo público, na forma da lei do respectivo ente federativo, que assegurará:

I – a transparência do procedimento;

II – a imparcialidade dos avaliadores;

2

III – a reserva de vagas a serem preenchidas por servidores de carreira da agência.

§ 15. Nas agências reguladoras, a quantidade de cargos em comissão não poderá superar um décimo dos cargos efetivos.” (NR)

Art. 2º O disposto no § 13 do art. 37 da Constituição Federal não alcança os atuais titulares de mandato em agências reguladoras, nem a respectiva recondução.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O modelo de agências reguladoras dotadas de autonomia, aplicado no Brasil a partir da Reforma do Estado promovida no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, tem-se mostrado, em linhas gerais, altamente positivo no incremento da qualidade da gestão pública brasileira. Apesar disso, a experiência com governos que tentam politizar a escolha dos dirigentes dessas agências – como ocorreu na esfera federal, e também em alguns Estados da Federação – mostra a necessidade de se aperfeiçoar os mecanismos de recrutamento desses altos executivos.

É generalizada, quando se analisa o modelo brasileiro de escolha de diretores de agências reguladoras, a constatação de que *não existem critérios básicos sobre os requisitos técnicos desses cargos*. Em consequência disso, *a reputação da agência pode ser prejudicada quando as nomeações levam à indicação de um alto funcionário que não tenha a experiência profissional apropriada* (PECI, Alketa. **Sistema de Seleção de Diretores e do Pessoal de Gerência Superior das Agências Reguladoras**. Brasília: Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação, 2008, p. 12). Critica-se, com a mesma razão, o excesso de cargos em comissão que, na esfera federal e na de muitos Estados e Municípios, grassa nessas agências, descaracterizando sua essência técnica.

Esse diagnóstico não ocorre apenas no Brasil. Em outros países da América Latina, tem-se alertado para o risco da chamada “captura inversa”, isto é, da captura das agências pelo Governo, a fim de mitigar sua autonomia e as utilizar com viés político. Sobre o tema, Jorge Edmundo Barbará alerta que:

A experiência reclamada para o funcionamento dos entes reguladores os supõe resguardados da captura por parte dos operadores privados, [e também] da captura inversa por parte (...) dos próprios poderes políticos, esta última particularmente praticada quando os governos pretendem fixações tarifárias tendo em vista processos

3

eleitorais, ou quando escondem o propósito velado de desestimular os operadores privados, para adjudicar o serviço a outro operador, ou para provocar a reestatização do serviço. (**El control judicial de entes reguladores y de control: problemática y reflexiones críticas**. In: Anuario X del Centro de Investigaciones Jurídicas y Sociales de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad Nacional de Córdoba, 2008, p. 2 – tradução livre).

No mesmo sentido, podem ser conferidas, em relação ao ordenamento uruguaio, as lições de Oscar Aguilar Valdez (*Sobre el control administrativo de los Entes reguladores de servicios públicos*. In: Revista de Derecho de La Universidad de Montevideo, ano 3, n. 5, p. 6).

Com efeito, o sistema brasileiro tem mostrado riscos graves de aparelhamento das agências reguladoras por poderes políticos. Tanto assim que,

(...) em uma abordagem mais abrangente, feita a cada ano pelo Banco Mundial e que classifica os países de acordo com indicadores de governança, o Brasil está em situação inferior à de países latino-americanos como a Colômbia e o México e bem distante do Chile, que não tem agências reguladoras autônomas como normalmente são entendidas essas instituições (Luiz Alberto dos Santos. **Desafios da governança regulatória no Brasil**. In: Desafios da Regulação no Brasil. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, 2009, p. 126).

Faz-se necessária, portanto, a *implementação de um sistema de seleção de diretores e equipe gerencial superior das agências baseado em critérios competitivos e requisitos mínimos de formação e experiência* (Kélvia Albuquerque. **A Visão da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**. In: Desafios da Regulação no Brasil. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, 2009, p. 83).

Para aperfeiçoar esse sistema de recrutamento, podemos recorrer a experiências bem sucedidas, tanto no âmbito internacional, quanto em Estados-membros. No Chile, por exemplo, os altos cargos do Executivo são preenchidos por concurso público (Lei 19.882, de 2008) – ou, mais precisamente, por um processo seletivo. Modelo semelhante foi adotado com êxito no Ceará, com a criação, no Governo do hoje Senador Tasso Jereissati, da Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados do estado do Ceará (ARCE).

Por todos esses motivos, *em termos de requisitos mínimos de qualificação, recomenda-se a comprovação de ampla experiência gerencial e técnica na regulação do*

4

setor, assim como observação de princípios éticos e probidade administrativa (PECI, Alketa. **Obra citada**, p. 45). Essa exigência de requisitos de conhecimento técnico, aliada à previsão de um processo seletivo público, tornará muito mais impessoal e eficaz a seleção de dirigentes de agências reguladoras.

Cremos ser necessário, nesse contexto, aproximar os requisitos de seleção dos diretores de agências reguladoras – em todos os níveis federativos – daqueles exigidos em relação ao Tribunal de Contas da União (Constituição Federal – CF, art. 73, § 1º). Quanto ao processo de seleção, o mais recomendável é deixar o seu detalhamento no âmbito da autonomia dos entes da Federação, sem prejuízo de que se prevejam normas gerais para um processo seletivo público transparente e eficaz.

Por todos esses motivos, estamos apresentando esta Proposta de Emenda à Constituição (PEC), para incluir três novos parágrafos (§§ 13, 14 e 15) no art. 37 da CF, com a finalidade de tratar dos requisitos mínimos para ser diretor de agências reguladoras (§ 13), bem como sobre o processo seletivo de sua escolha (§ 14), além de limitar o quantitativo de cargos em comissão nessas entidades (§ 15). Essa PEC, se aprovada for, como esperamos que seja, terá aplicabilidade em relação a todos os entes federativos, equilibrando o respeito à sua autonomia – que configura cláusula pétrea – com a fixação constitucional de regras que concretizam os princípios da impessoalidade, da moralidade e da eficiência administrativas.

Sala das Sessões,

Senador **JOSÉ SERRA**
Senador **ALOYSIO NUNES FERREIRA**
Senadora **ANA AMÉLIA**
Senador **ANTONIO ANASTASIA**
Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**
Senador **ATAÍDES OLIVEIRA**
Senador **BLAIRO MAGGI**
Senador **CÁSSIO CUNHA LIMA**
Senador **CRISTOVAM BUARQUE**
Senador **DALIRIO BEBER**
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Senador **ELMANO FÉRRER**
Senador **FLEXA RIBEIRO**
Senador **GARIBALDI ALVES FILHO**
Senador **HÉLIO JOSÉ**

5

Senador **IVO CASSOL**
Senador **JOÃO CAPIBERIBE**
Senador **LASIER MARTINS**
Senadora **LÚCIA VÂNIA**
Senadora **MARTA SUPLICY**
Senador **PAULO PAIM**
Senador **RAIMUNDO LIRA**
Senador **RANDOLFE RODRIGUES**
Senador **REGUFFE**
Senador **RICARDO FERRAÇO**
Senador **ROMÁRIO**
Senador **SÉRGIO PETECÃO**
Senador **WILDER MORAIS**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Constituição de 1988 - 1988/88](#)

[artigo 37](#)

[parágrafo 13 do artigo 37](#)

[parágrafo 14 do artigo 37](#)

[parágrafo 15 do artigo 37](#)

[parágrafo 3º do artigo 60](#)

[urn:lex:br:federal:lei:2008;19882](#)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)



SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 157, DE 2015

Altera a redação do art. 50 da Constituição Federal, para permitir a convocação de titulares de entidades da administração indireta da União para prestar informações.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O *caput* do art. 50 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 50.** A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República ou de entidades da administração indireta federal, para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificção adequada.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com a redação atual do art. 50 da Constituição Federal (CF), a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e qualquer de suas comissões só podem convocar, para prestar informações, Ministros de Estado ou titulares de órgãos vinculados diretamente à Presidência da República. Essa prerrogativa, embora seja obviamente relevante, definitivamente não é suficiente para o pleno exercício das funções fiscalizatórias do Congresso Nacional.

2

Isso ocorre porque, na atualidade, muitas das políticas públicas são efetivadas por intermédio de entidades da administração indireta – autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. Porém, os dirigentes dessas pessoas jurídicas não podem, segundo o regramento vigente, ser convocados pelo Congresso.

Necessário se faz, portanto, modificar, por meio de Proposta de Emenda à Constituição (PEC), a redação do art. 50 da CF, com o intuito de ampliar o poder de convocação do Poder Legislativo, a fim de abranger também os dirigentes de entidades da administração indireta da União.

Essa proposta de alteração, aliás, não é sequer nova. A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que apurou os desvios nos Correios, em 2005 e 2006, e que apurou o caso que ficou conhecido como o “Mensalão”, já apresentara a PEC nº 41, de 2006, com teor semelhante, mas que restou arquivada. Utilizamos como base o texto naquela época proposto, com pequenos aperfeiçoamentos de técnica legislativa, apenas para deixar o texto mais claro e direto.

A mudança, aliás, mostra-se necessária, uma vez que os Ministros de Estado – que, pelo regramento atual, deveriam prestar essas informações – têm-se reiterado negado a fornecê-las. Demais disso, ressalte-se que essa fundamental mudança terminará por ampliar também o poder do Congresso Nacional de requisitar informações, uma vez que a alteração proposta no *caput* do art. 50 será refletida na competência estabelecida no § 2º do mesmo artigo.

Assim sendo, por se tratar de proposta que fortalece o Legislativo, concretizando os princípios constitucionais da República, da transparência e do Estado de Direito, apresentamos esta PEC, esperando contar com o apoio de todos os Parlamentares em sua rápida aprovação.

Sala das Sessões,

Senador **JOSÉ SERRA**
Senador **ALOYSIO NUNES FERREIRA**
Senadora **ANA AMÉLIA**
Senador **ANTONIO ANASTASIA**
Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**
Senador **ATAÍDES OLIVEIRA**
Senador **BLAIRO MAGGI**
Senador **CÁSSIO CUNHA LIMA**
Senador **CRISTOVAM BUARQUE**
Senador **DALIRIO BEBER**
Senador **DÁRIO BERGER**

3

Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Senador **ELMANO FÉRRER**
Senador **FLEXA RIBEIRO**
Senador **GARIBALDI ALVES FILHO**
Senador **HÉLIO JOSÉ**
Senador **IVO CASSOL**
Senador **JOÃO CAPIBERIBE**
Senador **LASIER MARTINS**
Senadora **LÚCIA VÂNIA**
Senadora **MARTA SUPPLY**
Senador **PAULO PAIM**
Senador **RAIMUNDO LIRA**
Senador **RANDOLFE RODRIGUES**
Senador **REGUFFE**
Senador **RICARDO FERRAÇO**
Senador **ROMÁRIO**
Senador **SÉRGIO PETECÃO**
Senador **WILDER MORAIS**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Constituição de 1988 - 1988/88](#)

[artigo 50](#)

[artigo 50](#)

[parágrafo 3º do artigo 60](#)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

TÉRMINO DE PRAZOS

Encerrou-se no dia 9 de dezembro o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2015**.

Não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

Encerrou-se no último dia 4 o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 57, de 2015**.

Ao Projeto foi oferecida a Emenda nº 1-Plen.

É a seguinte a emenda:



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

EMENDA Nº 1 - PLEN (SUBSTITUTIVO)

(ao Projeto de Resolução do Senado nº 57, de 2015)

Dê-se ao Projeto de Resolução do Senado nº 57, de 2015, a seguinte redação:

Altera as Resoluções do Senado Federal nºs 93, de 1970 (Regimento Interno do Senado Federal); e 20, de 1993 (Código de Ética e Decoro Parlamentar), para tornar explícita a votação ostensiva nos casos que apresenta.



O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º Esta Resolução altera as Resoluções do Senado Federal nºs 93, de 1970; e 20, de 1993, para tornar explícita a modalidade de votação ostensiva nos casos previstos nos arts. 53, §2º; e 55, §2º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Art. 2º A Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970 (Regimento Interno do Senado Federal), passa a vigorar com a seguinte redação:

“art. 32

§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pelo Senado Federal em votação ostensiva, por maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional (Const., art. 55, § 2º) (NR).

.....

Art. 35.

**CAPÍTULO XVIII-A
DA PRISÃO EM FLAGRANTE DE CRIME INAFIANÇÁVEL**

Art. 35-A. No caso de prisão de membros do Senado Federal em flagrante de crime inafiançável, nos termos do art. 53, §2º, da Constituição Federal, a Casa resolverá sobre a prisão mediante votação ostensiva da maioria de seus membros.

**CAPÍTULO IX
DA SUSPENSÃO DAS IMUNIDADES**

Art. 36.”



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

Art. 3º Os arts. 12 e 13, da Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993 (Código de Ética e Decoro Parlamentar), passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12. A sanção de que trata o art. 10 será decidida pelo Plenário, em votação ostensiva e por maioria simples, mediante provocação da Mesa, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Partido Político representado no Congresso Nacional, na forma prevista nos arts. 14 e 15, excetuada a hipótese do parágrafo único deste artigo. (NR)

Parágrafo único.

Art. 13. A perda do mandato será decidida pelo Plenário, em votação ostensiva e por maioria absoluta de votos, mediante iniciativa da Mesa, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Partido Político representado no Congresso Nacional, na forma prevista nos arts. 14 e 15 (Constituição Federal, art. 55, § 2º).” (NR)

Art. 3º Revogam-se as alíneas “b” e “c”, do inciso I, do art. 291, da Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

É louvável a iniciativa do Projeto de Resolução nº 57, de 2015, de regularizar o procedimento de votação nos casos de perda de mandato de Senador ou de prisão em flagrante por crime inafiançável, atualizando o Regimento Interno desta Casa nos termos dos ditames constitucionais. De fato, é notória a intenção do constituinte de tornar ostensiva as votações nos referidos casos ao promulgar as Emendas Constitucionais nºs 35, de 2001, e 76, de 2013, suprimindo, para tanto, a expressão “secreta” contida nos arts. 52, §2º; e 55, §2º, da Constituição Federal de 1988.

No entanto, o texto inicial da proposição apresentada altera dispositivos regimentais não necessariamente correlatos aos casos previstos. Para sanar as falhas contidas na matéria, apresento a presente emenda substitutiva que busca tornar a redação do Projeto condizente com o arcabouço normativo contido no Regimento Interno do Senado Federal, alterando, ainda, o Código de Ética e Decoro Parlamentar desta Casa que também se encontra desatualizado.

Primeiramente, a votação da perda de mandato de Senador por infringir os incisos I, II e VI, do art. 55, da CF/88, já está prevista no art. 32, §2º, do Regimento Interno, não sendo necessário acrescentar parágrafo ao art. 290, que regula a modalidade de votação





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

ostensiva das proposições em trâmite no Senado. É suficiente somente uma atualização na redação daquele dispositivo para tornar explícita a modalidade de votação ostensiva nos casos de perda de mandato de Senador a serem decididos pelo Plenário dessa Casa, por maioria absoluta.

Em segundo lugar, não se encontra reproduzido no Regimento desta Casa o dispositivo contido no art. 53, §2º, da CF/88, que prevê a prisão de parlamentar por flagrante de crime inafiançável. Corrijo essa impropriedade acrescentando o Capítulo XVIII-A (Da prisão em flagrante por crime inafiançável) ao Título II do Regimento Interno (Dos Senadores) para prever também a modalidade de votação ostensiva nos casos enquadrados nesse artigo. Considero que, dessa maneira, supre-se uma omissão inadmissível, e torna-se o texto mais condizente com a sistemática prevista no Regimento, não sendo coerente incluir dispositivo semelhante dentro do Título VIII (Das Proposições), que trata da tramitação das proposições, como faz o Projeto de Resolução original.

Ademais, apresento alterações aos arts. 12 e 13, da Resolução nº 20, de 1993, o Código de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, parte integrante do Regimento Interno, uma vez que tais dispositivos ainda preveem o escrutínio secreto nos casos de votação por perda de mandato de Senador (tanto temporária, quanto definitivamente). Com tal medida, erradicam-se definitivamente as celeumas jurídicas, e evitam-se inúmeras Questões de Ordem, que buscam aferir qual a modalidade de votação a ser procedida em tais casos. Confere-se, dessa forma, maior coerência à ordem normativa desta Casa e evita-se contradições entre os dispositivos constitucionais e regimentais.

Por fim, a emenda mantém a revogação das alíneas “b” e “c”, do inciso I, do art. 291, do Regimento Interno do Senado, que anacronicamente preveem a modalidade de votação secreta para os casos de perda de mandato de Senador e prisão em flagrante de crime inafiançável. Além disso, incluo, ao final do substitutivo, a cláusula de vigência da resolução, a qual está omissa no Projeto original do Senador Reguffe.

Diante do exposto, creio que a emenda que ora apresento configura melhor técnica legislativa e maior juridicidade à regulação das modalidades de votação desses casos tão sensíveis ao Poder Legislativo, tornando o presente Projeto de Resolução condizente com os ditames contidos na Constituição Federal e na Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração e redação de normas. Conclamo, portanto, os nobres Senadores que votem no sentido de sua aprovação em substituição ao Projeto de Resolução original.

Sala das sessões, em de dezembro de 2015

Senador **ROMERO JUCÁ**



A matéria vai à CCJ e à CDir, para exame do Projeto e das emendas.

COMUNICAÇÕES

Ofício nº 56/2015-GSLFAR, do Senador Lindbergh Farias, por meio do qual comunica a impossibilidade de participar da 35ª Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, que se realizará em Montevidéu, Uruguai, no dia 14 de dezembro de 2015, conforme **Requerimento nº 1.353, de 2015**.

O Expediente vai à publicação.

O Requerimento vai ao arquivo.

É o seguinte o expediente:

OFÍCIO. Nº 56/2015-GSLFAR

Brasília, 9 de dezembro de 2015

A Sua Excelência o Senhor

RENAN CALHEIROS

Presidente do Senado Federal da República Federativa do Brasil

Brasília - DF

Assunto: **Cancelamento de missão parlamentar**

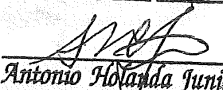
Senhor Presidente,

No momento em que apresento cumprimentos, venho externar que meu deslocamento para Montevidéu, Uruguai, a fim de participar da 35ª sessão ordinária do Parlamento do Mercosul em 14 do corrente não mais ocorrerá, em razão de compromissos supervenientes de agenda política.

Dessa sorte, solicito tornar sem efeito o Requerimento nº 1.353/2015, aprovado pelo Plenário em 1º do corrente.

Respeitosamente,


LINDBERGH FARIAS
Senador da República

RECEBIDO EM 09/12/2015
HORA 20:16

Antonio Holanda Junior Mat. 225803

Memorando nº 060/2015 do Senador Paulo Rocha, por meio do qual comunica a impossibilidade de acompanhar a execução das obras da Usina de Belo Monte, em Altamira, Pará, nos dias 03 e 04 de dezembro de 2015, conforme **Requerimento nº 1.384, de 2015**.

O Expediente vai à publicação.

O Requerimento vai ao arquivo.

É o seguinte o expediente:

Memo. Nº 060/2015 – GSPAULOR

Brasília, 9º de dezembro de 2015.

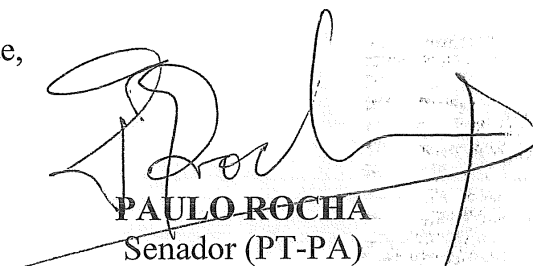
Excelentíssimo Senhor
RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que os integrantes da Subcomissão Temporária para acompanhar a execução das obras da Usina de Belo Monte não viajaram ao Estado do Pará nos dias 3 e 4 de dezembro em razão da aceitação, pelo Presidente da Câmara dos Deputados, do pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff e dos desdobramentos políticos decorrentes de tal fato.

Assim, em comum acordo com o presidente da Subcomissão, Senador Flexa Ribeiro, solicitei que adiássemos a referida visita.

Atenciosamente,


PAULO ROCHA
Senador (PT-PA)

GO FEN

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Façam-se as substituições solicitadas.

Em 10/12/2015.

OF./ B / 290 / 15.

Brasília, 10 de dezembro de 2015.

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência indicar o Deputado **VICENTINHO JUNIOR (PSB-TO)**, como titular, e **PAULO FOLETTO (PSB-ES)**, como suplente, da Medida Provisória 695, de 2015, “Autoriza o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal a adquirirem participação nos termos e condições previstos no art. 2º da Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009, e dá outras providências”, em substituição aos já indicados.

Respeitosamente,


Deputado **HEITOR SCHUCH**
Vice-Líder do PSB

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Congresso Nacional
Nesta

OFÍCIO DA AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

A Presidência recebeu da Autoridade Pública Olímpica o **Ofício nº 255 de 2015**, na origem, que encaminharam ao Congresso Nacional, nos termos, do art. 6º, da Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011, o Relatório de Atividades referente ao 1º semestre de 2015.

O expediente foi autuado da seguinte forma:

- **Ofício nº 29 de 2015-CN**, que seguirá à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
- **Ofícios “S” nº 89 de 2015**, que seguirá às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Educação, Cultura e Esporte.

São os seguintes os ofícios:

**CONGRESSO NACIONAL****OFÍCIO Nº 29 DE 2015-CN
OFÍCIO “S” Nº 89 DE 2015**

(OFÍCIO Nº 255 DE 2015, NA ORIGEM)

Encaminha, em cumprimento à Lei 12.396/11, art. 6º, o Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica referente ao 1º semestre de 2015.

DOCUMENTOS:

- **Ofício nº 255/2015/PRESI-APO**
- **Relatório – 1º Semestre 2015**



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

OFÍCIO Nº 29 DE 2015- CN
OFÍCIO "S" Nº 89 DE 2015

09 DEZ 2015

91214.001421/2015-92

Ofício nº 255/2015/PRESI-APO

3 de dezembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor

SENADOR JOSÉ RENAN VASCONCELOS CARLHEIROS

Presidente do Congresso Nacional

Palácio do Congresso Nacional Ed. Principal, Praça dos Três Poderes

70.165-900 – Brasília, DF

Assunto: Relatório de Atividades 1º Semestre 2015

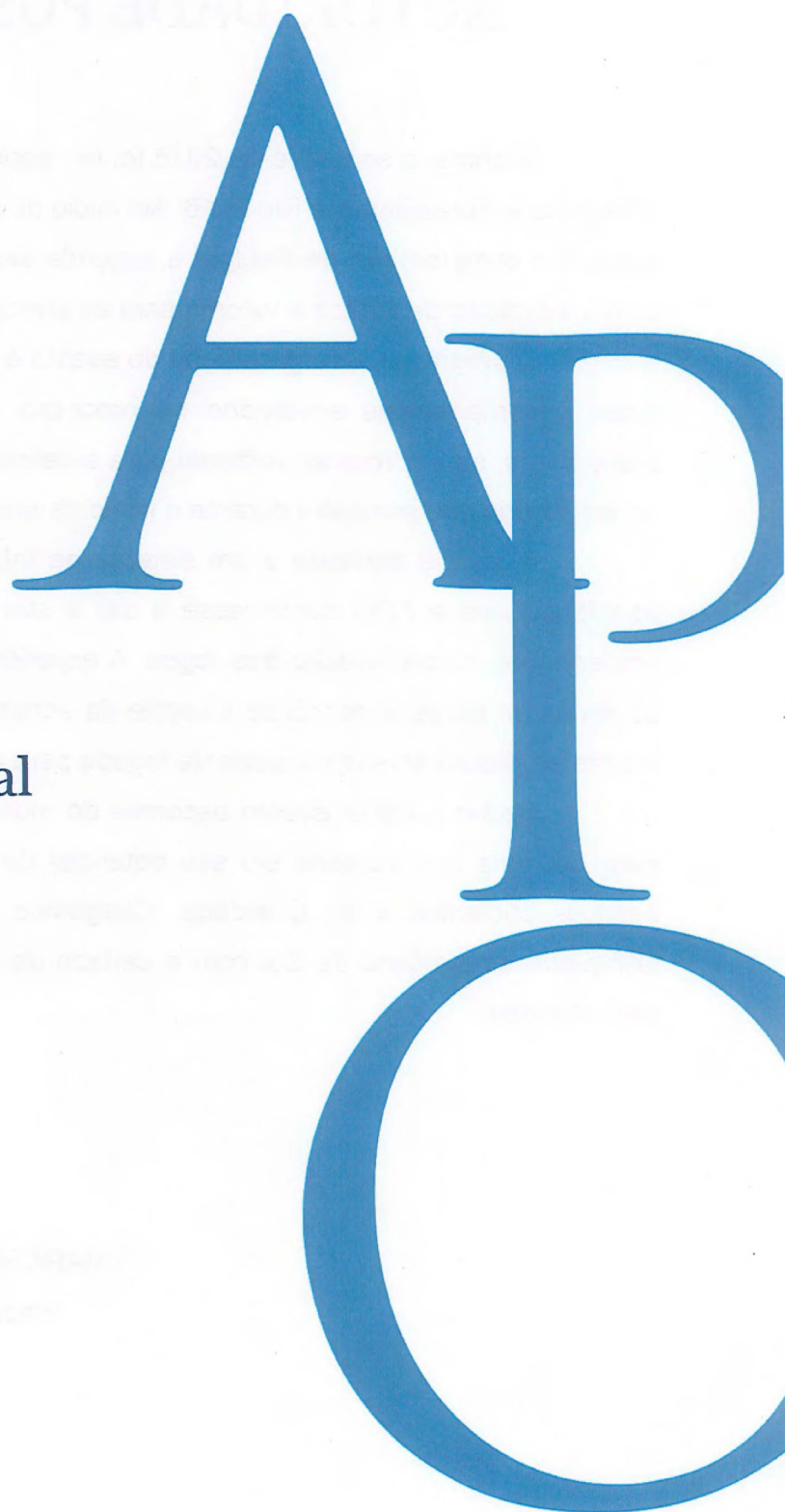
[Cód: 050.1]

Senhor Presidente,

1. A Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011, ratificou os termos do Protocolo de Intenções celebrado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro para a criação do Consórcio Público, sob a forma de autarquia em regime especial, denominado Autoridade Pública Olímpica – APO. Essa Lei, nos termos do seu artigo 8º, foi regulamentada através do Decreto nº 7.560, de 08 de setembro de 2011, posteriormente alterado pelo Decreto nº 7.615, de 18 de novembro de 2011.
2. Leis estadual e municipal, respectivamente de nºs 5.949, de 13 de abril de 2011 e 5.260, de 13 de abril de 2011, também ratificaram o Protocolo de Intenções.
3. O artigo 6º da lei 12.396/2011 dispõe: “A APO enviará ao Congresso Nacional relatório semestral de suas atividades e calendário de ações a cumprir, para acompanhamento dos prazos estabelecidos pelo Comitê Olímpico Internacional e pelo Comitê Paraolímpico Internacional”.
4. Atendendo a recomendação da comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado, contida no Parecer s/n, datado de 18 de março de 2014, informamos que no período do presente relatório não houve nenhuma demanda do TCU para a APO, com recomendações relacionadas à Matriz de Responsabilidades.
5. Nessas condições, em observância ao estabelecido no texto legal, encaminho a Vossa Excelência o anexo Relatório de Atividades desenvolvidas pela APO no primeiro semestre de 2015.
6. Por meu intermédio, de seus dirigentes e corpo técnico, a APO coloca-se à disposição para os esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Cordialmente,

ARI MATOS CARDOSO
Presidente Substituto



Relatório

Congresso Nacional

Primeiro Semestre de 2015



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

O primeiro semestre de 2015 foi um período de avanços na preparação dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. No início do ano, a Autoridade Pública Olímpica (APO) cumpriu o compromisso de divulgar a segunda atualização da Matriz de Responsabilidades, com a indicação de prazos e valores para as principais obras olímpicas.

O progresso na organização do evento é resultado do trabalho integrado feito pelos entes governamentais envolvidos no processo. Com obras encaminhadas e dentro do cronograma, os esforços se voltaram para a definição dos serviços que começaram a operar no fim do primeiro semestre durante o início de uma série de eventos-teste.

A equipe alinhada e um sistema de informações em constante aperfeiçoamento permitiram que a APO continuasse a dar a sua contribuição na integração dos esforços empenhados na preparação dos Jogos. A experiência positiva que tem sido observada com as ações do primeiro consórcio tripartite da administração pública mostra que esse modelo inédito de gestão será um importante legado para a gestão pública do Brasil.

Sediar o maior evento esportivo do mundo é um desafio complexo, mas possível para um país que acredita em seu potencial de planejamento e entrega de estruturas e serviços eficientes e de qualidade. Chegamos à reta final da preparação da primeira Olimpíada da América do Sul com a certeza de que, juntos, podemos realizar um evento com sucesso.

MARCELO PEDROSO

Presidente APO



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

1

INTRODUÇÃO



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

“A APO enviará ao Congresso Nacional relatório semestral de suas atividades e calendário de ações a cumprir, para acompanhamento dos prazos estabelecidos pelo Comitê Olímpico Internacional e pelo Comitê Paraolímpico Internacional.” (Art. 6º da Lei nº 12.396/2011).

No primeiro semestre de 2015, faltando pouco mais de um ano para a realização dos Jogos Rio 2016, é possível verificar o avançado estágio de execução das obras de infraestrutura necessárias aos Jogos.

Diante desta realidade, a Autoridade Pública Olímpica – APO entrou em nova fase ao priorizar o acompanhamento dos serviços necessários aos Jogos. Para isso, a APO iniciou, neste primeiro semestre, estudos visando à reformulação de sua estrutura organizacional. Começaram a ser elaborados um novo estatuto, organograma e regimento interno para aprovação ainda no ano de 2015.

Na primeira metade do ano, a APO prosseguiu também nas ações voltadas para a atualização da Matriz de Responsabilidades e da Carteira de Projetos Olímpicos, além do acompanhamento das obras e serviços, conforme compromisso estabelecido pela Lei Federal 12.396, de 2011, bem como acompanha os demais projetos incluídos no Plano de Políticas Públicas – Legado, uma vez que o andamento dessas obras que foram antecipadas ou aceleradas por causa dos Jogos, traz impactos para a operação do evento.

O desafio de acompanhar todos os projetos envolvidos diretamente na construção dos Jogos Rio2016 é a principal missão de todos os servidores desta Autarquia, promovendo o estreitamento das ligações já estabelecidas nas entidades parceiras visando ao intercâmbio de informações sobre o andamento dos projetos olímpicos.

Desta maneira, os canais de comunicação com os entes participantes na organização dos Jogos tem se consolidado, fazendo com que as informações sobre o andamento das obras e serviços passassem a ser enviadas à APO de maneira rotineira. Isso permitiu que os servidores que trabalham diretamente na busca por informações pudessem focar seus esforços na formatação de produtos novos de qualidade, permitindo



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

aos gestores mais subsídios para a tomada de decisões e para articulação visando à solução de eventuais entraves.

O sistema de informações (Sistema APO) está consolidado, o pessoal, capacitado e totalmente familiarizado com o ambiente estabelecido. Assim, consideramos que, a partir de 2015, a APO passa da fase de estabelecer laços para a de estreitá-los, consolidá-los e utilizá-los em prol do cumprimento da missão institucional da Autarquia, que é garantir a totalidade dos compromissos assumidos junto ao Comitê Olímpico Internacional – COI.



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

2

ATIVIDADES
INSTITUCIONAIS



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

A. Organograma



B. Conselho Público Olímpico

No primeiro semestre de 2015 foram realizadas duas reuniões do Conselho Público Olímpico (CPO), sendo uma ordinária e uma extraordinária. Na primeira, foram tratadas questões referentes à exoneração e nomeação de membros do Conselho Fiscal, atualização da Matriz de Responsabilidades, Carteira de Projetos Olímpicos e o Plano de Políticas Públicas. Na segunda, exoneração e nomeação de membros do Conselho de Governança, apreciação do sistema APO de Acompanhamento de obras e serviços e aprovação do afastamento do país do presidente substituto da APO no período.

Os assuntos tratados no âmbito do Conselho Público Olímpico estão registrados em atas e resoluções disponíveis no site da APO.

C. Conselho de Governança

O Conselho de Governança reuniu-se em abril, quando opinou favoravelmente sobre as contas da APO referentes ao exercício de 2014 e sobre o Relatório Anual de Administração.

Os assuntos tratados no âmbito do Conselho de Governança estão registrados em atas e disponíveis no site da APO.



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

D. Conselho Fiscal

A Diretoria Executiva é responsável pelo acompanhamento das reuniões do Conselho Fiscal, que acontecem no final de cada mês, das quais participam: o Diretor Executivo, o responsável pela Superintendência de Gestão Corporativa - SGC, órgão subordinado à Diretoria Executiva, o responsável pela Contabilidade da APO, subordinada à SGC e o responsável pela Controladoria Geral. Nas pautas das reuniões realizadas entre janeiro e junho de 2015 estão os seguintes assuntos: exame das Atas e Resoluções, resultantes das reuniões de Diretoria Executiva e Diretoria Colegiada; análise dos processos licitatórios; análise dos demonstrativos contábeis e financeiros de cada mês; atualização sobre solicitações e atendimento aos órgãos de controle como Tribunal de Contas da União - TCU, Controladoria-Geral da União - CGU e outros; atualização sobre proposta de orçamento para a APO; apreciação do Contrato de Rateio; apresentação do Regimento Interno; entrega das certidões atualizadas - Dívida Ativa da União, INSS, Certificado de Regularidade junto ao FGTS, Adimplência no Cadastro de Créditos não quitados do poder público (CADIN).

Os assuntos tratados no âmbito do Conselho Fiscal estão registrados em atas edisponíveis no site da APO.

E. Presidência

A Presidência da Autoridade Pública Olímpica é responsável pela gestão da instituição composta por 5 diretorias, a Controladoria Geral que inclui a Auditoria, a Procuradoria Geral, a Assessoria de Comunicação e o Escritório de Representação em Brasília onde atuam assessores para funções específicas junto aos organismos do Governo Federal e representações internacionais. As diretorias são assim distribuídas: Diretoria Executiva, que coordena as ações das diretorias finalísticas, além de coordenar a Superintendência de Gestão Corporativa - SGC, responsável pelos setores administrativo e financeiro. As diretorias finalísticas são: Diretoria de Infraestrutura-DINFRA, Diretoria de Mobilidade-DIMOB, Diretoria de Operações e Serviços-DIOPS; Diretoria de Integração-DI. O trabalho do presidente consiste na gestão da instituição por meio das diretrizes repassadas



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

ao Diretor Executivo e às diretorias, participação em reuniões colegiadas com a Diretoria Executiva, composta por todas as diretorias, a SGC, a Controladoria, a Procuradoria Geral e a Assessoria de Comunicação.

No período que compreende os meses de janeiro a junho de 2015, o Diretor Executivo da APO acumulou, a partir de janeiro, conforme previsto no Estatuto da APO¹, as funções de Presidente substituto, pela vacância do cargo. Por esse motivo, o relatório engloba, as ações das duas áreas, ou seja: Diretoria Executiva e Presidência.

¹ “Art. 10. Ao Presidente incumbe a representação legal da APO, bem como a coordenação e superintendência de suas atividades.

(...)

Parágrafo quarto - No caso de vacância do cargo de Presidente da APO, caberá ao Diretor Executivo substituí-lo até que seja nomeado novo titular, na forma da Cláusula Décima Segunda do Contrato de Consórcio Público.”



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

No primeiro semestre de 2015, o presidente substituto participou de diversas reuniões com os entes consorciados (União, Estado e Município), com o Poder Legislativo Federal, Estadual e Municipal, com o Comitê Olímpico Internacional (COI) e Comitê Paraolímpico Internacional (IPC).

Vale destacar a agenda oficial do COI e do IPC neste primeiro semestre conforme calendário abaixo:

EVENTO		DATA	
Classificação	Tipo	Início	Término
8º CoCom – COI	Coordination Commission (CoCom) – COI	23/02	25/02
Reunião COI – TICR	Transport Infrastructure Construction Review (TICR)	11/03	13/03
Reunião COI – ICPR	Interim Construction Progress Review (ICPR)	06/04	09/04
11º PR – COI	11º Project Review	20/05	21/05

Conforme definido na Carta Olímpica, a Comissão de Coordenação é nomeada pelo Presidente do Comitê Olímpico Internacional (COI) para cada edição dos Jogos com o objetivo de gerir e implementar as relações de trabalho entre o Comitê Organizador Local, Federações Internacionais e Nacionais.

O Coordination Commission-CoCom é a reunião que conta com a presença do Ministro do Esporte, do Governador, do Prefeito, do Presidente da APO e do Presidente do Comitê Rio2016. Geralmente reúne-se duas vezes por ano. Reunião tem um perfil político e estratégico. No final da reunião é realizada uma coletiva de imprensa.

O Project Review – PR é a reunião de acompanhamento dos projetos Olímpicos presidida pela Sra. Nawal EL MOUTAWAKEL. Tem um perfil mais técnico, mas também conta com a presença do Ministro do Esporte, do Governador, do Prefeito, do Presidente da APO e do presidente do Comitê Rio2016.



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

Transport Infrastructure Construction Review TICR e Interim Construction Progress Review - ICPR são reuniões de acompanhamento do progresso do Projeto Olímpico na área de transporte e infraestrutura pelos técnicos do COI junto aos técnicos envolvidos nos projetos. As informações coletadas nessas reuniões servem de insumo para o Project Review e o CoCom.

- Reuniões de Diretoria Colegiada:

Foram realizadas, entre janeiro e junho de 2015, seis reuniões de Diretoria Colegiada, em que foram discutidas questões relacionadas com os seguintes temas: atualizações da Matriz de Responsabilidades e da Carteira de Projetos Olímpicos; definições sobre encaminhamentos de questões ao CPO; aprovação da manifestação técnica sobre o Regime Diferenciado de Contratação; aprovação de Resoluções Normativas sobre questões administrativas da APO; aprovação da metodologia para acompanhamento de obras e serviços pela APO; aprovação de portaria que institui o Sistema de Informação ao Cidadão - SIC; aprovação do Plano de Contingência da APO que tem como finalidade atender a Lei 12.396/2011; aprovação do Planejamento Estratégico; aprovação a Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC/APO), oferecendo as diretrizes e os fundamentos da estrutura normativa de segurança da informação da entidade e direcionando a APO no que diz respeito à gestão dos riscos de TI e ao tratamento dos incidentes.

F. Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva da Autoridade Pública Olímpica é responsável pela coordenação das ações das diretorias finalísticas, a saber: Diretoria de Infraestrutura-DINFRA, Diretoria de Mobilidade-DIMOB, Diretoria de Operações e Serviços-DIOPS; Diretoria de Integração-DI, e a Superintendência de Gestão Corporativa-SGC, responsável



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

pela administração e finanças. O trabalho consiste na coordenação de reuniões semanais do colegiado da Diretoria Executiva, composto pelas diretorias finalísticas, SGC, Controladoria, Procuradoria Geral e Assessoria de Comunicação.

No primeiro semestre de 2015 foram realizadas dezesseis reuniões de Diretoria Executiva, quando se discutiram questões relacionadas com os seguintes temas: encaminhamentos resultantes das reuniões de alinhamento com o Prefeito do Rio de Janeiro; atualizações da Matriz de Responsabilidades e da Carteira de Projetos Olímpicos; definições sobre encaminhamento de questões ao CPO; consolidação do Plano de Providências Permanentes, a ser encaminhado à CGU; aprovação da atualização da Metodologia para Acompanhamento de Obras e Serviços (Sistema APO); aprovação de normas e procedimentos: Norma para Concessão de Diárias e Emissão de Passagens, Norma de Uso dos Serviços de Transportes no Âmbito da APO, Norma de Uso do Cartão Corporativo, Manual de Auditoria Interna; elaboração do plano de ações da APO, decorrente do Planejamento Estratégico; análise e aprovação de contrato para aluguel de veículos; alinhamento interno sobre os assuntos tratados nas reuniões realizadas com o COI, IPC e o Comitê local – Rio2016;;; aprovação da etapa de Relacionamento Institucional do Planejamento Estratégico; deliberação quanto a participação nos jogos Panamericanos e Parapanamericanos em Toronto-Canadá; deliberação sobre a participação da APO nos Eventos Teste; alinhamento das informações disponibilizadas pelos entes sobre a Baía de Guanabara; atendimento às recomendações dos organismos de controle (TCU/CGU); alinhamentos sobre os assuntos que deverão ser tratados no âmbito do Comitê Executivo-COMEX e do Comitê de Coordenação-COMCOORD, criados em conjunto com os entes e o Comitê Rio2016 para deliberação dos assuntos olímpicos; relato das diretorias finalísticas sobre o acompanhamento dos projetos; aprovação do Plano de Contingência da APO; aprovação do orçamento da APO; apreciação da Prestação de Contas da APO; apreciação das atualizações do Sistema de Acompanhamento da APO; aprovação da revisão do Regimento Interno da APO.



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

G. Diretoria de Integração

Com a missão de desenvolver ferramental e mecanismos de acompanhamento e processamento das informações concernentes à realização dos Jogos, a Diretoria exerce atividades na área de tecnologia e, também de gestão de informações. Está organizada em duas superintendências: Gestão da Informação e Tecnologia da Informação.

No final de setembro de 2014, foi aprovado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI para o período 2014/2016, visando a assegurar uma infraestrutura tecnológica ajustada às necessidades da Autarquia. Tal instrumento de planejamento, considerando tratar-se de uma instituição não permanente, previu que as principais ações de estruturação dos recursos computacionais, contratação de serviços, desenvolvimento dos sistemas e montagem das equipes de trabalho ocorressem no seu primeiro ano de execução.

Contratações de equipamentos efetivadas, principalmente, no final de 2014 possibilitaram a instalação, logo nos primeiros meses do ano, de Centros de Processamento de Dados e de soluções de visualização digitais multimídias e audiovisuais nos escritórios do Rio de Janeiro e de Brasília, como Videowalls e o incremento de televisores e equipamentos de videoconferência.

Ressalte-se que as responsabilidades da Instituição estão fortemente baseadas na intensa rotina de troca de informações, reuniões de articulação e de acompanhamento dos planos, projetos e ações para os Jogos, trabalho realizado tanto entre seus técnicos (internamente) quanto com pessoas de outras instituições, principalmente vinculadas aos entes consorciados (externamente). Nesses processos, a disponibilidade de ferramental para auxiliar os envolvidos em atividades de integração e articulação é considerada estratégica e, na configuração do PDTI, representou a identificação e a eleição de recursos para a composição de ambientes de trabalho que facilitem a exposição e visualização de dados e informações sobre os projetos acompanhados, em formatos diversos e oriundos de fontes variadas, facilitando os trabalhos conjuntos. Conforme definido no Planejamento Estratégico, a missão da Autarquia é a de “integrar e facilitar a participação da União, do Estado e do Município do Rio de Janeiro, entes governamentais consorciados, na preparação e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, a fim de assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pelo País perante o Comitê Olímpico Internacional”. Na identificação da melhor estratégia competitiva para a



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

organização, foram estabelecidos objetivos e macroações estratégicas, dentre estas, a de “elaborar estratégia orientada à excelência e transparência em comunicação institucional com as partes relacionadas”.

Considerando fatores como custo, funcionalidades e segurança, em março de 2015 foi contratado serviço de hospedagem para o site da APO, oferecendo suporte adequado às estratégias de divulgação institucional, inclusive nas redes sociais.

A aprovação da Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC/APO) ofereceu as diretrizes e os fundamentos da estrutura normativa de segurança da informação da entidade, direcionando a APO no que diz respeito à gestão dos riscos de TI e ao tratamento dos incidentes.

O desenvolvimento de sistemas de informação é realizado por equipe própria no formato de softwares públicos e gratuitos, os quais instrumentalizam o atendimento às necessidades da área meio e, principalmente, das atividades finalísticas. No PDTI, foi prevista a construção de sistemas de informação constituintes de uma plataforma única de banco de dados integrado chamado “Sistema APO”, com módulos de acesso a cada sistema específico. No primeiro semestre de 2015, foi possível atingir a meta de desenvolvimento prevista no plano, com a implementação de sistemas de informação para suporte de atividades como o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), o acompanhamento de prazos e a organização de informações relativas a demandas externas, além de controle do atendimento de chamados de suporte técnico em informática.

O “Sistema APO” foi concebido desde o início como instrumental (método e ferramenta) capaz de unir todos os colaboradores da área finalística em um mesmo sistema de informações, fruto de esforços tanto de programação de TI quanto de gestão de informações. Esse passo foi considerado essencial para a integração e a gestão do conhecimento. Indispensável, também, para o desenvolvimento e a consolidação de uma cultura organizacional pautada nos valores da Instituição. O Sistema vem recebendo novas funcionalidades e níveis de integração, dispondo de recursos que permitem à Autarquia sintetizar informações gerenciais estratégicas, destinadas ao assessoramento tempestivo e oportuno dos gestores.

Em especial, destaca-se que foram acrescentados aos painéis de infraestrutura (interfaces executivas de informações), ambientes de consolidação de informações sobre o planejamento de operações para os Jogos, tais como: a) sobre os percursos e as



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

operações da Tocha Olímpica e da Tocha Paraolímpica; b) abordando recursos disponíveis para a prestação de serviços de Dados Meteorológicos pelos entes públicos durante os eventos-teste e os Jogos; c) sobre o planejamento de Acomodações para os Jogos; d) sistematizando dados de planejamento dos Eventos-teste. Esse tipo de exibição de informações revelou-se valioso no alinhamento interno das equipes de trabalho e em ações de interlocução junto aos entes, com o objetivo de facilitar essas articulações.

Tal como previsto, o avanço nas etapas de preparação para os Jogos demandou a estruturação de módulo do Sistema centrado no acompanhamento estratégico dos planejamentos operacionais dos entes para os eventos-teste e para o período dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos.

A base conceitual das atividades finalísticas, exercitada pela Instituição desde o ano de 2014, foi formalizada com a aprovação pela Diretoria Colegiada, em abril de 2015, da “Metodologia para Acompanhamento de Obras e Serviços pela Autoridade Pública Olímpica”. O objetivo primordial é possibilitar, no campo estratégico, o monitoramento da execução de projetos e bases para a consolidação de planejamento integrado de obras e serviços. Apresenta substratos, também, para o cumprimento de outras finalidades institucionais previstas na legislação, como o planejamento do uso do legado, a elaboração e atualização da Matriz de Responsabilidades e da Carteira de Projetos, a interlocução nos casos de impasse.

Os trabalhos de gestão da informação realizados pela Diretoria se integram às atividades das demais unidades da APO na produção de conhecimento orientado às necessidades dos Jogos, com interface em todas as etapas desse processo. Essas frentes de atuação contribuem para a constituição de base técnica que permita à Instituição articulações e estratégias de mobilização da governança em torno dos temas acompanhados.

O constante alinhamento metodológico da equipe tem por objetivo garantir a manter as unidades com atuação finalística na mesma cadência, alinhadas por conceitos e procedimentos comuns. As orientações abordam aspectos de conformidade de processos e integração de conteúdos. Outra frente investe na rotina do fluxo de informações, interna e externamente, colaborando na coleta de dados junto aos entes consorciados e ao Comitê Rio 2016. Por fim, na configuração de produtos de interesse das articulações e intermediações da APO junto à governança, a Diretoria se dedica à



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

configuração e elaboração de produtos com caráter de integração, como estatísticas e outras análises setoriais, para difusão de informações interna ou externamente, para acompanhamento executivo.

H. Diretoria de Infraestrutura

No primeiro semestre de 2015, a Diretoria de Infraestrutura (DINFRA) desenvolveu suas atividades visando ao acompanhamento das obras de infraestrutura, promovendo reuniões e interlocuções entre os entes envolvidos, com o intuito de facilitar a preparação das arenas em todos os “clusters” olímpicos (Barra, Deodoro, Copacabana e Maracanã), a fim de atender os eventos-teste a serem realizados no segundo semestre deste ano.

Paralelamente a isso, incrementou reuniões nos grupos de trabalho de energia, de concessionárias e de telecomunicações, com o objetivo de ajudar os entes a tomarem decisões e a solucionar questões dessas áreas funcionais junto aos governos Municipal, Estadual e Federal.

O resultado desse trabalho pode ser observado no sucesso dos primeiros eventos-teste realizados neste ano, que mostrou que a infraestrutura das arenas estava adequada, dentro dos padrões olímpicos e paraolímpicos.

A Diretoria está organizada em Superintendência de Infraestrutura Esportiva, Superintendência de Obras e Instalações Não Esportivas e Superintendência de Serviços de Utilidade Pública, que tratam dos seguintes temas:

- Zona Barra da Tijuca

As obras de instalações esportivas estão sob a responsabilidade da Prefeitura do Rio de Janeiro (PCRJ), sendo conduzidas pela Empresa Municipal de Urbanização (RioUrbe).

O Centro Olímpico de Treinamento (COT Halls 1, 2 e 3) teve suas obras iniciadas em julho de 2013 sem, no entanto, incluir o sistema de ar condicionado.

Nesse quadro, a APO emitiu a Resolução APO Nº 5, de 19 de dezembro de 2014, incluindo o ar condicionado na Carteira de Projetos Olímpicos, a fim de adquirir o referido sistema pelo Regime Diferenciado de Contratação (RDC). Posteriormente, em 06 de fevereiro de 2015, o Ministério do Esporte (ME) publicou o Aviso de Licitação (RDC) Presencial nº 1/2015.



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

A pronta resposta desta autarquia na emissão da resolução em questão possibilitou o rápido processo de aquisição do sistema de ar condicionado.

O Hall Olímpico 4 – Handebol – iniciou suas obras e está em franco desenvolvimento. Ao término do primeiro semestre de 2015, as obras encontram-se, aproximadamente, com 70% dos serviços executados.

O consórcio BEM, vencedor da licitação do Centro Aquático Maria Lenk para realização das obras, assinou com a Prefeitura o contrato em 13 de abril de 2015, com prazo estipulado em dez meses para realização do serviço. As obras iniciaram em abril de 2015

As obras do Centro Olímpico de Esportes Aquáticos também estão em estado bem avançado de execução.

No que se refere ao Campo Olímpico de Golfe, ao término do primeiro semestre de 2015, os serviços prestados se concentraram na manutenção para o crescimento e enraizamento da grama do campo e, construção do Club House.

Em novembro de 2014 foi lançado um novo plano de recuperação da obra do Velódromo pela construtora responsável pela instalação. O plano avançou até março de 2015, quando as obras voltaram a apresentar atrasos em função do ritmo lento da instalação das estruturas pré-moldadas das arquibancadas. Em maio de 2015, parte da obra ficou paralisada em função de uma fiscalização do Ministério do Trabalho para readequação das condições de segurança do local. No final do semestre, a obra iniciou a fase de instalação da cobertura, que permitirá o fechamento da estrutura e o prosseguimento das demais atividades, a fim de garantir, no segundo semestre de 2015, a instalação da pista de madeira.

A APO levou aos vários fóruns de governança, que reúne os entes envolvidos na preparação para os Jogos Rio 2016, a preocupação com o atraso das obras e a necessidade de cumprimento dos marcos da construção para permitir o cumprimento de prazos de preparação do evento-teste, em março de 2016.

Em relação às obras do Centro Olímpico de Tênis, no primeiro semestre de 2015 foi dado prosseguimento às obras da arena de dez mil lugares com a conclusão da estrutura de pré-moldados e da cobertura metálica.

- Zona Deodoro

No Complexo Esportivo de Deodoro serão realizadas as competições Olímpicas de Canoagem Slalom, Ciclismo BMX, Ciclismo Mountain Bike, Tiro Esportivo, Hipismo (três



modalidades: Concurso Completo, Adestramento e Salto), Hóquei Sobre Grama, Pentatlo Moderno, Rugby, Basquete (fase preliminar/feminino) e Paraolímpicas de Hipismo, Esgrima, Tiro e Futebol 7, perfazendo um total de 11 modalidades olímpicas e 4 paraolímpicas.

Para a realização dessas competições estão sendo construídas instalações que permanecerão como legado (Estádio Olímpico de Canoagem Slalom, Centro Olímpico de BMX, Arena da Juventude e Centro Olímpico de Hóquei Sobre Grama), instalações temporárias (Parque Olímpico de Mountain Bike e Estádio de Deodoro) e a readequação de instalações já existentes (Centro Olímpico de Tiro Esportivo, Centro Olímpico de Hipismo e o Centro Aquático de Deodoro).

Tomando como divisa entre as áreas a Avenida Duque de Caxias, as obras das instalações esportivas da Área Sul, basicamente as voltadas para as competições de hipismo, estão sendo conduzidas pela empresa IBEG e sua evolução está ocorrendo dentro do cronograma previsto, tendo, inclusive, a previsão de receber, no mês de agosto/15, o Evento-teste de Hipismo.

Por sua vez, as obras das instalações esportivas da Área Norte estão sendo realizadas pelo Consórcio Queiroz Galvão/OAS, evoluindo dentro dos cronogramas previstos e irão receber, no período entre outubro/15 a abril/16, oito eventos-teste. Cabe ressaltar que todas as obras das instalações esportivas estão previstas para serem entregues ainda no ano de 2015.

De todo o Complexo, a intervenção que requer maior atenção, por conta do seu cronograma de execução, é o Domínio Comum do Pentatlo Moderno, conjunto de obras previstas como temporárias e que englobam a construção da Praça dos Espectadores – local previsto para a concentração de grande parte da assistência, a construção de uma plataforma sobre a linha férrea da Supervia, que servirá como espaço de conexão entre as duas áreas do Complexo, e a construção de pontes sobre o Rio Marangá, córrego que corta a Área Norte em toda a sua extensão.

- Zona Copacabana

A DINFRA possui representantes atuando nos fóruns da Lagoa Rodrigo de Freitas e nos fóruns de discussões sobre a Marina da Glória. Durante o primeiro semestre de 2015, foram estudadas soluções e alternativas para a viabilização das instalações esportivas, atendendo aos requisitos ambientais, legais e esportivos.



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

As intervenções no Estádio de Remo da Lagoa, onde serão realizadas as competições de Remo e Canoagem (velocidade), foram analisadas e a responsabilidade pela execução de cada obra foi definida entre o Governo do Estado e o Comitê Rio2016, sendo executadas para realização do evento-teste.

Na Marina da Glória houve a continuidade da obra de reforma e adaptação do local para os Jogos Olímpicos. Ademais, houve a autorização da Superintendência de Patrimônio da União para as obras e instalação de novos píeres de atracação, embarque e desembarque. A reforma da parte terrestre está ocorrendo, com previsão de conclusão em janeiro de 2016. Já a reforma dos píeres, que foi iniciada em maio de 2015, tem previsão de conclusão em janeiro de 2016.

- Zona Maracanã

As atividades relacionadas à Zona do Maracanã abrangem o monitoramento das intervenções no entorno do estádio do Maracanã; a implantação de duas quadras de aquecimento no Maracanãzinho; planejamento das instalações temporárias do Sambódromo e a reforma do Estádio Olímpico (João Havelange -Engenhão) com a adaptação do seu entorno.

Por decisão do Governo do Estado do Rio, a reforma do Centro Aquático Júlio Delamare não será mais realizada em função do elevado custo das intervenções. Com isso, os jogos da fase preliminar do Polo Aquático serão realizados na Zona da Barra ou na Zona de Deodoro, ainda a ser definido pelo Comitê Rio 2016.

A DINFRA participou das reuniões de integração com os diversos entes e com o Grupo de Trabalho do Estádio Olímpico onde os principais obstáculos foram analisados e as alternativas para solução debatidas e encaminhadas.

- Instalações de Treinamento Games-Time

A disponibilização de locais para treinamento para as equipes durante os Jogos de 2016 faz parte dos compromissos assumidos no dossiê de candidatura da Cidade do Rio de Janeiro. Em sua grande maioria, as próprias instalações esportivas serão utilizadas para treinamento. No entanto, para fazer frente à demanda dos atletas serão oferecidos outros



locais que receberão investimentos do Governo Federal para o efetivo cumprimento do compromisso.

Para tanto, o Ministério do Esporte manteve entendimentos com o Exército, Aeronáutica, Marinha e a Universidade Federal do Rio de Janeiro e identificou os locais onde as novas instalações de treinamento serão construídas ou reformadas. Durante o primeiro semestre de 2015, a DINFRA participou das negociações acompanhando os processos de disponibilização orçamentária e de licitação. Foram escolhidas três instalações na Zona de Deodoro, duas na Zona do Maracanã e uma na Barra:

- Centro de Instrução de Gerició (CIG);
- 31º Grupo de Artilharia de Campanha (31º GAC);
- Universidade da Força Aérea (UNIFA);
- Universidade Federal do Rio de Janeiro - Escola de Educação Física (EEFD);
- Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN);
- Clube da Aeronáutica (CAER).

Quanto às instalações não esportivas, no primeiro semestre de 2015, a Dinfra participou de reuniões com o COI, Casa Civil da Presidência da República e Ministério do Esporte, Caixa Econômica Federal, Comitê Rio2016 e a empresa Ilha Pura Empreendimentos Imobiliários Ltda., com o objetivo de acompanhar as diversas tratativas e ações que permitissem o avanço na execução das obras, incluindo a busca de soluções para as questões de maior impacto na entrega das instalações para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos.

Os principais parceiros, nesse período, foram o Ministério do Esporte, por intermédio da sua Representação Regional, a Caixa Econômica Federal, o Consórcio Ilha Pura, a Empresa Olímpica Municipal (EOM) e o Comitê Organizador Rio2016.

Dentre os temas acompanhados, alguns merecem destaque:

- Vila dos Atletas

A APO fez visitas periódicas ao empreendimento, mantendo reuniões com a empresa Ilha Pura. A execução das obras cumpre o seu cronograma, indicando o cumprimento dos prazos estabelecidos.



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

- Parque Olímpico

Foram acompanhadas as obras civis do Parque Olímpico, relativas aos prédios do complexo de mídia (International Broadcast Center (IBC), Main Press Center (MPC) e hotel) e o domínio comum, incluindo visitas ao canteiro de obras do Parque Olímpico.

Para o pleno funcionamento do IBC, além da entrega da obra civil, tornam-se imprescindíveis as “instalações especiais”, que incluem sistemas de ar condicionado, instalações elétricas, escadas rolantes, que foram contratadas nesse primeiro semestre de 2015, pelo Comitê Organizador Rio 2016. O prazo de conclusão das obras e entrega da instalação, está sendo negociado com a Olympic Broadcasting Services (OBS), de forma faseada.

No que diz respeito ao Domínio Comum do Parque Olímpico da Barra, as redes de infraestrutura estão em execução. O progresso físico das obras apresenta um avanço dentro do cronograma previsto.

- Domínio Urbano do Complexo Esportivo de Deodoro

Concomitantemente com as instalações esportivas, estão sendo feitas melhorias em espaços públicos, como praças e vias, criando ligações de pedestres entre as instalações e requalificando os principais acessos ao Complexo Esportivo.

- Vila dos Tratadores

Como instalação não esportiva, porém de suma importância para os jogos, constrói-se ainda, na Área Sul, a Vila dos Tratadores que abrigará os tratadores e veterinários dos cavalos das competições de hipismo e que permanecerá como legado para o Exército Brasileiro. A previsão de entrega do último dos três blocos de 24 apartamentos está prevista para abril/2016.

- Energia Elétrica

Em continuidade aos trabalhos de disponibilização de infraestrutura de energia elétrica para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, frente à coordenação do GT Operacional de Energia, foram acompanhadas as obras de distribuição de média tensão para as instalações de competição, com geração de cronogramas de execução pela Concessionária local como também obras da Subestação Olímpica a cargo da Sociedade



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

Para fins Específicos – SPE Energia Olímpica contratada pelo Ministério das Minas e Energia.

Cabe salientar que as obras dos ramais de alimentação (principal e reserva) e da Subestação Olímpica foram concluídas em 31 de maio de 2015 com a energização de todos os transformadores e quadros de manobra, restando ainda pequenas intervenções de acabamento.

As demais obras de Média Tensão a cargo da Light encontram-se dentro do cronograma estabelecido, e estão sendo entregues à medida que as instalações elétricas internas das instalações esportivas estão sendo concluídas.

Frente à assunção de responsabilidade no provimento de Energia Temporária pelo Governo Federal do Comitê Rio2016, foi iniciado o acompanhamento da avaliação das especificações técnicas para contratação pelo Ministério de Minas e Energias.

Paralelamente, como melhoria de processo, estabeleceu-se modelo de monitoramento periódico das obras de energia e foi iniciada a discussão do modelo de operação da infraestrutura de energia elétrica, para que seja avaliado nos eventos-teste.

- Telecomunicações

No primeiro trimestre de 2015, a coordenação do GT Telecomunicações, por definição no Geolimpíadas, Grupo Executivo dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 criado pelo decreto 13/2012, passou a ser de responsabilidade do Ministério das Comunicações. Assim, no âmbito de suas atribuições, a APO promoveu a integração dos entes na execução das ações coordenadas pelo Ministério das Comunicações, para garantir o atendimento aos requisitos do COI, conforme compromisso assumido pelo governo brasileiro.

Com relação ao serviço de telefonia móvel, que será prestado durante os Jogos Rio 2016, em conjunto com a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), buscou-se garantir a execução de análise dos níveis de qualidade dos serviços, que serão exigidos durante o evento.

- Saneamento e Distribuição de Gás

Com o objetivo principal de proporcionar a integração dos projetos e a compatibilização dos cronogramas das obras de infraestrutura previstas, a APO atuou na coordenação do GT Concessionárias, promovendo a interlocução entre os entes



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

governamentais e os representantes das diversas concessionárias de serviço público, fazendo a sincronização das obras das operadoras de telefonia com o projeto de obras de modernização da Prefeitura na região de Deodoro.

A priorização no entendimento das obras na região de Deodoro tornou possível, durante o decorrer do semestre, uma reflexão dos técnicos envolvidos sobre a infraestrutura proposta e obras de urbanização previstas, para o Domínio Urbano nas imediações das instalações olímpicas e seu uso no legado.

De forma continuada, foi efetuado o acompanhamento das obras de infraestrutura de serviços públicos na região da Barra.

I. Diretoria de Operações e Serviços (DIOPS)

No primeiro semestre de 2015, a DIOPS deu continuidade à articulação entre os Entes Consorciados, o Comitê Organizador dos Jogos, as demais organizações públicas envolvidas com os Jogos Rio 2016 sobre Sustentabilidade, Dados Meteorológicos e Oceanográficos, Segurança, Serviços de Saúde e Vigilância Sanitária, Eventos-Teste, Tributação, Aduana, Imigração e Credenciamento, Laboratório de Dopagem e Credenciamento – Laboratório de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (LB CD-LADETEC), Garantias, Proteção de marcas e propriedade Intelectual, Cultura, Eventos e Turismo, Acomodações e Plano de Uso do Legado. Esses temas, conforme detalhamento abaixo, são acompanhados pelas superintendências: Superintendência de Cultura, Eventos e Turismo, Superintendência de Sustentabilidade e Legado, Superintendência de Regulação e Superintendência de Segurança.

Eventos-teste

Um dos destaques da atuação da DIOPS ao longo do primeiro semestre de 2015 foi sua participação no planejamento dos primeiros eventos-teste para os Jogos Rio 2016. As competições de vôlei, triatlo, remo, hipismo, vela, ciclismo de estrada, maratona aquática e canoagem tiveram todo o processo de planejamento realizado entre janeiro e julho de 2015. Esse processo, capitaneado pelo Comitê Rio 2016, tem duração entre três e seis meses, variável de acordo com a complexidade e o número de serviços testados em cada evento. Além de ser o período ao longo do qual cada uma das áreas do comitê organizador define suas demandas internas e forma de atuação no evento, é a janela de oportunidade



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

para coordenação e integração entre o planejamento do próprio comitê e das entidades governamentais envolvidas na operação e na prestação de serviços públicos.

Nesse contexto, a APO, por meio da DIOPS, teve papel importante no processo de obtenção de alguns dos licenciamentos necessários à operação do evento, auxiliando na articulação entre o Comitê e alguns órgãos públicos, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC/RJ) e o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH).

Além disso, pode-se destacar o trabalho efetuado pela APO junto às instâncias responsáveis pela prestação de serviços meteorológicos (Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos – CPTEC/INPE; Instituto Nacional de Meteorologia – INMET; Marinha do Brasil), o que possibilitou um arranjo adequado para a prestação desses serviços durante os eventos. Vale frisar também a interlocução entre APO, Comitê Rio 2016 e agências reguladoras, sobretudo das áreas de saúde e vigilância sanitária, o que contribuiu para um melhor planejamento das operações a essas áreas relacionadas.

Em paralelo ao planejamento estritamente operacional dos eventos, o primeiro semestre de 2015 também foi um importante momento de avanço no desenho da estrutura de Coordenação, Comando, Controle e Comunicação (C4) que, liderada pelo Comitê Rio 2016, por meio do Main Operational Center (MOC), deverá funcionar como centro principal de consolidação e difusão de informações. A APO participou ativamente das discussões a respeito da melhor estrutura a ser utilizada durante os eventos-teste, tendo como horizonte o modelo a ser aplicado nos Jogos, e atualmente integra todas as instâncias táticas e estratégicas presentes no arranjo.

Saúde

A APO acompanha o andamento dos compromissos firmados no Dossiê de Candidatura relativos à estrutura de assistência à saúde a ser oferecida aos diversos grupos de clientes dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos durante a sua realização. O principal fórum para a discussão dessas ações ao longo do segundo semestre de 2014 foi o GT Saúde, coordenado pelo Ministério da Saúde.

Após a assinatura do Memorando de Entendimento para as Ações de Saúde, que inclui a Matriz de Responsabilidades das ações em saúde a serem desenvolvidas para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos pelos entes e pelo Comitê Rio 2016, o foco no primeiro semestre de 2015 foi a realização de reuniões específicas com representantes dos órgãos diretamente envolvidos em cada tema para a elaboração dos diversos planos operacionais



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

integrados. Para tanto, reuniram-se periodicamente 4 subgrupos do GT Saúde, sempre com a participação da APO: (1) Em relação ao tema Atendimento Pré-hospitalar Móvel (Ambulâncias) houve êxito na pactuação de um modelo de operação envolvendo a responsabilidade compartilhada entre o Ministério da Saúde, responsável pela compra e financiamento do custeio das ambulâncias, e a Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, responsável pelo plano operacional das ambulâncias, que se dedicou ao planejamento para cada instalação; (2) Sobre a sistemática de regulação dos serviços médicos durante os Jogos, foi aprovado o modelo proposto pela Prefeitura no qual o médico chefe da venue se comunica com o hospital de referência e este com a Central de Regulação Municipal. Os hospitais de referência serão da rede municipal e haverá unidades estaduais e federais de retaguarda. O GSE/SAMU ficou responsável pela remoção de espectadores acidentados fora do perímetro de segurança. (3) Em relação à Vigilância Sanitária, foi elaborado o Plano Operativo tripartite pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), pela Superintendência de Vigilância Sanitária do Governo do Estado do Rio de Janeiro (SUVISA) e pela Subsecretaria de Vigilância Sanitária do Município do Rio de Janeiro (SUBVISA) em fase de validação pelos entes; (4) No âmbito do subgrupo Riscos Epidemiológicos, Sanitários, Ambientais e Saúde do Trabalhador, cabe destacar a definição da estruturação e funcionamento do CIOCS (Centro Operativo Integrado de Ações Conjuntas da Saúde) e a evolução das tratativas para elaboração da estratégia em saúde pública para emergências por agentes QBRN envolvendo órgão de Saúde, Defesa e Segurança Pública.

Cultura

No início de 2015, com mudanças nas gestões dos órgãos de cultura nas três esferas do Poder Público (Ministério da Cultura, Secretaria de Estado de Cultura e Secretaria Municipal de Cultura), a APO realiza um conjunto de reuniões com os novos gestores e equipes a fim de transmitir e atualizar as informações referentes à organização das ações de cultura para os períodos olímpicos e dos Jogos. Nestes encontros, a APO propôs a retomada do GT Cultura, numa nova configuração (sem a participação em um momento inicial das cidades e estados do Futebol) e com uma agenda mais objetiva e propositiva de articulação e entrosamento do planejamento de cada um dos entes e focada especialmente na programação para a cidade do Rio de Janeiro. Como resultado, foi criado o novo Grupo Operacional de Cultura (GO Cultura), sob a coordenação do Ministério da



Cultura e com a participação da Secretaria Municipal de Cultura, da Secretaria de Estado de Cultura, da Empresa Olímpica Municipal, da Casa Civil do Estado do Rio de Janeiro e da APO. O GO Cultura se reporta ao GT Cultura, Turismo e Imagem do Brasil vinculado ao GEOLimpíadas.

A APO acompanhou o trabalho do GO, onde foi realizada a sistematização das ações em planejamento de cada órgão. Uma ação com especial dedicação do Grupo foi o desenvolvimento da Maratona Cultural Cidade Olímpica, proposta no bojo do Grupo, que envolveu a estreita relação entre os entes públicos de cultura e as instituições privadas que atuam com produção e difusão cultural na cidade. A Maratona será o resultado de um esforço coordenado para construção de um calendário unificado de programação cultural, e está prevista para o início do segundo semestre durante as comemorações de um ano para os Jogos.

Além deste fórum, a APO manteve participação ativa no Grupo de Trabalho de Cultura, Turismo & Imagem do Brasil. Sob coordenação do Ministério da Cultura e com participação do Ministério do Turismo, Ministério do Esporte, Ministério das Relações Exteriores, Embratur, Apex Brasil e APO, o GT tem trabalhado para integrar as agendas dos entes federais no planejamento, organização e realização de ações de promoção da cultura, turismo e da imagem do Brasil no contexto dos Jogos Rio2016, de modo a aproveitar a oportunidade de posicionar a “marca Brasil” nacional e internacionalmente.

Quanto às agendas internacionais, em janeiro a APO participou, a convite do British Council e do King’s College London, como conferencista da The Art of Major Events Conference, ocorrida em Londres, Reino Unido, sobre o planejamento da cultura para grandes eventos.

Turismo

A atuação da APO na área de Turismo envolve o acompanhamento das ações de promoção turística, de requalificação e acessibilidade de pontos turísticos, do desenvolvimento dos programas do Look da Cidade e de Experiência do Espectador e do planejamento e estruturação para hospedagem dos turistas e a acomodação da família olímpica.

Em continuidade à agenda proposta pelo GT Turismo no final de 2014, a APO e o Ministério do Turismo realizaram, em fevereiro de 2015, o Seminário de Turismo que teve como objetivo a troca de informações atualizadas sobre o planejamento das ações de cada



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

um dos entes para 2016, identificando os pontos críticos, com vistas a definir um plano de trabalho compartilhado com atribuições de responsabilidades a cada ente. Ao longo de dois dias, apresentaram seus planejamentos os entes públicos de turismo dos três níveis de governo (Ministério do Turismo, Embratur, Secretaria de Estado de Turismo/TurisRio e Secretaria Especial de Turismo da Cidade do Rio de Janeiro/RioTur) e as áreas funcionais do Comitê Rio 2016 que afetam a jornada do turista (Experiência do Espectador, Capacitação, Integração Paralímpica, Ticketing, Acomodações, Cultura, Comunicação e Voluntariado). Participaram também do Seminário representantes da Autoridade Pública Olímpica, do Ministério do Esporte, do Escritório de Gestão de Projetos da Secretaria da Casa Civil do Governo do Estado – EGP-Rio e da Empresa Olímpica Municipal.

A APO manteve firme participação no GT Turismo, principal fórum de articulação na área de turismo. Após o Seminário, o Grupo, agora reorganizado como Grupo Operacional de Turismo (GO) vinculado ao GT Cultura, Turismo e Experiência do Espectador do GEOLimpíadas, manteve agenda de reuniões mensais onde monitora, avalia e atualiza dados referentes a projetos e ações de diferentes áreas que afetam a jornada do turista e do espectador, como sinalização turística, informação turística, hospedagem, conectividade, acessibilidade capacitação para serviços, entretenimento, segurança, transporte e promoção turística. O GO realizou algumas reuniões sobre temas específicos, como acessibilidade, acomodação e capacitação, para integrar informações com as outras áreas afins aos temas.

No âmbito do GT Cultura, Turismo & Imagem do Brasil, está em desenvolvimento uma estratégia articulada de promoção turística do Brasil no mundo, potencializada pela Agenda Olímpica. Também foi proposta a criação de uma “Casa Brasil” sob responsabilidade do Ministério do Turismo.

Eventos

O trabalho da APO nesse período voltou-se ao apoio à identificação e ao planejamento de ações de parcerias, através de reuniões com o Comitê Rio 2016 e com diferentes órgãos governamentais, que possam garantir a realização dos eventos previstos no Dossiê de Candidatura.

No tocante aos Live Sites, foi acordado entre Rio2016 e Prefeitura que o Comitê ficará responsável por dois Live Sites: Parque Olímpico da Barra e Complexo Olímpico de Deodoro; e a RioTur realizará três Live Sites: Parque Madureira, Campo Grande (Parque



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

Miécimo da Silva) e Região do Porto (chamado de Boulevard Olímpico). RioTur lançou edital para selecionar empresa para realização dos Live Sites de Madureira e Boulevard Olímpico. Em relação aos Live Sites previstos para cidades do entorno e cidades do Futebol, a indicação é aguardar as negociações com as respectivas prefeituras previstas para início do próximo semestre.

Ainda quanto aos Live Sites, a APO, Rio2016 e o Ministério da Cultura, em comum acordo, e tendo em vista a falta de definições operacionais do programa de Live Sites, decidiram por descontinuar os esforços em curso ao longo de 2014 para desenvolvimento de um programa específico de formação de mão de obra técnica, via Pronatec Cultura, para a produção dos Live Sites.

Em relação ao Revezamento da Tocha, foi consolidado o Grupo Especial responsável pela governança do programa, sob coordenação da Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (SAF), com a participação da APO, da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério do Esporte, Ministério da Defesa, Ministério da Justiça, Ministério da Cultura, Ministério do Turismo, Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e Comitê Rio2016. O trabalho de governança viabilizou a articulação coordenada com as cidades de revezamento (aproximadamente 300 cidades em todo o país) que culminou com um grande evento em Brasília no início de junho com a presença dos prefeitos, governadores e Presidenta da República, seguida de reunião de trabalho de orientação e informação às cidades convidadas a integrarem a Rota do revezamento. O Grupo é o responsável por definir o envolvimento logístico e financeiro do Poder Público na operação do evento em áreas diversas como segurança, promoção turística, transporte etc.

Em relação às Cerimônias, a APO realiza um acompanhamento pontual e focado nos grandes marcos, como o lançamento da campanha de candidatos a voluntários para integrarem o elenco das cerimônias (em 15 de maio de 2015) e a sistematização operacional e logística de transporte e segurança.

O acompanhamento do desenvolvimento do programa de Voluntários do Rio2016 aponta a sua evolução para a fase de sensibilização e formação dos candidatos.

Capacitação

A APO articulou, junto ao Comitê Rio 2016, EOM e Casa Civil/RJ reuniões para tratar de capacitação. Foi identificado que o assunto não poderia ser tratado isoladamente,



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

sendo necessário tratá-lo em um escopo maior de força de trabalho, ou seja, foi necessário identificar primeiramente a demanda de contratação de mão-de-obra tanto de terceiros do Rio2016, como dos serviços da cidade. Além disso, foram observadas outras questões relacionadas à força de trabalho que precisavam ser tratadas e que extrapolavam o âmbito da capacitação.

Nesse período, o tema foi tratado principalmente no Grupo Operacional do Turismo, onde foram identificadas algumas demandas e apontadas as respectivas soluções. Foram acordadas capacitações em idiomas para a segurança pública pelo PRONATEC e a demanda de aperfeiçoamento de alguns serviços da cidade estão em análise no setor de qualificação do Ministério do Turismo.

Sustentabilidade

As questões de sustentabilidade são tratadas no âmbito do Grupo de Trabalho Sustentabilidade que é coordenado pela APO, tendo como integrantes o Governo Federal por meio dos Ministérios do Meio Ambiente, Esportes e das Cidades, o Governo Estadual, o Governo Municipal e o Comitê Rio2016.

Para tratar dos projetos que estão relacionados às águas, o Comitê Rio2016 vem se reunindo com a APO, Casa Civil do Governo do Estado, INEA, EOM, SEA, CEDAE, COMLURB, SMAC e RIO-AGUAS, debatendo os assuntos relacionados e traçando ações operacionais, algumas já em curso.

Atualmente, vem trabalhando junto aos entes para a atualização do Plano de Gestão de Sustentabilidade – PGS. Esta Superintendência, durante o primeiro semestre de 2015, realizou 04 (quatro) reuniões no âmbito do GT Sustentabilidade e participou de diversas outras reuniões convocadas pelos entes, em sua maioria no Comitê Rio2016. Tendo sido ainda desenvolvidas algumas atividades, tais como: a elaboração de Relatório Situacional sobre o tema Sustentabilidade dos Jogos Rio 2016; criação da proposta de agenda positiva dos temas afetos a Sustentabilidade, elaboração da planilha de correspondência entre o PGS e o PAAIPP.

Olympic Games Impact (OGI) – Report

Os governos federal, estadual e municipal possuem o compromisso de fornecer dados para comporem as análises que serão feitas pelo Laboratório de Sistemas Avançados



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

de Gestão da Produção SAGE/COPPE da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e publicadas em quatro relatórios de impactos (R1, R2, R3 e R4) do Legado decorrente dos Jogos. A APO atua na coordenação do Subgrupo de trabalho OGI que é ligado ao GT Sustentabilidade. Esta Autarquia promove a integração dos entes visando ao fornecimento de dados para a confecção dos relatórios previstos.

O 1º relatório (R1) já foi publicado em Jan/2014. A APO coordenou, integrou e discutiu com os entes a definição de quais dados serão fornecidos pelo Governo para os indicadores que serão utilizados nos relatórios. O Relatório R2 encontra-se em fase de desenvolvimento, análise e elaboração. Necessita, ainda, da disponibilização, pelos entes das três esferas governamentais e Comitê Rio2016, dos dados necessários para comporem seu conteúdo. Foram solicitadas providências aos três níveis de Governo para validação e/ou correção dos dados contidos na planilha elaborada pelo SAGE/COPPE, visando à prestação de informações financeiras que servirão de insumos para o relatório R2 do OGI, que possui a previsão de publicação ainda para 2015.

Plano de Uso do Legado

Neste semestre, a APO, junto aos entes, realizou 02 (duas) reuniões no âmbito do Subgrupo de Trabalho PUL, tendo sido consolidado o Relatório R1 do PUL.

Esta Superintendência deu continuidade aos trabalhos de consolidação da planilha elaborada para a inserção das informações de legado pelos entes. É aguardado por parte do ME definição do uso do legado dos equipamentos esportivos construídos com verbas federais. Esta definição se faz necessária para prosseguimento do processo.

Dados Meteorológicos e Oceanográficos

O Memorando de Entendimento sobre os serviços e responsabilidades de cada representante do governo sobre o tema foi estabelecido e assinado por todos os entes, esclarecendo os papéis e interdependências na entrega dos serviços meteorológicos.

Duas boias meteoceanográficas foram adquiridas por meio do projeto de monitoramento da costa brasileira, SIMCOSTA, para coletar os dados oceanográficos necessários aos Jogos na precisão requerida pelo COI e pelas Federações Esportivas Internacionais. Essas boias foram encomendadas a uma empresa canadense e serão fundeadas no início do segundo semestre, antes dos eventos-teste.



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

A APO mantém o acompanhamento das questões referentes aos Dados Meteorológicos e coordena reuniões mensais sobre o tema com os principais autores do processo (INMET, CPTEC, INEA, SIMCOSTA, dentre outros).

Imigração e Credenciamento

A APO acompanha as ações referentes aos processos de credenciamento. O Rio2016 vem tratando as questões de segurança pertinentes diretamente com a Secretaria Extraordinária de Segurança de Grandes Eventos do Governo Federal (SESGE) e durante o primeiro semestre de 2015 negociaram a assinatura de um acordo de cooperação entre as entidades, ainda não assinado. A ABIN também é participante do processo, uma vez que os credenciados devem passar por pesquisa de antecedentes. O Rio 2016 pleiteia a alteração da Lei do Ato Olímpico para antecipar o período de dispensa de visto aos estrangeiros vinculados à realização dos Jogos Rio 2016 com o objetivo de oferecer maior prazo de entrada no país da força de trabalho que atuará nos Jogos. Está sendo analisada a viabilidade de atendimento do pleito.

Tributação e Aduana

Em relação ao tema, houve o compromisso à época da candidatura de oferecer um procedimento eficiente e rápido para os serviços aduaneiros destinados aos clientes dos Jogos 2016. Além disso, houve a garantia da entrada, do uso e da saída das mercadorias e dos serviços necessários para os Jogos com procedimentos simplificados e isenções referentes à alfândega, impostos e taxas de importação.

À vista disso, a APO tem realizado contatos e reuniões bilaterais, visando a acompanhar as ações realizadas pelo Comitê Rio2016 e articular soluções para a concretização dos compromissos assumidos. A APO também participa das reuniões do CTOE (Comitê Técnico de Operações Especiais) da Secretaria de Aviação Civil - SAC, onde são definidos os fluxos de chegadas e partidas de diversos equipamentos, animais e clientes dos Jogos.

Os fluxos de cavalos e cães-guia foram estabelecidos entre os membros do CTOE, e estima-se a finalização do fluxo dos procedimentos de entrada e saída de armas e munições em breve. Além disso, os representantes do CTOE finalizam as suas negociações para editar suas respectivas normas específicas para os Jogos. A Receita Federal publicou o



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

Guia Aduaneiro específico para os Jogos, o Ministério da Agricultura publicou diversos normativos e ainda estão previstas publicação de normas pelo MAPA, ANVISA, ANAC para o segundo semestre de 2015.

Em junho/2015, a APO e a Secretaria de Receita Federal do Rio de Janeiro promoveram Seminário para tratar dos aspectos tributários e aduaneiros envolvidos na importação durante a realização dos Jogos de 2016.

A APO também acompanhou a edição do Decreto 8.463, de 2015, que regulamenta a Lei 12.780, de 2013, que trata de medidas tributárias para os Jogos.

LBCD – LADETEC

No Dossiê de Candidatura, está o compromisso de que o LADETEC será reformado e terá capacidade para corresponder às necessidades futuras dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. Desta forma, a APO tem acompanhado a evolução das obras e de toda a preparação associada à utilização desse laboratório como instalação destinada à realização dos testes de controle de dopagem.

É importante frisar ainda que, em setembro de 2013, a Agência Mundial Antidoping (WADA) descredenciou o antigo LADETEC como laboratório apto a realizar os exames de controle de dopagem por não atender às suas exigências técnicas. No entanto, como resultado da articulação efetuada pelos envolvidos no processo (Casa Civil da União, ME, MEC, dentre outros), o Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem (LBCD) foi acreditado pela WADA em maio de 2015, em tempo hábil para atuar ainda nos eventos teste dos Jogos, que se iniciam em julho de 2015.

Ressalte-se que a WADA reavalia anualmente as creditações concedidas aos laboratórios. Dessa forma, a APO continua acompanhando as diversas ações referentes à preparação do Laboratório, auxiliando no planejamento e agilizando os procedimentos referentes à importação dos padrões de comparação e das amostras biológicas que serão utilizados nas análises.



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

Garantias

A APO acompanha, em nível federal, estadual e municipal, as discussões referentes à materialização das garantias e dos compromissos assumidos perante o Comitê Olímpico Internacional durante a fase de candidatura do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, incluindo o contrato de cidade-sede, conforme a legislação brasileira. O Comitê Rio 2016 preparou uma relação de solicitações legislativas que estão sendo avaliadas no respectivo nível governamental.

No âmbito federal, faz parte destas solicitações legislativas: 1) alterações na legislação de propriedade intelectual; 2) criminalização e combate ao cambismo; 3) regulamentação da venda dos ingressos; 4) antecipação dos prazos de credenciamento; 5) alteração do procedimento para produtos apreendidos, dentre outras. A Casa Civil da União está estudando as solicitações, a fim de definir quais delas são efetivamente fruto das garantias assumidas, e mantendo tratativas com os ministérios pertinentes a fim de atender ao pleito no que for possível.

Devido à fase atual, com predominância de discussões bilaterais, optou-se, no início de 2015, pela extinção do GT Garantias. No entanto, a APO mantém o acompanhamento das questões e auxilia no aprimoramento do relacionamento entre as Partes.

Proteção de Marcas e Propriedade Intelectual

Após a extinção do Grupo de Trabalho de Garantias, foi criado um grupo de discussão sobre Proteção a Marcas no âmbito da Comissão Estadual de Segurança Pública e Defesa Civil para os Jogos Rio 2016 (COESRIO), com maior ênfase nas questões operacionais relacionadas ao tema. O grupo é coordenado pela Polícia Civil e pelo Comitê Rio 2016, estando a primeira reunião agendada para o segundo semestre de 2015.

A APO mantém estreito relacionamento com a equipe de proteção a marcas do Comitê Rio 2016, a fim de acompanhar e auxiliar no que for necessário o cumprimento dos compromissos assumidos pertinentes ao tema.



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

Os Serviços de Segurança são aqueles que o Brasil se comprometeu a prestar para a realização dos Jogos, de acordo com as cartas-compromisso e o Dossiê de Candidatura, firmados por autoridades brasileiras, garantindo a realização de Jogos seguros.

A APO participa da busca de soluções oportunas, precisas e eficazes para as situações envolvendo as operações de segurança dos Jogos, em parceria com as instituições de Segurança Pública, Defesa Civil, Defesa Nacional, Inteligência, a fim de possibilitar a realização deste grande evento de forma segura e pacífica.

A integração das ações de planejamento da segurança dos Jogos se dá por meio das atividades dos diversos fóruns em andamento, com destaque para o Grupo de Trabalho Segurança, sob a coordenação da Assessoria Especial para Grandes Eventos (AEGE/MD), da Comissão Estadual de Segurança Pública e Defesa Civil para os Jogos Rio 2016 (COESRIO), sob a coordenação da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (SESGE/MJ) e do Grupo de Planejamento da Operação Integrada de Segurança de Instalação (Venue Integrated Security Operation – VISO), conduzido de forma compartilhada pela SESGE e pelo Comitê Organizador Rio2016.

Dessas atividades, participaram todas as instituições envolvidas, dos níveis federal, estadual e municipal. Foram elaborados planos estratégico, operacionais e táticos, para emprego interagências, bem como promovida a harmonia e articulação entre as ações de cada instituição. No período, foram concluídos 45 (quarenta e cinco) Planos Integrados de Segurança e Ordenamento Urbano de instalações de competição.

J. Diretoria de Mobilidade

A melhoria da infraestrutura de mobilidade é um dos compromissos que o Brasil assumiu para a realização dos Jogos e, associado a outras iniciativas, se converterá em um importante legado.

É atribuição desta Diretoria acompanhar a execução e a entrega dos projetos referentes à mobilidade, contribuindo para que os Jogos possam ser conduzidos de forma segura e pacífica. A Diretoria está organizada em Superintendência de Instalações e Mobilidade e Superintendência de Operações de Mobilidade que tratam dos temas cujo detalhamento se encontram a seguir:



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

- BRT

Os projetos relacionados ao BRT compreendem três sistemas, o BRT Transbrasil (ligação entre o centro da cidade e Deodoro), o BRT Transolímpica (ligação entre a Barra e Deodoro) e o BRT TransOeste trecho “0” (ligação entre o terminal Alvorada e a estação integradora de metrô). As obras têm bom andamento, com previsão de entrega conjunta em junho de 2016. A APO monitora o projeto por meio de relatórios periódicos e das reuniões entre o COI e os entes públicos.

- Metrô

O projeto do metrô segue em ritmo acelerado, mantendo o início da operação assistida para junho de 2016. O TBM (equipamento de escavação dos túneis em areia, vulgo “tatução”) chegou à estação Jardim de Alah. A finalização da escavação dos túneis está programada para dezembro de 2015. As obras do metrô são acompanhadas por meio de informes periódicos de evolução da obra, além de participar das reuniões entre COI e entes públicos, e visita técnica.

- Viaduto das Bandeiras

O Viaduto das Bandeiras contempla a ampliação da conexão entre Barra e Zona Sul, com novo viaduto de São Conrado, novo túnel do Pepino, novo elevado do Joá, novo túnel do Joá, nova ponte da Joatinga e ciclovia. A APO recebe cronogramas periódicos do projeto, e participa das reuniões entre o COI e os entes governamentais, onde o andamento da obra é acompanhado. A APO realizou visita técnica à obra, na qual teve a oportunidade de conhecer os elevados e os túneis.

- Porto

O Projeto Porto Maravilha integra um programa de revitalização e recuperação da infraestrutura urbana e de transportes, bem como de proteção do meio ambiente e dos patrimônios histórico e cultural do município. A Concessionária Porto Novo, constituída pelas empresas Odebrecht, OAS e Carioca Engenharia, é a responsável pela execução das obras e prestação dos serviços da Operação Urbana Porto Maravilha.

O projeto de implantação do sistema Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), componente do Projeto Porto Maravilha, que ligará o centro da cidade à Região Portuária e



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

à Rodoviária, está composta por 32 paradas e quatro estações. Dividido em duas etapas, ambas em andamento, com previsão de término da primeira em 20/05/2016, e da Etapa 2 para 29/09/2016.

Quanto às obras de infraestrutura de abastecimento de água e esgotamento sanitários para os navios de cruzeiro, não houve evolução e ainda se discute quem será o responsável pelas obras.

- Aeroportos

As atividades concernentes a aeroportos continuam sendo tratadas, principalmente, no âmbito do Comitê Técnico de Operações Especiais (CTOE), da Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias (CONAERO), e conduzidas pela Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República. As reuniões de acompanhamento ocorrem mensalmente e participam, além dos diversos órgãos públicos ligados aos aeroportos internacionais, as autoridades aeroportuárias, a Autoridade Pública Olímpica e representantes do Comitê Organizador dos Jogos Rio2016.

Com relação à modernização do aeroporto do Galeão, as obras passaram a ser realizadas unicamente pela Concessionária RIOGaleão, com previsão de conclusão para abril de 2016.

Nos aeroportos de Brasília (Concessionária INFRAMÉRICA) e Guarulhos (Concessionária GRU Airport) as obras mais importantes foram concluídas.

No aeroporto de Confins o contrato com a empresa construtora foi rescindido pela INFRAERO e a execução das obras passará a ser realizada pela Concessionária BH Airport.

As obras de modernização nos aeroportos da INFRAERO (Santos Dumont, Salvador e Manaus) estão com as obras em ritmo lento, mas não deverão comprometer o evento em 2016.

A APO continuou acompanhando a elaboração do Plano Operacional de Transportes e Tráfego para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, a cargo da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET-RIO). Foram disponibilizados pela CET-RIO os primeiros produtos do Plano Operacional de Transportes e Tráfego para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, particularmente para os eventos testes de Copacabana e de Deodoro. O Plano irá projetar a necessidade de integração dos diversos sistemas de transportes que estão sendo implementados na cidade a fim de atender com oportunidade e eficiência aos diversos públicos que participarão dos eventos e jogos programados.



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

- Mobilidade nas Zonas Olímpicas

A questão da mobilidade nas Zonas Olímpicas foi acompanhada por intermédio da participação nas reuniões e de encontros com os entes, particularmente com a Casa Civil do governo estadual e com a Empresa Olímpica Municipal (EOM), ocasiões em que foram atualizadas as informações relativas ao tema.

Foram iniciadas as obras de renovação e acessibilidade nas estações ferroviárias olímpicas de São Cristóvão, Engenho de Dentro, Deodoro, Vila Militar, Magalhães Bastos e Ricardo de Albuquerque. Madureira, que é uma importante estação da Supervia, embora não classificada como olímpica, também foi incluída nas reformas, principalmente na parte de melhoria de acessibilidade.

Em relação à revitalização do sistema ferroviário, dos 120 trens previstos para aquisição foram adquiridos 34, havendo a previsão de 12 entrarem em operação imediata ainda no 1º semestre deste ano.

Em relação à Zona Olímpica de Deodoro/Vila Militar, foram iniciadas as obras da pista de rolamento do BRT, na conexão da Transolímpica. Foi iniciada também a construção das estações BRT da Vila Militar e de Magalhães Bastos.

Foi mantida a continuidade no monitoramento mais intensivo, mediante o acompanhamento junto à EOM, à Consultoria de Patrimônio, Meio Ambiente e Obras do Exército (CPMAO) e à Assessoria dos Jogos Olímpicos do Exército (AJO), para tratar de mobilidade da Vila Militar.

L. Divulgação Institucional

O primeiro semestre de 2015 foi marcado por uma intensa agenda de atendimento de mídia e pelo lançamento do novo site da APO, que deu mais visibilidade às informações sobre o trabalho desenvolvido pela instituição na preparação dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

O mês de janeiro começou com a elaboração de material e preparação de porta-voz para a divulgação da segunda atualização da Matriz de Responsabilidades pelo então presidente da Autoridade Pública Olímpica (APO), general Fernando Azevedo e Silva. O evento teve ampla cobertura pela imprensa nacional e estrangeira nos dias seguintes, contribuindo para a transparência do orçamento dos Jogos.



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

A área de Comunicação elaborou apresentações e prestou assessoria ao presidente da APO em diversos fóruns, como o Seminário de Turismo para os Jogos Rio 2016 e a reunião da Comissão de Coordenação com membros do Comitê Olímpico Internacional (COI). Em ambos os eventos, realizados em fevereiro, foi feita entrevista coletiva para a imprensa para divulgação do andamento da preparação dos Jogos.

Em 17 de abril, na gestão do atual presidente substituto Marcelo Pedroso, a Comunicação lançou o novo site da APO com mais conteúdo, navegação intuitiva, visual leve e amigável, recursos de acessibilidade e adaptável a tablets e celulares. Com cores mais claras e destaque para fotos e manchetes, o site reúne as principais informações sobre a preparação dos Jogos. A reformulação foi pensada para atender às exigências de transparência do TCU e facilitar a navegação dos usuários.

Entre os novos conteúdos do site, estão listas dos esportes olímpicos e paraolímpicos e informações das regiões onde serão disputados. A área com conteúdo em inglês foi ampliada e criada nova área com informações em espanhol. Há ainda uma galeria de fotos com o andamento das principais obras. As fotos possuem texto alternativo para os programas de navegação para deficientes visuais. Foram incluídas também as opções de alto contraste e escala de cinza, além da funcionalidade de aumentar fonte, que já existia na versão anterior. No fim do primeiro semestre, o site apresentava aumento de 34% na média mensal de acessos, totalizando cerca de dez mil acessos em junho.

Com a reformulação do site, as redes sociais da APO também foram reforçadas. Twitter, Facebook, Instagram e Flickr estão em constante atualização e se integram com as páginas do site, que ganharam botões de compartilhamento com as principais redes e botão de configuração para versão de impressão de página.

No fim do mês de abril, a equipe de Comunicação da APO coordenou reunião com os assessores de imprensa dos três entes para a preparação de material de divulgação da primeira atualização do Plano de Legado dos Jogos, feita durante entrevista coletiva organizada no canteiro de obras do Museu do Amanhã, região portuária do Rio de Janeiro. O Plano de Legado é uma peça orçamentária dos Jogos que inclui investimentos e políticas públicas em diversas áreas que melhoram a qualidade de vida da população e foram antecipadas por causa da realização do evento na cidade. O presidente da APO foi um dos porta-vozes da coletiva, que contou com cobertura da imprensa nacional e estrangeira.

Ao longo do primeiro semestre, a Comunicação da APO participou de reuniões de dois grupos técnicos da área, sendo um formado por representantes dos entes



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

governamentais e Comitê Rio 2016, que discute a organização da agenda de eventos e alinha as principais mensagens relacionadas aos Jogos. O outro grupo é formado por assessores de imprensa de ministérios que compõem o Geolimpíadas, em Brasília. A equipe de Comunicação da APO foi convidada a integrar o grupo e colaborar na elaboração do planejamento de comunicação do governo federal para as Olimpíadas. Foi feita pela APO uma apresentação geral sobre os Jogos, orçamento, desafios da comunicação e o papel da instituição na preparação dos Jogos.

Nos seis primeiros meses do ano, foram atendidos diversos pedidos da imprensa para entrevistas. Entre eles, TV Globo, SporTV, ESPN, EBC, SBT, portal Brasil 2016, jornal O Globo, Valor Econômico, UOL, Folha de S.Paulo, Estado de S.Paulo, Revista Veja, Revista Exame, Revista Época, Globoesporte.com, Lance, O Dia, Agência Brasil, Agência Reuters, Emissora Pública Alemã e a TV TCU do Tribunal de Contas da União.

Foi organizada ainda pela Comunicação uma visita de 44 estudantes de Engenharia da Universidade de Lund, na Suécia, para conhecer a gestão dos Jogos e o sistema de monitoramento de obras e serviços desenvolvido pela APO. Visitas institucionais também receberam a assessoria da Comunicação, como foi a visita do cônsul-geral do Japão, próximo país a sediar os Jogos e interessado em conhecer o funcionamento da APO e o sistema de monitoramento de projetos e serviços.

Também foi prestada assessoria ao presidente Marcelo Pedroso em três audiências públicas na Câmara dos Deputados, Brasília, relacionadas à organização dos Jogos, contribuindo, mais uma vez, para a prestação de informações e esclarecimentos sobre a preparação do País para receber o maior evento esportivo do planeta.

Foram realizadas audiências nas comissões do Esporte, do Turismo e na comissão mista de Esporte e Meio Ambiente. Na primeira ocasião, o presidente da APO fez um balanço dos Jogos e, nas duas audiências seguintes, participou de debate sobre a Baía de Guanabara, palco das competições olímpicas de vela.

Em junho, foi prestada assessoria ao presidente da APO em evento realizado no Parque Aquático Maria Lenk, com participação da presidente Dilma Rousseff, para despedida dos atletas brasileiros que disputaram no Pan de Toronto. Na ocasião, foi anunciado o nome de Luiza Trajano em substituição a Henrique Meirelles na presidência do Conselho Público Olímpico para a imprensa que estava no local e a equipe de Comunicação prestou esclarecimentos sobre a composição do Conselho e suas atribuições legais.



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

O semestre foi concluído com a preparação de uma visita de assessores de imprensa do governo federal, que compõem o grupo de comunicação do Geolimpíadas, ao Rio de Janeiro, para conhecer o sistema de informações da APO e as instalações esportivas do Parque Olímpico da Barra e do Complexo Esportivo de Deodoro. A visita, realizada no semestre seguinte, contou com o apoio da Empresa Olímpica Municipal (EOM) e teve como objetivo aproximar os assessores de imprensa dos três entes e facilitar o fluxo de informações durante a preparação dos Jogos.

A equipe de Comunicação da APO avalia que a instituição se consolida como fonte de informação de qualidade sobre os Jogos, tanto para a imprensa como para os órgãos de controle, e, a um ano do evento, se prepara para um ritmo ainda mais intenso de trabalho.



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

3

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

A Autoridade Pública Olímpica é classificada como autarquia em regime especial. Seu orçamento é contratual e decorre de repasses realizados por intermédio de compromissos assumidos por Contrato de Rateio, assinado pelos três entes, anualmente.

O orçamento da Autarquia se divide em duas partes, sendo uma classificada como dotação inicial, que representa os recursos integrantes do Contrato de Rateio (instrumento através do qual os Entes da Federação repassam os recursos ao Consórcio) e outra classificada como dotação adicional, que representa os recursos oriundos do superávit financeiro dos exercícios anteriores.

Os recursos executados no 1º semestre de 2015 foram os apurados no superávit registrado em 2014 e o orçamento aprovado pelo Conselho Público Olímpico, ainda em 2014, por intermédio da Resolução nº. 13/2014, publicada no sítio da APO com valor total de R\$ 46.892.330,40 (quarenta e seis milhões, oitocentos e noventa e dois mil, trezentos e trinta reais e quarenta centavos), discriminado da seguinte forma: R\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões), para pagamento de pessoal, classificado como dotação adicional, e R\$ 25.892.330,40 (vinte e cinco milhões, oitocentos e noventa e dois mil, trezentos e trinta reais e quarenta centavos), para as demais despesas da Autarquia, classificado como dotação inicial.

Entretanto, o Contrato de Rateio de 2015, que deveria ser assinado no início do ano para cobrir despesas do exercício, não foi firmado até o presente momento, tendo, como valor total previsto, a importância de R\$ 25.892.330,40 (vinte e cinco milhões, oitocentos e noventa e dois mil, trezentos e trinta reais e quarenta centavos), para cobrir parte das despesas da Autarquia.

O demonstrativo da execução orçamentário-financeira, referente ao exercício de 2015, encontra-se anexo.



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

4

INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO E CONTROLE



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

A. Matriz de Responsabilidades dos Jogos

A Matriz engloba os compromissos assumidos pelos entes governamentais associados exclusivamente à organização e realização do evento. O documento relaciona projetos e responsabilidades pela execução e aporte de recursos, e está organizado agrupando obras e serviços relacionados às regiões olímpicas: BARRA DA TIJUCA, DEODORO, MARACANÃ e COPACABANA.

No dia 28 de janeiro de 2015, a APO, em parceria com a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro, divulgou a segunda atualização da Matriz de Responsabilidades dos Jogos Rio 2016. O documento relaciona 56 projetos associados exclusivamente à organização e realização do evento, sendo que 75% dos projetos atingiram nível de maturidade acima de 3. Ou seja, os contratos foram assinados e as obras, iniciadas. O valor total do documento, nesta segunda atualização, é de R\$ 6,6 bilhões. Entre os principais destaques, estão os avanços na construção e adequação de instalações do Complexo Esportivo de Deodoro e em projetos de energia dos Jogos. Ao longo do ano, 86% dos projetos da Matriz apresentaram evolução no nível de maturidade ou na definição de responsável pelos recursos. A maior parte dos investimentos, R\$ 4,24 bilhões (64%), vem do setor privado. O restante, R\$ 2,37 bilhões (36%), é proveniente do setor público.

	Janeiro 2014	Julho 2014	Janeiro 2015
Projetos	52	52	56
Maturidade ≥ 3	46% (24 projetos)	71% (37 projetos)	75% (42 projetos)
Recursos	R\$ 5,6 bi	R\$ 6,5 bi	R\$ 6,6 bi

B. Carteira de Projetos Olímpicos

Acompanhando a Matriz de Responsabilidades, a Carteira de Projetos reúne obras e serviços selecionados pela APO como essenciais à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, atendendo às exigências gerais estabelecidas pelo COI.



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

Assim, integram a Carteira de Projetos as obras e serviços sob responsabilidade do Comitê Rio2016, conforme previsto em seu estatuto e que serão contratados com patrimônio próprio. Também contemplará aqueles cujos investimentos não seriam realizados caso a cidade do Rio de Janeiro não tivesse sido eleita para sediar os Jogos das XXXI Olimpíadas, no ano de 2016.

Assim como a Matriz de Responsabilidades, sua segunda atualização foi divulgada em 28 de janeiro de 2015.



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

5

CONSIDERAÇÕES FINAIS



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

O primeiro semestre de 2015 foi marcado por um desempenho funcional adequado e eficiente da APO. Os servidores atuaram em suas esferas de atribuições, promoveram articulação com os entes e, desta maneira, prestaram sua contribuição para o resultado final, utilizando as informações gerenciais fornecidas pelos entes e disponibilizando aos interessados por meio do sistema de informação.

Em relação à governança, consideramos que a gestão interfederativa está consolidada. Os órgãos de fiscalização e controle, como o TCU e a CGU, se tornaram importantes parceiros na busca dos resultados desejados. Atuaram, ambos, com muita precisão, colaborando decisivamente na construção de uma governança mais adequada.

Ainda existem projetos que recebem acompanhamento mais aproximado, mas sem que caracterize situação incontornável. Assim, o IBC, com seus equipamentos especiais, o Velódromo, o COT 1, e o Centro Olímpico de Tênis, já são alvos de adequada atenção para que não ocorram atrasos.

O avançado estágio das obras de infraestrutura para os Jogos, transcorridos seis anos da escolha da cidade do Rio de Janeiro para sua realização, torna evidente a capacidade brasileira de planejar e levar a cabo este -megaevento esportivo.

Considerando este cenário de estágio avançado das obras, é hora de nos preocuparmos com os serviços necessários aos Jogos. Por isso, a APO está mais uma vez inovando e construindo uma estrutura organizacional adequada para priorização do acompanhamento dos serviços e de suas respectivas operações.

Com tudo o que já foi feito e que ainda há por fazer, sabemos que os meses que se seguem até a abertura dos Jogos serão muito intensos, mas, avaliando as metas já alcançadas e considerando o envolvimento e disposição da dedicada força de trabalho que cuida dessa empreitada, continuamos com a certeza de que o Brasil promoverá um espetáculo de qualidade, seguro e eficiente.



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

6

ANEXO

ANEXO I

PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Atualmente, a APO possui 29 contratos em vigor, dos quais 11 representam 90,45%

AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA – 1º SEMESTRE DE 2015							
DESPESAS REALIZADAS – Em Reais 1,0							
DESCRIÇÃO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
	22.382,89	16.421,44	39.984,56	36.394,45	14.915,77	29.820,66	159.919,77
	1.921,00	2.885,82	12.221,83	10.036,87	2.157,49	3.625,40	32.848,41
	122.742,02	110.407,24	33.002,42	148.491,41	109.744,79	87.434,03	611.821,91
	-	-	13.200,00	6.600,00	6.600,00	13.200,00	39.600,00
	108.496,25	136.662,55	93.788,73	119.949,26	260.470,72	127.624,78	846.992,29
	194.537,91	139.772,39	157.744,97	153.096,90	168.054,25	137.341,29	950.547,71
	450.080,07	406.149,44	349.942,51	474.568,89	561.943,02	399.046,16	2.641.730,09
DESCRIÇÃO	337.558,82	34.888,00	549.954,26	-	-	-	922.401,08
AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE	337.558,82	34.888,00	549.954,26	-	-	-	922.401,08
DESCRIÇÃO	1.379.130,79	1.304.456,13	1.289.105,25	1.215.669,27	1.151.628,35	1.494.155,07	7.834.144,86
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	166.320,05	163.564,33	160.076,67	151.512,52	153.244,38	150.244,38	944.962,33
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	343.238,98	328.857,43	728.017,34	17.564,03	457.003,84	369.281,68	2.243.963,30
RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	41.401,26	36.582,04	23.521,73	29.253,78	29.320,88	30.456,30	190.535,99
AUXÍLIOS – ALIMENTAÇÃO + TRANSPORTE	1.930.091,08	1.833.459,93	2.200.720,99	1.413.999,60	1.791.197,45	2.044.137,43	11.213.606,48
TOTAL DA FOLHA + ENCARGOS	2.717.729,97	2.274.497,37	3.100.617,76	1.888.568,49	2.353.140,47	2.443.183,59	14.777.737,65
TOTAL GERAL DO 1º SEMESTRE							

Calendário de tramitação do OFN 29/2015

(art. 120 da RCN 1/2006)

Leitura: 10-12-2015

Até 15/12 Prazo para publicação da matéria;

Até 9/2/2016 Prazo para apresentação de relatório e, se for o caso, de projeto de decreto legislativo;

Até 16/2/2016 Prazo para apresentação de emendas a eventual projeto de decreto legislativo; e

Até 23/2/2016 Prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

PROJETO DE RESOLUÇÃO



SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 60, DE 2015

Altera o Regimento Interno do Senado Federal para determinar que o não início da Ordem do Dia no horário regimental implica seu cancelamento.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º O art. 162 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 162.

Parágrafo único. A apreciação das matérias da Ordem do Dia terá início em até trinta minutos após as dezesseis horas, sob pena de seu cancelamento, sendo a sessão transformada em não deliberativa.” (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O tema das formalidades no funcionamento do Senado Federal precisa ser adequadamente posto. Mas não se trata de aceitar ou promover formalismos meramente cerimoniais, ou de burocratizar as nobres funções de uma Casa política e legislativa.

Trata-se de reconhecer que há formalidades que encerram o respeito da Casa pela sociedade brasileira, pela opinião pública, e até mesmo pelos demais agentes políticos e econômicos da sociedade brasileira, que, como qualquer outra, funciona melhor quando os entes estatais dão demonstração inequívoca de segurança e de certeza.

2

O horário do início da Ordem do Dia, no Senado Federal, é 16 horas. Uma vez que esse horário não é respeitado – aceito aqui como razoável um atraso de até 30 minutos –, cumpre-nos fazer respeitar as normas públicas que regem o nosso funcionamento e cancelar a Ordem do Dia de tal sessão, que deve ser transformada em sessão de debates, não deliberativa, portanto.

O respeito às regras elementares do funcionamento dos entes estatais deve principiar conosco, devemos respeitar para nos fazer respeitados.

Solicito aos eminentes pares as medidas necessárias ao aperfeiçoamento desta proposição, assim como as ações necessárias à sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Resolução do Senado Federal nº 93, de 27 de novembro de 1970 - 93/70](#)
[artigo 162](#)

(Ficará perante a Mesa pelo prazo de cinco dias úteis, para recebimento de emendas.)

PROJETOS DE LEI DO SENADO



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 776, DE 2015

Altera os arts. 6º, 8º e 11 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para vedar a celebração de coligações no primeiro turno das eleições majoritárias que indica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 6º, 8º e 11 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 6º** É facultado aos partidos políticos, dentro da mesma circunscrição, celebrar coligações para eleição majoritária, proporcional, ou para ambas.

.....
§ 1º-B. Os partidos políticos que desejarem disputar as eleições majoritárias para Presidente da República, Governador de Estado, Governador do Distrito Federal, ou para Prefeitos deverão lançar candidatos próprios no primeiro turno.

§ 1º-C. As coligações para as eleições majoritárias, de que trata o § 1º-B, somente serão admitidas na hipótese de haver segundo turno.

.....” (NR)

“**Art. 8º**.....

.....
§ 2º-A. Os partidos políticos que desejarem celebrar coligações para as eleições majoritárias em segundo turno, de que trata o § 1º-C do art. 6º, deverão realizar convenções no prazo de cinco dias a contar da divulgação oficial dos resultados do primeiro turno.”(NR)

2

“**Art. 11**.....

.....

§ 1º-A. Na hipótese de celebração de coligações para as eleições majoritárias em segundo turno, de que trata o § 1º-C do art. 6º, os partidos solicitarão seu registro à Justiça Eleitoral até o sétimo dia a contar da divulgação oficial dos resultados do primeiro turno.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo principal da proposição que ora submetemos ao crivo do Senado Federal é vedar a celebração de coligações partidárias no primeiro turno das eleições majoritárias que indica, vale dizer, para Presidente da República, Governador de Estado, Governador do Distrito Federal ou Prefeitos. Para tanto, é fundamental promover alterações na Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que *dispõe sobre a realização das eleições*.

Os partidos políticos são as instituições responsáveis pela realização da mediação entre a população e o Estado. São os partidos que detêm o monopólio constitucional da representação política e constituem-se no elemento estruturante das democracias representativas, como é o caso do Brasil.

As agremiações partidárias são criadas para difundir sua concepção doutrinária e programa e almejam obter o apoio popular necessário para eleger seus representantes para ocuparem os cargos na Chefia do Poder Executivo federal, estadual, distrital e municipal e nos Parlamentos de todos os entes federados.

Submetem-se, com esse propósito, ao processo eleitoral e, obtida a vitória e alcançado o poder, tentam implementar suas ideias e converter suas propostas de campanha em políticas públicas e programas governamentais.

A legislação que rege o processo eleitoral admite a celebração de coligações tanto para os cargos majoritários como para os cargos proporcionais. A coligação, obedecidos os requisitos legais, atua nas campanhas como se partido político fosse, conjugando os esforços, iniciativas e propostas de todos os partidos coligados.

Essa concepção, aparentemente correta, foi sendo descaracterizada ao longo do tempo. Em vez de reunir partidos com afinidades políticas, programáticas e ideológicas, as coligações têm se prestado a realização de negócios escusos. Oferece-se, de um lado, tempo de rádio e televisão, e recebe-se, em troca, apoio financeiro para a realização das campanhas, além da promessa de cargos no futuro governo.

3

Esse espaço de troca de interesses menores tem malferido a normalidade e a regularidade das eleições. O grande prejudicado nesse processo é o cidadão, pois não consegue discernir, no emaranhado de partidos que se forma, uma linha, ainda que tênue, de racionalidade e de identidade política. Concepções ideológicas e programáticas díspares ocupam o mesmo espaço de propaganda e o eleitor não consegue identificar a orientação programática prevalente.

Nossa proposta intenciona enfrentar esse estado de coisas. Sugerimos a eliminação das coligações no primeiro turno das eleições majoritárias, pois, ressalvada a eleição para o Senado Federal, são as eleições que se destinam a prover os cargos na Chefia do Poder Executivo.

Adotamos no Brasil o sistema presidencialista, e, nesse sistema de governo, cabe ao Chefe do Poder Executivo exercer, com o auxílio dos Ministros e Secretários estaduais, distritais ou municipais, a direção superior da administração pública. Compete ao Chefe do Poder Executivo definir as principais linhas de ações, formular as principais políticas públicas, implementar programas e ações que assegurem o cumprimento das promessas eleitorais.

Assim, propomos a vedação das coligações no primeiro turno das eleições majoritárias para a Chefia do Poder Executivo, admitindo, excepcionalmente, quando couber, que essas coligações sejam celebradas em segundo turno. Não há alterações para as eleições majoritárias de candidatos ao Senado Federal.

Entendemos que, dessa forma, os partidos políticos que intencionarem disputar os cargos majoritários terão que lançar candidatos e submeter seus programas à apreciação popular, expondo-se a críticas e elogios.

O que não se pode mais admitir é que partidos políticos sem candidatos se escondam em coligações e soneguem aos eleitores informações essenciais à formação de sua convicção e ao exercício de sua cidadania política.

Quem pretender disputar eleições majoritárias para a Chefia do Poder Executivo deverá apresentar candidato e se expor à população, para o bem e para o mal.

Nesse sentido, esperamos contar com o apoio das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores para o aprimoramento e posterior aprovação do projeto de lei que ora apresentamos, pelas contribuições que pode gerar para a livre e esclarecida formação da convicção dos eleitores e para o aprimoramento do processo eleitoral.

Sala das Sessões,

4

Senador **CRISTOVAM BUARQUE****LEGISLAÇÃO CITADA**[Lei nº 9.504, de 30 de Setembro de 1997 - LEI ELEITORAL - 9504/97](#)[artigo 6º](#)[artigo 8º](#)[artigo 11](#)*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)*



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 777, DE 2015

Altera o art. 44 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para determinar a devolução dos recursos do Fundo Partidário utilizados na campanha eleitoral do candidato que tiver o diploma cassado ou perdido o mandato.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 44 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte § 7º:

“Art. 44.

.....

§ 7º O candidato que houver recebido do respectivo partido recursos do Fundo Partidário para utilização em sua campanha eleitoral e tenha o diploma cassado ou perdido o mandato por decisão transitada em julgado fica obrigado a devolver ao Tribunal Superior Eleitoral o equivalente ao dobro do referido valor.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A referida proposição pretende moralizar a destinação do Fundo Partidário, que é constituído essencialmente por recursos públicos, de forma que o candidato que receba de seu partido parcela desse Fundo para utilização em sua campanha eleitoral, mas venha a ter o diploma cassado ou a perder o mandato, seja obrigado a devolver ao Tribunal Superior Eleitoral o equivalente ao dobro do valor recebido.

2

Afinal, é inaceitável que a sociedade, que contribui com pelo menos trinta e cinco centavos de real por eleitor a cada ano, como prevê o art. 38, inciso IV, da Lei nº 9.096, de 1995, seja obrigada a tolerar que parte desse valor seja destinada à campanha eleitoral de candidato eleito, mas que seja definitivamente afastado em razão de conduta incompatível com o exercício do cargo, como abuso de poder político ou econômico, improbidade administrativa, ilícito eleitoral ou crime.

Portanto, o projeto pretende assegurar que os recursos do Fundo Partidário sejam destinados exclusivamente à promoção do pluripartidarismo e do funcionamento dos partidos comprometidos com os princípios do regime democrático e com as normas de nosso ordenamento jurídico.

Contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação do projeto.

Sala das Sessões,

Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Lei nº 9.096, de 19 de Setembro de 1995 - LEI DOS PARTIDOS POLITICOS - 9096/95](#)
[inciso IV do artigo 38](#)
[artigo 44](#)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 778, DE 2015

Altera a idade mínima de 70 para 75 anos de idade para fruição dos benefícios previstos no Código Penal pelos idosos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 65, 77 e 115, todos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Circunstâncias atenuantes

Art. 65.

I – ser o agente menor de 21 (vinte e um), na data do fato, ou maior de 75 (setenta e cinco) anos, na data da sentença;

.....”(NR)

“Requisitos da suspensão da pena

Art. 77.

.....

§ 2º A execução da pena privativa de liberdade, não superior a 4 (quatro) anos, poderá ser suspensa, por 4 (quatro) a 6 (seis) anos, desde que o condenado seja maior de 75 (setenta e cinco) anos de idade, ou razões de saúde justifiquem a suspensão.”(NR)

“Redução dos prazos de prescrição

Art. 115. São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos, ou, na data da sentença, maior de 75 (setenta e cinco) anos.”(NR)

2

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A expectativa de vida do brasileiro ao nascer, segundo o IBGE, era de 45,5 anos em 1940 quando entrou em vigor o Código Penal atual. Na década de 1980, quando toda a Parte Geral do Código foi reformada, chegava a 62,5 anos de idade. Sucede que, hoje, os mais recentes dados apontam para uma expectativa de 74,9 anos de vida no Brasil.

Esses dados são importantíssimos e, a par de indicarem grande melhoria das condições sociais em nosso País (saúde, educação, moradia, etc.), estão a recomendar a revisão do patamar de setenta anos previsto na legislação penal para os benefícios da atenuante etária (art. 65), das regras especiais para o *sursis* e, principalmente, do cálculo pela metade do prazo prescricional.

Ademais, o Congresso Nacional acaba de solenemente reconhecer a idade de setenta e cinco anos como faixa etária altamente produtiva para alguns dos mais relevantes cargos da República com a promulgação da Emenda Constitucional nº 88, de 2015, a que pejorativamente se apelidou “PEC da Bengala”.

Com essas considerações, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - CÓDIGO PENAL - 2848/40](#)

[artigo 65](#)

[artigo 77](#)

[artigo 115](#)

[Emenda Constitucional nº 88, de 07 de maio de 2015 - EMENDA DA BENGALA - 88/15](#)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 779, DE 2015

Acrescenta o § 3º ao art. 38 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para impor limite ao reajuste dos valores das dotações orçamentárias destinadas ao Fundo Partidário.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 38 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 38.

.....

§ 3º É vedado o reajuste dos valores das dotações orçamentárias destinadas ao Fundo Partidário, em percentual superior ao índice de crescimento do produto interno bruto apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano anterior.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Os partidos políticos são entes jurídicos de direito privado, nos precisos e adequados termos da Constituição. Entretanto, como exercem funções de interesse público, por deterem – também por definição constitucional – o monopólio da representação política, são destinatários de recursos oriundos do Erário, que constituem o chamado Fundo Partidário.

Deveria caber aos filiados dos partidos políticos e também aos seus simpatizantes, a tarefa de recolher recursos bastantes para assegurar o seu funcionamento. Esse é o nosso entendimento.

2

Na prática, porém, como sabemos, os recursos do Fundo Partidário acabaram por significar um percentual expressivo do financiamento dos partidos políticos, especialmente aqueles desprovidos do apoio de grupos econômicos importantes.

Recentemente, neste ano de 2015, esses valores foram significativamente majorados, e tal aumento se deu em uma conjuntura de ajuste fiscal, e de vida apertada para toda a sociedade brasileira, especialmente aqueles que vivem de seu salário.

Tal situação implicou, quando menos, grande espanto por parte da sociedade. Na verdade, trouxe a inquietação e mesmo a indignação de muitos.

Com efeito, não faz sentido que os recursos para financiar atividade política sejam duplicados quando se exige de todos os entes públicos, assim como das empresas e das pessoas, uma cota de sacrifício, pagos na forma de mais impostos ou do aumento da inflação.

Por isso, o Projeto que ora apresentamos tem sugestão clara e singela: os recursos do fundo partidário somente poderão ser aumentados, quando o conjunto das riquezas do Brasil aumentar, e na mesma medida.

Esses números são medidos pelo IBGE, que apura a taxa de crescimento do produto interno bruto, a cada ano. Nada mais adequado que esse índice como referência para o reajuste dos valores do fundo partidário.

Solicito aos eminentes pares o apoio necessário à aprovação e as medidas para o aperfeiçoamento da proposição que ora submetemos ao exame do Senado Federal.

Sala das Sessões,

Senador **LASIER MARTINS**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Constituição de 1988 - 1988/88](#)

[Lei nº 9.096, de 19 de Setembro de 1995 - LEI DOS PARTIDOS POLITICOS - 9096/95](#)
[artigo 38](#)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

REQUERIMENTO

À Publicação
Em 10/12/2015SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR ROBERTO REQUIÃO1422
REQUERIMENTO Nº , DE 2015

Nos termos dos artigos 13 e 40, §1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c art. 14, §2º da Resolução nº 1, de 2011-CN, requero licença dos trabalhos da Casa, entre os dias 18 e 20 de dezembro de 2015, para, na condição de Presidente da Representação Brasileira do Parlamento do Mercosul, participar da Reunião da Mesa Diretora, a ser realizada no dia 19 do referido mês e ano, na cidade de Assunção, Paraguai.

Por fim, em cumprimento ao art. 39, I, do Regimento Interno, comunico que estarei ausente do país entre os dias 18 a 20 de dezembro de 2015.

Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2015.

Senador **ROBERTO REQUIÃO**
PMDB/PR

Recebido em 10/12/2015
Hora 17:23Patrícia Nóbrega - Mat. 187048
SGM - Senado Federal

SF/15754.78434-05

Página: 1/1 10/12/2015 14:17:30

3f55a0d630a0967c144a0a235b756fe85d66f66d



CONGRESSO NACIONAL
PARLAMENTO DO MERCOSUL
Representação Brasileira

OF. P/088/2015

Brasília, 09 de dezembro de 2015

Excelentíssimo Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal
N e s t a

Assunto: Reunião de Mesa Diretora Parlamento do Mercosul -- Paraguai

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que a próxima reunião de Mesa Diretora do Parlamento do Mercosul ocorrerá **dia 19 de dezembro de 2015, sábado, em Assunção, no Paraguai**, conforme Ato convocatório do Presidente do Parlamento, cuja cópia segue em anexo.

2. Assim, solicito a Vossa Excelência autorizar o meu afastamento entre os dias **18 e 20 de dezembro de 2015**, bem como as providências necessárias ao meu deslocamento, tais como a liberação de passagens aéreas e diárias para cobertura de despesas com hospedagem e alimentação na capital paraguaia, onde acontecerá o referido evento.

3. Na oportunidade, renovo a V.Exa. meus votos de estima e consideração.

Atenciosamente,


Guilherme Lopes
Matrícula: 252612
SGM-Senado Federal

10/12/2015

10:44


Senador ROBERTO REQUIÃO
Presidente



PARLAMENTO DEL MERCOSUR

Secretaría Parlamentaria



REUNION DE MESA DIRECTIVA

Sábado, 19 de DICIEMBRE 2015

Hora: Por confirmar

Se convoca a los señores Vicepresidentes del Parlamento del Mercosur, y a los Presidentes de Delegaciones Nacionales para la reunión de Mesa Directiva a realizarse el día sábado 19 de diciembre de 2015, en la ciudad de Asunción -Paraguay. (Lugar por confirmar).

Montevideo, 4 de diciembre de 2015

Parlamentario Saul Ortega
Presidente
Edgar Lugo
Secretario Parlamentario

MATÉRIAS RECEBIDAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 205, DE 2015

(Nº 6.421/2019, NA CASA DE ORIGEM)

Inscribe o nome de Euclides Rodrigues
Pimenta da Cunha no Livro dos Heróis
da Pátria.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica inscrito o nome de Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO ORIGINAL

http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=756291A3650AE99C250039D282F10909.proposicoesWeb2?codteor=714728&filename=PL+6421/2009

À COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 206, DE 2015

(Nº 540/2011, NA CASA DE ORIGEM)

Altera a redação dos arts. 5º e 14 da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, que “estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados”.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera os arts. 5º e 14 da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, que “estabelece normas para a concessão de assistência jurídica aos necessitados”.

Art. 2º O art. 5º da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 5º

§ 1º Deferido o pedido, o juiz determinará que a Defensoria Pública indique o Defensor Público que atuará na causa do necessitado.

§ 2º Se na unidade jurisdicional não houver atendimento da Defensoria Pública, a indicação será feita pela Ordem dos Advogados, por meio de suas Seções Estaduais, ou Subseções

Municipais.

§ 3º Nas localidades em que não existirem Seções Estaduais ou Subseções Municipais, o próprio juiz fará a nomeação do advogado que patrocinará a causa do necessitado.

§ 4º No caso do § 3º, será preferido para a defesa da causa o advogado que o interessado indicar e que declare aceitar o encargo.

§ 5º O Defensor Público ou o advogado dativo indicado na forma deste artigo será intimado pessoalmente de todos os atos do processo, com vista dos autos, em todas as instâncias, contando-se-lhes em dobro todos os prazos, inclusive os prazos estipulados pelo juízo da causa.” (NR)

Art. 3º O caput do art. 14 da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 14.** Os profissionais liberais designados para o desempenho do encargo de defensor ou de perito, conforme o caso, salvo justo motivo previsto em lei ou, na sua omissão, a critério da autoridade judiciária competente, são obrigados ao respectivo cumprimento, sob pena de multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), sem prejuízo de sanção disciplinar cabível.

.....” (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO ORIGINAL

http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=844085&filename=PL+540/2011

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA.



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 207, DE 2015

(Nº 1.511/2011, NA CASA DE ORIGEM)

Altera a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, para aditar formas de afixação de preço de bens e serviços para o consumidor.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei destina-se a alterar a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, para aditar formas de afixação de preço de bens e serviços para o consumidor.

Art. 2º A Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 4º-A e 4º-B:

“Art. 4º-A. Além do preço à vista referente à embalagem oferecida, deve ser afixado o preço à vista proporcional a uma unidade, um metro, um metro quadrado, um quilograma ou um litro, a depender da especificidade do produto ou serviço, em caracteres facilmente legíveis e com os mesmos destaque e tamanho de fonte utilizados na informação dos preços referentes à embalagem oferecida.”

“Art. 4º-B. Além dos preços à vista referentes à embalagem múltipla oferecida, devem ser afixados os preços à vista

correspondentes a cada uma das embalagens nela contidas, em caracteres facilmente legíveis e com os mesmos destaque e tamanho de fonte utilizados na informação dos preços referentes à embalagem múltipla oferecida.

Parágrafo único. Embalagem múltipla é a que agrupa duas ou mais embalagens.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL

http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?jsessionid=DB4CCB6BA867715179AC5B99890FF0F1.proposicoesWeb2?codteor=881412&filename=PL+1511/2011

À COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA
DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE.



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 208, DE 2015

(Nº 8.223/2014, NA CASA DE ORIGEM)

Denomina Rodovia Abadio Pereira Cardoso o trecho da BR-060 entre a cidade de Goiânia e o entroncamento com a BR-452 e a GO-174, no Estado de Goiás.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei denomina Rodovia Abadio Pereira Cardoso o trecho da BR-060 entre a cidade de Goiânia e o entroncamento com a BR-452 e a GO-174, no Estado de Goiás.

Art. 2º O trecho rodoviário da BR-060 compreendido entre a cidade de Goiânia, capital do Estado de Goiás, e o entroncamento com as rodovias BR-452 e GO-174, a 8 quilômetros da cidade de Jataí, passa a ser denominado Rodovia Abadio Pereira Cardoso.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL

http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1292027&filename=PL+8223/2014

À COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 209, DE 2015

(Nº 166/2015, NA CASA DE ORIGEM)

Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 – Estatuto da Advocacia.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 – Estatuto da Advocacia.

Art. 2º Os arts. 15, 16 e 17 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 – Estatuto da Advocacia, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 15.** Os advogados podem reunir-se em sociedade simples de prestação de serviços de advocacia ou constituir sociedade unipessoal de advocacia, na forma disciplinada nesta Lei e no regulamento geral.

§ 1º A sociedade de advogados e a sociedade unipessoal de advocacia adquirem personalidade jurídica com o registro aprovado dos seus atos constitutivos no Conselho Seccional da OAB em cuja base territorial tiver sede.

§ 2º Aplica-se à sociedade de advogados e à sociedade unipessoal de advocacia o Código de Ética e Disciplina, no que couber.

.....

§ 4º Nenhum advogado pode integrar mais de uma sociedade de advogados, constituir mais de uma sociedade unipessoal de advocacia, ou integrar, simultaneamente, uma sociedade de advogados e uma sociedade unipessoal de advocacia, com sede ou filial na mesma área territorial do respectivo Conselho Seccional.

§ 5º O ato de constituição de filial deve ser averbado no registro da sociedade e arquivado no Conselho Seccional onde se instalar, ficando os sócios, inclusive o titular da sociedade unipessoal de advocacia, obrigados à inscrição suplementar.

.....

§ 7º A sociedade unipessoal de advocacia pode resultar da concentração por um advogado das quotas de uma sociedade de advogados, independentemente das razões que motivaram tal concentração.” (NR)

“Art. 16. Não são admitidas a registro nem podem funcionar todas as espécies de sociedades de advogados que apresentem forma ou características de sociedade empresária, que adotem denominação de fantasia, que realizem atividades estranhas à advocacia, que incluam como sócio ou titular de sociedade unipessoal de advocacia pessoa não inscrita como advogado ou totalmente proibida de advogar.

.....

§ 4º A denominação da sociedade unipessoal de advocacia deve ser obrigatoriamente formada pelo nome do seu titular, completo ou parcial, com a expressão ‘Sociedade Individual de Advocacia’.” (NR)

“Art. 17. Além da sociedade, o sócio e o titular da sociedade

individual de advocacia respondem subsidiária e ilimitadamente pelos danos causados aos clientes por ação ou omissão no exercício da advocacia, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar em que possam incorrer.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL

http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=FCEEB15D3D829E059DE8EB993CC40CE7.proposicoesWeb2?codteor=1297619

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA.



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 210, DE 2015

(Nº 1.628/2015 NA CASA DE ORIGEM)

Altera as Leis nºs 11.350, de 5 de outubro de 2006, e 11.977, de 7 de julho de 2009, para dispor sobre benefícios trabalhistas e previdenciários e sobre a formação profissional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 7º-A:

“Art. 7º-A. Os cursos técnicos de Agentes Comunitários de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias poderão ser financiados pelo Fundo Nacional de Saúde, conforme regulamentação do Poder Executivo, mediante a aprovação do projeto pedagógico apresentado pelas instituições de ensino habilitadas a ministrar os cursos.

§ 1º Os cursos técnicos de Agentes Comunitários de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias serão desenvolvidos conforme o disposto no art. 36-B da Lei nº 9.394, de 20 de

dezembro de 1996.

§ 2º Os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias que ainda não tiverem concluído o ensino médio serão incluídos em programas que ampliem a escolaridade e ofereçam profissionalização, conforme o disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 3º Os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias quando estiverem participando de cursos técnicos ou de capacitação profissional farão jus à ajuda de custo para seu transporte até o local do curso e de volta à sua residência, conforme legislação aplicável.”

Art. 2º O art. 9º da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º:

“**Art. 9º**

§ 1º

§ 2º Todo o tempo de contribuição prestado nas condições dispostas no § 1º será considerado para fins previdenciários, independentemente da forma de vínculo empregatício, desde que vinculada à formalização do efetuado o devido recolhimento da contribuição previdenciária respectiva, para assegurar a contagem recíproca dos regimes do tempo de contribuição aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate às Endemias para fins de aposentadoria e demais benefícios do Regime Geral de Previdência Social.” (NR)

Art. 3º O art. 9º-A da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“**Art. 9º-A.**

.....

§ 3º O exercício de trabalho de forma habitual e permanente em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pelo Ministério da Previdência Social, assegura aos agentes de que trata esta Lei a percepção de adicional de insalubridade, calculado sobre o seu vencimento ou salário-base:

I – nos termos do que dispõe o art. 192 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, quando submetidos a este regime;

II – nos termos da legislação específica, quando submetidos a vínculos de outra natureza.” (NR)

Art. 4º O caput do art. 3º da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI:

“**Art. 3º**

.....

VI – prioridade de atendimento ao Agente Comunitário de Saúde e ao Agente de Combate às Endemias, nos termos do regulamento.

.....” (NR)

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL

http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1337498&filename=PL+1628/2015

ÀS COMISSÕES DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE; E
DE ASSUNTOS SOCIAIS.



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 211, DE 2015

(Nº 1.689/2015 NA CASA DE ORIGEM)

Institui o Dia Nacional do Psicólogo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Psicólogo, a ser comemorado, anualmente, em todo o território nacional, no dia 27 de agosto.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL

http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1339889&filename=PL+1689/2015

À COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTE



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 212, DE 2015

(Nº 2.053/2015, NA CASA DE ORIGEM)

Dispõe acerca da constituição de imóvel rural ou fração dele como patrimônio de afetação; institui a Cédula Imobiliária Rural – CIR; e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei autoriza o proprietário a submeter seu imóvel rural ou fração dele ao regime da afetação e institui a Cédula Imobiliária Rural – CIR, representativa da entrega de coisa ou obrigação certa.

Art. 2º O produtor rural, pessoa física ou jurídica, poderá submeter seu imóvel rural ou fração dele ao regime da afetação, pelo qual o terreno e construções, maquinismos, instalações e benfeitorias nele fixados manter-se-ão apartados do restante do patrimônio do proprietário e constituirão patrimônio de afetação, nos termos desta Lei.

§ 1º Integram o patrimônio de afetação constituído as máquinas, aparelhos, instalações e construções adquiridos ou executados com o crédito, assim como quaisquer outras acessões e benfeitorias acrescidas ao imóvel objeto de patrimônio de afetação na vigência da cédula de que trata o art. 13 desta Lei, os quais não poderão ser retirados, alterados ou destruídos sem o consentimento

do credor.

§ 2º É vedada a constituição de patrimônio de afetação incidente sobre:

I – imóvel já gravado por hipoteca ou outro ônus real, ou ainda que tenha registrada ou averbada em sua matrícula qualquer uma das situações previstas no art. 54 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015;

II – pequena propriedade rural, de que trata o inciso XXVI do art. 5º da Constituição Federal;

III – área inferior ao módulo rural ou à fração mínima de parcelamento, o que for menor, de que trata o art. 8º da Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972;

IV – bem de família, instituído de acordo com o art. 1.711 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e no art. 260 e seguintes da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e inscrito no registro de imóveis competente.

Art. 3º Em relação ao patrimônio de afetação de que trata esta Lei, o proprietário:

I – deve praticar todos os atos necessários à sua boa administração e preservação, inclusive mediante adoção de medidas judiciais;

II – deve manter-se adimplente com as obrigações tributárias e encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas de sua responsabilidade, inclusive a remuneração dos trabalhadores rurais;

III – responde pelos prejuízos que causar.

Art. 4º Os bens e os direitos integrantes do patrimônio de afetação:

I – não se comunicam com os demais bens, direitos e obrigações do patrimônio geral do proprietário ou de outros patrimônios de afetação por ele constituídos;

II – somente respondem por dívidas e obrigações a que se refere o

inciso II do art. 6º desta Lei, ou aquelas expressas no contexto da cédula de que trata o art. 13 desta Lei e de seus aditivos;

III – não serão penhorados, arrestados ou sequestrados por outras dívidas do emitente da cédula de que trata o art. 12 desta Lei, cumprindo a ele denunciar a existência desta e de seus aditivos às autoridades incumbidas da diligência ou a quem a determinou, sob pena de responder pelos prejuízos resultantes de sua omissão.

Art. 5º Os efeitos da decretação da falência ou da insolvência civil do proprietário somente atingem o patrimônio de afetação constituído se registrados no sistema de que trata o art. 19 desta Lei.

Art. 6º As dívidas, as obrigações e os efeitos referidos nos arts. 4º e 5º desta Lei:

I – não prejudicam as obrigações vinculadas às cédulas imobiliárias rurais registradas anteriormente no sistema de que trata o art. 19 desta Lei;

II – deverão ser registrados no sistema de que trata o art. 19 desta Lei, para ter eficácia executiva sobre o patrimônio de afetação.

Art. 7º O patrimônio de afetação é constituído mediante inscrição no Registro de Imóveis de termo firmado pelo proprietário, conforme previsto nesta Lei e em seu regulamento.

Art. 8º O oficial de registro de imóveis protocolará e autuará o requerimento de registro do patrimônio de afetação, assim como os documentos vinculados, e verificará a conformidade da correspondente instrução com o disposto nesta Lei.

Art. 9º O requerimento de que trata o art. 8º desta Lei será instruído com:

I – os documentos comprobatórios:

a) do domínio do requerente e da inexistência de ônus ou

responsabilidade de qualquer espécie, inclusive de natureza fiscal, sobre o patrimônio do requerente e o imóvel rural;

b) da regularidade das obrigações ambientais referentes ao imóvel objeto da constituição do patrimônio de afetação;

II – a prova de quaisquer atos que modifiquem ou limitem a sua propriedade;

III – o memorial em que constem os encargos do imóvel, os nomes dos ocupantes, confrontantes, quaisquer interessados, e a indicação das respectivas residências;

IV – a planta do imóvel, obtida a partir de memorial descritivo assinado por profissional habilitado e com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, contendo as coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e com precisão posicional a ser fixada em regulamento.

Art. 10. Se considerar em desacordo com esta Lei o requerimento de constituição de patrimônio de afetação de imóvel rural ou a correspondente instrução, o oficial de registro de imóveis concederá o prazo de até trinta dias contados da data em que foi apresentado o requerimento para que o interessado os regularize.

Parágrafo único. O requerente poderá suscitar dúvida se não estiver de acordo com a exigência do oficial de registro de imóveis.

Art. 11. O oficial de registro de imóveis, de ofício e à custa do requerente, notificará os confrontantes do imóvel rural sobre o requerimento de que trata o art. 8º desta Lei, no prazo de até dez dias.

§ 1º Feita a notificação aos confrontantes, aquele que se julgar com direito sobre o imóvel, no todo ou em parte, poderá opor-se ao requerimento de constituição de patrimônio de afetação no prazo de até vinte dias.

§ 2º O oponente mencionará seu nome e o local de residência, fará a

descrição exata do imóvel objeto de oposição e indicará os direitos reclamados e os títulos em que se fundarem.

§ 3º O oferecimento de oposição implicará devolução do requerimento de constituição do patrimônio de afetação.

§ 4º Se não houver oposição, o oficial de registro de imóveis averbará a constituição do imóvel rural como patrimônio de afetação para os efeitos previstos nesta Lei.

Art. 12. Pratica crime de estelionato, sujeito às penas previstas na legislação vigente, aquele que fizer declarações falsas ou inexatas acerca da área do imóvel rural objeto de constituição de patrimônio de afetação, de suas características, instalações e acessórios, da pacificidade de sua posse, ou omitir, na cédula imobiliária rural, declaração de já estar sujeita a outros ônus ou responsabilidade de qualquer espécie, inclusive de natureza fiscal e ambiental.

Art. 13. Fica instituída a Cédula Imobiliária Rural - CIR, título de crédito civil, líquido, certo, passível de execução extrajudicial:

I – representativo da obrigação de entrega de coisa certa ou, na hipótese de que trata o art. 28 desta Lei, da obrigação de entrega de coisa certa ou de pagamento em dinheiro;

II – garantido cedularmente pela constituição de patrimônio de afetação;

III – exigível a partir do seu vencimento pelo valor expresso em seu contexto, além de, se couberem, juros, encargos e despesas que o credor incorrer para segurança, regularidade e realização de seu direito creditório.

Parágrafo único. Tem legitimação para emitir CIR o proprietário de imóvel rural com patrimônio de afetação constituído na forma desta Lei.

Art. 14. A CIR conterá os seguintes requisitos, lançados em seu contexto:

I – denominação Cédula Imobiliária Rural;

II – data do vencimento;

III – data e lugar da emissão;

IV – assinatura do emitente;

V – nome do credor e cláusula à ordem;

VI – identificação da área rural a que se refere a garantia;

VII – autorização irretratável para que o oficial de registro de imóveis processe, em favor do credor, o registro de transmissão da propriedade do imóvel rural ou fração constituída como patrimônio de afetação.

§ 1º Sem configurar caráter de requisito essencial, a CIR poderá conter outras cláusulas lançadas em seu contexto, as quais poderão constar de documento à parte, com a assinatura do emitente, fazendo-se, na cédula, menção a essa circunstância.

§ 2º A identificação de que trata o inciso VI do caput deste artigo conterà os dados relativos ao georreferenciamento e números de registro e matrícula do imóvel no registro oficial competente e será feita de modo simplificado, dispensada a indicação das respectivas confrontações.

§ 3º Se o emitente deixar de levantar qualquer parcela do crédito deferido ou tiver feito pagamentos parciais, o credor descontá-los-á da soma declarada na cédula, tornando-se exigível apenas o saldo levantado.

§ 4º A CIR admite amortizações periódicas, prorrogações de vencimento e liquidação ou amortização antecipada, mediante anuência do beneficiário.

§ 5º Observado o disposto no § 6º deste artigo, a inadimplência de qualquer obrigação do emitente da CIR prevista em seu contexto ou nesta Lei importa vencimento antecipado do título, independentemente de aviso ou

interpelação judicial ou extrajudicial.

§ 6º A mora do devedor somente será verificada após dez dias decorridos de notificação extrajudicial quanto à inadimplência de obrigação nos termos do § 5º deste artigo.

Art. 15. Poderá ser emitida CIR garantida por uma ou mais frações de imóvel rural constituído como patrimônio de afetação, desde que os limites de cada fração estejam georreferenciados e observada a área mínima de que trata o inciso III do § 2º do art. 2º desta Lei.

Art. 16. A CIR poderá ser ratificada, retificada e modificada por termos aditivos, que a integram, datados e assinados pelo emitente e pelo portador, fazendo-se, na cédula, menção a essa circunstância.

Art. 17. Para ter eficácia entre as partes e perante terceiros, a CIR e seus termos aditivos serão inscritos no serviço de registro de imóveis competente.

§ 1º O registro de que trata o caput deste artigo será efetuado no prazo de até cinco dias úteis, a contar da apresentação do pedido, sob pena de responsabilidade administrativa do oficial de registro de imóveis encarregado de promover os atos necessários.

§ 2º Para os fins de que trata o caput deste artigo, observar-se-ão, no que couber, as disposições previstas em lei relativas à inscrição das cédulas de crédito rural no registro de imóveis.

Art. 18. Fica cancelada a inscrição da CIR mediante a averbação, no livro próprio, da prova da quitação da cédula ou da ordem judicial competente, lançada no próprio título ou passada em documento em separado com força probante.

§ 1º Da averbação do cancelamento da inscrição constarão:

I – as características do instrumento de quitação, ou a declaração de

que a quitação foi passada na própria cédula, indicando-se, em qualquer hipótese, o nome do quitador e a data da quitação;

II – a indicação da data da ordem judicial, Juízo de que procede, nome do Juiz que a subscreve e demais características ocorrentes.

§ 2º Será arquivada no registro de imóveis competente a ordem judicial de cancelamento da inscrição ou uma das vias do documento particular da quitação da cédula.

§ 3º São aplicadas ao cancelamento da inscrição da cédula imobiliária rural, no que couber, as disposições relativas ao cancelamento da inscrição no registro de imóveis das cédulas de crédito rural previstas em lei.

Art. 19. A CIR será, na forma do regulamento, levada a registro em sistema de registro e de liquidação financeira de ativos administrado por entidade autorizada pelo Banco Central do Brasil, em até cinco dias úteis, a contar da data de sua emissão.

§ 1º A CIR será cartular antes do seu registro e após o seu cancelamento e será escritural ou eletrônica enquanto permanecer registrada em sistema de registro e de liquidação financeira.

§ 2º No período em que a CIR estiver registrada no sistema de que trata o caput deste artigo, a cadeia dos negócios ocorridos:

I – não será transcrita no verso dos títulos;

II – será anotada nos registros do sistema.

Art. 20. A CIR será negociada somente nos mercados de bolsa e de balcão, obrigatoriamente mediante registro no sistema de que trata o art. 19 desta Lei, hipóteses em que será considerada ativo financeiro e estará, em sua negociação, sujeita à mesma tributação incidente sobre a Cédula de Produto Rural, de que trata a Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994.

Art. 21. Além de responder pela evicção, o emitente da CIR não pode

invocar em seu benefício o caso fortuito ou de força maior.

Art. 22. São aplicadas à CIR, no que couber, as normas de direito cambial, com as seguintes modificações:

I – os endossos devem ser completos;

II – os endossantes respondem somente pela existência da obrigação.

Art. 23. A CIR poderá contar com garantia de terceiro, podendo esse ser instituição financeira ou seguradora.

Art. 24. A CIR pode receber aval, devendo essa situação constar do respectivo registro no serviço de registro de imóveis e do sistema de que trata o art. 19 desta Lei.

Parágrafo único. Fica dispensado o protesto para assegurar o direito de regresso contra endossantes e avalistas.

Art. 25. Até o vencimento da CIR, o emitente usará, a suas expensas e risco, o imóvel rural segundo sua destinação, sendo obrigado a empregar na sua guarda a diligência exigida por sua natureza.

Art. 26. A CIR poderá ser considerada vencida na hipótese de insolvência civil ou falência do emitente ou quando verificada a prática comprovada de desvio de bens e administração ruinosa do imóvel rural, construções, maquinismos, instalações e benfeitorias abrangidas pelo patrimônio de afetação.

Art. 27. Vencida a CIR e não liquidada, o beneficiário final poderá exercer de imediato o direito ao registro da transferência da área rural.

Parágrafo único. Quando a gleba objeto da CIR estiver contida num imóvel rural de maior área, o oficial de registro de imóveis, de ofício e à custa do adquirente, efetuará o desmembramento e estabelecerá a correspondente matrícula própria.

Art. 28. Fica permitida a liquidação financeira da CIR, observadas as seguintes condições:

I – que seja caracterizada por seu nome, seguido da expressão financeira;

II – que sejam explicitados, em seu corpo, os referenciais necessários à clara identificação do valor a ser utilizado no resgate do título;

III – que seja pré-determinado em seu contexto se a liquidação financeira é uma obrigação ou opção do emitente ou ainda uma opção do portador do título, nos termos do regulamento do sistema de que trata o art. 19 desta Lei.

Parágrafo único. A CIR - Financeira é exigível pela soma expressa em seu contexto ou no endosso, além dos juros e demais encargos ou despesas que o credor fizer para segurança, regularidade e realização de seu direito creditório.

Art. 29. No caso de CIR - Financeira vencida e não liquidada, o beneficiário final obriga-se a vender, com diligência, na forma do regulamento, o imóvel a terceiros, a aplicar o valor apurado no pagamento de seu crédito e das despesas de venda, transferência e guarda e a entregar o saldo, se houver, ao emitente.

Parágrafo único. Se o produto da venda do imóvel não for suficiente para o resgate da CIR e para a recuperação das despesas de venda, transferência e guarda, continuará o emitente obrigado pelo restante da dívida.

Art. 30. As CIR e as dívidas, obrigações e efeitos de que tratam os arts. 4º e 5º desta Lei terão preferência na execução segundo a precedência de registro no sistema de que trata o art. 19 desta Lei.

Art. 31. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL

http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=37EAC9BADCB92C03E8F1273560458664.proposicoesWeb1?codteor=1352196&filename=PL+2053/2015

ÀS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO,
JUSTIÇA E CIDADANIA; E DE
AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA.



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 213, DE 2015

(Nº 2.381/2015 NA CASA DE ORIGEM)

Institui a data de 15 de dezembro como o Dia Nacional do Arquiteto e do Urbanista.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituída a data de 15 de dezembro como o Dia Nacional do Arquiteto e do Urbanista.

Parágrafo único. A data escolhida é uma homenagem ao Arquiteto Oscar Niemeyer, por ser o dia do seu nascimento e também pela fundação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL

http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1362271&filename=PL+2381/2015

À COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.



SENADO FEDERAL

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA Nº 25, DE 2015, AO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 201, DE 2011

(Nº 2.223/2011, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

(do Senador Walter Pinheiro)

Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 2.223-C de 2011 do Senado Federal (PLS Nº 201/2011 na Casa de origem), que denomina "Ferrovia Engenheiro Vasco Azevedo Neto" o trecho ferroviário compreendido entre os Municípios de Ilhéus, no Estado da Bahia - BA, e Figueirópolis, no Estado do Tocantins - TO.

Dê-se ao projeto a seguinte redação:

Denomina Ferrovia Engenheiro Vasco Azevedo Neto o trecho da Ferrovia EF-334 compreendido entre os Municípios de Ilhéus, no Estado da Bahia, e Figueirópolis, no Estado do Tocantins.

CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei atribui a denominação Ferrovia Vasco Azevedo Neto ao trecho da Ferrovia EF-334 (Ferrovia de Integração Oeste-Leste, inclusa na Relação Descritiva das Ferrovias do Plano Nacional de Viação) compreendido entre os Municípios de Ilhéus, no Estado da Bahia, e Figueirópolis, no Estado do Tocantins.

Art. 2º Fica denominado Ferrovia Vasco Azevedo Neto o trecho da Ferrovia EF-334 compreendido entre os Municípios de Ilhéus, no Estado da Bahia, e Figueirópolis, no Estado do Tocantins.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO ORIGINAL APROVADO PELO SENADO FEDERAL E
ENCAMINHADO À CÂMARA DOS DEPUTADOS**

<http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/106467.pdf>

À COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ENCAMINHAMENTO

Com referência ao Requerimento nº 703, de 2015, da CE, a Presidência, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, encaminhará o voto de congratulações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Passo a ler o seguinte ofício:

MEMORANDO Nº 12-193, DE 2015

A S. Ex^a Sr. Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal.

Prezado Senador Renan Calheiros, em observância aos dispositivos regimentais, comunico a V. Ex^a que me desfiliei do Partido Social Democrático (PSD) para contribuir com a consolidação do Partido da Mulher Brasileira (PMB), cujo registro foi reconhecido recentemente pelo Tribunal Superior Eleitoral, ao qual me filiei e passei a ser o seu primeiro Parlamentar no Senado.

Iniciando a formação da Bancada do PMB no Senado, comunico ainda que assumirei a função de Líder do Partido e, conforme o Regimento Interno Senado Federal, solicito que sejam tomadas as medidas cabíveis para a alteração dos registros e formalização da Liderança.

Atenciosamente,

Senador Hélio José.

É o seguinte o memorando na íntegra:



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Hélio José

Memo GSHJOSE nº 12-193/2015

Brasília 8 de dezembro de 2015.

À Sua Excelência o Senhor
SENADOR RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal
Nesta

A publicação
Em 10/12/2015

Prezado Senador Renan Calheiros,

1. Em observância aos dispositivos regimentais, comunico a Vossa Excelência que me desfiliei do Partido Social Democrático – PSD, para contribuir com a consolidação do Partido da Mulher Brasileira – PMB, cujo registro foi reconhecido recentemente pelo Tribunal Superior Eleitoral, ao qual me filiei e passei a ser o seu primeiro parlamentar no Senado.

2. Iniciando a formação da bancada do PMB no Senado, comunico, ainda, que assumirei as funções de Líder do Partido, e conforme o Regimento Interno do Senado Federal, solicito que sejam tomadas as medidas cabíveis para a alteração dos registros e formalização da Liderança.

Atenciosamente,

Senador **HÉLIO JOSÉ**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vocês pensaram que era eu? Só para descontrair.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A sua escolha era outra, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Senador Hélio José está trazendo a sua informação à Mesa de que está indo para o Partido da Mulher Brasileira.

O expediente lido vai à publicação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Ana Amélia, pela ordem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Posso fazer uma brincadeira, Presidente: eu pensei que o Partido da Mulher era exclusivo de gênero, só das mulheres.

Brincadeira à parte, eu gostaria de uma inscrição para uma comunicação inadiável na sessão de hoje.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A Senadora Ana Amélia é a primeira inscrita para uma comunicação inadiável.

Há oradores inscritos.

Antes de eu passar a palavra para o primeiro orador inscrito, eu quero, da tribuna, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado, dizer que hoje é o Dia Internacional dos Direitos Humanos. Por isso, no Brasil todo, há uma enorme manifestação nesse sentido, e eu quero fazer um registro, no exercício da Presidência.

Em 2015, demos entrada em um grande momento de ação global para as pessoas e o Planeta. O objetivo é atingir até 2030 17 pontos fundamentais de metas globais.

O ano de 2015, que está terminando, para nós militantes dos direitos humanos, apresentou uma oportunidade histórica e sem precedentes para reunir os países e a população global e decidir sobre novos caminhos, melhorando a vida das pessoas em todos os lugares. Essas decisões determinarão o curso global de ação para acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar para todos, proteger o meio ambiente e enfrentar as mudanças climáticas. A partir do ano que termina, 2015, os países terão a oportunidade de adotar a nova agenda de desenvolvimento sustentável e chegar a um acordo global sobre a mudança climática.

Espera-se que as ações tomadas em 2015 resultem nos novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, baseados nos ODM (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio). As Nações Unidas estão trabalhando junto a governos, sociedade civil e outros parceiros para aproveitar o impulso gerado pelos ODM e levar à frente uma agenda de desenvolvimento pós-2015 de forma ambiciosa. A redução da pobreza é um dos eixos da agenda de desenvolvimento pós-2015 para todos aqueles que militam pelos direitos humanos. Rumo à agenda de desenvolvimento sustentável! Garantir uma vida com dignidade. Os países vão se adaptar e adotar uma nova agenda de desenvolvimento que vai se basear nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. A pobreza global continua, felizmente, diminuindo; mais crianças do que nunca estão frequentando a escola primária; mortes infantis caíram, mas têm que cair muito mais; o acesso à água potável expandiu, mas temos que avançar mais; as metas de investimento para combater a malária, a aids e a tuberculose salvaram milhões de pessoas do mundo. Os ODM estão fazendo uma verdadeira diferença na vida das pessoas. E esse progresso pode ser expandindo na maioria dos países com forte liderança e responsabilidade.

Termino só citando, em nome deste dia 10 de dezembro, Dia Internacional dos direitos Humanos, as 17 metas que o mundo pretende atingir até 2030: 1º) erradicação da pobreza; 2º) erradicação da fome; 3º) saúde de qualidade; 4º) educação de qualidade; 5º) igualdade de gênero; 6º) água limpa e saneamento; 7º) energias renováveis; 8º) empregos dignos e crescimento econômico; 9º) inovação em infraestrutura; 10º) redução das desigualdades; 11º) cidades e comunidades sustentáveis; 12º) consumo responsável; 13º) combate às mudanças climáticas; 14º) vida debaixo da água; 15º) vida sobre a terra; 16º) paz e justiça; 17º) parcerias para metas.

E ainda trabalho com qualidade. É uma obrigação de todos nós combater, principalmente, o trabalho escravo e qualquer outra forma que venha no sentido do trabalho degradante e também da jornada exaustiva. Hoje está havendo um momento em todo o Brasil com esse objetivo.

Antes de chamar o primeiro orador inscrito, o que já faço, convidando à tribuna o nobre Senador Lasier Martins, registro aqui a visita de estudantes do ensino médio do Colégio Estadual Professor Edmir Povia Lemes. Sejam todos bem-vindos. Vocês vão assistir agora ao pronunciamento do nobre Senador Lasier Martins.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pela ordem, Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de pedir autorização para que estejam conosco e fiquem aqui na tribuna de honra 35 estudantes da

Universidade Federal do Mato Grosso, do meu Estado, da cidade de Rondonópolis, acompanhados de professores. Daqui a pouco, eu vou falar pela Liderança do PR. Eu gostaria de registrar essa presença, mas eu queria ter autorização do Presidente para que eles estivessem aqui na tribuna de honra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já estão autorizados e recebam uma salva de palmas desses quatro Senadores. (*Palmas.*)

E também se sintam aplaudidos os visitantes estudantes da galeria.

Senador, com a palavra.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eminentíssimo Presidente destes trabalhos, Senador Paulo Paim, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado e ilustres visitantes que nos honram com suas presenças acompanhando o funcionamento de uma sessão ordinária do Senado Federal, primeiro, eu queria fazer uma observação muito agradável que tenho percebido, Senador Paulo Paim. Nós temos o orgulho de ser do Rio Grande do Sul e constatar, já agora no final do ano, uma rotina que acontece aqui no Senado: o trio de Senadores do Rio Grande do Sul sempre é o primeiro a chegar às sessões ordinárias do Senado. V. Ex^a já tinha percebido?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Para falar a verdade, não, mas eu gostei do registro – e com a presença aqui do Senador Wellington.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Inclusive V. Ex^a, Senador Paulo Paim, muitas vezes, tem aberto e presidido a sessão.

Que os nossos conterrâneos eleitores saibam que estão sendo correspondidos ao menos na assiduidade, se não – o que também tem acontecido – no desenrolar dos trabalhos em que temos nos empenhado aqui no Senado.

Sr. Presidente, eu queria começar dizendo que, diante da crise que assola o Brasil, econômica, política e moralmente, em que as saídas parecem cada vez mais difíceis e principalmente demoradas, é importante dizer que qualquer que seja a solução que vamos encontrar para esses dias de prolongada crise deverá passar pelo respeito às leis e à Constituição Federal, como convém e como deve ser. Por isso, Sr. Presidente, eu quero falar sobre alguns equívocos e confusões de conceitos que vêm sendo externados nesses dias de crises e no confronto com as leis.

Por exemplo, o conceito de legalidade, uma palavra que vem sendo muito usada aqui no Congresso ultimamente, vem sendo um dos impasses, justamente por ser a legalidade ponto fundamental para a solução dessa crise. A solução está presente em nosso arcabouço jurídico, em nossa legislação e em nossas instituições republicanas. E, quando se fala tanto em legalidade, quero invocar desde logo o nome de um ou dois grandes políticos gaúchos que se identificaram muito com a doutrina e a prática da legalidade.

O primeiro nome é o de Leonel Brizola que, precursor desse movimento, obteve ontem, aqui nesta Casa, por unanimidade, a aprovação de um projeto de lei proposto pelo Deputado Vieira da Cunha, que passou pela Câmara com a relatoria do Deputado Cherini e que passou aqui, no Senado, pela relatoria da Senadora Ana Amélia, aqui presente, para ter o seu nome incluído, Leonel Brizola, no Livro dos Heróis da Pátria, uma justa homenagem, que agora irá para a sanção da Presidente da República. E o trabalhismo, no conceito de Brizola, atualmente, é muito lembrado, assim como a legalidade, porque os dois andam de mãos dadas – trabalhismo e legalidade. As ideias que norteiam o nosso Partido são baseadas no respeito às leis como princípio fundamental norteador de nossas ações, proposições e posições legislativas e políticas. A coexistência da solidariedade com as liberdades individuais é a razão de existir do nosso Partido, do meu Partido, o PDT.

O segundo nome que quero lembrar à respeito de legalidade neste momento tão crítico da vida nacional é o nome de Alberto Pasqualini, formulador da ideologia programática trabalhista. Gaúcho que também ocupou esta tribuna como Senador nos anos 50, ele tinha como base de suas ideias os princípios da democracia cristã. Segundo ele – e relembro algumas das tantas palavras escritas por Pasqualini –, “um partido deve ser um programa, uma orientação e uma ética. Para um partido, o governo deve ser um ônus e não um instrumento de vantagens e, portanto, deverá exercê-lo não em proveito próprio, mas em benefício da coletividade”. Pasqualini defendia que a transformação social e progressista que conduziria a uma sociedade mais justa deveria iniciar-se pelo respeito aos princípios fundamentais de uma sociedade democrática, ou seja, o respeito à legalidade – movimento mais tarde liderado por Brizola, na qualidade de Governador do Rio Grande do Sul, no ano de 1961. Essa palavra, essa instituição não pode ser banalizada neste momento e muito menos confundida com a crise política que hoje o Governo Federal atravessa, quando se discute a instalação de um processo de *impeachment* da Presidente da República.

Neste particular, erra parte da cúpula do meu Partido querendo lembrar a legalidade de Brizola ligando esse fato à investigação de hoje contra a Presidente da República. São coisas bem diferentes. E ninguém pode garantir que, se Brizola existisse no cenário recessivo de hoje, no cenário recessivo da economia que vivemos

e de um Governo omissivo no que diz respeito à bancarrota da Petrobras, criação trabalhista, fosse ele apoiar esse caos que aí está.

Assim, repito, a solução para a crise passa pelo respeito às instituições e pelo respeito – sobretudo – à Constituição. Não tenho dúvida de que esta República conseguirá vencer, lá adiante, esse desafio, usando os remédios constitucionais apropriados, mantendo intacta a normalidade institucional.

Em um país como o nosso, que está combatendo a corrupção, mediante golpes certos da Operação Lava Jato, desbaratando a organização criminosa que se desenvolveu, no seio do Estado, chegou o momento da depuração, momento tão esperado, ao ensejo das últimas décadas, em seu sentido amplo, na política, no empresariado e no meio financeiro. O Brasil, de fato, não podia mais continuar convivendo com os desvios e a corrupção, que vinham vicejando, progressivamente, na vida do País, há muito tempo. Os tentáculos dessa sofisticada organização criminosa, na expressão do Supremo Ministro Celso de Mello, espalharam-se.

Indo, mais adiante, no caso muito particular da Petrobras, a mais importante empresa brasileira, símbolo de orgulho para todos nós. Alberto Pasqualini, que desempenhou relevante papel na criação da Petrobras, tendo sido o Relator do projeto de lei de criação da empresa, no Senado, disse, em 1950, quando da criação da Petrobras: “O sistema econômico brasileiro vigente funciona como uma escavadeira, que tira a terra de um lado e amontoa do outro. Sacrifica grandes camadas da população para enriquecer pequenos grupos. Eu não creio que aqueles mesmos que, bafejados pela sorte, conseguiram acumular riquezas, possam julgar-se felizes e tranquilos, tendo diante dos olhos o espetáculo cotidiano da miséria e da necessidade”.

Essa assertiva de Pasqualini, Sr. Presidente, cabe, perfeitamente, nos dias de hoje, de tantas desigualdades sociais e econômicas que o Brasil enfrenta. Portanto, nós, herdeiros do trabalhismo, devemos trabalhar, com afinco, para que a empresa seja recuperada, depois dos criminosos saques a que vinha sendo submetida.

Agora falo da Petrobras, criada por lei relatada por Pasqualini.

A Petrobras, que movimentava 10% da nossa economia, foi e continua sendo uma das maiores vítimas – seus acionistas minoritários em especial – da má digestão e dos excessos contidos na política econômica dos últimos anos. Desde que realizou seu aumento de capital em 2010, com os desvios acontecidos deixou de ser a 12ª empresa do mundo para se tornar a 416ª; isto é: de lugar 12º para o lugar 416º.

(Soa a campanha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Segundo a revista norte-americana *Forbes*, seu valor de mercado saiu de US\$270 bilhões para os atuais US\$25 bilhões. Em reais, perda superior a 70%.

O endividamento da estatal não para de crescer, e assim chegou ao posto de maior detentora de dívida no mundo, com uma marca que saiu de R\$115 bilhões em 2010 para R\$522 bilhões atuais.

E hoje é interessante registrar, Sr. Presidente – veja que curiosidade lamentável, mas uma verdade: a ONG Transparência Internacional está abrindo uma votação para escolher o caso mais simbólico de corrupção no mundo. E imaginem quem está no meio? O caso...

(Interrupção do som.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – ... o caso Petrobras vai concorrer junto, por exemplo, com o caso do Banco Espírito Santo, de Portugal; com o caso de Zine al-Abidine Ben Ali, ex-Presidente da Tunísia; com o caso da FIFA; com o caso do ex-Presidente do Panamá, Ricardo Martinelli; com o caso do ex-líder do Egito, Mohamed Hosni Mubarak. E a Petrobras no meio, Sr. Presidente, entre os casos de maior corrupção no mundo. Esta, a nossa Petrobras!

E, por reflexo, uma parceira que corre grandes riscos ou, pelo menos, cria novos riscos para o Brasil, que é a Sete Brasil. Essa empresa corre o risco de falência, Sr. Presidente. Ainda, anteontem à noite, na reunião dos Senadores com o ex-Ministro Mailson da Nóbrega, ele levantava esta hipótese: se a Sete Brasil falir, o prejuízo da Petrobras e do BNDES vai se ampliar ainda mais e poderá agravar profundamente a situação do BNDES, repito.

Este projeto criado pela Petrobras, para construir 28 sondas para o pré-sal, numa só tacada, trará enormes prejuízos ao País. Segundo o jornal *Valor*, “a holding já consumiu bilhões no início da construção das sondas, mas não detém ainda operação e ativos geradores de receita. Por isso, houve praticamente a queima de R\$8,4 bilhões investidos em capital pelos sócios e mais os US\$3,6 bilhões do empréstimo que era para ser uma ponte até uma linha específica do BNDES». Esse fato é muito grave.

A ameaça de falência da companhia, da empresa Sete, coloca o Banco do Brasil como o maior perdedor com o projeto. A instituição concedeu US\$1,3 bilhão de crédito à Sete Brasil. No câmbio atual, nada menos do que R\$5 bilhões, um risco para o Banco do Brasil. Portanto, esse risco de falência da Sete Brasil se constituiria numa ameaça assustadora, por suas consequências às finanças do País.

Esse é apenas um episódio a mais da má gestão que assola o Brasil. Tudo somado ao desequilíbrio fiscal, pelo qual o Governo, depois de “pedalar” suas contas, pediu ao Congresso Nacional autorização para um cheque especial de R\$119 bilhões.

O Governo Dilma se funda em uma política econômica equivocada, que favorece os mais pobres apenas no discurso, porque agora se veem eles ameaçados de caírem da Classe C, voltando para a Classe D. É uma política intervencionista, que, além de prejudicar os pobres, que voltam a ter uma queda de padrão de vida, favoreceu também os grandes banqueiros, os megaempresários, sem oferecer oportunidade de crescimento para os pequenos. Da mesma maneira, os trabalhadores são ignorados. O resultado da política econômica desastrosa é a ruína do Brasil: o acúmulo da pobreza, o aumento do desemprego, a quebra das empresas, a inflação que ataca os mais pobres. Em suma, a antítese do trabalhismo.

Devemos respeito às instituições, devemos seguir a verdadeira legalidade, como nos ensina o trabalhismo. A Presidente, a despeito dos equívocos colossais na Petrobras, precisa responder pelas graves acusações de ter realizado pedaladas fiscais com o dinheiro do povo.

(Soa a campainha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Já estou me encaminhando para o encerramento, Sr. Presidente.

Ela precisa explicar a busca de empréstimos em instituições financeiras do próprio Estado, para saldar compromissos sem autorização do Congresso Nacional, iniciativa que teve indevidamente.

A Presidente gerava um superávit primário falso, que enganou o eleitorado. Isso é crime de responsabilidade. Responder por isso, faz parte dos rituais da legalidade exigida pelos brasileiros.

Ninguém está acima da lei, como nos relembra o Juiz Sérgio Moro. Se a Presidente cometeu crime de responsabilidade, deve enfrentar o processo de *impeachment*. Defender esse rito constitucional é defender a legalidade, é honrar a memória dos fundadores do trabalhismo, como Leonel Brizola e Alberto Pasqualini.

Não há que se falar em golpe nesta hora quando atendidos os ritos previstos na Constituição. Vivemos tempos de legalidade, democracia e liberdade. Chegou o momento de honrar a memória de nossos fundadores e lutar pela ética e pela transparência. Ninguém deve usar uma falsa legalidade – como se ouve por aí – e o trabalhismo para mascarar o adesismo de hoje, muito menos usar o sagrado Movimento da Legalidade de Brizola em 61, quando impediam Jango, Vice-Presidente da República, de assumir a Presidência diante da renúncia de Jânio Quadros.

Legalidade, concluindo, Sr. Presidente, hoje é abrir as investigações para apurar responsabilidade pelo caos que vive o Brasil, suas finanças exauridas, a Petrobras aviltada e meio mundo que trabalhou para o atual Governo já nas prisões. Isso é a verdadeira legalidade.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância com o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Senador Lasier Martins.

Passamos a palavra, de imediato, à Senadora Ana Amélia, para uma comunicação inadiável; depois, falará um orador inscrito. Como oradora inscrita, é a Senadora Regina Sousa; na sequência, é o Senador Roberto Requião.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Quero saudar, Senador Paulo Paim, os estudantes de Rondonópolis, que é uma cidade de Mato Grosso muito importante, porque muitos gaúchos ajudaram a desenvolver aquele Município e outros Municípios de Mato Grosso. Tive a oportunidade de conhecer Lucas do Rio Verde e lá também me surpreendi, porque no auditório onde eu estava, metade estava com a camiseta do Grêmio e a outra metade, com a camiseta do Inter. Eu acho que isso é uma coisa importante na nossa relação.

Então, bem-vindos ao Senado Federal. Os três Senadores de Mato Grosso honram a Casa: o Senador Wellington Fagundes, que aqui está, o Senador Blairo Maggi, o Senador José Medeiros, todos comprometidos com o desenvolvimento do Estado. Da mesma forma o Senador, agora Governador, Pedro Taques, teve uma passagem brilhante, embora rápida, aqui no Senado Federal, e tive o orgulho de ficar entre as suas amigas no Senado Federal. Assim, transmitam também ao Governador Pedro Taques a nossa saudade e a nossa admiração.

Senador Paulo Paim, caros colegas Senadores, como há pouco já mencionei os seus conterrâneos, quero agora que o Senador Blairo cumpra a promessa de conhecermos o lugar chamado Nobres, que diz que é um lugar belíssimo do Mato Grosso. Já estou me candidatando para, em fevereiro, aceitar o convite do Senador Blairo Maggi, porque o Prefeito Gilmarzinho...

O Sr. Wellington Fagundes (Bloco União e Força/PR - MT) – Não seria um aparte ainda, Senadora Ana Amélia, mas também se fala muito de Bonito, no Mato Grosso do Sul. E lá, em Mato Grosso, falamos que Nobres é mais que bonito, é lindo.

A senhora tem o nosso convite, com certeza!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Está bom, mais um motivo para renovar o interesse de conhecer esta cidade. Todos falaram igualmente da beleza que é esse Município.

O Sr. Wellington Fagundes (Bloco União e Força/PR - MT) – E o Pantanal também.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Isso é imperdível.

Há pouco, o Senador Lasier Martins ocupou a tribuna para falar sobre a questão da crise que estamos vivendo. Quero fazer uma saudação, Senador Lasier Martins, ao Senador Paulo Paim. E quero fazer ao Senador Paulo Paim porque ele é do Partido dos Trabalhadores, é contra o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff. Respeito, com toda a distinção, a posição dele, mas respeito mais ainda porque, em nenhum momento, ele falou que quem defende o *impeachment* ou o início do processo é golpista.

Senador Paim, essa é a diferença entre os verdadeiros democratas. Há pouco, o Senador Lasier Martins falou sobre legalidade. A democracia se assenta exatamente sobre o respeito ao contraditório.

Assim como V. Exª não chama ninguém de golpista, tenho o maior respeito por um político que assume a sua posição e respeita a posição alheia. Acho que essa democracia, quando prevalecer em nosso País, poderemos dizer, de fato: amadurecemos, temos respeito.

Senador Paim, receba a minha homenagem pela atitude, pela coerência e pela coragem; coragem e respeito a quem pensa diferente de V. Exª. Respeito muito V. Exª e nem vou argumentar as razões que V. Exª tem para ser contra o *impeachment* e ser a favor da Presidente Dilma, assim como V. Exª também não me pergunta por que eu acho que o processo tem que começar dentro do princípio da legalidade, com o Supremo funcionando.

Sobre a manifestação do Ministro Fachin – o Senador Requião foi um dos defensores aqui da aprovação do nome dele –, reconheço que a atitude dele foi absolutamente sábia, dentro da lei, para que sobre esse processo não paire nenhuma dúvida sobre aquilo que, há pouco, falou o Senador Lasier: legalidade. Se nós não tivermos a certeza de que isso caminhará por esses trilhos da legalidade, também não podemos aqui estar defendendo a democracia. Temos que acatar e acolher.

Na semana retrasada, o Supremo se manifestou, decretando a prisão preventiva de um Senador. Nós acolhemos aqui, nós não discutimos, porque entendemos que o Supremo, ao tomar essa decisão, estava fazendo com base na lei, e a lei tem que valer. Como diz aquele ditado: pau que bate em Chico bate em Francisco – é assim que tem que ser um país de Estado de direito.

Então, o Supremo está fazendo o seu papel de maneira exemplar. E nós, aqui, temos que exaltar este momento do País em que as instituições estão cada dia mais fortalecidas. Não há outro caminho a percorrer a não ser este de zelar pelo respeito, pela prevalência e pelo fortalecimento das instituições, seja o Supremo Tribunal Federal, seja o Ministério Público, seja a Polícia Federal.

Aliás, por conta disso, venho falar de polícia, Senador. Nós estamos, aqui, discutindo o *impeachment*; discutindo a crise; o agravamento dos problemas decorrentes; o desemprego; a inflação; tudo nós estamos discutindo. Mas, ao lado disso, a vida segue, Senador Paim. E mães com filhos com câncer, filhos jovens, pais, mulheres com câncer de mama sendo tratadas com quimioterapia.

Hoje, recebi uma paraense, a Patrícia Cítero, que integra o grupo, de Belém do Pará, As Amigas do Peito. É um grupo de mulheres que estão com câncer de mama. E essa mãe que perdeu um filho que estava estudando Medicina na Bolívia, de um ataque fulminante do coração, tem um filho de quatro anos.

E ela, uma jovem, está com câncer de mama. Ela chorou, Senador, com a notícia de que um bando de criminosos, aqui em Brasília, está produzindo falsas pílulas de combate ao câncer que foram uma criação de um professor, doutor em Química, da Universidade de São Paulo, Unidade de São Carlos, o Prof. Gilberto Chierice.

Nós, aqui no Senado, Senador Ivo Cassol e eu, promovemos, na Comissão de Ciência e Tecnologia e Assuntos Sociais, um debate com a presença do Prof. Gilberto Chierice e com todos os especialistas oncologistas que trabalharam nesse programa para tratar e mostrar. E ouvimos o depoimento de pessoas que se dizem curadas por terem tomado essa pílula, a fosfoetanolamina sintética, que foi criada pelo Prof. Gilberto Chierice. Não há, mesmo com os depoimentos, oficialmente, formalmente, um registro de uma pesquisa clínica em torno da eficácia da pílula, mas há pessoas que se dizem curadas por esse remédio, e não podemos ignorar a profundidade do relato e do testemunho dessas pessoas; há pessoas que tiveram metástase nos ossos, que andavam em cadeira de rodas agora estão caminhando como foi o caso de uma senhora, uma das últimas a apresentar o seu depoimento.

Todas elas, essas pessoas que se disseram curadas o disseram com tanta segurança, com tanta segurança que às vezes é de se perguntar: “Mas será que apenas a fé e a crença seriam capazes de fazê-las curar?” Sim,

é claro que seria, mas mais do que tudo existe a crença de que pode ser aqui aberto um caminho para a cura da doença.

Agora, houve esses criminosos que a Polícia Civil – cumprimento a Polícia Civil do Distrito Federal – prendeu na terça-feira, aqui em Brasília, integrantes de uma família suspeita de produzir e comercializar medicamentos sem registro com promessa de cura do câncer. O esquema era chefiado a partir de uma chácara aqui na Região Administrativa de Sobradinho e o produto era vendido em todo o País e até para o exterior pela Internet. A fosfoetanolamina sintética não tem registro para venda no País, e o próprio Poder Judiciário já derubou todas as liminares que obrigavam a Universidade de São Paulo a fornecer gratuitamente essa pílula do câncer para aqueles que recorriam à Justiça para ter o direito e o acesso a esse medicamento.

E, agora, por determinação do Governo de São Paulo, o Governador Geraldo Alckmin, o Icesp, comandado pelo brilhantemente pelo Dr. Paulo Rolf, está iniciando a pesquisa com um grupo de mil pacientes para fazer a investigação clínica da eficácia dessa pílula e, a partir disso, Anvisa, Conep, Conitec e todos os órgãos terem isso. E o Ministro Marcelo Castro, Ministro da Saúde, médico, acaba de dizer que está apoiando, o Ministério apoia, sim, a iniciativa do Governo de São Paulo porque o Icesp é uma das instituições públicas de maior qualificação do ponto de vista de pesquisa e do ponto de vista dos seus equipamentos e também dos seus recursos.

Eu queria dizer que isso é consolador, a iniciativa tomada depois das pressões advindas pelos próprios usuários e também pela esperança das pessoas de verem a cura do câncer. Agora, quando vi essa mãe jovem – jovem, talvez não tenha 40 anos – chorar convulsivamente, sabendo..., ela disse: “Não posso imaginar que corro o risco de morrer, tendo um filho de quatro anos!” Eu perdi uma irmã com 44 anos, que deixou um filho de quatro anos, Senador Wellington.

Então, que pena? Qual é a pena? Qual é a sentença para criminosos que se valem da dor e da doença das pessoas, para fazer um crime dessa natureza, vendendo, talvez, farinha numa cápsula, cobrando R\$180 por dose...

(Soa a campanha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... das pessoas que estão acreditando nisso? Qual é a pena? Pena de morte? Ou desejar que essa doença tão maldita chegue a essas pessoas que estão fazendo um crime bárbaro, um crime – eu diria – hediondo, porque, além de abusar da boa-fé, estão lesando essas pessoas na crença e na esperança e financeiramente.

O faturamento do grupo é estimado em R\$900 mil mensais. Cada frasco com os comprimidos era vendido por até R\$180. Segundo a polícia, o laboratório funcionava na cidade de Conchal, no interior de São Paulo [uma cidade que fica a 180 quilômetros da capital]. O suposto esquema era investigado pela Coordenação de Repressão aos Crimes contra o Consumidor e a Fraudes, aqui da Polícia Civil do Distrito Federal.

(Interrupção do som.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Estou encerrando, Senador Paulo Paim.

O laboratório em SP era chefiado por um químico de 50 anos, irmão do coordenador da quadrilha no DF, segundo a polícia. A fórmula para a produção da fosfoetanolamina [sintética] teria [teria, teria, é uma suspeita] sido furtada de um laboratório da USP pelo químico. Até a tarde desta terça, a Polícia Civil ainda apurava se a “receita” [ou a composição desse medicamento] tinha sido seguida à risca pelo grupo [no caso, a invenção do químico Professor Doutor Gilberto Chierice].

Os irmãos foram presos no Distrito Federal e em São Paulo, na terça-feira. Até o início desta semana, foragidos estavam uma irmã da dupla, o filho e a mulher de um dos suspeitos. Eles foram indiciados por associação criminosa e venda ilegal de medicamentos. Se condenados, podem pegar até 23 anos de prisão.

Eu acho que é muito pouco para a barbárie e o crime que cometeram em relação a abusar da boa-fé, abusar da esperança das pessoas, Senador Paulo Paim.

E, para terminar, Senador, não deixo de mencionar também uma notícia... E eu aqui, nesta Tribuna, eu pedi providências do Ministério das Relações Exteriores para uma questão grave que é a burocracia excessiva na fronteira do Brasil, lá do nosso Rio Grande, de Uruguaiana a Paso de los Libres, na Argentina. É necessário atravessar uma ponte, por sinal muito bonita, sobre o Rio Uruguai. E, vejam, para chegar em Libres, que é uma cidade argentina, qualquer cidadão, seja argentino, seja brasileiro, tem que passar por ali, não tendo uma carteira de identificação, que o governo argentino fornece para quem é brasileiro, e o Brasil deveria fornecer

igual carteira para os cidadãos argentinos que moram em Libres, só aos que moram ali, porque é um acordo fronteiriço. Então, só a Argentina está dando; a demora para a concessão dessa identidade é de seis meses a um ano – a demora!

Mas o Brasil, Senador, não está fazendo o dever de casa e é preciso que a Presidente da República, Dilma Rousseff, homologue esse acordo fronteiriço, que já foi assinado. Aliás, hoje, ela poderia ter levado – na posse do Presidente Macri, de que ela foi participar – a boa notícia de ter homologado esse acordo fronteiriço para facilitar. Filas e filas se formam ali, ao relento, embaixo do sol e da chuva, para ter um papelzinho que diz que você está autorizado a ficar 72 horas lá dentro e, quando você volta, você sai de Uruguaiana e vai para lá, você tem que passar na fila; quando você volta, você, para entregar o papel, tem que passar em outra fila, brasileiros e argentinos.

Isso, agora, Senador Paim, com o dólar a quase R\$4! O que nós vamos ter de argentinos ajudando também a economia brasileira, no turismo, não vai ser dimensionado. Eles já estão anunciando nos jornais de lá que vão vir para o Brasil; é perto e para eles vai ser muito barato.

Então, imaginem as filas de ônibus naquela fronteira lotados. Aí as pessoas vão demorar uma, duas, três, quatro horas. Isso não é integração, isso não é Mercosul. Senador Requião é um combativo defensor do Mercosul, mas, Senador Requião, sinceramente, isso de Mercosul, de integração fronteiriça, entre cidades gêmeas, não tem explicação.

Felizmente, o Ministério das Relações Exteriores, através da representação aqui no Senado, da Consultoria Parlamentar do Itamaraty, também o Embaixador Sérgio Danese, já pediram, e eu solicitei à Comissão de Relações Exteriores encaminhar à Presidência da República para que esse acordo fronteiriço seja homologado. Está desde 2011, Senador Requião. E V. Ex^a, com o seu amigo Luiz Henrique da Silveira, muito falaram sobre um processo chamado *fast track*, para agilizar esses procedimentos, e isso interessa a nós brasileiros, a nós gaúchos e aos argentinos.

Com muito prazer, ouço o aparte do Senador Requião.

O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR) – Senadora, quando o Governo quer resolver questões como essa, ele o faz rapidamente. Agora, para as Olimpíadas, nós eliminamos a necessidade do visto norte-americano no Brasil. Virão todos aqui sem visto: aqueles que atiram nas escolas, os que não atiram... Nós abrimos uma forma mais ampla, em nome da ampliação do movimento comercial e do consumo durante as Olimpíadas. Não sei por que nós não fazemos isso com a Argentina.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com os nossos irmãos.

Eu lhe agradeço imensamente, Senador. Bem lembrado.

(Soa a campanha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Bem lembrado! Porque, se foi possível para um país em que nós precisamos ter um visto muito especial e rigoroso, com os irmãos, não? E olhe o detalhe: nesse papelzinho – porque é um papelzinho – vem escrito “permanência por 72 horas”. Por 72 horas!

Você tem que entregar ali, ele anota o número da sua carteira de identidade, e aí você vai para lá. Aí, volta e tem que entregar aquele papelzinho para um servidor. Aliás, não tenho nenhuma queixa, porque fui muito bem tratada.

Fiquei ali na fila, como qualquer cidadão comum, porque nós somos Senadores. E isso é um cargo passageiro, mas ali se dá cidadania. Tem que ser visto.

Então, vamos trabalhar. Espero que o Gabinete Civil da Presidência da República, o Ministro Jaques Wagner, a Presidente Dilma Rousseff, que tem essa relação com os Presidentes do Mercosul, agilizem. Desde 2011 – nós estamos em 2015 – aguarda-se para homologar um acordo firmado pelos dois Governos. Isso é fundamental.

Agradeço o aparte do Senador Requião...

(Soa a campanha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... e a generosidade do Senador Paim.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora Ana Amélia.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pela ordem, Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, mesmo estando inscrito como Líder, como tenho agora que me deslocar ao Estado de Mato Grosso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só quero informar que a próxima oradora inscrita é a Senadora Regina Sousa.

V. Exª, pela ordem.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Lá participarei hoje de dois grandes eventos. Um é a posse da nova diretoria da Aprosoja, entidade que lidera hoje 3,741 mil produtores do meu Estado, com a meta de produção deste ano de 29 milhões de toneladas de soja. Isso representa ser o maior produtor do mundo de soja. E, sem dúvida alguma, essa nova diretoria, que substitui a de Ricardo Tomczyk, que inclusive é da minha cidade, Rondonópolis, será substituída agora e liderada pelo produtor Endrigo Dalcin, que é da cidade de Nova Xavantina.

Foi ele quem colocou, como meta de campanha, a melhoria na questão da logística do Estado de Mato Grosso. Eu, que sou Presidente da Frente Parlamentar de Logística de Transporte e Armazenagem, tenho lutado muito aqui, desde os meus seis mandatos na Câmara dos Deputados, porque entendo que, para promover o desenvolvimento deste País, sem dúvida nenhuma, temos que investir na nossa infraestrutura. E, para o Mato Grosso, como estamos no centro do Brasil, no centro da América do Sul, a questão da logística é fundamental, porque, para se levar uma saca de milho da região norte de Mato Grosso até o Nordeste, só o frete chega a custar três vezes o valor da matéria-prima.

Quero saudar toda a diretoria que entrega esse trabalho, o Ricardo Tomczyk, porque, junto com a Frente Parlamentar de Agricultura, a Aprosoja sempre deu um aporte muito grande. Ela fez um trabalho fundamental também aqui na divulgação e, principalmente, na consolidação desse plantio no Brasil. Então, quero saudar o Endrigo Dalcin, em nome de toda a diretoria.

Também estarei presente no prêmio que será entregue hoje à noite, e quero homenagear o empresário João Pedro Marques, que é o editor da revista *RDM*. Entregaremos o prêmio Top of Mind, em que serão homenageados todos os profissionais da comunicação, empresários e grandes personagens do nosso Estado. Quero aqui, então, saudar o empresário João Pedro Marques, que foi fundamental e, inclusive, ajudou-me muito na campanha, com conselhos, orientações. Fica aqui a minha homenagem a ele e a toda a sua equipe.

Ainda quero saudar aqui a presença de dois vereadores de Primavera do Leste, uma das cidades mais importantes do Estado de Mato Grosso: o Vereador Paulo Donin e o Vereador Estaniel Pascoal, que vieram aqui me trazer o projeto da travessia urbana de Primavera. Desde o meu primeiro mandato, sempre tenho lutado, conseguido recursos, e, a cada mandato, fazemos uma etapa. A cidade de Primavera é uma das cidades que mais se desenvolve no Brasil. É o quarto orçamento do Mato Grosso. Portanto, os vereadores podem ter certeza de que estaremos aqui lutando para que a reivindicação seja atendida, até porque Primavera merece.

Quanto à presença dos vereadores aqui, sempre tenho dito que o vereador é quem está na ponta, é ele que está em contato com a comunidade. Então, ele é a grande ligação conosco aqui, no Congresso Nacional. Portanto, saúdo-os, em nome de todos os vereadores de Primavera do Leste e também do Prefeito Érico Piana.

Mais uma vez, quero ressaltar a presença dos 30 alunos da UFMT, do *campus* de Rondonópolis. São estudantes de geografia, liderados pelo meu companheiro Prof. Sílvio Negri, que é do PCdoB e, inclusive, foi candidato a Deputado Federal conosco, na campanha passada. Em nome dele e também do Prof. Ronei Coelho de Lima, quero saudar todos os professores, todos os profissionais da educação da universidade federal, em especial do *campus* de Rondonópolis.

Vocês, que têm liderado a questão da emancipação deste *campus* para a criação da universidade federal da região sul de Mato Grosso, têm contado com o nosso apoio. Quando digo nosso apoio, falo não só do meu, mas do apoio de toda a Bancada de Mato Grosso. Aqui está conosco também o Senador José Medeiros, que é de Rondonópolis. Já temos citado aqui, Presidente, que Rondonópolis é a única cidade do Brasil que tem três Senadores: eu, o Senador Medeiros e também o Senador Blairo. Portanto, é uma honra muito grande para nós, mas também um compromisso muito maior.

Tenho conversado com a Presidente Dilma e espero que possamos ter esse sonho de Rondonópolis realizado ainda neste mandato da Presidente Dilma. Aliás, espero que seja no próximo ano. Estivemos com o Ministro Mercadante, quando ele era Ministro da Casa Civil e agora, como Ministro da Educação, novamente, e existe o compromisso. Na próxima mensagem de criação de universidades federais no Brasil que virá para o Congresso Nacional, com certeza, a Universidade Federal de Rondonópolis estará entre elas.

Quero, mais uma vez, parabenizá-los e registrar, Sr. Presidente, que a presença destes alunos faz parte de um programa de extensão da universidade federal. É um programa de visita guiada ao Congresso Nacional e representa também uma aula de campo destes universitários. É importante registrar que a universidade cumpre o seu papel, dando-lhes também as condições para que aqui estivessem, com diárias, mesmo em um momento de crise que vive o País.

No ano que vem, com certeza, haveremos de enfrentar e superar essas crises. Sou homem de fé e acredito na força do povo brasileiro. No Brasil, já passamos por crises e as suplantamos. Com certeza, principalmente nesta Casa, o Senado da República, que é a Casa da maturidade, do consenso, da busca do equilíbrio realmente, neste processo que vivemos aqui – a Senadora Ana Amélia fala do processo de *impeachment* –, temos que falar de forma aberta.

Já enfrentei isso aqui de forma democrática, como Deputado Federal, há 20 anos, quando tivemos um processo de *impeachment* no Brasil. Não tivemos derramamento de sangue e prevaleceu exatamente aquilo que era a vontade da maioria. Eu tenho certeza de que assim será discutido, Senador Paulo Paim. V. Ex^a é um democrata, inclusive tem posições muito firmes nesta Casa, é um petista, mas também tem sido um Parlamentar que discorda daquilo que está errado, apontando os erros e buscando, dentro dessa discussão, os caminhos para levar o Brasil para o caminho do progresso, do desenvolvimento, da geração de emprego, das oportunidades para essa juventude que aqui está e que espera tanto de nós, principalmente eles e as futuras gerações brasileiras.

Nós temos que deixar um legado, nós temos que deixar oportunidades, principalmente para essa criança que hoje está aí cheia de esperança, esperando principalmente que, através da educação, possamos encontrar o caminho da competitividade globalizada, que hoje há no mundo.

Não adianta pensarmos que a crise brasileira vive só a nossa crise, não. Se acontece alguma coisa no Japão neste momento, o reflexo é imediato aqui. Agora acabamos de ter crise nos Estados Unidos, que suplantou a sua crise e já está em desenvolvimento. A China começa a sua crise. A Grécia passa por uma crise muito grande. Então, essas complicações acabam refletindo aqui, no Brasil.

Agora, nós estamos vivendo uma situação diferenciada. Nesses 25 anos que aqui estou, é a primeira vez que temos duas crises acumuladas: uma crise política e uma crise econômica. Eu não tenho dúvida de que, realmente, cabe a nós aqui, ao Congresso Nacional e principalmente ao Senado da República, resolver, o mais rápido possível, a crise política, porque ela é que agrava a crise econômica. Esse trabalho será exatamente o que temos que desenvolver aqui, para encontrar o caminho para a solução política e, sem dúvida nenhuma, também melhorar a situação econômica do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Faço uma saudação, mais uma vez, aos professores e aos alunos do Curso de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Senador Wellington Fagundes. (*Palmas.*)

Passamos a palavra à Senadora Regina Sousa.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, convidados do Mato Grosso, eu quero começar falando do dia de hoje, 10 de dezembro, Dia Mundial de Luta pelos Direitos Humanos.

Essa é uma pauta que se impõe a nós – pelo menos deveria se impor –, porque, em pleno ano de 2015, século XXI, ainda vemos tantas coisas ruins acontecendo em relação aos direitos humanos. Não que não tenham melhorado, que não tenham sido feitas algumas coisas políticas. Eu, inclusive, vou relatar as políticas públicas de combate à violência contra a mulher – e há muita coisa acontecendo –, mas ainda é muito pouco em relação ao tamanho do problema.

Ainda vemos menina ser apedrejada, porque expressa, em sua roupa, preferência religiosa de matriz africana. A intolerância religiosa, neste País, é muito grande ainda. Vemos os índios lutando ainda para manter suas terras, que o latifúndio teima em querer tirar. Vemos mulheres sendo estupradas e mortas pelos maridos ou ex-maridos, pelos namorados ou ex-namorados, porque acham que são proprietários da mulher. Ainda temos muito trabalho escravo nas fazendas e em outras empresas também. Vemos a população LGBT lutando para ser aceita. Parece que é uma raça diferente, que é outra gente. As pessoas não querem aceitar a opção sexual das outras pessoas.

Ficamos triste de ver a reação de muita gente contra um tema de um vestibular, porque falou da violência contra a mulher. Que bom que falou, que bom que fez 7 milhões de cabeças pensarem sobre o tema. Certamente lá havia gente que sofreu, gente que praticou e, então, refletiu. E havia muita gente também por fora gerando o debate. Mas é triste ver pessoas, religiões, pastores, padres reprovando a escolha do tema. Como se viu também a retirada da palavra gênero, em muitos Municípios, no Plano Municipal de Educação.

Tudo isso ainda nos faz ver que o nosso caminho, na Comissão de Direitos Humanos – que o senhor tão bem preside, Presidente – é longo. Ainda vemos a morte de meninos negros só porque são negros – e de mu-

lheres negras. Diminuiu a violência contra a mulher branca, mas aumentou contra a mulher negra. Isso não se justifica, não tem explicação.

Eu hoje vi um filme, *As Sufragistas*, que ainda não está em cartaz, mas foi passado para as Parlamentares hoje. Ele mostra a luta das mulheres, na Inglaterra, pelo voto, pelo direito de votar. Quantas vidas foram sacrificadas para que as mulheres tivessem o direito de voto na Inglaterra e em muitos outros países, mas o filme é sobre a Inglaterra.

Essa é uma pauta que não se esgota. E é por isso que o senhor faz, quase todos os dias, reuniões. Infelizmente não temos como acompanhar todas, porque temos outras comissões também para participar. Mas fica aqui o meu registro sobre este dia, para que todas as pessoas exerçam a sua cidadania e o seu direito de lutar por coisas melhores, por dias melhores.

Eu quero entrar aqui em outro assunto. Neste tempo de muitas manchetes, em que a mídia pauta alguns discursos, eu quero ler algumas manchetes de jornais, para poder depois ampliar a fala. Então, vou ler manchetes de jornais: “Gasolina tem terceiro reajuste em 35 dias”; “País tem 50 milhões de indigentes, diz FGV”; “Crise energética maior já vista no Brasil”; “Brasil tem segundo maior risco-país do mundo”; “Brasil é o segundo do mundo em desemprego”; “Dívida pública dobra na gestão FHC”; “Desemprego bate recorde”; “Tarifaço sobe o combustível em até 22%”; “Concerto da privatização exige até 9 bi”; “Sobe preço de gás, gasolina e diesel”; “Desemprego cresce 38%”; “Nova fita liga Sérgio Mota a compra de voto pela reeleição”; “Deputado conta que votou pela reeleição por 200 mil”; “Dólar tem nova subida e fecha a 3,76”; “FMI receita ajuste doloroso ao Brasil”; “Três dias após eleição, BC surpreende e sobe os juros”; “Jazida de nióbio será vendida por 600 mil”; “56% dos jovens estão fora da escola”; e por aí vai. Não vou ler todas. É só para mostrar que a história se repete, infelizmente, em coisas boas e coisas ruins.

Isso aqui são jornais de 1996 a 2000. São os mesmos jornais e revistas de hoje. Não são jornais de esquerda. Não são panfletos. Isso para mostrar que a história se repete. E a gente precisa refletir sobre ela.

Neste tempo de *impeachment* ou golpe, o que queiram – a liberdade permite que cada um chame como quiser –, há algumas coisas que a gente precisa refletir na história, até porque esses meninos que estão aí nas ruas, com 25, 30 anos, há 15 anos, tinham seus 15, 12 anos. Então, não sabem o que foi a receita que se viveu neste País, que a gente chamava de neoliberal. Eu era sindicalista do Banco do Brasil na época.

Eu estou fazendo essa viagem na história para, inclusive, falar também de um discurso de um Senador que fala da questão do Bamerindus, que ele chama de episódio lamentável e execrável, os prejuízos causados ao Brasil, o que se fez com o Bamerindus em não salvá-lo. E olha que o dono do Bamerindus era amigo do governo. O Bamerindus foi liquidado nos dois sentidos da palavra, porque se negou a ele pagar seus créditos e se negou a ele o Proer, que existia, porque já estava negociado com o HSBC, o famoso HSBC de hoje. Já estava negociado – isso é um discurso de um Senador; não é meu – para o HSBC. Na hora em que o HSBC comprou o banco, ele recebeu os créditos e recebeu auxílio do Proer.

Então, para mostrar as coisas que aconteciam naqueles anos, de que a juventude de hoje não se lembra, não viveu, não participava naquela época. O HSBC que hoje está aí, detentor das contas secretas. E acaba uma CPI melancolicamente, pois essa CPI não deu em nada, porque, no dia em que essa CPI ia votar...

(Soa a campanha.)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – ... a quebra de sigilo, pela primeira vez, todos os titulares apareceram lá. Eu sou suplente, eu era suplente, a CPI acabou, já assinamos os termos. Cheguei lá e vi, pela primeira vez, a CPI reunida com todos os suplentes, porque foram todos lá – acompanhei Colegas nossos aqui –, para não deixar quebrar o sigilo de algumas pessoas.

É só para ver que as coisas não são novidades, algumas coisas de hoje não são novidades. Também aconteceram e acontecem quando interessa.

Eu estou vendo meu tempo se esgotar, mas eu queria um pouquinho de paciência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Terei. Terei. Fique tranquila. Como eu tive com os outros oradores. Dei mais cinco. E, se necessário for, vou lhe dar mais cinco minutos.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Queria falar ainda sobre o setor bancário, porque eu sou bancária. Eu vi, e não tinha o nome de pedalada, não. Mas eu era do Banco do Brasil, e havia uma conta chamada “Conta Movimento”, em que o Governo metia a mão na hora em que queria. Tivesse fundo ou não tivesse fundo, ele metia a mão quando queria. Foi uma das grandes lutas, como sindicalista, para acabar essa conta. Que o Governo botasse dinheiro no banco para depois usá-lo. Então, também é história.

Eu queria falar ainda do tema banco, sobre a questão do Banorte. O Banorte foi entregue a uma família de Minas. É muito interessante o que um juiz diz aqui sobre como se deu a questão do Banorte para o Banco Bandeirantes. Foi entregue a parte boa Banorte para o Banco Bandeirantes. E o juiz diz, lá no processo:

Em 24 horas, decretou-se a intervenção no Banorte, estabeleceram-se as bases e diretrizes da operação, preparou-se o contrato, reuniu-se a diretoria do Banco Central, encaminhou-se o voto favorável do Banco Central ao Conselho Monetário Nacional, que se reuniu na mesma data, apenas com os integrantes constantes da ata, que concedeu, instantaneamente, seu “aprove-se”. E celebrou-se o contrato. [Tudo, repito, em 24 horas.] Essa assombrosa e questionável operação contratual representou desprezo pelo patrimônio, nome e fundo de comércio do Banorte e foi uma carta branca ao Bandeirantes. Houve muita pressa na celebração do pacto, enquanto cláusulas e condições totalmente em aberto foram incorporadoras e inexplicavelmente mantidas nos instrumentos contratuais.

Então, só para mostrar algumas coisas acontecidas no nosso País não tão longínquas.

Para concluir, quero falar ainda que está saindo aí *As Confissões de FHC*, ou *O Diário da Presidência*, em que ele disse que sabia de esquema da Petrobras, que chamava de “bandalheira”. E fez o quê? É importante que todo mundo leia esse livro. Não sei se já está sendo vendido, mas já estão saindo alguns trechos. Diz que foi pressionado pela Globo para vender a Vale e que aconselhou empresários a como comprar a Vale. Imagine um Presidente da República aconselhando um empresário – e diz até o nome de um, Antônio Ermírio de Moraes – a comprar uma empresa brasileira. O que aconteceria com esse Presidente se fosse agora, neste momento?

Então, Sr. Presidente, eu queria fazer esse retrospecto da história. Alguns podem dizer que estou olhando no retrovisor, mas às vezes é preciso olhar, até porque muita gente que está embarcando na onda não conhece a história e não sabe o que se viveu.

Ninguém deve acreditar que, se se fizer o *impeachment*, no dia seguinte estará tudo maravilhoso. O Temer assume, adota a política de José Serra, o receituário econômico de José Serra, e vai ficar tudo bem, tudo maravilhoso.

Os meninos de hoje devem perguntar aos seus pais, principalmente àqueles que eram trabalhadores nos bancos, no comércio, no serviço público, como era a vida deles como trabalhadores nos anos 90 e até o começo deste século. Eu era funcionária do Banco do Brasil e digo que foram oito anos sem nenhum reajuste salarial. Nenhum. Fazíamos greve de 30 dias e voltávamos para casa com os 30 dias descontados. No ano seguinte, fazíamos uma greve para negociar os 30 dias que havíamos perdido, e era só isso que nós conseguíamos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora Regina Sousa.

Com a palavra, o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente, sobre a mesa, há um requerimento assinado por 51 Senadores pedindo a retirada de pauta e a consequente quebra do regime de urgência do projeto do trabalho escravo, que, a meu ver, regulamenta o trabalho escravo no Brasil, em vez de extingui-lo.

Eu solicitaria à Mesa a providência de tirá-lo de pauta e enviar novamente para que seja discutido com mais profundidade em comissões, conforme a opinião e o requerimento de 51 Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Peço à Assessoria da Mesa esse requerimento em questão.

Senador Roberto Requião, a informação que eu recebo é que, no início da Ordem do Dia, será lido o requerimento e apreciado. Então, está na pauta, é o item 3; iniciada a Ordem do Dia, será feita a leitura do requerimento.

Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Eu queria só saber como está a lista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – V. Ex^a é logo após o Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Senador Paim, o pronunciamento que eu farei hoje é um pronunciamento consequência da reflexão, do estudo de um grupo de intelectuais do velho MDB de guerra. É uma reflexão sobre o Brasil e sobre as possibilidades reais que temos para mudar a situação em que nos encontramos, tanto a política, quanto a econômica, quanto a social. Nós daremos a este pronunciamento um nome. O nome é o seguinte: “Para mudar o Brasil”.

Se abstrairmos o momento em que vivemos e olharmos o Brasil de uma perspectiva histórica, veremos que o nosso País, como nação, é um grande êxito! Saindo de levas populacionais marginalizadas, deslocadas de suas origens, criamos um povo novo. Indígenas, portugueses e africanos, acrescidos depois de gente de todo o mundo, formaram o povo brasileiro, hoje uno e diversificado, dotado de identidade, algo que inexistia há muito poucas gerações.

Estruturamos um sistema produtivo, habitamos um território bem definido, falamos a mesma língua, sem dialetos, e fundamos um Estado nacional, constituindo uma memória com sentimentos comuns.

Estamos unidos por uma clara identidade nacional. Ela não tem raízes em ideias de raça ou de religião. Não tem raízes em vocação imperial, em xenofobias e ódios, em qualquer tipo de arrogância. Tudo nos une na construção exitosa de um mundo novo no Novo Mundo.

Olhamos sempre para o futuro, somos abertos ao que é novo. Aceitamos a diferença e temos na cultura, uma cultura de síntese, a nossa razão de existir. Somos um grande País e temos o maior povo no mundo moderno.

No entanto, paradoxalmente, nossa história registra também um enorme fracasso. Esse povo, a imensa maioria, não assumiu até hoje o controle da Nação.

O estatuto colonial originário transmudou-se em dependência externa, e o escravismo prolongado, em gigantescas desigualdades sociais. Aliás, desigualdades que o atual projeto de escravatura pretender perenizar, porque não é um projeto para extinguir a escravatura, é um projeto para organizar e perenizar o regime escravo no Brasil.

Ao longo da história, governado por uma elite que nunca se identificou com o seu povo, nunca se sentiu nacional, o Brasil mudou, mas sempre de forma a conservar relações com o passado. Até recentemente, essa situação podia perpetuar-se, com alto custo humano, apesar de comprometer, significativamente, a nossa existência. Agora não pode mais! O crescimento demográfico, a formação de inúmeras grandes metrópoles, o acesso à informação e a maior capacitação técnica colocaram o nosso povo diante de um desafio incontornável: o desafio de tornar-se o agente da sua história.

O Brasil, que desde a origem se organizou para servir ao mercado mundial, terá agora que se organizar para si mesmo. O Brasil de poucos terá de ser o Brasil de todos. Se formos incapazes de dar esse salto, nossa existência como Nação soberana e sociedade organizada está em perigo. Seria mais realista dizer: “Com a crise atual, esse risco é crescente”. E essa é a origem e o sentido da crise brasileira atual. Por isso, ela é dolorida, profunda e duradoura. Ela não reside na corrupção, fenômeno sempre presente na natureza humana e gananciosa; reside, sim, na falta de diretrizes das lideranças, que galvanizam o povo na construção de um projeto nacional que puna aqueles que a desvirtuam.

Nossa história recente é uma impressionante sequência de promessas frustradas. Em oposição à desesperança, ao pessimismo, à baixa autoestima, apresento à Nação um documento programático, para redefinir a própria inserção na vida política brasileira, neste momento crucial.

Temos uma herança a reivindicar. Fomos nós, do PMDB, como próceres e intelectuais do antigo MDB, depois PMDB, que participamos da vida pública.

O velho PMDB não é este que está aí – o velho PMDB que teve como marco a Assembleia Nacional Constituinte de 1988, presidida por Ulysses Guimarães.

A Constituição continha importantes conquistas, avanços e potencialidades.

Na área pública, devolveu aos brasileiros o direito de eleger diretamente seu Presidente; ampliou a participação cidadã; reequilibrou os três Poderes do Estado; criou novas instituições de defesa da sociedade; e redesenhou o Pacto Federativo, Senadora Ana Amélia – essa luta que é sua e de todos os outros. O Pacto foi redesenhado pela Constituição e foi deformado depois com uma série de emendas e com a substituição de tributos por contribuições financeiras que não são distribuídas por entre as unidades federadas dos Estados e Municípios.

Na economia, a Constituição deu prioridade às empresas brasileiras de capital nacional e manteve a participação do Estado em setores estratégicos, como o do petróleo e o da energia elétrica.

Na área social, ela defendeu os direitos trabalhistas e definiu um sistema integrado de seguridade, dotado de orçamento próprio e voltado para garantir amparo aos segmentos sociais mais fragilizados: saúde pública para os doentes; previdência para os que ultrapassam o período de vida laboral; assistência social para portadores de deficiência e pessoas em situação de risco.

Havia um projeto civilizatório por trás de tudo isso. No entanto, todas as conquistas da Constituição de 1988 foram, por inúmeras emendas, anuladas. Na década de 90, deu-se a contrarreforma conservadora, feita em etapas, como se fosse um golpe de Estado estendido no tempo. A Constituição cidadã, escrita à luz do dia, com ampla participação, foi sendo esquartejada por meio de decisões sucessivas que a sociedade nem acompanhou nem compreendeu nem controlou, sequer foi chamada para referendar.

Na economia, a ideia de um futuro construído por uma coletividade que interage democraticamente, tendo como foco o bem-estar para todos, foi substituída pelo futuro opaco que resulta do jogo do mercado. A cooperação deu lugar a uma competição feroz, que só interessa aos mais fortes. O conceito de empresa nacional desapareceu da nossa legislação, e o papel do Estado foi erodido e debilitado.

Na área social, com o anunciado fim da Era Vargas, os direitos trabalhistas ficaram sob ameaça, e o sistema de seguridade, subordinado à lógica do arrocho fiscal, foi retalhado até tornar-se irreconhecível.

O nosso crescimento econômico despencou. Depois de 50 anos de crescimento rápido, completamos duas décadas perdidas, seguidas por uma terceira, contemplativa, e caminhamos, a passos largos, para uma quarta, depressiva. Deixamos de ser a 8ª e passamos a ser a 16ª economia industrial do mundo. A riqueza concentrou-se em atividades vinculadas ao mercado financeiro, que se tornou mais atrativo que os investimentos produtivos que geram empregos e salários. E a economia desnacionalizou-se ainda mais, com empresas brasileiras sendo transformadas em massa, até mesmo nos setores mais estratégicos, em filiais de multinacionais que reservam para as matrizes as atividades mais nobres. Os vínculos tênues desse capital estrangeiro com o espaço econômico nacional atrofiam a capacidade de controlarmos o nosso processo de desenvolvimento.

A incipiente e recente tentativa de construir um Estado nacional de bem-estar social foi e está sendo hoje interrompida. O Estado perdeu a capacidade de realizar, induzir e coordenar investimentos, tornando-se refém do mercado financeiro, do sistema financeiro. O tempo histórico da Nação ficou subordinado ao tempo curto do capital financeiro.

O País, que, em poucas décadas, fez a Petrobras, a Companhia Vale do Rio Doce, a Embrapa, a Fundação Oswaldo Cruz, a Embraer, a Eletrobras, uma rede de excelentes universidades públicas, um instituto militar de engenharia e centenas de empresas e instituições desse tipo, que até hoje o sustentam, perdeu a capacidade de fazer, de criar e de ousar. Há muitos anos, só conjugamos os verbos cortar, vender, desnacionalizar, fatar, desmontar e desfazer.

Compreendemos a gravidade da crise brasileira e desejamos propor um novo projeto para a Nação. Trata-se agora de reconstituir o bloco histórico capaz de retomar a construção do Brasil, o bloco formado pelos grupos sociais, que vivem no mundo da produção, do trabalho e da cultura, de um lado, unidos ao povo mais pobre, do outro. Assim, proponho, como base para a construção do projeto nacional, cinco compromissos.

Primeiro: compromisso com a democracia. Ele aponta para o aperfeiçoamento do sistema político brasileiro em bases amplamente participativas, com o resgate da dignidade da função pública em todos os níveis, e a punição aos corruptos.

Segundo: compromisso com a soberania. Ele representa a nossa determinação de dar continuidade ao processo de construção nacional, buscando recuperar para o Brasil a autonomia decisória que nós estamos perdendo para o capital financeiro.

Terceiro: compromisso com a solidariedade. Construir uma nação de cidadãos, eliminando-se as chocantes desigualdades na distribuição da riqueza, da renda e, fundamentalmente, do acesso à cultura.

Quarto: compromisso com o desenvolvimento. Ele expressa a decisão de pôr fim à tirania do capital financeiro e à nossa condição de economia periférica, dizendo que mobilizaremos todos os nossos recursos produtivos e não aceitaremos mais a imposição interna ou externa de políticas que frustrem o nosso potencial.

Quinto: compromisso com a sustentabilidade. Ele estabelece uma aliança com as gerações futuras, pois refere-se à necessidade de buscarmos um novo estilo de desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente viável.

A expressão imediata do nosso descaminho é a ampla predominância, já faz muito tempo, de uma macroeconomia de curto prazo, que se nutre do próprio fracasso. Quanto maior o apelo a ela, maior a crise; quanto maior a crise, maior o apelo. Ela precisa ser substituída por uma economia do desenvolvimento com a combinação de políticas monetárias e fiscais que nos coloquem no rumo do pleno emprego, pois o direito ao trabalho é o suporte da cidadania.

Isso exige, desde logo, um conjunto de medidas conjugadas, como transformação progressiva e ordenada da dívida pública em investimento produtivo, em obras de infraestrutura, em novas fábricas; controle da entrada e saída de capitais; redução da taxa básica de juros para níveis internacionais; administração do câmbio em um patamar favorável ao equilíbrio das contas externas; políticas fiscal e monetária que busquem a estabilidade dos preços.

Nos últimos anos, Senador Otto, mais de 40% dos recursos da União têm sido usados com encargos de dívidas financeiras, restando bem menos de 5% para investimentos. A desproporção dos gastos com serviço da dívida em relação aos demais gastos do Estado é chocante. No Orçamento da União em vigor, um mês de pagamento de juros corresponde mais do que o dispêndio anual do Sistema Único de Saúde; quinze dias correspondem a mais que o gasto anual com a educação; dez dias, bem mais que os recursos alocados no Programa Bolsa Família; cinco dias de pagamento de juros cobrem com sobras o gasto previsto em um ano para a construção de habitações populares; um minuto, apenas um minuto, corresponde a mais que a alocação anual com recursos para defesa dos direitos humanos.

Tanta deformação provoca o aumento irracional da dívida externa, pois as obras em curso, insuficientes, acabam sendo realizadas com financiamento do Banco Mundial e do BID. Endividamo-nos em dólar para realizar obras que poderiam ser completamente financiadas em moeda nacional. Essa engrenagem precisa mudar. Os trilhões de reais que compõem a atual dívida pública precisam ser usados criteriosamente para financiar obras de infraestrutura, segurança, defesa, agricultura e fábricas.

Em uma nova política macroeconômica, exige-se também o controle sobre a movimentação de capitais. A movimentação sem regulamentação, para dentro e para fora, altera, antes de tudo, as relações de poder; a movimentação sem regras impede o controle e até mesmo o cálculo da taxa de câmbio, ameaçando, com esse descontrole, desorganizar o sistema de preços em que se baseia a economia real. Como o mercado de câmbio é excepcionalmente volátil e ultrasensível a movimentos especulativos, o capital financeiro adquire um poder de veto sobre quaisquer decisões que a sociedade queira tomar.

Encurralado, o Estado torna-se refém desses movimentos. O poder soberano troca de mãos. A arquitetura institucional da política econômica está virada de ponta-cabeça, de cabeça para baixo, tendo o Banco Central como o seu operador, pois ele age com autonomia como um Estado dentro do Estado. O sistema financeiro subordina a ação de todo Estado nacional e do setor produtivo. A democracia se frustra, pois o poder real fica fora do alcance do povo.

Na nova arquitetura que propomos, o Banco Central precisará trabalhar de forma intimamente articulada com o Tesouro Nacional, ambos perseguindo metas combinadas não só para a inflação, como hoje, mas também para o emprego, a...

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – ... utilização da capacidade produtiva e o volume de crédito ofertado à economia real. Há um projeto nesse sentido do Senador Lindbergh que está dormindo na Mesa há dois, três ou quatro anos.

É vital retomar investimentos em grande escala em infraestrutura. Ineficiência e crises de energia, transportes e telecomunicações transformam-se em ineficiência e crises sistêmicas que atingem todos os empreendimentos. Esses são setores que exigem projetos grandes e de longa maturação, sempre relacionados com o planejamento estratégico de um projeto nacional.

O papel do Estado na elaboração dessa visão sistêmica permanece hoje, aqui e em todo mundo, rigorosamente insubstituível.

Só retomaremos um crescimento acelerado se adotarmos uma estratégia que, contrariamente ao que ocorre hoje, torne mais homogêneos os níveis de produtividade e de renda existentes em nossa sociedade.

Quanto à renda, quanto mais igualitária for a sua distribuição, maior e mais variada será a demanda e mais rapidamente o mercado interno alcançará dimensões que permitam ganhos de escala na produção nacional de bens e serviços, o que aumenta também nossa capacidade de competir nos mercados externos.

Paralelamente, o Estado precisará definir um conjunto de políticas destinado a baratear significativamente os custos da alimentação, da habitação e dos transportes.

A mais recente Pesquisa de Orçamentos Familiar, realizada pelo IBGE, mostra que mais de 75% da renda das famílias brasileiras dirigem-se apenas a estes três itens: alimentação, habitação e transportes. Além de ser um indicador de baixa qualidade de vida – pois as pessoas apenas moral mal, se deslocam mal e comem mal –, é uma informação decisiva para a política econômica, pois explica a atrofia do mercado interno, que poderia ser o mais importante motor do nosso desenvolvimento.

Na nova pauta de investimentos públicos destacam-se também aqueles ligados à educação em todos os níveis, desde a pré-escola até a universidade.

Na última década, o Estado arrecadou cada vez mais, gastou cada vez menos com a sociedade e, mesmo assim, suas contas permanecem desequilibradas. Incapaz de compensar um enorme déficit financeiro, o corte de gastos aparece sempre como insuficiente, recolocando a necessidade de novos cortes mais adiante.

Povos sem Estado são facilmente expulsos da história. Os países capturados por essa dinâmica, como o Brasil, terminam por encaixar-se, de forma subordinada, na nova ordem mundial unipolar. Mas essa ordem não é estável nem permanente. A formação da União Europeia e o fortalecimento da China contêm as sementes de uma nova ordem multipolar. O espaço econômico da União Europeia rivaliza em tamanho com o dos Estados Unidos, e o euro pode vir a questionar a primazia do dólar.

As economias do Leste da Ásia, por sua vez, crescem muito rapidamente e formam uma área cada vez mais integrada com o estado chinês cumprindo um papel regional cada vez mais relevante. Nos três principais continentes – América do Norte, Europa e Ásia – surgem megaestados regionais, comandando grandes economias, com grande base territorial e populacional.

A América do Sul, o Oriente Médio e a África são as grandes regiões do mundo que ainda não definiram os seus próprios projetos regionais e não constituíram – nem estão em vias de constituir – os seus megaestados. Estão simplesmente marginalizados.

No caso da América do Sul, duas grandes possibilidades estão colocadas. A primeira vem sendo defendida por um número cada vez maior de cidadãos e instituições: a constituição...

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – ... de um projeto sul-americano, que garanta a união dos nossos povos e a inserção soberana dos nossos países no sistema internacional tem na Alca e seus sucedâneos o seu centro de articulação.

Isso reforçaria e tornaria quase irreversíveis os processos de fragilização do continente, com sua incorporação formal a uma área regional, sob o controle único, direto dos Estados Unidos da América do Norte.

Nossa margem de manobra no cenário internacional aumentará significativamente, se a América do Sul assumir um projeto próprio.

É um continente com grande potencial. A complementariedade das economias é enorme. A Venezuela é o segundo mais importante do mundo em recursos energéticos, só atrás da Rússia; a Argentina tem uma agricultura fortíssima; dos dez países mais bem dotados em recursos biológicos, seis estão na Amazônia. Temos gás, petróleo, minérios, capacidade de geração elétrica, água, terras, insolação abundante. Nossos povos podem construir com facilidade uma identidade comum.

Um projeto sul-americano é necessário e é viável. O Brasil tem um papel central nisso e, sem pretensões de hegemonia, tem grande interesse na integração.

Mas é preciso ressaltar que só teremos política externa forte, se tivermos controle sobre nossa própria base produtiva; capacidade de defesa; estoques estratégicos de alimentos e matérias-primas essenciais e a capacidade de produzir nossas sementes e medicamentos; investimentos pesados e coerentes em capacitação científica e tecnológica; alto grau de cidadania, e assim por diante.

Projetos multilaterais que permitam um reposicionamento, como o BRICS, deve ser incentivado. Esse conjunto de condições é vital para podermos tomar decisões com uma boa margem de autonomia.

A sociedade brasileira está vivendo uma época crítica. Sua sobrevivência depende da solução que for encontrada. De forma consciente ou não, seremos cada vez mais chamados a tomar decisões num ou noutro sentido que dizem respeito às questões decisivas. Afinal, o Brasil tem sentido. Deseja mesmo se autogovernar, pretende fazer do seu povo o construtor da Nação? Nós respondemos que sim. A ampla predominância do capital internacional e de seus associados internos no contexto de uma dependência essencialmente financeira tem impedido a continuidade dos processos de construção nacional. “Nunca foi tão grande a distância entre o que somos e o que poderíamos ser”, disse Celso Furtado antes de nos deixar.

As condições essenciais para preparar o salto do Brasil, no século XXI, são de natureza política (com a definição de um projeto próprio e a vontade de elevá-lo adiante) e cultural (identidade clara e autoestima elevada). Aqui reside a fragilidade a ser combatida. Temos que repor a verdade que vem sendo destruída há mais de 20 anos pela elite venal. Somos um povo belo, mestiço, sincrético, tropical, feliz, tolerante e orgulhoso de ser brasileiro. Amamos o Brasil.

Estamos no limiar de uma fase histórica nova, em que o povo brasileiro assumirá o comando de sua Nação. Sua elevação plena à condição cidadã é de longe o nosso principal desafio. É preciso transformar a eliminação da pobreza e da “incultura” sob todas as suas formas de manifestações em um objetivo explícito, ao qual a sociedade subordina os demais. Esse objetivo nunca será atingido se for tratado, como hoje, como resultado presumido do modelo econômico qualquer.

Sabemos ainda ser um país pobre, com brutais desigualdades, mas temos um parque industrial articulado e quase completo, uma população jovem com presença marcante de quadros técnicos e pessoas habituadas à produção moderna. Agricultura capaz de responder a estímulos adequados, vasto espaço geográfico, recheado de recursos de todo o tipo. Temos capacidade científica.

A história está perguntando se a nossa geração vencerá a crise que vivemos e as nossas instituições terão a grandeza de fazer desabrochar a promessa civilizatória contida na sociedade brasileira.

Com esse trabalho, convocamos todos os brasileiros que desejam responder que o façam repetindo o nosso “sim”; queremos, sim, construir uma Nação moderna, independente e soberana. A esse trabalho seguiremos com algumas propostas pontuais.

Senador Cristovam, o nosso projeto de educação, apesar de toda a discussão corporativa que tivemos, não é um projeto redentor da educação brasileira. Nós não temos ainda delineado de forma completa um projeto de infraestrutura que diga respeito às necessidades de um projeto nacional para gerar empregos e empresas.

Eu lembro aqui sempre o exemplo da Espanha, que teve um investimento simplesmente brutal em infraestrutura, que fez a riqueza de bancos e de empreiteiros, e hoje ela tem a maior estrutura rodoviária do mundo, mas não tem emprego, não tem indústria e não tem condição fácil de sair da situação em que se encontra.

Nós precisamos detalhar um projeto nacional, e é a isso que nós estamos nos dedicamos dentro do velho MDB de guerra, que não pode se submeter àquela asneira da ponte para o futuro, que é o dependentismo e o entreguismo subordinado, pouco racional, colocado a serviço de interesse do mercado financeiro e com nenhuma preocupação pelo povo, pelo emprego, pelo desenvolvimento e pela soberania nacional.

Nós vamos continuar com esse trabalho, pretendemos apresentá-lo na convenção do PMDB, que será o ano que vem, para que o Partido volte às origens que, cá entre nós, foram as origens comuns de todos os partidos e de todas as pessoas conscientes que militam na política hoje, depois do seu fracionamento. Mas não é um projeto peemedebista, é um projeto para o Brasil-Nação.

Com todo prazer, concedo a palavra ao Senador Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Requião, em primeiro lugar, é um prazer ouvir um discurso que traz a necessidade e apresenta a dimensão de um projeto nacional. Nós perdemos isso. Estou totalmente de acordo quando o senhor diz que o simples jogo da economia, sobretudo no tempo das finanças dominando tanto e das finanças internacionais, como o senhor disse na metade do discurso, dominando o processo...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Macroeconomia de curto prazo.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – ... com a macroeconomia de curto prazo especulativa, não vai levar a um projeto de Nação. Então, a minha satisfação de vê-lo com essa preocupação. Também a maneira como V. Ex^a coloca como fundamental, que é o lado da estabilidade monetária, a gente cuida do emprego também, como o senhor disse com clareza, ao tratar do Banco Central. A um pedaço do seu discurso eu não assisti, porque estava no trajeto do carro, onde ouvi uma parte, e quis chegar aqui correndo porque queria falar. Mas senti falta de duas coisas: primeiro, uma análise, Senador Otto, que, talvez, não seja este momento de saber quais são os limites que temos ainda hoje da independência absoluta de um país em relação ao que acontece no mundo. Até os anos 70, a gente podia falar em independência absoluta. Agora, toda independência é relativa. O problema é que temos uma dependência absoluta. Saímos da possibilidade de uma independência absoluta para uma dependência absoluta. Temos que entrar no tempo de uma certa independência cooperativa, digamos. Então, isso é o que talvez a gente precise aprimorar mais. E, segundo, é a ênfase na educação. Pode ser um equívoco meu, mas acho que o senhor tem muito perto o seu irmão Maurício, que concorda comigo, de que o caminho para mais da metade de tudo isso, como a independência, como a eficiência, como a redução da desigualdade, vem da possibilidade de ofertarmos a educação de qualidade igual para todos: o filho do rico na escola com a mesma qualidade do filho do pobre; melhor ainda dito pelo outro lado, o filho do pobre na mesma escola do filho do rico.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Permita uma observação no seu aparte?

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sim.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – O trabalho básico sobre o qual redigi este discurso dá uma demonstração clara. Por exemplo, no Brasil, temos 8,5% da força de trabalho empregada nos Estados, nos Municípios e na União. Os Estados Unidos têm 16%, e a França, 27%. Então, o nosso problema não é exatamente o de fazer cortes alucinados aqui e ali, mas sim, de selecionar e fazer esse pessoal trabalhar. Precisamos aumentar, sim, o número de professores especializados, melhorar a qualidade da escola, diminuir o número de pessoas em cada sala de aula e valorizar a educação, não apenas do ponto de vista corporativo, mas do ponto de vista da eficiência. É claro que o trabalho feito no Congresso tem qualidades, há um outro trabalho do Mangabeira Unger muito interessante, mas nenhum dos dois me parece dar uma fórmula aplicável e eficiente neste momento. Temos que trabalhar sobre isso. Faço aqui o convite para entrar na nossa equipe que está trabalhando nesse projeto. A sua colaboração seria apreciada e inestimável.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu ia concluir dizendo que, quando o senhor fala em nós – e mais de uma vez fala –, eu queria me incluir também. Eu quero fazer parte deste “nós”, e o “nós” de buscarmos um projeto alternativo para o País. Podemos discordar de muita coisa aí, mas isso não importa. O que importa é que a gente tem uma coisa em comum: o Brasil precisa de um projeto nacional, que abandonou, que ignorou. Esse projeto nacional tem maior ou menor capacidade de independência em relação ao exterior, a gente pode discordar aqui e ali. Um sistema financeiro tem maior ou menor independência e que a gente não pode dominar. Eu costumo dizer que não adianta reclamar do sequestrador, quando ele põe um revólver na sua cabeça, você tem que pagar o resgate. O mercado financeiro hoje, os bancos, sequestraram a gente. E não podemos, de repente, espernear e ignorar que eles estão com um revólver na cabeça da gente. Tudo isso, eu acho, são detalhes que podemos discutir. Mas eu quero reafirmar o que eu comecei dizendo, é bom ouvir

um Senador trazendo a ideia de um projeto nacional em busca de um rumo para o Brasil, e um rumo que leve em conta toda a potencialidade da autonomia, da independência que nós temos a obrigação de buscar e condições de conseguir. Eu quero ser um dos que fazem parte do seu nós.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – O Senador conhece, mais ou menos, o grupo que está elaborando esse tipo de raciocínio. A ideia da autoestima nacional, da condição de ser brasileiro, da formação do povo passa pelo Carlos Lessa, pelo Darc Costa, pelo Márcio Henrique. Temos conversado paralelamente com economistas como a Maria da Conceição, o Belluzzo. O núcleo é aquele conhecido que trabalha perto de mim, no governo do Estado, e está há muito tempo dando uma colaboração que transformou o meu governo em um governo excelente no Paraná.

Agora, é um grupo aberto. Peemedebista, porque nós estamos nesta luta interna do PMDB. Mas muito mais importante que tudo isso é o País.

Com todo o prazer concedo o aparte à Senadora Ana Amélia.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, eu já iria fazer uma cartinha para o senhor, reclamando que eu havia levantado primeiro o microfone, mas como o segundo foi o Senador Cristovam, eu não brigo com ele, porque eu tenho uma admiração enorme. Eu tinha que começar, porque estava aqui na sessão, acompanhando o Senador Requião, e V. Exª dá uma contribuição realmente valiosa para este debate. Quero só fazer duas observações. A primeira, cumprimentá-lo por esse reconhecimento da crise federativa. Quando V. Exª fala do acréscimo de contribuições não compartilhadas com Estados e Municípios, quem foi governador sabe bem da injustiça criada neste processo. Então, teríamos que ter um pouco mais de solidariedade federativa, o que não está havendo, e levando Municípios – eu sou municipalista – e Estados a uma situação de, eu diria, quase insolvência, Senador, porque o que é exigido, o rigor da Lei de Responsabilidade para os prefeitos, muitos afastados dos seus cargos por conta do rigor da lei, e também isso não é justo, a repartição dos recursos arrecadados. Nós não conseguimos avançar muito, porque os conflitos de interesse entre Estados, Municípios e a União são notórios. Então, vai demorar o tempo que nós vamos chegar a isso. E a observação que eu faria: V. Exª fez uma crítica à Espanha falando que é um país...

(Soa a campanha.)

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... que foi uma referência. Fez uma estrutura logística de transportes extraordinária, e que está ociosa. Pelo contrário, Senador, isso deu à Espanha a condição de ser hoje, na Europa, entre os países que têm em uma área da economia extraordinariamente relevante, que é o turismo. E, se não fosse essa infraestrutura de transporte, o país não poderia se beneficiar. Mesmo que seja um país pequeno. Hoje o senhor tem um trem rápido de Madrid a cidades, como Sevilha, ou Córdoba, e o senhor faz isso com poucas horas. Então, eu penso que essa infraestrutura deu um salto de qualidade na mobilidade para os turistas. E a Espanha, com o turismo, tem uma participação importante no PIB deste importante país que todos nós amamos muito, e que nos mostra como vencer crises, como já passou tantas em sua história. Muito obrigada e parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – E temos nossas raízes ainda na Espanha também. Mas a Espanha, se tivesse casado o projeto de investimento em infraestrutura com a necessidade do desenvolvimento nacional, estaria bem, porque o turismo é fantástico! Mas hoje você viaja pela Espanha em rodovias com quatro, oito pistas, praticamente isolado, sozinho, solitário. A crise diminuiu o fluxo turístico, e a Espanha perdeu receita.

Então, o que eu vejo é a necessidade de um casamento entre um projeto nacional integrado de industrialização com os investimentos em infraestrutura. Infraestrutura não é só turismo; é a infraestrutura elétrica, é a infraestrutura de saneamento, uma série de outros investimentos paralelos que aumentam a produtividade industrial. A infraestrutura não aumenta a produção industrial, mas ela dá condição de aumento da produtividade industrial: encurtando distâncias, facilitando transportes, fornecendo energia a preço barato, água, dando as condições corretas para o aumento da produtividade.

Eu quero dar a palavra inicialmente, Reguffe, ao Senador Maranhão.

O Sr. José Maranhão (PMDB - PB) – Senador, eu estava ouvindo atentamente o discurso de V. Exª. Cheguei, porque estava olhando a TV Senado e, de repente, pude ouvir V. Exª na tribuna do Senado, trazendo um projeto que pode marcar o reencontro do nosso Partido com as suas origens, o PMDB. O PMDB não pode ficar nessa política de toma lá, dá cá, brigando por empregos no Governo, que podem ser até os mais altos, os Ministérios, mas que não têm nenhuma repercussão na vida política nacional nem reabilitam o PMDB com as suas origens. Na verdade, o eleitor do PMDB, que está disseminado no Brasil inteiro – é o Partido que tem mais capilaridade na vida nacional –, não se fez e não se faz, nem a nossa base, que está lá em todos os recantos do País, se empolgaria com uma política dessa natureza, porque ela contraria inclusive as origens, ...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – O DNA.

O Sr. José Maranhão (PMDB - PB) – ... as causas que deram origem ao PMDB. Eu me empolguei muito com o discurso de V. Exª em quase todos os aspectos, mas marcadamente quando V. Exª fala da educação, quando V. Exª fala da necessidade de reformular o modelo de educação que o Brasil tem: um modelo superado, um modelo que não tem um século de atraso, não, deve ter mais de um século, talvez um século e meio ou dois séculos. O Brasil não pôde se livrar da dependência tecnológica e científica que lamentavelmente ainda tem. Ciência não pode ser uma torre de marfim, apenas para alguns iluminados; a ciência deve ser o oxigênio que o País respira, com que o País cresce e é capaz de levar as suas riquezas e os seus produtos, sobretudo no campo da indústria, e da indústria nova, da informática, a todos os países do mundo. É assim que os chamados Tigres Asiáticos estão fazendo a sua independência, por meio de uma escola moderna, uma escola inclusiva, que abre espaço no mercado de trabalho. É triste a gente que é do Nordeste brasileiro e do interior ver que aqueles alunos que estão frequentando as escolas do curso médio, do curso primário vão terminar o curso e continuar desempregados, porque os cursos existentes não preparam o aluno para o mercado de trabalho, para a profissionalização. O governo Lula deu um passo à frente nesse sentido, mas ficou muito tímido. A escola profissionalizante, os CEFETs, e, agora, os institutos de educação, já na área do ensino superior, são pouquíssimos no Brasil. E o Brasil não sairá dessa crise sem um projeto arrojado. O Brasil precisa ter coragem de investir recursos na inteligência de seu povo, mas não está fazendo isso. E não sei quando vai fazer. Na área corporativa, V. Exª, quando atendeu o aparte do Senador Cristovam Buarque, que é um pioneiro em matéria de educação, porque poucos falam disso – eu o chamo apropriadamente de pioneiro –, falou do corporativismo. É preciso que também os professores e, sobretudo, aqueles que estão administrando a área de educação se convençam de que tudo está errado e é preciso fazer uma reforma radical, uma verdadeira revolução, senão o Brasil não vai sair das dificuldades em que está. A indústria nacional é uma grande linha de montagem, a colocar *kits* que vêm dos países desenvolvidos, inclusive da China Continental, dentro de uma caixa aqui, que recebem um selo *made in Brazil*. E, naturalmente, os “industriais”, entre aspas, financiados pelos subsídios que o Governo concede vão ficar muito felizes e orgulhosos, mas todo mundo sabe que ali não tem nada produzido no Brasil. Eu sou prático. Por exemplo, este aparelhinho que está aqui na minha mão, o telefone. O Brasil tem centenas, talvez milhares, de modelos de telefone. Eu não sei se V. Exª conhece algum que tenha sido produzido no Brasil.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Nem produzido nem projetado.

(Soa a campanha.)

O Sr. José Maranhão (PMDB - PB) – Nenhum produzido no Brasil. Onde está a nossa capacidade? Nós queremos continuar como meros importadores de produtos da China e de quem mais tenha capacidade de fazê-lo? A própria indústria automobilística, que, uma vez, foi chamada de indústria de carroças pelo ex-Presidente Collor, agora merecia de novo qualquer apodo nesse sentido, porque estão importando os carros inteiros. A inteligência do carro, o motor, o câmbio e, quando parte para os eletrônicos, nada é produzido no País. Você compra um carro... Hoje a Mercedes-Benz, a Porsche, não sei mais o que estão aí nas principais revistas nacionais anunciando os seus últimos modelos produzidos na Alemanha, na Europa, na França e nos Estados Unidos como produto nacional. E nós sabemos que é uma mentira, que é uma mentira, porque o Brasil não foi capaz de produzir algo que fosse realmente resultado da inteligência, da capacidade de nossos filhos. V. Exª traçou aí uma ode – e eu assino embaixo – à inteligência da juventude. E essa juventude está sequiosa por saber, por conhecer. Mas é preciso que se lhe ofereçam oportunidades. Os professores são obrigados, em todos os níveis, a ter dois, três bicos para poder sobreviver, vivendo de um salário de fome, que não lhes permite frequentar os laboratórios, desenvolver experimentos e novos projetos para motivar os seus alunos. Então, eu acho que V. Exª foi muito feliz. Eu estou falando apenas de um aspecto, claro que no improviso de um aparte, para dizer do meu entusiasmo. Mas tudo o mais que V. Exª falou aí se poderá constituir em uma bandeira para o nosso grande Partido PMDB, se os seus dirigentes tiverem juízo para abraçar essas nossas causas e sair do dia a dia medíocre, que nós estamos vivendo, lamentavelmente, talvez, por isso mesmo, sendo testemunhas dessas desgraças que têm acontecido recentemente no Brasil.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Senador Maranhão, parece um paradoxo. Não é? Mas a mudança e a modernização do Partido vêm de dois dinossauros peemedebistas, eu e V. Exª. Eu me lembrava ironicamente de uma frase do Nelson Rodrigues. Quando perguntavam a ele: “Qual é a sua proposta para os jovens?” E ele, com aquele cinismo irônico, dizia: “Envelheçam, meus filhos!”

Não se muda uma realidade sem o conhecimento do passado, sem uma análise inteligente do presente e uma proposta para o futuro. Nós não podemos continuar a reboque de ideias que veem de fora para dentro e que visam única e tão somente nos colocar na dependência de países já mais desenvolvidos e organizados.

Com todo prazer, concedo o aparte ao Senador Reguffe.

O Sr. Reguffe (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Roberto Requião, eu quero, primeiro, parabenizar V. Exª pelo pronunciamento por um detalhe muito específico, porque V. Exª está fazendo aqui um debate de um projeto nacional. E eu sinto falta deste debate hoje no Parlamento. Debate-se muito, no Brasil, projetos de poder, mas não se discute um projeto de país, um projeto de desenvolvimento nacional, um projeto nacional. Então, primeiro, quero parabenizar V. Exª por ter ido à tribuna fazer um debate de ideias, um debate do futuro do País...

(Soa a campainha.)

O Sr. Reguffe (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – ... e não um debate da barganha política, um debate de um projeto de poder, mas o verdadeiro debate de um projeto nacional. Com relação ao pronunciamento de V. Exª, há partes com as quais eu concordo e outras que não refletem bem a minha opinião. Mas V. Exª toca em um ponto que é muito importante, que é a necessidade de termos uma política desenvolvimentista neste País. O Brasil precisa ter uma política desenvolvimentista, que desenvolva economicamente o País, que gere emprego e renda, que incentive as pessoas a realmente empreender e desenvolver o Brasil. Então, essa questão do desenvolvimentismo, do desenvolvimento econômico considero importante. Agora, eu queria me ater a um ponto que foi colocado por V. Exª, no início do seu pronunciamento, que, para mim, é de suma importância e que não vejo as pessoas debatendo, infelizmente. V. Exª falou com muita propriedade, no início do seu pronunciamento, sobre o aperfeiçoamento da democracia. Na minha concepção, a democracia representativa, como conhecemos, está falida. As pessoas não querem mais votar por representantes, mas querem a democracia direta. Eu acho que nós precisamos aperfeiçoar os mecanismos de democracia direta. V. Exª utilizou o termo democracia participativa, para aumentar a participação da sociedade, e eu considero que o futuro é isto: é a sociedade governando junto, a sociedade legislando junto, a sociedade participando junto dos governos, neste País, nos seus diferentes níveis. Eu acho que temos avançar para mais mecanismos de democracia direta, para a população participar diretamente do ato de governar. E V. Exª foi muito feliz quando colocou isso como uma das premissas na questão da democracia participativa. Eu acho que nós temos que avançar para isso, para fazer com que a sociedade se sinta participe do ato de governar diretamente junto ao governo. Assim, quero me congratular com V. Exª.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Senador Reguffe, a democracia atual é uma democracia inspirada em um processo grego. É a democracia da ágora, onde os gregos, cidadãos nascidos em Atenas, decidiam questões muito importantes para o seu Estado. Mas essa democracia também era limitada. Ela excluía todos os estrangeiros, excluía os escravos nascidos e não nascidos, e os mais pobres não participavam.

Daí, um líder, um rei grego introduziu o mandato pago, o salário. Eu vejo muita crítica ao salário dos Parlamentares, dos vereadores. O mandato pago foi uma inovação para possibilitar que os mais pobres pudessem participar da política, porque a política passou a ser um dom, um múnus das pessoas abastadas, já que os pobres não tinham nenhuma condição de se dedicar à Administração Pública.

Essa democracia direta evolui para a democracia representativa, na medida em que as questões do Estado são tão complexas que não podem ser discutidas uma a uma na ágora. Elas têm que se vincular a uma delegação da base para determinados personagens, que são os mandatários, os Parlamentares, que vão falar em nome da base.

Mas a traição da delegação, a falência da representatividade foi tão grande, que o movimento sindical italiano criou outra figura, que eu acho que é a que nós temos que utilizar como evolução do processo: o mandato imperativo. O sujeito se elege dizendo que vai cumprir determinadas condições, tem um programa econômico, tem um programa social. No momento em que ele deixa de cumprir, ele perde imediatamente o mandato, e a base que o elegeu coloca outro no lugar. O mandato imperativo é fundamental.

Hoje nós temos a falência da democracia representativa. Eu vejo essa falência quando o meu PMDB apresenta, na Fundação Ulysses Guimarães, um projeto que está à direita da loucura do Joaquim Levy, que é o dependentismo, é a vinculação definitiva do País aos interesses econômicos do capital financeiro vadio.

Com a democracia se vinculando a um mandato imperativo, nós estaríamos dando um passo importantíssimo. E a Dilma, em vez de estar preocupada com esse *impeachment* – que realmente não vai ter sucesso, porque ela não é desonesta –, ela deveria estar preocupada com o seu compromisso eleitoral, que a levou ao Palácio do Planalto, e o não cumprimento das ideias colocadas durante o processo da eleição.

O Sr. Reguffe (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Requião, eu quero só fazer um adendo a V. Exª. Eu concordo em gênero, número e grau. Eu, inclusive, protocolei aqui, nesta Casa, no início do mandato, uma proposta de emenda à Constituição, uma PEC, sobre a revogabilidade de mandatos, em que a pessoa eleita teria que cumprir absolutamente tudo com que se comprometeu durante o processo eleitoral e registrou na

Justiça Eleitoral. Ela teria que registrar, no início do processo eleitoral, as suas propostas e compromissos pelos quais ela quer ser candidata.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Na verdade, o registro existe já, é o estatuto do partido pelo qual ele se candidata.

O Sr. Reguffe (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – E, eleita, ela teria que cumprir tudo aquilo. Então, há uma PEC tramitando, de minha autoria, nesta Casa, sobre a revogabilidade de mandatos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – E o voto aberto, Senador Reguffe, sempre aberto, em todas as circunstâncias. O pessoal diz: “Não, mas o Judiciário pode retaliar um Parlamentar que vote contra a admissão, a confirmação da nomeação de um juiz”. Não é bem assim. O que eles podem nós podemos também. Na medida em que eles podem mandar prender um Parlamentar – com o que nós concordamos, em uma sessão memorável aqui –, nós podemos impichá-los também, impedi-los também, desde que não cumpram o seu dever constitucional e não procedam com correção. Não há por que haver esse medo do Congresso Nacional. Esse medo vem, provavelmente, da origem do financiamento de empresas privadas para campanhas eleitorais. Os Parlamentares se vinculam aos seus financiadores, não se vinculam mais aos ideais partidários.

Eu lembro que o meu PMDB – na época em que algumas pessoas que me ajudaram na reflexão desse processo estavam no Partido – era o Partido das classes populares, o Partido das classes desligadas do interesse do grande capital, o Partido dos funcionários públicos, das mulheres, das minorias. De repente, eu abro o livro do PMDB – estatuto e princípios –, e retiraram isso, em uma convenção mandrake dessas que fazem, sem que tomemos conhecimento, assim como retiraram da Constituição o Estado Social, progressivamente, com emendinhas. E agora surge aí o Joaquim Levy, e o PMDB apresenta o tal “Uma Ponte para o Futuro”, que nada mais é do que uma regressão absoluta de todos os princípios, uma traição completa! Em um partido sério, o pessoal que apresentou aquilo seria excluído dos quadros partidários.

Presidente, muito obrigado pela enorme tolerância na realização desse debate. Vamos levar essa discussão para a frente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pela importância do tema, não poderia deixar de lhe conceder o tempo necessário para o seu pronunciamento.

Senador José Medeiros, pela Liderança do PPS.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu quero fazer apenas uma colocação que diz respeito ao Presidente da Câmara, o Deputado Eduardo Cunha. Está, nos jornais de hoje, que o Relator anterior do caso dele, no Conselho de Ética, foi ameaçado...

(Soa a campanha.)

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – ... e teve a sua família ameaçada. Cabe à Polícia Federal agir com relação a isso. Está nos jornais, e a Polícia Federal tem que agir. Não pode um Parlamentar que está cumprindo um papel, sendo Relator de um processo de cassação, no Conselho de Ética, ser ameaçado pelo acusado. Pelo menos, seria uma suposta ameaça. Então, cabe à Polícia Federal agir.

A minha posição – já falei dessa tribuna – é pela cassação do mandato do Deputado Eduardo Cunha. Na minha concepção, ele mentiu à CPI e à Receita Federal. E não pode, num país sério, um Presidente da Câmara com essas acusações continuar na Presidência da Câmara.

Eu penso que isso tem que ser averiguado. A Polícia Federal tem que averiguar essa situação para saber se é verídica ou não. Isso precisa ser apurado, sim, e precisa haver a intervenção da Polícia Federal. Não podemos, simplesmente, viver a olhar nos jornais o que estamos vendo hoje: o Relator ter saído e ainda se dizer ameaçado, e ninguém fazer nada. Cabe à Polícia Federal agir com relação a isso. E também nós, como Parlamentares, não podemos nos omitir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador José Medeiros.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu queria agradecer ao Senador José Medeiros. Serei breve.

Eu fiz uma referência, Senador, à questão da demora do Gabinete Civil em fazer a homologação daquele acordo fronteiriço com a Argentina sobre a fronteira Uruguaiana-Paso de Los Libres, que está, desde 2013, no Gabinete Civil da Presidência, sem a homologação. Sem essa ratificação, não há como dar prosseguimento às práticas necessárias a facilitar o trânsito naquela região.

Eu quero agradecer aqui ao Embaixador João Carlos de Souza Gomes, que é o Assessor Parlamentar do Ministério das Relações Exteriores. Lembro também que o Ministro Alejandro Massuco é o Cônsul da Argentina

em Uruguaiana, e o Ministro Sérgio Taan é o Cônsul do Brasil em Paso de Los Libres. Os dois têm trabalhado, intensamente, da mesma forma como a Presidente da Câmara de Vereadores de Uruguaiana, Jussara Osorio, e o Deputado Frederico Antunes pela Comissão do Mercosul, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Todos esses agentes públicos trabalharam intensamente para que esse processo – eu diria, rompida a burocracia – entre em vigor. Muito obrigada também a todas essas autoridades que estão ajudando nesse processo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador José Medeiros, com a palavra.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT. Como Líder. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado, pelas redes sociais e aqui, na Casa, quero registrar e agradecer a presença da minha alma gêmea, que está ali, a minha esposa, Ruth.

Sr. Presidente, Rondonópolis, no Mato Grosso, completa hoje 62 anos de sua emancipação como Município. Além disso, este ano de 2015 marca também o aniversário de cem anos do reconhecimento oficial da fundação da cidade de Rondonópolis.

Neste ano, sinto-me duplamente feliz, Sr. Presidente, já que anteontem tive a imensa honra de ser agraciado pela Câmara de Vereadores da cidade de Rondonópolis com o Título de Cidadão Rondonopolitano. Como eu já disse aqui, nesta Casa, eu nasci em Caicó, no Rio Grande do Norte, mas já aos três anos parti para Mato Grosso com minha família. Aos dez, mudei-me para a zona rural de Rondonópolis e, desde então, sinto-me um mato-grossense e rondonopolitano de coração e alma. Agora, posso agregar também esse título formal, que tanto me orgulha. Agradeço imensamente ao Vereador Lourivaldo, Presidente da Câmara de Rondonópolis, e ao Vereador Reginaldo, que propôs esse título.

Sr. Presidente, motivos não me faltam para comemorar essa importante data. Sem ignorar os problemas e desafios próprios de todo aglomerado urbano, é possível afirmar que Rondonópolis possui uma história de sucesso. Ela é situada, localizada num lugar muito privilegiado, num entroncamento de duas BRs, que são praticamente o único corredor rodoviário do Estado de Mato Grosso. Quando se chega a Rondonópolis, essas BRs se sobrepõem, porque a BR-364 liga Goiás a Cuiabá, e a BR-163 vem de Campo Grande. Quando chegam a Rondonópolis, elas se encontram e se sobrepõem ali. Ela tem um tráfego diário que, em determinados momentos, chega a 40 mil veículos. E Rondonópolis possui, segundo os dados do IBGE, uma população estimada em 215 mil pessoas.

Rondonópolis é hoje a segunda maior economia do Estado de Mato Grosso, com um PIB aproximado de R\$5 bilhões, decorrente principalmente da atividade agropecuária, do comércio e da indústria. Na verdade, Rondonópolis desponta como uma das mais importantes capitais do novo agronegócio brasileiro, que se caracteriza pela versatilidade, que não gira mais apenas em torno da produção puramente agrícola, pois passa a incorporar uma importante atividade industrial.

Além de grande produtora de soja, a região sul de Mato Grosso é responsável por 40% de toda a soja produzida no Estado. Rondonópolis se destaca também pela produção de algodão. Aqui aproveito para mencionar o PLS 647, de minha autoria, que busca conceder crédito presumido do PIS/Pasep e da Cofins a pessoa jurídica sobre as aquisições de algodão em pluma, oriundo de pessoa física, nas operações que especifica, e a isenta dessas contribuições. O que a proposição intenciona é valorizar o produtor, pessoa física, equiparando o seu tratamento tributário àquele dispendido a outros modelos de atuação, como as cooperativas. Atualmente, o projeto se encontra na CAE, aguardando a designação do Relator.

Sr^{as} e Srs. Senadores, graças a investimento em tecnologia e pesquisa, a qualidade do fio de algodão de Rondonópolis é considerada a melhor do Brasil. Mais de cem pequenas empresas já se fixaram na região e formam um polo têxtil em desenvolvimento.

Rondonópolis também tem se notabilizado por buscar essa produção de conhecimento. Produção de conhecimento, aliás, que ressalta aqui o Senador Cristovam Buarque, numa fala muito interessante quando esteve ali, em Mato Grosso, alertando para a posição que o Estado hoje ocupa no agronegócio e dizendo também, sobre o contexto histórico, que a mesma coisa aconteceu em cidades como Olinda, com o café, lá no Vale do Paraíba, e também com o cacau. Nesse momento, o Senador Cristovam Buarque alertava para que aproveitássemos esse ciclo de desenvolvimento, mas que se atentasse, principalmente, para a produção de conhecimento, porque essa valia muito mais do que 1 tonelada de soja produzida. Nesse momento, ele citou ainda que, para produzir 1 tonelada de soja, gasta-se muito em tecnologia e que nós precisávamos nos preocupar principalmente com a inovação e a produção de conhecimento.

Rondonópolis, ainda de forma tímida, tem-se atentado para isso e tem buscado desenvolver tecnologia, ainda que agregada justamente à produção. Temos buscado também ser um polo educacional, e o Senador Cristovam, que foi Ministro da Educação, sabe o quanto é importante para um Estado em desenvolvimento, como o Estado de Mato Grosso, ter universidades, ter centros de ensino. Rondonópolis agora busca ter mais

uma universidade federal. Mato Grosso, que é um Estado que produz muito e que é grande também, tem apenas uma universidade. Recentemente, estivemos no Ministério da Educação – a comunidade acadêmica, o Senador Blairo Maggi, a Bancada federal, o Senador Wellington Fagundes, Líder do Governo aqui nesta Casa – e tivemos a grata satisfação de ouvir do Ministro que, em breve, Rondonópolis terá uma universidade autônoma, ou seja, na verdade, a região sul e a sudeste terão a Universidade Federal do Cerrado. Isso é uma boa notícia, que vem fazer justiça àquele povo que para ali se destinou, de várias regiões do País.

Além da indústria têxtil, à qual eu já me referi, a cidade abriga frigoríficos, usinas de álcool, açúcar e biodiesel, indústria de esmagamento e refino de óleo vegetal, indústria de insumos agrícolas, agroquímica e cerveja, e mais recentemente começou a receber também investimentos no setor de metalurgia.

Além disso, está na cidade o maior terminal de cargas ferroviário da América Latina, um conglomerado numa área de mais de 70 hectares destinada àquele terminal.

No total, encontram-se estabelecidas em Rondonópolis 300 unidades industriais, que respondem pela geração de cinco mil empregos diretos e indiretos.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Peço mais dois minutos ao Senador.

De acordo com a edição do anuário intitulado *As Melhores Cidades do Brasil*, de 2015, publicado pela revista *Isto é*, Rondonópolis é o Município de porte médio que teve a melhor classificação no grupo indicadores econômicos, com destaque para o padrão de vida, a qualidade de emprego e o desempenho do comércio e das exportações.

É evidente que nem tudo são flores. Há inúmeros problemas à espera de efetiva ação do Poder Público. É preciso aproveitarmos esta data comemorativa para nos debruçarmos sobre as questões sensíveis do Município.

Srs. Senadores, a qualificação de mão de obra e a mais ampla oferta de educação de qualidade são essenciais para o desenvolvimento sustentável da economia e, consequentemente, do bem-estar da população, e essa é uma luta que temos travado para que a cidade possa ser suprida com unidades de ensino, para que possa ali ser formado um grande polo educacional.

Portanto, na perspectiva de contribuir para o desenvolvimento educacional e científico do Estado e de toda a região sul do Mato Grosso é que, como eu disse aqui, temos lutado pela criação de mais uma universidade na região.

Outro ponto sensível, em termos de infraestrutura, diz respeito ao Aeroporto Maestro Marinho Franco. Estamos atentos à necessidade de ampliação e modernização das suas instalações. Temos, constantemente, aqui na tribuna, brigado pela logística, pela melhor infraestrutura e pela duplicação da BR-364, que também tem sido uma luta do Senador Acir, pois a BR-364 passa pelo Estado de Mato Grosso e vai até o Estado de Rondônia. Temos ombreado com ele nessa briga, porque da boa qualidade daquele corredor rodoviário depende muito a competitividade dos nossos produtos.

Através de reuniões com o então Ministro da Secretaria da Aviação Civil, também tratamos da questão da aviação regional.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – E, já me encaminhando para o final, Sr. Presidente, ainda no tema da infraestrutura, não poderia deixar de mencionar a situação lamentável das rodovias BR-163 e BR-364, pois começaram a cobrar pedágio antecipadamente, Senador Acir, mas a estrada está esburacada, porque a parte que compete ao DNIT não foi terminada, e a população está pagando pedágio por uma rodovia que não está duplicada e está esburacada. E, nesse aniversário, embora seja momento de comemorar, estamos aqui cobrando para que essa situação seja resolvida.

Para não ficar só no tema da infraestrutura de acesso à cidade, também quero registrar aqui a recente visita que fizemos ao BNDES e quero agradecer ao Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, que fez a liberação para a drenagem e esgoto, para saneamento da cidade.

E, para finalizar, Sr. Presidente, quero parabenizar as cidadãs e os cidadãos de Rondonópolis – entre os quais, agora, posso formalmente me incluir – pela passagem tão significativa da data de aniversário da cidade, desejar-lhes que continuem com afinco o trabalho e nos surpreendam como exemplo de cidade vocacionada para o futuro – cidade essa, Senador Romero Jucá, que tem 200 mil habitantes e três Senadores. É o berço do Senador Blairo Maggi, para onde sua família foi; do Senador Wellington Fagundes; e da minha família também, pois fomos para lá na década de 70.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador, primeiro, quero agradecer as suas referências. Há uma fala que eu fiz e repito, Senador Acir, em relação, Senador Jucá, ao Mato Grosso: o Mato Grosso hoje é um dos polos mais dinâmicos da economia brasileira, tanto quanto foi o norte do Pará e o Amazonas com a borracha...

(Soa a campanha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – ... tanto quanto foi a minha região – Olinda, Recife – com a cana. Tudo isso de repente se esgotou. E eu tenho avisado. Falei até com o Governador, nosso querido amigo Taques, que ele deveria começar a reorientar a economia do Mato Grosso, aproveitando o que tem hoje, para fazer a única riqueza que é permanente, que é a riqueza da ciência e da tecnologia, do conhecimento e da inovação. A Califórnia é um estado que é pobre do ponto de vista de recursos, depois que acabou o ouro. Por que a Califórnia continua sendo um estado tão rico nos Estados Unidos? Porque é fonte do conhecimento hoje, no mundo, graças a suas empresas – sobretudo, minúsculas empresas, aquilo que a gente chama de *start-ups*, pequenos grupos de estudantes recém-formados que criam uma empresa para pensar...

(Interrupção do som.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Um exemplo é essa Uber, que começou poucos anos atrás, numa garagem. Hoje, tem um patrimônio de US\$62 bilhões, graças apenas à inteligência de um grupo de jovens. Mato Grosso, eu acho, é um Estado que pode evitar a sina que outros Estados brasileiros sofreram de subir, subir e cair, quando se esgota o preço da mercadoria ou quando acaba a mercadoria. A soja, eu tenho insistido, vai ter concorrência muito forte no exterior. Quando começarem a produzir soja em quantidade na África Oriental, na metade do caminho entre o Brasil e a China, produzida já por chineses, não tenham dúvida de que o mercado de soja do Mato Grosso vai sofrer muito. Nessa época, é preciso que o Mato Grosso já tenha criado outro produto, e esse outro produto tem que ser conhecimento: ciência e tecnologia, investir em educação, investir nas universidades, atrair jovens, como o Chile está fazendo. O Chile tem feito isso, atraindo jovens inclusive do exterior, dando dinheiro para que eles montem suas pequenas empresas com novas formulações, com novos projetos na área de informática. Eu ficaria contente se o senhor, que acaba de me citar no seu discurso sobre isso, levasse para o Governador Pedro Taques a ideia de ele começar o trabalho da reorientação da economia em Mato Grosso para os tempos posteriores à agricultura, ao agronegócio, à economia primária, já dando o salto para uma economia terciária, sem passar pela economia secundária das indústrias de metalmeccânica, mas direto para indústrias baseadas no conhecimento. Mato Grosso tem tudo para não ser mais uma região de ascensão e queda.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Senador Paim, eu disse ontem que Mato Grosso é um pouco filial do Rio Grande do Sul, e boa parte desse movimento – quero fazer justiça – foram os gaúchos que fizeram, gaúchos e paranaenses, inclusive a família do Senador Blairo Maggi, que é responsável por um grande desenvolvimento, veio do Sul.

Neste momento, dito isso, para encerrar o meu discurso, quero parabenizar um sulista que hoje está assumindo a presidência da Aprosoja (Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso), entidade responsável por boa parte da pesquisa e da produção de conhecimento também, da representatividade do setor produtivo; quero parabenizar o Endrigo, que está assumindo a diretoria da Aprosoja, que, junto com a Famato, tem feito muito pelo agronegócio do Mato Grosso e pelo Brasil.

No mais, quero parabenizar a todos os rondonopolitanos e agradecer ao Senador Paulo Paim pela tolerância com que conduz os trabalhos.

V. Exª sempre, com muito carinho, acaba tendo a tolerância com a gente que, às vezes, excede um pouquinho.

Muito obrigado, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Meus cumprimentos, Senador Medeiros. Agora, como Líder, vou passar a palavra ao Romero Jucá, que, em seguida, vai abrir a Ordem do Dia.

Queria dar uma informação àqueles que se mostraram preocupados – permita-me, Senador Romero Jucá – na conversa que tivemos sobre a regulamentação da questão do trabalho escravo. O acordo que fizemos aqui foi: hoje não se vota nada. Vamos ter audiência pública na terça-feira, e o próprio Senador que é Relator disse

que vai passar lá na audiência, na terça-feira, para ouvir o contraditório, dialogar e tentar construir aquilo que seja – quem sabe? – de entendimento. Na terça-feira à tarde é que a matéria vai ser pautada. Esse foi o entendimento que fizemos aqui. A matéria já está pautada.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. Como Líder. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Meu caro Presidente Paulo Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, todas as pessoas que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado, pelas redes sociais, serei bastante rápido.

Primeiro, quero reafirmar a posição levantada por V. Ex^a sobre essa matéria que trata da regulamentação da emenda constitucional que combate o trabalho escravo e cria o fundo. É importante dizer que, a partir da nova legislação, aquelas pessoas que realmente explorarem trabalho escravo terão seus bens expropriados sem nenhum tipo de indenização.

Então, a emenda constitucional foi aprovada, e agora vamos regulamentá-la, para que ela possa, na prática, começar a funcionar.

Quero dizer que procurei conversar com todos os setores, com centrais sindicais, com o Ministério Público do Trabalho, com os setores empresariais, com confederações empresariais, exatamente para construir uma legislação equilibrada, que faça com que o Brasil possa realmente combater e erradicar o trabalho escravo ou análogo à escravidão.

Quero aqui dizer que essa matéria, apesar de estar, pela forma regimental, em condições de ser votada hoje, não seria votada hoje. Ela tem de ser votada aqui com o plenário cheio, para que nós possamos discutir. Ela estará em regime de urgência, de forma que qualquer contribuição pode ser agregada ao debate e, portanto, melhorar o texto. Essa é a nossa vontade.

Na terça-feira, V. Ex^a registrou que haverá um debate na Comissão sobre esse tema. Eu irei lá, porque não me furto a debater e muito menos a ouvir críticas e principalmente sugestões, porque nós queremos o melhor para o trabalhador brasileiro, para as empresas, queremos acabar de vez com essa mácula, com essa marca de trabalho escravo.

Portanto, o que V. Ex^a anunciou da Presidência, eu reafirmo aqui da tribuna com toda tranquilidade: hoje nós não teremos nenhum tipo de votação na Ordem do Dia, porque não há uma presença maciça de membros do Senado. Qualquer matéria desse nível tem que ser votada depois de muito debate e muita discussão para que cada uma e cada um tenha condição de contribuir e melhorar o texto. Então, quero reafirmar o compromisso com V. Ex^a.

Quero aqui falar, rapidamente, da ida da Presidenta Dilma ao nosso Estado de Roraima ontem. A Presidenta foi e entregou 2.992 apartamentos, casas, do Minha Casa, Minha Vida. Registre que não pude ir, porque estava aqui, presidindo a sessão e votando uma série de matérias importantes. Quarta-feira é um dia difícil de eu sair daqui do Senado para ir a qualquer lugar.

Mas fico feliz com a entrega desses apartamentos, até porque fui eu que consegui, em cota extra, a ida dessa obra para Boa Vista e Roraima. Isso foi feito em um acordo com o Ministério das Cidades, com o PAC e com a Ministra Miriam Belchior. Boa Vista tinha uma cota de quatrocentos e poucos desses imóveis, e viraram três mil.

Nós fizemos esses apartamentos em uma parceria entre o Governo do Estado – o então Governador José de Anchieta, depois o Governador Chico Rodrigues – e a Prefeita de Boa Vista, Teresa Surita.

Portanto, a administração da atual Governadora entregou os imóveis. Mas esses imóveis foram construídos e ficaram prontos no final do ano passado. Já podiam ter sido entregues há mais tempo, mas nunca é tarde para realizar o sonho da casa própria para famílias. Fico feliz e me associo à felicidade das famílias do Residencial Vila Jardim, que ajudei a tornar realidade.

A Presidenta anunciou também duas questões, que eu considero importantes, mas que eu quero aqui esclarecer. A primeira delas é que, em 2009, o Presidente Lula, atendendo ao nosso apelo, o apelo do governo, da sociedade de Roraima, assinou um decreto – primeiro nós fizemos uma medida provisória e depois um decreto –, transferindo as terras da União para o Estado de Roraima.

Desde aquela época, então, o Iteraima começou a titular as terras lá em Roraima. Então, isso não estava obstaculizado. Nesse decreto, entre as questões colocadas pelo Governo Federal e pelo Ibama, estava – como o Ibama estava discutindo a demarcação de algumas reservas ambientais – previsto que, com a anuência do Governo do Estado, poderia ser demarcada a reserva do Lavrado, que era uma reserva ambiental para preservar um bioma que nós temos lá: o Lavrado, que se assemelha ao Cerrado e os Campos Gerais.

Esse decreto está em validade. Foi feita a entrega de títulos, mas nós nunca deixamos demarcar a reserva do Lavrado porque, na nossa opinião, ela não era necessária, porque o Lavrado já foi bastante preservado

quando da demarcação das áreas indígenas Raposa Serra do Sol e São Marcos. Portanto, nós nos opusemos à demarcação da reserva do Lavrado, primeiro, na Serra da Lua e, depois, em qualquer outro lugar em que se pudessem tirar terras produtivas.

E ontem, a Presidenta Dilma reconheceu o óbvio, a verdade, enfrentou o Ministério do Meio Ambiente e anunciou que vai refazer o decreto naquele artigo, retirando a necessidade de se discutir a reserva do Lavrado. Então, esse é um ponto importante, e eu quero agradecer à Presidenta. Mas quero dizer também que isso não estava obstaculizando a titulação das terras, como está tentando dizer o Governo do Estado de Roraima, que agora é que as terras vão poder ser regularizadas. Não! As terras estavam sendo regularizadas. Agora nós estamos afastando um fantasma, que é a reserva do Lavrado, que, em determinado momento, poderia ocasionar a tentativa de se retirarem alguns produtores de alguma área produtiva desse Lavrado, com o que nós não concordaríamos.

Então, o Lavrado, volto a dizer, já está sendo preservado na área indígena Raposa Serra do Sol, na área indígena São Marcos e em diversas áreas indígenas no Município do Amajari.

Por fim, quero dizer também que a Presidenta disse que o Ibama está dando um licenciamento ambiental para a construção da linha de Tucuruí. Nós lutamos por essa linha. Cinco anos atrás, o Ministro Edison Lobão, então Ministro de Minas e Energia, membro do PMDB, atendeu ao nosso apelo e colocou no Plano Plurianual de investimentos do Ministério de Minas e Energia a licitação para a construção da linha de transmissão Manaus-Boa Vista. Essa linha foi licitada, foi concedida e há três anos está paralisada, porque a Funai estava impedindo o licenciamento ambiental. Esse licenciamento ambiental, ontem, saiu, porque toda a comunidade de Roraima, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, o Executivo, a Prefeitura da capital, os Vereadores, os Deputados Estaduais...

Quero registrar o papel do Deputado Estadual Jalser Renier, Presidente da Assembleia Legislativa, que construiu uma caravana dos Poderes para vir aqui conversar com o Vice-Presidente Michel Temer, a quem nós queremos agradecer, como também agradecemos aos Ministros José Eduardo e Eduardo Braga. Também agradecemos aos Desembargadores Almiro Padilha e Leonardo Cupello, que, representando o Poder Judiciário, marcaram uma posição firme junto ao Ministério Público Estadual e ao Ministério Público de Contas. Portanto, foi a união que fez com que a Funai fosse pressionada a liberar um ofício simples, que não tinha nenhuma motivação em demorar três anos, e, portanto, a Presidenta pôde determinar o licenciamento.

Essa obra é importante, mas ela poderia ter sido feita antes, se não fosse o atraso da Funai e do próprio Ibama. Quero, no entanto, considerar a importância de, antes tarde do que nunca, poder se fazer o licenciamento, apesar de termos um desafio, que é, efetivamente, fazer com que o consórcio, que já havia desistido da obra, possa retomá-la, desde que haja, talvez, uma equação econômico-financeira que seja reequilibrada. O Ministro Eduardo Braga ficou de tratar dessa questão, e, portanto, nós vamos apelar ao Ministro para que possa rapidamente tratar de tudo isso.

Então, são pontos importantes. Ela anunciou também obras que estão em andamento e outras que vão começar, estradas e BRs...

(Soa a campanha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – ... de que o ex-Deputado Luciano Castro já estava tratando, assim como o Ministro Antonio Carlos. E a Presidenta Dilma também as anunciou.

Então, foi muito importante a visita da Presidenta, bem como essas medidas, mas nós temos de pontuar que elas são o andamento de várias ações de diversas pessoas ao longo dos últimos anos, que fizeram com que Roraima fosse atendida.

Era esse o registro que eu queria fazer, Senador Paulo Paim. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Senador Romero Jucá assume neste momento os trabalhos para abrir a Ordem do Dia.

O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romero Jucá, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB - RR) –

ORDEM DO DIA

Nós não vamos ter votação de matérias na Ordem do Dia, a não ser a votação, em globo, dos **Requerimentos nºs 649 e 650, de 2014; e 486, de 2015**, que solicitam o sobrestamento de matérias que relacionam, já pactuado com todas as Lideranças.

Em votação os requerimentos aludidos.

As Sras e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovados os requerimentos.

São os seguintes os itens:

Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 649, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 649, de 2014, da CCT, *solicitando o sobrestamento da tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 476, de 2012, para aguardar resultado de diligência.* Será cumprida a deliberação do Plenário.

Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 650, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 650, de 2014, da CCT, *solicitando o sobrestamento da tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 146, de 2013, para aguardar resultado de diligência.* Será cumprida a deliberação do Plenário.

Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 486, DE 2015

Votação, em turno único, do Requerimento nº 486, de 2015, de iniciativa da CCT, solicitando o sobrestamento da tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 157, de 2013, para aguardar resultado de diligência.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB - RR) – Votação, em globo, do **Requerimentos nºs 1.264, 1.269, 1.297, 1.307, 1.308, de 2015**, que solicitam audiência de outras comissões de matérias que se relacionam, também aprovadas por unanimidade, em acordo de liderança.

As Sras e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovados.

São os seguintes os itens:

Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 1.264, DE 2015

Discussão, em turno único, Requerimento nº 1264, de 2015, da Senadora Ana Amélia, que *solicitando a audiência da CRA sobre o Projeto de Lei do Senado nº 434, de 2015 (obriga estabelecimentos comerciais a garantirem a segurança sanitária dos alimentos).*

A matéria retorna ao exame da CMA, seguindo posteriormente à CRA, e, em decisão terminativa, à CAS.

Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 1.269, DE 2015

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1269, de 2015, do Senador Jorge Viana, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Resolução nºs 59 e 63, de 2014, por regularem matéria correlata (operações de crédito destinadas à disposição final de rejeitos).*

As matérias passam a tramitar em conjunto e vão ao exame da CAE.

Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 1.297, DE 2015

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1297, de 2015, do Senadora Ana Amélia, *solicitando a audiência da CRA sobre o Projeto de Lei do Senado nº 328, de 2014 (informações nos rótulos das embalagens de café)*.

A matéria retorna ao exame da CMA, seguindo posteriormente à CRA e, em decisão terminativa, à CAS.

Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 1.307, DE 2015

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1307, de 2015, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 378, de 2011, seja ouvida a CAE (turnos ininterruptos para trabalhadores da indústria petrolífera)*.

A matéria vai ao exame da CAE e da CI, seguindo posteriormente, à CAS, em decisão terminativa.

Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 1.308, DE 2015

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1308, de 2015, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 378, de 2011, seja ouvida a CI (turnos ininterruptos para trabalhadores da indústria petrolífera)*.

A matéria vai ao exame da CAE e da CI, seguindo posteriormente, à CAS, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB - RR) – Registro, conforme disse o Senador Paulo Paim, quanto à matéria que trata especificamente da votação da regulamentação da emenda constitucional do trabalho escravo, que o requerimento de retirada não será votado – esta matéria está em urgência –, mas também não será votada a matéria hoje. A matéria será discutida e votada na próxima terça-feira, à tarde. Antes disso, teremos uma reunião de líderes para tratar desta matéria e pela manhã nós vamos debater a matéria na comissão presidida pelo Senador Paulo Paim.

Portanto, votados os requerimentos, está encerrada a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB - RR) – Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romero Jucá, primeiro, cumprimento V. Exª pela disposição de participar da audiência pública que me foi me pedida por inúmeros setores da sociedade sobre esta matéria da qual V. Exª é o Relator. E V. Exª se dispõe a ir lá.

Tive uma situação semelhante. Lembro também que o autor do projeto era o Senador Cássio Cunha Lima, que teve a mesma postura de V. Exª. Então, não se trata de ser ou não Base do Governo. Foi lá, participou do debate no mais alto nível. Chegamos a um entendimento. Espero que aconteça o mesmo – esta é minha esperança – na próxima terça-feira.

Sr. Presidente, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, não tinha como, embora eu tenha que viajar ainda hoje, eu deixar de vir à tribuna neste dia.

Hoje, 10 de dezembro, o mundo celebra o Dia Universal dos Direitos Humanos.

Essa data foi instituída pela ONU porque foi em 10 de dezembro de 1948 que a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Declaração Universal dos Direitos do Homem. Esse documento, com 30 artigos, contém “o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações” em matéria de direitos humanos. É o dia que o planeta para, a fim de discutir os direitos humanos. Ela se configura, na verdade, como uma afirmação coletiva de repúdio à barbárie e às atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial.

De fato, em 1945, à medida que o final do conflito se aproximava, cidades por toda a Europa e a Ásia estendiam-se em ruínas e chamas. Milhões de pessoas estavam mortas, outros tantos milhões estavam sem lar e sem comida e choravam por seus filhos. O mundo se horrorizava diante das atrocidades cometidas nos campos de batalha e nas concentrações nazistas e da destruição em massa produzida pelas bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki.

Diante desse cenário, que depunha contra todas os valores fundamentais afirmados pela humanidade até então, a comunidade internacional decidiu fundar as Nações Unidas e assinar a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Ao fazê-lo, os líderes mundiais acenavam com um futuro de esperança e também de paz. Acenavam, ainda, com o compromisso pela busca ao respeito dos direitos consagrados naquela declaração, cujo Preâmbulo afirma que o desconhecimento e o desprezo dos direitos humanos conduziram a atos de bar-

bárie que revoltam a consciência da humanidade. E o advento de um mundo em que os seres humanos sejam livres, livres de falar, livres para crer, libertos do terror e da miséria, foi programado como a mais alta inspiração do homem.

Diz o art. 1º: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos.” Todos os seres humanos nascem livres e iguais – repito – em dignidade e, também, em direitos. Esse pequeno trecho da declaração expressa a essência daquele documento e, ao mesmo tempo, revela o grande desafio que se colocava diante de nós enquanto humanidade.

Estávamos propondo construir uma consciência coletiva a partir da qual todos fossem respeitados em seus direitos básicos, essenciais, apenas e simplesmente por serem humanos.

Hoje, decorridos quase 70 anos – são 67 anos – da Declaração Universal dos Direitos Humanos, é importante fazer aqui uma reflexão sobre o alcance desses direitos, sobretudo num País como o nosso, marcado por profundas desigualdades socioeconômicas que se arrastam ao longo dos tempos.

É exatamente esse o tom do meu pronunciamento hoje, senhores e senhoras. Quero convidar todos e também toda a sociedade brasileira que nos assiste neste momento a uma reflexão sobre o que fizemos e sobre o que ainda falta fazer, para que aqueles princípios consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos se tornem uma realidade, uma orientação para todos os povos do Planeta.

Aqui no Brasil, desde que iniciamos o processo da redemocratização, temos conseguido avançar, sim, no que diz respeito aos direitos e às garantias individuais consagrados no art. 5º da nossa Constituição, tão bem lembrada, tão bem batizada pelo inesquecível Ulysses Guimarães, que disse: “Esta é a Constituição Cidadã.”

Hoje, desfrutamos de ampla liberdade de pensamento e de opiniões. Os partidos políticos se manifestam livremente e estão todos legalizados. Não existe qualquer agremiação que esteja na clandestinidade, não existem presos políticos, não existe censura, e nós todos continuamos combatendo a tortura. As instituições funcionam dentro da normalidade democrática, e os conflitos são sanados, obedecendo-se ao princípio do devido processo legal, na ótica dos direitos humanos.

Caminhamos, sim, caminhamos, a passos largos, senhoras e senhores, para a consolidação definitiva do Estado democrático de direito no Brasil. Sem dúvida, esta é uma importantíssima conquista em matéria de direitos humanos: a própria democracia.

Do ponto de vista social, também avançamos nesses últimos tempos. Houve avanços, por exemplo, na edição do nosso Código Civil, que, entre outras coisas, acabou com a figura do cabeça do casal e reconheceu a igualdade entre homens e mulheres no que diz respeito à condução dos destinos da família.

Registro ainda a Lei de Cotas, que permitiu o acesso ao ensino superior de um grande número de pessoas brancas e negras, mas pobres, construindo, para resgatar uma dívida histórica que temos com aqueles que foram marginalizados ao longo do tempo, principalmente os negros, mas também os brancos pobres.

Outro avanço importante em matéria de direitos humanos foi o reconhecimento da união homoafetiva, com a possibilidade de sua conversão em casamento e com a inclusão social de milhões de pessoas, ocorrida durante os governos que passaram, independentemente da época.

Com certeza, avançamos muito depois da ditadura militar.

Avançamos também no que diz respeito ao direito dos idosos. Está aí o Estatuto do Idoso, está aí o Estatuto da Igualdade Racial, está aí o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Estamos construindo, Senador Hélio José, V. Exª é o Relator, o Estatuto do Cigano.

Está aí a política do salário mínimo, que era de US\$60 e que, hoje, vale mais de US\$300.

Do mesmo modo, avançamos no que diz respeito aos direitos da criança e do adolescente. Tive a alegria, embora não tenha sido o autor – dos outros fui o autor –, de participar da construção do Estatuto da Criança e do Adolescente. Depois, aqui, aprovamos a famosa Lei da Palmada.

Avançamos também quanto ao trabalho doméstico, Senador Romero Jucá, que foi o grande Relator dessa matéria, não posso deixar de reconhecer. Avançamos, sim! Quando diziam que haveria demissão em massa das empregadas domésticas, houve exatamente o contrário. Agora, com o conforto legal, há os direitos das trabalhadoras domésticas, conferindo a todos os que labutam nos lares brasileiros os direitos trabalhistas dos demais trabalhadores, pela chamada PEC das Domésticas.

Então, senhoras e senhores, esses são alguns dos avanços que posso registrar neste momento em matéria de direitos humanos no País desde que foi promulgada a Constituição Federal. Eu estava lá, fui constituinte, ajudei na elaboração da Carta Magna.

Em um período relativamente curto, estamos vendo nascer um novo Brasil, um Brasil em que começa a surgir esta consciência de igualdade perante a lei, em que começa a surgir este sentimento de que não podemos discriminar ninguém por motivo nenhum, de que não podemos discriminar outro irmão nosso apenas pelo fato de ele ou ela ser diferente de nós ou pensar de forma diferenciada.

Mas, para mim, é apenas um começo, senhoras e senhores. A caminhada é longa, ainda nos resta muito por fazer. Eu gostaria de dizer que fizemos muito, mas temos condição de fazer muito mais para melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro.

Somos um País em que ainda imperam as desigualdades – é claro que elas imperam! –, embora tenhamos avançado. Somos um País em que ainda existe uma brutal concentração de renda, onde o capital especulativo alcança lucros extraordinários à custa de juros estratosféricos e da exploração dos mais pobres, os assalariados. Somos um País que se nega a discutir, como propus recentemente numa reunião com mais de 40 Senadores, a regulamentação do imposto sobre grandes fortunas ou sobre heranças. Poderíamos regulamentá-lo; outros países assim já o fizeram.

Ao mesmo tempo, persistem as desigualdades regionais, que vitimam, sobretudo, aqueles que vivem no Norte e no Nordeste do País, desigualdades essas que lhes tiram o acesso a melhores condições de vida. Somos um País que ainda não respeita os direitos das populações indígenas, os direitos do povo quilombola. Não os respeitamos e não trabalhamos por um meio ambiente saudável.

Lamentavelmente, apesar de todos os esforços que têm sido feitos para combater o preconceito e a discriminação, ainda presenciamos episódios de racismo que nos envergonham. Os recentes casos da apresentadora Maju, da TV Globo, e da atriz Taís Araújo mostram como o Brasil ainda é um País em que o preconceito racial é muito forte. Na periferia das grandes cidades, muitos jovens negros ou pardos e brancos pobres, arbitrariamente, são confundidos com marginais apenas às vezes pela cor da pele, como foi o caso dos cinco jovens assassinados covardemente pela Polícia no Rio de Janeiro.

E o que dizer da saúde e da educação? O SUS – é claro que é uma grande proposta; colaboramos no momento da sua criação – tem prestado um grande serviço ao País. Bem sei que não é fácil garantir uma atenção à saúde de qualidade para milhões e milhões de brasileiros e brasileiras. Temos muitos serviços de excelência, reconhecidos até mesmo pela Organização Mundial de Saúde, como é o caso do Programa Nacional de Combate à Aids, em que somos referência no mundo, e o Programa Nacional de Transplantes, por exemplo. Mas, por outro lado, ainda deixamos muito a desejar no atendimento emergencial. Os pacientes esperam durante longas horas, às vezes durante dias ou meses, para serem atendidos.

Faltam materiais básicos, como gaze, fita para sutura e esparadrapo. Mais parece que nossas emergências hospitalares funcionam no Iraque ou na Síria, países que passam por conflitos armados de sérias proporções, tamanha sua superlotação e precariedade.

Na educação, apesar dos avanços que tivemos, como a política de cotas, o Piso Nacional do Magistério, o aumento do quantitativo de estudantes em todos os níveis e o aumento de universidades, ainda registramos baixo rendimento, quando comparado com outros países.

Nossos jovens não conseguem competir com igualdade de condições em matéria de qualidade de ensino com aqueles que residem em países mais desenvolvidos ou até mesmo em países semelhantes ao nosso. Internamente, ainda presenciamos a segregação. O filho do rico estuda na escola particular; o pobre estuda na escola pública, precária e de má qualidade. Precisamos, sim, avançar. Essa é uma desigualdade de base que mexe com a estrutura da sociedade brasileira e, por isso, precisa ser superada, para que possamos oferecer oportunidades iguais e acesso à educação para todos.

Essa é apenas uma pequena radiografia do Brasil em matéria de direitos humanos. Digo que é pequena porque cada um dos assuntos que abordei aqui mereceria, no mínimo, duas horas em matéria de pronunciamento.

Do mesmo modo, considero importante fazer referência aos direitos humanos no mundo, já que estamos lembrando aqui o Dia Universal dos Direitos Humanos. Não resta dúvida de que, do ponto de vista planetário, a situação é ainda muito mais complexa do que em nosso País isoladamente. São diversos povos, diversas nações com ideologias e pensamentos diferentes que cultivam valores igualmente diferentes. Chegar a um denominador comum compatível com os direitos humanos não é, portanto, tarefa fácil. Por isso, eu não poderia aqui, nestes breves minutos de que ainda disponho, deixar de fazer um comentário mais aprofundado sobre essa realidade.

Sr. Presidente, começo este encerramento lembrando a questão do terrorismo. Assistimos perplexos quando, no último dia 13 de novembro, atentados terroristas praticados pelo Estado Islâmico deixaram dezenas de mortos e feridos. Eram pessoas inocentes que estavam ali levando uma vida normal, divertindo-se, e que foram covardemente assassinadas. Seus algozes representam aquilo que há de mais bárbaro e desprezível no mundo atual. Não falam em nome de ninguém. Como disse o Presidente Barack Obama em recente pronunciamento, eles falam e agem em nome de si mesmos e merecem todo o nosso repúdio porque representam a antítese da civilização.

O terrorismo representa uma grande ameaça aos direitos humanos. Mesmo o Brasil, um País tradicionalmente pacífico do ponto de vista internacional, não está livre dessa ameaça. De acordo com o Índice de Terrorismo Global, que avalia o terrorismo em 162 países, o Brasil está na posição 74. Estamos, assim, classificados na primeira etapa do *ranking* que constatou que as mortes por esse tipo de ataque aumentaram 80% em comparação a 2013. Neste ano, o Brasil ocupava a posição de número 80. Em 2011, estava no número 122. Creio que isso é um alerta, lembrando que precisamos estar vigilantes.

Outra grande ameaça que temos hoje aos direitos humanos em todo o mundo diz respeito à violência praticada contra jovens e mulheres. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, 35% das mulheres do mundo foram vítimas de violência física ou sexual em 2013. Em alguns países, essa realidade atinge 70%, Sr. Presidente. Assim, em outros países, 71,8% das situações de violência física ou sexual cometida contra as mulheres ocorrem no ambiente doméstico.

A situação dos jovens não é menos dramática. De acordo com o Relatório da Unicef divulgado em 2014, o Brasil é o vice-campeão mundial no número de homicídios de jovens de 0 a 19 anos. Mais de 11 mil foram assassinados no nosso País em 2012. Nesse item, só perdemos para a Nigéria. Quanto à taxa por 100 mil habitantes, o Brasil é o sexto colocado: 17 por 100 mil. Na sua frente, estão El Salvador, 27; Guatemala, 22; Venezuela, 20; Haiti, 19; e Lesoto, 18. No Planeta, Sr. Presidente, 95 mil crianças e adolescentes foram assassinados em 2012, sendo que 90% dessas mortes ocorreram em países com renda média baixa.

Quando falamos em direitos humanos, não podemos deixar de nos lembrar, Sr. Presidente, de um dos direitos mais básicos de todos nós, a alimentação. Embora este seja um direito elementar do ser humano, Sr. Presidente, cerca de 795 milhões de pessoas passam fome no mundo, muitas delas em consequência de conflitos armados, de acordo com o Índice Geral da Fome.

A fome no mundo continua sendo um desafio, com uma em cada nove pessoas sofrendo de desnutrição crônica e com mais de 15% das crianças com atrasos de crescimento como consequência de deficiência nutricional.

Diretamente relacionada à questão da fome está a concentração de riqueza. Como falar em respeito aos direitos humanos, à dignidade da pessoa humana, quando 1% da população mundial detém quase metade da riqueza mundial, ou seja, em torno de US\$ 110 trilhões? Esse é um dado...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – Nobre Senador Paulo Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não há um Senador nesta Casa que não se lembre de ter pedido dez minutos e de eu acabar dando até 30 minutos. Não quero isso.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – Tenho certeza.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas pelo menos uns dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – Fique tranquilo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, é uma data importante. Direitos Humanos é o direito à vida. O mundo todo tinha que parar hoje e refletir sobre este tema.

Como eu dizia, é um dado chocante, que consta da última pesquisa divulgada pela Oxfam International, às vésperas do Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça, ocorrido em janeiro deste ano.

Enquanto não forem adotadas medidas concretas para reduzir essa brutal concentração das riquezas no Brasil e no mundo, veremos um abismo cada vez maior entre ricos e pobres, a acentuação das desigualdades, da fome e da miséria, pelos quais somos coletivamente responsáveis. Todos nós somos responsáveis pela miséria no mundo.

Sr. Presidente, a reflexão que estou fazendo aqui, em lembrança ao Dia Universal dos Direitos Humanos, leva-nos também a pensar sobre outro grave problema referente a esse tema, que é a questão dos refugiados e das guerras. A Europa tem sido particularmente atingida por esse problema, com levadas de milhares de refugiados que fogem, desesperados, dos conflitos no Oriente Médio. E fogem em condições das mais deploráveis, colocando sua própria vida em risco. Na maioria das vezes, são mulheres, crianças e idosos em situação de risco.

No mundo, 59,5 milhões de pessoas estavam fora de seus locais de moradia até o final de 2014, por motivos tais como conflitos, violação de direitos humanos, guerras e perseguições. Desse total, 19,5 milhões são de refugiados; 38,2 milhões, de deslocados internos; e 1,8 milhão de requerentes de asilo, segundo balanço divulgado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados.

O número total de refugiados no mundo cresce de maneira acelerada desde 2011, quando era em torno de 42,5 milhões. Em três anos, o aumento foi de 40%. Entre 2013 e 2014, o crescimento foi de 8,3 milhões de pessoas e representou o maior aumento já registrado em um ano – agora, entre 2013 e 2014.

Quero aqui lembrar as palavras do Papa Francisco, em recente homília proferida na Praça de São Pedro:

Estamos próximos ao Natal; haverá luzes, festas, árvores iluminadas, presépios (...) Tudo é falso. [Isso porque a fome e a miséria permeiam o mundo.]

O mundo continua fazendo guerra, não compreendeu o caminho da paz (...). Existem hoje guerras em toda parte. [É guerra, é tortura, é ódio.] (...) E o que nos resta? Ruínas, milhares de crianças sem educação, tantos mortos inocentes. [E outros milhões de desesperados].

E tanto dinheiro nos bolsos [por exemplo] dos traficantes de armas (...) [e também de produtos químicos]. A guerra é a escolha de quem prefere as 'riquezas' ao ser humano.

Sua Santidade mencionou os traficantes de armas. Poderíamos falar de outros traficantes; existem também os traficantes de órgãos humanos.

Esse é um assunto preocupante – eu diria mesmo, assustador –, que não tem merecido a atenção adequada dos governantes. Crianças são sequestradas e são retirados os órgãos.

O tráfico de órgãos humanos é uma das dez atividades ilegais mais lucrativas do mundo, Sr. Presidente. A cada ano, gera mais de US\$1 bilhão de lucro, em nível mundial, para esses traficantes de órgãos humanos.

A Organização Mundial de Saúde estima que, a cada ano, sejam realizados cerca de 10 mil transplantes ilegais, que envolvem cifras altíssimas. Há casos na Ucrânia, por exemplo, em que os receptores chegam a pagar até 200 mil euros por um rim!

Quando falamos em direitos humanos, não podemos nos esquecer de que, de acordo com a Declaração de Estocolmo, de 1972, todo ser humano tem direito a um meio ambiente de qualidade, que lhe permita levar uma vida digna e com bem-estar. Mas ainda estamos longe disso tudo.

Enchentes afetaram quase 2,5 bilhões de pessoas nos últimos 20 anos. Além disso, o balanço do período de 2002 a 2012 é alarmante: foram 4.130 catástrofes ambientais; mais de um milhão de mortos e prejuízos econômicos que ultrapassam a cifra de US\$1 trilhão – não há como não lembrar o caso de Mariana, em Minas Gerais.

Esses dados fazem parte do Relatório dos Riscos Mundiais, que é desenvolvido pela Universidade das Nações Unidas para a Segurança Humana e Ambiental (UNU-EHS) e foi apresentado recentemente em Bruxelas, antecedendo o Dia Internacional para a Redução de Catástrofes.

Não podemos falar de direitos humanos sem mencionar dois dos direitos mais básicos: saúde e educação.

Na saúde, a situação é muito preocupante. De acordo com os últimos levantamentos, cerca de 400 milhões de pessoas em todo o mundo não dispõem de acesso aos serviços básicos de saúde, e os gastos com esse tipo de despesa estão empurrando milhares de famílias para a pobreza absoluta. Isso é ainda mais grave nas áreas rurais, onde mais da metade da população não tem acesso aos serviços de saúde, Sr. Presidente.

Segundo dados da OIT (Organização Internacional do Trabalho), no continente africano, 83% dos que vivem nas zonas rurais nunca tiveram acesso aos serviços básicos de saúde.

Na educação, o quadro não é muito diferente, porque esse direito nunca foi, de fato, alcançado de modo universal e permanece como um desafio mundial na agenda de desenvolvimento pós-2015.

É triste, Sr. Presidente, neste Dia Internacional dos Direitos Humanos, eu vir à tribuna e reconhecer isso, no momento em que o mundo conta com tantos jovens que sonham com um mundo melhor.

Um levantamento inédito do Fundo de População das Nações Unidas, divulgado no ano passado, mostra que, hoje, temos 1,8 bilhão de jovens no Planeta, o maior número até hoje registrado. Contudo, parte dessa juventude já está praticamente condenada. Isso porque, ainda segundo o Fundo de População das Nações Unidas, 60% dessa juventude não têm acesso à educação e, conseqüentemente, não têm condições de ter uma boa disputa no mercado de trabalho. Pior do que isso: mais de 500 milhões de jovens lutam para viver com menos de US\$2 por dia, abaixo da linha de pobreza, considerada pela ONU.

As crianças e os jovens não são as únicas afetadas pelos problemas de acesso à educação. De acordo com o relatório, cerca de 796 milhões de pessoas, 17% dos adultos de todo o mundo, são analfabetas; deste percentual, dois terços são mulheres.

Diante dessa tragédia que é a educação em todo o mundo, em especial nos países pobres e mais populosos, quero aqui prestar uma singela homenagem à jovem paquistanesa Malala Yousafzai, vencedora do Prêmio Nobel da Paz, em 2014, por sua luta e coragem de defender o simples e básico direito de estudar.

Sr. Presidente, neste breve panorama que estou terminando, que acabo de apresentar neste meu pronunciamento, podemos ver que ainda falta muito para alcançarmos aquele ideal traçado na Declaração Universal dos Direitos Humanos: "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos." Mas isso não pode nos deixar pessimistas; temos de continuar lutando. Ao contrário, deve nos servir de inspiração para que continuemos peleando sempre para um dia chegar lá. Foi assim com a abolição, foi assim com o fim do *apartheid*, na África do Sul.

Se hoje temos um negro na presidência dos Estados Unidos, Barack Obama, devemos esse fato às lutas históricas travadas pelo povo daquele país e por líderes como Martin Luther King, que dizia: “Sonho com uma sociedade em que brancos e negros sentem-se à mesma mesa e comam do mesmo pão;” devemos a líderes mais duros, como Malcolm X; a líderes que, com sua sabedoria, souberam unir a África do Sul, como Nelson Mandela.

Na luta em prol dos direitos humanos, a nossa trincheira é a trincheira da paz, da fraternidade, da cooperação e do diálogo. Precisamos saber que brancos e negros podem, sim, caminhar de mãos dadas. Que possamos ter a coragem de avançar coletivamente na construção desse ideal, eliminando os privilégios, a ostentação, a hipocrisia e trabalhando em prol de um mundo mais fraterno, uno e solidário.

Encerro, Sr. Presidente, agradecendo a V. Exª e lembrando três figuras que já faleceram e para as quais quero render minhas homenagens: Zumbi dos Palmares, que foi espartilhado aqui, no Brasil, porque defendeu a liberdade do povo negro; Nelson Mandela, que praticamente foi a figura número um em matéria de direitos humanos no Planeta; e Mahatma Gandhi. São exemplos de não violência e de lutas em prol dos direitos humanos em seus respectivos países e, por que não dizer, referência para o mundo.

Agradeço a tolerância de V. Exª, Sr. Presidente, mas tinha de falar, precisava falar. Aguardei o dia todo. Se em todos os parlamentos do mundo dedicassem ao menos um dia para debater a política de direitos humanos, quem sabe a história da humanidade seria diferente.

Obrigado, Senador Hélio José, pela tolerância de V. Exª.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Romero Jucá, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Hélio José

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – Parabéns ao Senador Paulo Paim. Esta Mesa foi tolerante com muita razão. O Senador é uma voz ativa dos direitos humanos aqui nesta Casa. Para mim, é com muita honra que presido esta sessão, em que V. Exª pôde fazer esse pronunciamento tão importante no Dia Internacional dos Direitos Humanos e dizer uma quantidade sem-fim de verdades sobre o nosso dia a dia.

Parabéns!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – O Senador Cristovam Buarque, parece, saiu... *(Pausa.)*

Se o Senador Cristovam Buarque não estiver presente, eu gostaria que o Senador Paulo Paim presidisse a sessão para eu fazer o meu pronunciamento.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – Obrigado, Senador.

O Sr. Hélio José deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com enorme satisfação, passo a palavra ao Senador Hélio José, estreando hoje como Líder do PMB, o Partido da Mulher Brasileira.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMB - DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Exatamente, nobre Senador Paulo Paim, Presidente desta sessão. É com muita satisfação que venho hoje a esta tribuna comunicar aos Srs. Senadores e às Sras Senadoras que saí do PSD e estou ingressando no PMB, o Partido da Mulher Brasileira.

Sr. Presidente, Sras Senadoras, Srs. Senadores, a vida político-partidária costuma exigir de todos nós, que a ela nos dedicamos, gestos de coragem e desprendimento. Muitas vezes, Sr. Presidente, embora confortáveis em determinada posição, sentimos que um novo desafio se apresenta e que o atendimento a esse novo desafio se transforma, para nós, num dever ao qual não podemos fugir.

Cheguei a esta Casa, Sras e Srs. Senadores, no começo deste ano, integrando os honrados quadros do Partido Social Democrático (PSD). E tudo fiz, ao longo do tempo em que pertenci ao PSD e, principalmente, nestes dez meses de atuação no Senado Federal, para elevar o nome do Partido no cenário nacional. Dediquei-me de corpo e alma ao meu mandato e ao meu Partido. Nas sessões plenárias, tive 100% de presença. Apresentei diversas proposições, fiz quase uma centena de pronunciamentos.

Como Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, como Vice-Líder do Governo, como membro assíduo do Parlatino – em todas as funções, enfim, que tive a honra de exercer –, sempre atuei no sentido de evidenciar aos meus Pares que ali estava um leal soldado do PSD, lutando bravamente pela força e pela grandeza do Partido.

Isso foi na Comissão de Direitos Humanos, presidida por V. Exª; na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, presidida pelo Senador Romário; na Comissão de Infraestrutura, presidida pelo nobre Senador Garibaldi Alves; na Comissão de Assuntos Econômicos, que foi presidida pelo nosso querido Senador Delcídio do Amaral

e, atualmente, pelo nosso Senador Raimundo Lira; e na Comissão de Desenvolvimento Regional, presidida pelo nosso querido Senador Davi Alcolumbre. Em todas as Comissões de que participo tenho a honra de sempre ter uma participação grandiosa.

Mas se dediquei ao PSD, Sr. Presidente, todos os meus esforços e toda a minha lealdade, devo reconhecer que recebi, em troca, doses iguais de respeito e consideração.

Por isso, neste momento em que anuncio minha desfiliação do Partido, gostaria de fazer um conjunto de agradecimentos. Ao nosso Presidente Nacional do Partido, Ministro das Cidades, Gilberto Kassab, meus sinceros agradecimentos pelo apoio e abertura para atuação no PSD, o mesmo PSD que já foi de JK, o Presidente da República que criou Brasília e que foi um dos homens mais realizadores deste País.

Na pessoa de nosso Presidente Regional, Deputado Rogério Rosso, quero agradecer, indistintamente, a todos os membros do Partido aqui no Distrito Federal.

Quero agradecer, muito particularmente, aos três Senadores que compõem a Bancada do PSD, que compuseram comigo, até recentemente, a Bancada do PSD neste Senado Federal. Ao nosso Líder, Senador Omar Aziz, ex-Governador do Estado do Amazonas, ao nosso querido Senador Sérgio Petecão, do Acre, e ao Senador Otto Alencar, da Bahia, os meus sinceros agradecimentos.

Agora como Líder do PMB, Partido da Mulher Brasileira nesta Casa, espero poder contribuir e muito para as discussões políticas e para o avanço de importantes pontos políticos.

Também quero agradecer, de maneira muito especial, ao Vice-Governador do Distrito Federal, Renato Santana, e ao Secretário de Economia, Desenvolvimento Sustentável e Turismo do DF, Arthur Bernardes, todos membros do PSD-DF.

Esses companheiros, Sras e Srs. Senadores, e muitos outros que o tempo não me permite citar, certamente tornaram minha jornada mais produtiva e mais prazerosa no PSD do Distrito Federal. Portanto, se tomo a decisão de deixar o Partido Social Democrático, não vamos encontrar as motivações de minha atitude em eventuais desencontros com os destacados integrantes dessa agremiação política.

Ocorre, Sr. Presidente, que, no último dia 29 de setembro, o Tribunal Superior Eleitoral concedeu registro definitivo ao Partido da Mulher Brasileira, o PMB.

E não tenho como negar que uma das principais bandeiras do meu mandato, uma das razões pelas quais me dedico à atividade político-partidária é a luta pelo fim dos preconceitos contra as mulheres e pela igualdade de direitos entre os gêneros.

As mulheres brasileiras formam mais de 50% da nossa população, mais de 50% do nosso eleitorado e não podem continuar sendo discriminadas. Por isso eu, como homem, tenho o prazer de estar neste Partido, para lutar pelos direitos sociais de todas as pessoas que vivem nesta terra, principalmente as mulheres. O que seria de nós, homens, se não fosse uma mulher ao nosso lado, para nos trazer alegria e prazer?

Eu, na minha casa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMB - DF) – Nobre Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMB - DF) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Saiba que a sua atuação no Parlamento é uma atuação de destaque.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMB - DF) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu diria principalmente na parceria da Comissão de Direitos Humanos, porque lá eu lhe acompanho mais, porque eu presido, e muitas vezes é V. Exª que preside, como foi o caso de hoje.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMB - DF) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu tenho visto algumas críticas neste sentido: “Mas se sicrano e beltrano é homem, é o Partido da Mulher!”. Eu quero dizer que isso, para mim, não pode ser crítica. Eu, por exemplo, coordeno aqui no Senado, e V. Exª faz parte, da Frente Parlamentar dos Homens contra a Violência às Mulheres.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMB - DF) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O partido tem essa simbologia. A mulher é mãe, é a mulher que nos gera. A mulher tem mais simbologia no nome do que o próprio homem.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMB - DF) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Dizem: “Não, porque os homens fizeram isso, os homens fizeram aquilo, o meio ambiente, etc.”. Mas se não fossem as mulheres, não existiriam os

homens. Essa não é a questão; a questão é as causas que vocês vão defender. Eu espero que estejamos sempre na mesma trincheira, a trincheira de defender os que mais precisam.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMB - DF) – Com certeza, nobre Senador, seu aparte será incorporado integralmente ao meu pronunciamento.

Na minha casa, nobre Senador, há quatro mulheres: minhas três filhas, a Maíra Virgínia, que faz Medicina e está na Escócia, neste momento, no Ciência sem Fronteira; a Isabela Tainá, que faz Letras (Francês), na UNB; e a Potira Gabriela, que faz Engenharia Florestal, também na UNB; e minha esposa, minha querida enfermeira, que cuida tanto de mim, a Edy Gonçalves. São as quatro mulheres da minha casa. A mulher que tem dupla jornada de trabalho e que merece todo o nosso apoio, o nosso carinho, a nossa dedicação e que lutemos contra as discriminações.

Eu não tenho como negar que uma das principais bandeiras do meu mandato e uma das razões pelas quais me dedico à atividade político-partidária, como já disse, é a luta pelo fim dos preconceitos contra as mulheres e pela igualdade de direitos entre os gêneros.

Eu quero homenagear, neste momento, a nossa querida Senadora Rose de Freitas, do PMDB, que é Presidente da Comissão Mista do Orçamento, pois tenho o prazer de fazer parte dessa Comissão e de ser presidido por uma pessoa tão bacana, tão companheira e que tem feito um trabalho maravilhoso.

Também quero homenagear a revelação desta Casa, a nossa querida Senadora Simone Tebet, do PMDB, que tem demonstrado o trabalho tão digno e tão bacana de uma pessoa experiente e tão jovem; a nossa querida Gleisi Hoffmann, tão aguerrida, tão lutadora, do nosso querido Estado do Paraná; a nossa Fátima Bezerra, da Comissão de Educação, uma professora, uma educadora, que tem feito um trabalho sensacional aqui; a nossa guerreira do PCdoB, Vanessa Grazziotin, do longínquo Amazonas, também representando com muita dignidade aqui as nossas queridas mulheres; Angela Portela, do PT, de Roraima, um Estado longínquo, pequeno, mas que tem feito a diferença nesta Casa; a nossa querida Lúcia Vânia, minha conterrânea do Estado de Goiás – eu sou de Corumbá de Goiás, com muita honra –, Senadora do PSB, que muito nos honra pelo companheirismo e pela sabedoria; a nossa ex-Prefeita de São Paulo, Senadora Marta Suplicy, que é do PMDB e é sempre uma pessoa que se destaca no nosso meio; a baixinha guerreira da Bahia, que defende todos os direitos humanos, a nossa querida Lídice da Mata, a quem homenageio com muita honra; a nossa querida Regina Sousa, com quem tive o prazer de ser Secretário de Organização do Partido dos Trabalhadores, Senadora do Piauí, que tem um trabalho maravilhoso nesta Casa – em Brasília, há quase 400 mil piauienses, nobre Senador Paulo Paim – e que substituiu o nosso Governador Wellington Dias; e, por último, a não menos brilhante Senadora do Estado de V. Ex^a, Senadora Ana Amélia, do PP, que é uma pessoa que tem muito destaque neste plenário.

Então, é com muita honra que passo a fazer parte do Partido das Mulheres Brasileiras, e com a possibilidade de, junto com elas e com outros companheiros, como V. Ex^a, defender os direitos da mulher brasileira.

Essa é uma posição que defendi já em meu primeiro pronunciamento nesta Casa, nobre Sr. Presidente, no dia 3 de fevereiro deste ano, quando disse que um dos quadrantes nos quais iria basear a minha atuação seria a defesa dos setores menos favorecidos da sociedade, aqueles mais submetidos ao desrespeito e ao preconceito.

Desde então, Sr^{as} e Srs. Senadores, já reiterei essa posição inúmeras vezes.

No dia 11 de março, por exemplo, tive a oportunidade de dizer – abro aspas: “Imaginem como seríamos mais ricos em tecnologia, em conhecimento, em poesia, se as mulheres ocupassem plenamente o espaço que a elas é devido na sociedade, se em lugar do preconceito houvesse igualdade de direitos, se a todas as mulheres fossem dadas condições equivalentes às dos homens no ambiente de trabalho ou estudo”.

Em 12 de agosto, ao saudar a Marcha das Margaridas, fiz questão de enfatizar que a luta daquelas mulheres que tomavam conta da capital representava, enfim, a luta de todas as mulheres brasileiras: a luta – abro aspas – “pela garantia perene de alimentos de qualidade em quantidade suficiente; pela educação; para que não se discriminem as mulheres; pelo fim da violência sexista; pelo acesso à saúde, com direito de ser ou não ser mãe com segurança e respeito; por trabalho, renda, autonomia econômica, democracia e participação política”.

Em resumo, Sr. Presidente, o que posso dizer é que essa é uma causa à qual tenho dedicado todo o meu empenho. Por isso, se o Partido da Mulher Brasileira, o PMB, que é presidido nacionalmente por uma mulher, a Suêd Haider, uma maranhense de luta que faz política no Rio de Janeiro, que formou este Partido, em que, com muita honra, eu ingressei, apresenta-se à sociedade brasileira como um partido de mulheres progressistas, ativistas de movimentos sociais e populares, que sempre manifestaram sua solidariedade às mulheres privadas de liberdades políticas, vítimas da opressão, da exclusão e de terríveis condições de vida. Sinto-me obrigado a participar dessa empreitada, nobre Sr. Presidente.

Quando me filio ao Partido da Mulher Brasileira, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou sendo coerente com a atuação parlamentar que tive até o momento e que espero continuar tendo: uma atuação pautada pelo repúdio a qualquer tipo de discriminação, principalmente aquela que se volta contra a mulher brasileira.

Em lugar do preconceito, Sr^{as} e Srs. Senadores, igualdade de direitos!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado a V. Ex^a. Espero que V. Ex^a, quem sabe, possa vir marchar comigo neste glorioso Partido, porque V. Ex^a sempre é um defensor das igualdades sociais e do fim das discriminações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Hélio José. Meus cumprimentos pelo seu brilhante pronunciamento de hoje, em que V. Ex^a abre a tribuna como Líder.

E é com enorme satisfação que vou passar a Presidência a V. Ex^a para que possamos ouvir o Senador Cristovam.

Só não ficarei mais na Presidência, Senador Cristovam, porque hoje eu tenho que viajar para o Rio Grande do Sul, pois uma filha minha teve bebê e teve algumas complicações.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMB - DF) – Mas vai sarar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vai dar tudo certo. Ele preside, eu fico um pouco assistindo, e às 18 horas eu viajo para o Rio Grande do Sul.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF. *Fora do microfone.*) – Mas depois eu não poderei presidir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não, não há problema, eu já falei, todos nós já falamos.

O Senador Cristovam é convidado a usar a tribuna neste momento.

O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Hélio José.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – Com a palavra, o Senador Cristovam Buarque, do Distrito Federal, nosso professor, nosso ilustre mestre dos mestres do DF, já foi nosso Governador. Com muita honra, muito prazer, divido a Bancada de Brasília aqui no Senado com o Senador Cristovam e com o Senador Reguffe.

Vamos ouvir agora o seu pronunciamento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Hélio José, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto aqui para este tema que tanto nos angustia, na verdade, há meses, mas especialmente nessa última semana, que é a situação periclitante, digamos, da Presidência da República, diante de um pedido de *impeachment*, que chegou aqui por dois juristas, Hélio Bicudo e Reale Júnior, e que o Presidente da Câmara, essa figura que todos hoje reconhecemos como nefasta ao Brasil, deu encaminhamento.

É preciso lembrar, primeiro, que foram juristas que deram entrada. Um deles, fundador do PT, um senhor de respeito na idade e na formação. Depois disso, até por conta do Presidente que deu a entrada, deu encaminhamento, surgiu a ideia de golpe. Não é golpe, Senador. Não é golpe porque está na Constituição, está aqui. O artigo diz com a maior clareza que é possível, sim, em alguns momentos, que o mandato do Presidente seja interrompido. Isso já aconteceu com o Presidente Collor, e não foi golpe. Então, não é golpe. Agora, se não é golpe porque está previsto na Constituição, é preciso seguir o rito, de acordo com a Constituição.

O que não vale – quer dizer, não é golpe, a Constituição prevê –, é dizer: vamos fazer já, sem levar em conta o que a Constituição determina. E a Constituição, que prevê o *impeachment*, e, portanto, não é golpe, diz em que condições é que isso pode acontecer. Não é de acordo com a vontade dos Parlamentares, não é de acordo com a raiva que a gente tem toda a razão de ter do Governo atual, não é de acordo com as frustrações que nós temos diante de uma Presidente que prometeu uma coisa e fez outra, diante de uma inflação de dois dígitos, diante de um desemprego altíssimo, sobretudo entre jovens, de uma economia em recessão.

A Constituição não diz que o *impeachment* está vinculado à inflação, ao desemprego, nem mesmo às mentiras. Está vinculado a crimes de improbidade na Administração, na Lei Orçamentária, no cumprimento das leis e das decisões judiciais. Ou seja, não é golpe o *impeachment*, é constitucional. Agora, não é político: o *impeachment* tem que ser decidido de acordo com a Constituição que o prevê. Se eu respeito um artigo que diz que não é golpe, eu tenho que respeitar o artigo que diz como é que ele deve ser feito. Então, vamos analisar com cuidado se há ou não argumentos claros para votar o *impeachment*.

E aí eu quero dizer, Senador, que eu vou esperar que chegue aqui, ou algum tempo antes, mas eu vou ter que estudar com muito detalhe os argumentos apresentados para justificar o *impeachment*. Eu até diria que, diante do quadro que está aí, a imensa maioria da população simpatiza com a substituição da Presidente. Eu creio que isso é quase geral, e nós somos membros da sociedade, nós fazemos parte da população, nós temos os mesmos sentimentos – mas não votamos com os sentimentos. O povo até tem direito de não se preocupar com isso aqui não. O povo tem direito de ir à rua e derrubar Presidente, derrubar Deputado, Senador. O povo

tem direito de agir conforme a sua raiva. Nós, Parlamentares, temos que respirar fundo antes, pensar, raciocinar, porque sabemos das consequências dos atos.

Por exemplo, o que acontece com um país que, para cada quatro presidentes eleitos, destitui dois? Nós tivemos quatro presidentes eleitos: o Collor, o Fernando Henrique, o Lula e a Dilma. De quatro, interromper dois, 50%? O próximo, o quinto, vai chegar sem nenhuma segurança. Ele vai se sentar na cadeira e se perguntar: quantos meses passarão antes que algum advogado dê entrada num pedido de *impeachment*? E até não precisa ser advogado, qualquer pessoa tem direito de fazer isso. E aí ele vai se perguntar: quantos meses demorarão para que um Presidente da Câmara, com raiva de mim, ou não, encaminhe o processo? Cria-se uma instabilidade muito grande. Ao mesmo tempo, a gente tem que racionar que, manter o atual Governo por mais três anos, não vai ser fácil para o Brasil.

Eu tenho dito que nós, Senador Hélio, nem estamos mais em crise, já estamos em decadência. Nós estamos em um processo de decadência. Por exemplo, crise é a recessão; decadência é você saber que, mesmo sem recessão, o nosso produto não é baseado em alta tecnologia. Crise é a energia elétrica subir; decadência é a gente não fazer o que o senhor defende: a energia solar, fontes alternativas. É decadente um sistema de energia baseado no combustível fóssil – decadente no sentido de coisa velha, antiga.

Nós não estamos apenas em recessão porque o PIB cai. É que nós temos um PIB feio, primário como se diz, como era no início da Colônia – agrícola, mineral –, como era nos anos 50 – indústria metalmeccânica. Nós não temos um PIB como têm os países tipo Europa, Estados Unidos, Coreia, Formosa. São países que não são tão grandes, mas que já produzem bens de alta tecnologia. O nosso, não. Mesmo quando o nosso PIB não cai, ele é decadente, não tem cara boa, moderna, contemporânea, dos tempos de hoje. Ele tem a cara dos tempos do passado, logo, decadente.

Então, nós temos um Governo que tem conduzido o Brasil na direção da decadência. O que tem acontecido com as nossas estatais? Até muito pouco tempo, o Correio brasileiro era um exemplo de orgulho para todos nós. Lembro que uma vez eu comecei um trabalho sobre o que orgulha o Brasil. A Petrobras e o Correio entravam, mas já não entram mais, já não orgulham o Brasil – decadência.

Deixar continuar esse Governo leva a uma decadência. Cortar esse Governo sem argumentos muito sólidos levará a uma instabilidade política na democracia.

Eu não estou pronto para dizer se vou votar a favor ou contra o *impeachment*. Quando eu sair daqui, tomar um táxi, o motorista vai querer saber, ele não vai querer esse raciocínio. Até porque nós entramos, nos últimos meses, no Brasil, na política, em um processo de Fla-Flu, a favor ou contra. Não existe mais ninguém querendo pensar, refletir, analisar. Isso se tornou coisa do passado.

Reparou nisso? Ninguém quer analisar – “Lá vem você com a sua análise! Eu quero é saber: corta-se ou não a cabeça das pessoas?” Quando eu sair daqui o taxista vai me perguntar, e é capaz de ele, como a maioria dos brasileiros, querer o *impeachment* – diferentemente de alguns, que não o querem. De qualquer maneira é um Fla-Flu, com uma torcida maior ou menor.

Gente, a política não pode ser feita como torcida de futebol, até porque, meu caro Hélio, no futebol, depois dos 90 minutos, ou com um pouquinho mais, acaba o jogo. Na política, não acaba o jogo, não acaba. Se a gente aqui fizer o *impeachment*, no outro dia continua com o novo presidente. E aí? Como é que vai ser com o novo presidente? Ele vai levar adiante ou não a Lava Jato? Ele vai dar independência ou não à Polícia Federal? Ele vai ou não tentar, embora eu ache que ninguém consiga fazer isso, interferir no Ministério Público? E o ajuste? Como é que ele vai fazê-lo? No outro dia ele vai ter que decidir isso.

No futebol não há o dia seguinte, a não ser a comemoração ou o chororô, mas acaba o jogo. Na política, o jogo não acaba. E se não houver o *impeachment*? No outro dia vai continuar a Dilma? E se Dilma continuar, ela vai continuar dizendo: “Está vendo? Não houve *impeachment*. Logo, vamos soltar quem está preso por causa da Lava Jato. Logo, não houve nada de errado na Petrobras, está tudo ótimo. Vamos para a rua com as bandeiras vermelhas porque não houve *impeachment*”. Ou será que ela vai chegar e dizer: “Gente, eu entendi o recado, eu quero mudar, vou fazer um governo de unidade nacional. Convido a oposição, convido todos. Eu quero acertar”.

O que ela vai fazer? Eu acho que vai acontecer a primeira coisa – depois de certa idade, é difícil mudar – mas vai haver o dia seguinte. Em política, há o dia seguinte. A política não termina depois que acontece o que a gente quer. Aliás, se acontecesse, se terminasse, na eleição de 2014 tinha terminado o jogo. Mas não, continuou o jogo, tanto que deu errado. Houve eleição, ganharam a eleição, e ninguém está contente.

Houve traições muito fortes nas promessas, nas propostas; houve mentiras muito – desculpem-me a palavra – desavergonhadas, elaboradas por marqueteiros; houve não só pedaladas, mas trapalhadas muito grandes na economia. E isso o povo percebeu, e nós percebemos e temos de tomar uma decisão.

Aí há quem diga: “Analisar é ficar em cima do muro.” Nós entramos em um tempo em que analisar é ficar em cima do muro. Ficar em cima do muro é quando você não vota de um jeito nem do outro. Analisar é quando

you pensa, pensa, pensa, até o dia do voto e, no dia do voto, você vota – e eu espero que o voto seja aberto; o meu, inclusive, vai ser aberto, eu não vou esconder o meu voto.

Então, não está em cima do muro quem vota. Agora, até o dia de votar, você tem de pensar, de refletir, de saber as consequências do dia seguinte, as consequências terríveis de continuar o Governo da Presidente Dilma e as consequências muito preocupantes de interromper o mandato de Presidente no meio de um mandato em um regime presidencialista.

Aliás, quero dizer que sempre fui claramente defensor do presidencialismo, mas eu começo a pensar que talvez a gente devesse entrar no parlamentarismo. Ao mesmo tempo, pensemos, sim, no parlamentarismo. Vocês já imaginaram quem seria o primeiro-ministro? Eu acho que o mais forte candidato seria o Sr. Cunha, que é um dos nomes mais fortes do Partido maior – tanto que conseguiu ser Presidente da Câmara. Quem consegue ser Presidente da Câmara é quase automaticamente primeiro-ministro. Então, também não é a saída.

Ninguém quer ouvir, porque todo mundo tem pressa. A saída não é presidencialismo, não é parlamentarismo: é educação. A saída é um ano, dois anos, três anos, dez anos, vinte anos, trinta anos de educação. Aí dá certo o presidencialismo dos Estados Unidos; dá certo o parlamentarismo, com rainha, na Inglaterra; dá certo o parlamentarismo, com presidente, na Alemanha. É educação! Só que não vai dar tempo de fazer essa educação. Nos próximos meses, a gente vai ter de tomar essa decisão.

Eu quero dizer aqui, primeiro, que não é golpe e, segundo, que acho positivo que o processo do *impeachment* esteja avançando, mesmo que tenha sido pelas mãos desse Sr. Cunha. Mesmo pelas mãos dele, com origem no Hélio Bicudo e no Reale Júnior, acho positivo.

Deixem essa Comissão analisar o assunto. Dessa Comissão, alguém pode dizer: “Mas ela é parcial”. Mas isso vai ser debatido no plenário e, no plenário, não é só a maioria: 2/3 têm que ser a favor. Se 2/3 da Câmara estiverem a favor, aí, gente, começa a ficar realmente claro que vale a pena correr esses riscos todos de interromper, pela segunda vez em quatro, o mandato de Presidente. E se forem obtidos todos esses votos, vem para cá, onde haverá um julgamento longo, lento, com posições a favor, com posições contra.

Sobre isso que eu li – “probidade na administração, Lei Orçamentária, cumprimento das leis” – vai-se levar semanas ou meses discutindo para saber se houve ou não. Mas vai-se discutir legalmente. O voto para escolher um Presidente é político. O voto dos Parlamentares para tirar um Presidente não pode ser só político. Primeiro-ministro, a gente tira politicamente. Presidente, pensa-se mais de uma vez, como rei: ninguém destitui rei politicamente. É uma revolução, uma transformação radical do marco legal – que não é o caso, porque aí rompe a Constituição.

A gente não quer romper a Constituição, deu trabalho demais para conquistá-la. Até porque romper a Constituição para tirar a Presidente sem argumentos dá ensejo ao desejo de quererem romper a Constituição para acabar a gratuidade da universidade; para acabar com a estabilidade do emprego do funcionário público; para acabar com o artigo que proíbe redução de salários; com a liberdade de imprensa. E, aí, você começa a acabar com coisinha, e coisinha, e coisinha, e, quando vê, isto aqui está acabado.

Da Constituição você não consegue rasgar só uma página. Quando você rasga uma página, você já está começando a rasgar mais uma, e mais uma, e mais uma. Você reescreve, mas reescreve dentro da forma, do rito determinado aqui, que toda semana a gente vê aqui. Aliás, é lamentável: só se devia reformar a Constituição uma vez a cada tantos anos. Mas aqui passa por todos os rituais: debate, debate, debate, 27 assinaturas só para começar; depois, uma maioria qualificada, não só 50%; depois, outra votação. Eu mesmo tenho uma proposta de reforma da Constituição que foi votada em 1º turno faz uns três ou quatro anos e não voltou ainda para ser votada pela segunda vez.

É preciso muito cuidado, muito rigor.

Eu vou tratar com todo rigor. Aí recebo *e-mails* todos os dias, muitos, dizendo: “Perdeu meu voto, porque não disse que vai votar pelo *impeachment* já.”

Eu lamento, mas vou perder. Eu só espero que espere o dia da votação, eu só espero que espere o dia em que eu der o meu voto para, depois, poder perder o voto. Se eu perder, eu perdi. Não vou abrir mão dos meus princípios. Ainda hoje discuti muito com a pessoa próxima a mim. “Mas a maioria quer! Você tem que dizer “já”. Quem foi eleito tem que seguir o que a maioria quer.” Aí, como é que eu sei qual é a maioria? O Datafolha? A Rede Globo? Ou porque muita gente fala comigo? Aí, sim. Se é a maioria, aí teria uma forma, Hélio. Sabe qual é? Plebiscito.

Estava faltando aqui. Aqui podia ter uma proposta de plebiscito para saber se Presidente continua ou não.

(Soa a campanha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu estou circulando e vou trazer para você, agora, se tiver à mão, a minha proposta de reforma da Constituição que prevê a ideia do chamado *re-*

call, que é uma reeleição para todos aqueles que são eleitos majoritariamente: Senador, governador, prefeito e presidente.

Com assinatura de um certo número de pessoas, aí a gente faz uma outra eleição, que é um plebiscito. Só não é eleição porque eleição é entre uma e outra pessoa. Essa seria com uma pessoa só, sim ou não. Talvez essa fosse a melhor maneira. Talvez o erro da Constituição foi não ter colocado aqui, em vez de *impeachment*, embora a palavra *impeachment* não apareça aqui, mas, em vez de *impeachment*, a palavra teria que ter sido “plebiscito” para decidir se o Presidente continua ou não; o governador continua ou não; o prefeito continua ou não; o Senador continua ou não.

Aí você poderia dizer: “E os Deputados?”. Deputado é diferente porque ele é eleito proporcionalmente. Então, ele é eleito sem os votos dele; ele é eleito com a soma dos votos.

Aí não dá para a gente fazer o chamado *recall*, a não ser que a gente entre na chamado eleição distrital, que é um a um candidato em cada distrito. É outra discussão.

Deveria ser plebiscito. É uma pena estarmos discutindo *impeachment*. Deveríamos estar discutindo um plebiscito para saber se a Senhora Dilma continua ou não como Presidente. Tiraríamos esse poder dos Deputados, tiraríamos esse poder dos Senadores e tiraríamos também essa responsabilidade de você ter que saber se houve ou não crime, que não é uma coisa tão nítida, preto e branco, que tem suas nuances que precisamos considerar. Vou olhar as nuances, eu vou olhar tudo.

Mas, desde já, digo que fico satisfeito que haja um processo de *impeachment*, acho positivo que haja o processo, mas não vou dizer agora se já vejo ou não os argumentos, Senador, para votar o *impeachment*, não vou dizer. Posso até no meu foro íntimo ter o sentimento, mas vou julgar, e quem vai julgar não começa dizendo antes de o julgamento começar. Tem que esperar que cheguem aqui os autos do processo; tem que analisar com lupa os argumentos dos que pediram o *impeachment*, pessoas pelas quais tenho o maior respeito; tem que analisar; tem que ouvir outros juristas para aí decidir com responsabilidade as consequências da interrupção do mandato de um presidente no presidencialismo, que tem consequências sérias, queiram ou não. Cria um descrédito de que o mandato não é para valer.

Estava falando aqui que, de quatro presidentes eleitos, se a Dilma sofrer o *impeachment*, são dois com *impeachment*, metade, ou seja, 50% de chance de não terminar o mandato. É desmoralizante isso.

Nos Estados Unidos, pelo que eu saiba, não houve nenhuma interrupção de mandato por *impeachment*. Já mataram até presidente, e um foi obrigado a renunciar, para não ter o *impeachment*, o Nixon, que era capaz de ter tido. O Clinton sofreu, mas não teve; não deram o *impeachment*.

Caramba, desde 1776, que há a independência, e pouco depois começou a eleição. Nunca houve! A gente tem há 30 anos! Mas, se for preciso, esta Casa tem que ter a dignidade de votar pelo *impeachment*. Constatou-se que houve crime, tem que votar.

É mais perigoso para a democracia manter um presidente que cometeu um crime do que derrubar um presidente no meio do mandato. É mais perigoso manter depois de ter o crime reconhecido. Agora, tirar sem ter o crime comprovado, reconhecido, carimbado, aí é muito ruim, ainda que se saiba que a continuação deste Governo que aí está vai ser um desastre para o Brasil! Fico muito à vontade, porque não votei nela. Fico muito à vontade porque eu alertava para isso, nos últimos anos, de que isso iria acontecer.

(Soa a campanha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu disse que isso iria acontecer. Tentei convencer muitos eleitores a não votarem porque isso iria acontecer, estava escrito.

Mas 53 milhões votaram. E esses 53 milhões, mesmo arrependidos agora, têm de ser respeitados, ou então até, como diz um conhecido meu, têm de ter a chamada pedagogia do erro: “Olha, cara, na próxima eleição toma cuidado, não elege qualquer um.” É melhor do que dizer: “Vota de qualquer jeito, porque, se não der certo, a gente tira.” São duas alternativas. Uma que diz: “Vota de qualquer jeito, depois a gente tira.”; e a outra que diz: “Cuidado, se você errar, vai aguentar quatro anos.” Qual é a melhor para a democracia? Eu ainda acho que a melhor é esta: “Cuidado, vai ter de aguentar quatro anos.” Agora, ...

(Interrupção do som.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – ... para isso há o *impeachment*. E *impeachment* não é golpe. O meu Partido está errado, quando diz que *impeachment* é golpe. *Impeachment* não é golpe, *impeachment* é previsto na Constituição. Mas, se eu defendo que não é golpe, porque está previsto na Constituição, eu tenho também de olhar o artigo que diz como se faz *impeachment*. Não posso olhar a Constituição para dizer que *impeachment* não é golpe e depois « agora eu vou votar no *impeachment* sem ligar para a Constituição”. Tem-se de respeitar a Constituição, de que *impeachment* não é golpe e de como se chega ao

impeachment, através de uma avaliação cuidadosa não dos erros, mas dos crimes, e não votando apenas, mas julgando.

Quando o Senado se reúne para o *impeachment*, nós nos transformamos em juízes, ...

(Soa a campanha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – ... não apenas em eleitores, não apenas em Parlamentares. E é como tal que eu vou votar, se chegar aqui. Eu, sinceramente, espero que chegue, eu gostaria que chegasse aqui. Não gostaria que esse processo fosse interrompido na Câmara ou pela Comissão, que já pode mandar arquivar, e o povo brasileiro não vai entender, porque vão arquivar sem fazer uma análise mais profunda, com um número maior de Parlamentares, que são poucos.

Eu espero que chegue aqui e que a gente faça um debate sério, mas não votemos com raiva; não votemos porque não votamos na Presidente Dilma; não votemos pelo *impeachment* porque não votamos nela; não votemos pelo *impeachment* porque estamos com raiva; não votemos pelo *impeachment* porque ela está fazendo tudo errado; não votemos pelo *impeachment* nem mesmo pelas dificuldades que vamos enfrentar mais três anos. Se votarmos no *impeachment* é porque constatamos, porque até parece que há mesmo crimes. Mas votemos com a seriedade que a história exige.

Eu estou satisfeito de estar na história sem a responsabilidade de ter votado na Dilma, neste mandato. Eu espero ficar bem na história dizendo que votei contra o *impeachment* e não derrubei Presidente, ou ficar bem na história dizendo: eu votei pelo *impeachment*, lamentando derrubar um presidente, mas porque não havia outro jeito, porque, com um crime, eu não sou conivente. Mas preciso de tempo para chegar a essa posição.

Senador Hélio, agradeço. Mas o Senador pediu me um aparte com muito prazer.

O Sr. Dário Berger (PMDB - SC) – Bem, Senador Cristovam, ...

(Soa a campanha.)

O Sr. Dário Berger (Bloco Maioria/PMDB - SC) – ... V. Ex^a, como todos nós sabemos – Presidente Hélio José, prezado amigo e vizinho, do mesmo corredor –, é proprietário, vamos dizer assim, de uma retórica privilegiada, de posições firmes e de uma consciência ilimitada, vamos dizer assim, principalmente em momentos de crise, como estamos vivendo. Invariavelmente, principalmente nós os mais novos, não pela idade, mas por ter chegado aqui depois de V. Ex^a, ...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Pela idade também.

O Sr. Dário Berger (PMDB - SC) – ... ficamos, eu, pelo menos, fico cada vez mais admirado com as posições de V. Ex^a, porque V. Ex^a tem posições, inclusive, flexíveis quando necessárias, e eu acho que o povo espera de nós exatamente esse tipo de posição. Não há nenhuma dúvida de que nós estamos vivendo uma crise. Eu mesmo já tive a oportunidade de abordar essa problemática, dessa mesma tribuna que V. Ex^a ocupa agora, e tive o privilégio de ser aparteado também por V. Ex^a, dando uma contribuição importante do momento em que nós estamos vivendo, da crise que avança e que destrói os orçamentos domésticos, aumenta nossa desesperança e contribui para um cenário quase imprevisível no futuro, se providências urgentes não forem tomadas. Bem, nós estamos diante de um momento histórico novamente do Brasil. Nós estamos aí discutindo, agora, que o processo foi instalado, mas sequer ele teve sequência e continuidade, o *impeachment* de um Presidente da República, de uma Presidenta da República. Isso não é coisa pequena, não. Isso precisa ser avaliado com muita serenidade, e é neste momento que esta Casa, que é uma Casa moderadora, uma Casa do equilíbrio, precisa ter a serenidade e o equilíbrio necessário para que a gente não seja um protagonista das injustiças. Essa é que é a verdade. E eu tenho certeza absoluta de que nós vamos acompanhar atentos a sequência desse episódio. E, se esse episódio vier ao Senado Federal, nós vamos ter que tomar uma atitude, e essa atitude, de minha parte, será sempre aquela preocupada com o futuro do Brasil e com o futuro da nossa Nação. Eu não vim aqui para votar *impeachment*. Nunca imaginei que eu pudesse deparar com uma situação dessa. A minha vida pública nunca foi para destruir, foi sempre para construir. Se V. Ex^a me permite me alongar um pouquinho, a minha vida pública foi destinada praticamente quase toda no Executivo. E um belo dia, em uma reunião com o Ministério Público, fui ordenado a tomar uma decisão de regularização fundiária: ou regularizava ou teria que colocar o trator em cima de comunidades inteiras. E eu me recusei a fazer aquilo porque aquelas obras e aquelas casas eram áreas consolidadas, como V. Ex^a sabe. O Brasil foi construído praticamente irregularmente, ainda mais com a nossa cultura açoriana, em que o pai era proprietário de uma gleba de terra, o filho casou, ele desmembrou um pedacinho e foi ocupando aquelas terras, etc. E, agora, o Ministério Público está a exigir, vamos dizer, uma solução para aquela questão: ou regulariza, ou derruba. E eu tive a oportunidade – me ocorre agora, eu acho que esse é um fato interessante – de dizer ao Ministério Público que eu não vim para destruir, eu vim para construir. Esse sempre foi meu propósito e esse continuará sendo meu propósito aqui. Por isso que...

(*Soa a campanha.*)

O Sr. Dário Berger (PMDB - SC) – ... eu admiro tanto V. Ex^a, porque eu tenho em V. Ex^a aqui uma inspiração, não só pelos princípios da educação, que V. Ex^a defende e que eu acho que é a grande revolução, e nós já temos exemplos de outros países. A Coreia do Sul é um dos países que é um exemplo de que, ao investir na educação, os resultados são objetivos, rápidos e eficientes. Nós temos, também, que nos voltar para a educação. Mas, voltando ao nosso processo aqui propriamente dito, eu quero parabenizar V. Ex^a, mais uma vez, pela serenidade, pelo equilíbrio, pela consciência firme e pela retórica privilegiada que V. Ex^a tem aqui e que só eleva a discussão nessa Casa Legislativa. Meus parabéns pelo pronunciamento e muito obrigado pelo aparte.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu que agradeço, profundamente, esse aparte tão simpático de sua parte, e é um prazer ter estado este ano, de 2015, com o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – Nobre Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – E eu espero continuarmos aqui, o tempo que for preciso, fazendo isso que o senhor trouxe aqui, pensar no Brasil.

A pergunta não é se somos a favor ou contra o *impeachment*. A pergunta é o que é melhor para o Brasil: fazer um *impeachment* ou não fazer um *impeachment*. E não é tão simples qual é melhor para o Brasil não. Há vantagens e desvantagens num e noutro.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – Nobre Senador Cristovam, eu gostaria de saudar V. Ex^a pela clareza do raciocínio, pela tranquilidade de fazer uma análise criteriosa sobre as questões constitucionais e legais.

Não resta dúvida de que, no Brasil inteiro, discute-se esse assunto. Se fosse um plebiscito, seria uma atitude realmente muito mais interessante, porque poderíamos ter uma participação massiva de todo mundo numa decisão tão importante quanto essa, mas, como o processo indica essa questão lá, na Câmara, só esperamos nós, aqui, torcemos para que o processo tenha uma tranquilidade de encaminhar, que ele se encaminhe da forma adequada, da forma constitucional, e não da forma açodada e nem de uma forma errada.

O STF debruçou-se sobre a questão para tentar realmente fazer o rito constitucional. Como temos plena clareza da posição que o STF pode tomar na próxima quarta-feira, estamos todos esperançosos de que o processo continue com o seu curso normal...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Isso. Isso.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – E que possamos todos ter o melhor julgamento possível em prol do nosso País, em prol do crescimento da economia deste País.

Eu queria falar que o meu vizinho, nobre Senador Dário Berger, é um excelente vizinho, que eu adoro, é meu amigo, e para mim é com muito prazer que pude compartilhar com V. Ex^a e com o nosso professor, meu Reitor da UnB, Senador Cristovam, a possibilidade de estar aqui defendendo a educação, os direitos humanos, falando da política grande, esta política sem mesquinhez, como V. Ex^a falou dessa tribuna. Parabéns.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Muito obrigado, Senador.

O senhor me provocou a que eu fizesse uma provocação a quem está nos assistindo. Veja bem, não tenho essa experiência, felizmente, pois nunca desfiz o meu casamento, só tenho um casamento. Mas, se para desfazer um casamento, para se fazer um divórcio, as pessoas pensam tanto, imagine fazer um *impeachment* apressado, porque é um casamento com 220 milhões, e tem a ver com o futuro de todos.

Portanto, isso merece que haja uma reflexão no mínimo tão cuidadosa quanto para um divórcio entre um homem e uma mulher, entre um casal. Espero que a gente reflita muito bem. Que não façamos apressado, que não façamos apenas pela raiva, que não façamos por uma questão de erro, mas por uma questão de crime, como está previsto na Constituição, que diz também que *impeachment* não é golpe.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – Obrigado, Senador Cristovam.

Quero saber se o Senador Dário Berger ainda quer fazer um pronunciamento. (*Pausa.*)

Não.

DISCURSO ENCAMINHADO À PUBLICAÇÃO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 203 DO REGIMENTO INTERNO.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, a imagem do menino sírio Aylan, de cerca de três de idade, que foi encontrado sem vida nas praias de Bodrum, na Turquia, e que chocou a nós todos, revelou o drama dos refugiados do mundo, nestes tempos de desumanidade.

Quem de nós não assistiu, ao longo desse ano, cenas de legiões de refugiados tentando atravessar fronteiras ou imagens de destes desvalidos que foram mortos a tiros, quando tentavam fugir das atrocidades que enfrentam em seus países, regiões ou territórios?

A crise migratória na Europa desnuda uma situação que nos assombram. Dados da Organização das Nações Unidas (ONU), mostram que, até agosto deste ano, cerca de 750 mil migrantes e refugiados haviam chegado à Europa, por meio do Mediterrâneo. A maioria deles, vindos de países que mais produzem refugiados em todo o mundo, tais como a Síria (53%), o Afeganistão (18%), o Iraque (6%) e a Eritreia (5%).

Conforme a ONU, já passam de 3,4 mil, o total de refugiados, que morreram na tentativa de atravessar as fronteiras indo em busca de espaço nos países mais ricos do continente europeu.

É sem dúvidas, senhores senadores, uma tragédia sem precedentes, à qual não podemos fechar os olhos. As cenas, fatos e imagens deste cenário de horror nos levam a refletir sobre o crescimento da migração no mundo e da relação direta deste fenômeno com a violência contra pessoas em situações de vulnerabilidade.

Aqui em nosso país, também são motivadores da reflexão as imagens e notícias cotidianas que revelam as violências que são praticadas contra idosos, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, ou por questões de religião, orientação sexual e principalmente de raça. Aliás, nesta questão, temos percebido que a violência contra jovens negros, recrudesceu consideravelmente, nos últimos tempos.

Aqui mesmo nesta Casa Política, a CPI que investigou a violência contra jovens negros e pobres apresentou relatório em que evidencia o racismo e o genocídio reinante em nosso país, contra negros jovens. Não foi um desvario. Dados do Mapa da Violência revelam que, em 30 anos, o Brasil matou mais de 2,4 milhões de jovens.

Fato é que tanto a violência lá fora, praticada contra refugiados e aqui no Brasil, desferida contra pessoas em situações de vulnerabilidade e por razão de raça e pobreza, se traduzem em fenômenos dos tempos atuais que nos impelem à reflexão sobre o mundo que estamos construindo e os valores que estamos reproduzindo.

Os dois fenômenos nos levam a refletir acerca da mercantilização da vida humana, fato que está diretamente conectado com a prática do ódio, da intolerância, da discriminação, do preconceito e de toda forma de violência.

Precisamos entender que todas estas práticas abomináveis, são violações aos direitos humanos. Os direitos humanos, como todos sabemos, são parâmetros fundamentais para a constituição do Estado de Direito. Estado que não pode aceitar exclusão, desigualdade, pobreza, violência e opressão.

Para refletir sobre a violação aos direitos humanos nestes tempos sombrios, desumanizados e violentos, tanto lá fora como aqui pertinho de cada um de nós, a Secretaria de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos e o Ministério da Cultura (MinC) realizam a 10ª Mostra Cinema e Direitos Humanos no Mundo.

A mostra de cinema marcará a passagem do Dia Internacional dos Direitos Humanos, estabelecido em 1950, pela Organização das Nações Unidas (ONU), em memória à Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela ONU, na Assembleia Geral, realizada em Paris, no dia 10 de dezembro de 1948.

Destaco aqui, o Artigo Segundo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que diz:

Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

A junção da arte do cinema com as discussões sobre os direitos humanos é uma das estratégias do Governo Federal, voltadas à educação da sociedade em torno desses direitos. Trata-se de uma ação que visa construir uma cultura de respeito e valorização da diversidade, baseada na reflexão e na participação social.

Uma estratégia que, sem dúvida alguma, merece atenção especial. De acordo com o Balanço das Violações dos Direitos Humanos, o Disque 100, da Presidência da República, registrou, somente no primeiro semestre deste ano, 66.518 denúncias de violações aos direitos humanos no país. A maior parte destas violações aos direitos humanos, se deu contra crianças e adolescentes (42.114), o que representa ordem de 63,2%. Este percentual foi segundo de ataques a pessoas idosas (16.014).

Mas foram registrados, também, casos de violações aos direitos humanos de pessoas com deficiência (4.863); população LGBT (532); população em situação de rua (334), além de violações aos direitos de pessoas em restrição de liberdade (1.745); e populações quilombolas, indígenas, ciganas, comunicadores, conflitos agrários e fundiários, fundiários urbanos, intolerância religiosa, entre outros (916).

Felizmente, a região Norte, conforme o Balanço das Violações dos Direitos Humanos, registrou em 2015, o menor número de casos de desrespeito aos direitos humanos das pessoas. Para o nosso contentamento, no meu Estado de Roraima foram registradas pelo Disque 100, apenas 54 denúncias, sendo a maior parte contra os direitos de crianças e adolescentes (33), que são seguidos pelos direitos de pessoas idosas (16), LGBT (3) e outros (2) não identificados.

Enfim, faço o registro da passagem do Dia Internacional dos Direitos Humanos, compreendendo esta modalidade de direitos como sendo garantias jurídicas universais, voltadas a proteger as pessoas e grupos contra toda e qualquer ação de governos que desconsiderem a dignidade humana. Faço este registro porque me incluo entre as pessoas que defendem a dignidade humana, que defendem os direitos iguais para todos os indivíduos.

Direito à saúde, à proteção, à moradia, à informação, à alimentação, à cidadania, à vida. Salve o Dia Internacional dos Direitos Humanos, 10 de dezembro.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – Então, não havendo mais nada a ser encaminhado aqui hoje, declaro encerrada esta sessão legislativa.

Que Deus nos ajude e que amanhã seja um grande dia.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 5 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PT - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

PMDB - Edison Lobão*
PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PDT - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
PMDB - Raimundo Lira* (S)
PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
PMDB - Ricardo Ferraço*
PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Ricardo Franco** (S)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

PMDB - Sandra Braga* (S)
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio do Amaral*
PMDB - Waldemir Moka*
PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PDT - Cristovam Buarque*
Bloco-PSD - Hélio José* (S)
Bloco-PDT - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco de Apoio ao Governo - 19

PT-13 / PDT-6

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Angela Portela.	PT / RR
Cristovam Buarque.	PDT / DF
Delcídio do Amaral.	PT / MS
Donizeti Nogueira.	PT / TO
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lasier Martins.	PDT / RS
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI
Reguffe.	PDT / DF
Telmário Mota.	PDT / RR
Walter Pinheiro.	PT / BA
Zeze Perrella.	PDT / MG

PMDB - 18

Dário Berger.	SC
Edison Lobão.	MA
Eunício Oliveira.	CE
Garibaldi Alves Filho.	RN
Jader Barbalho.	PA
José Maranhão.	PB
João Alberto Souza.	MA
Marta Suplicy.	SP
Raimundo Lira.	PB
Renan Calheiros.	AL
Ricardo Ferraço.	ES
Roberto Requião.	PR
Romero Jucá.	RR
Rose de Freitas.	ES
Sandra Braga.	AM
Simone Tebet.	MS
Valdir Raupp.	RO
Waldemir Moka.	MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 15

PSDB-11 / DEM-4

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PSDB / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Franco.	DEM / SE
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10

PSB-7 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PPS / MT
Lidice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfê Rodrigues.	REDE / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 10

PP-6 / PSD-4

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Hélio José.	PSD / DF
Ivo Cassol.	PP / RO
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Moraes.	PP / GO

Bloco Parlamentar União e Força - 9

PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blairo Maggi.	PR / MT
Douglas Cintra.	PTB / PE
Eduardo Amorim.	PSC / SE
Elmano Férrer.	PTB / PI
Fernando Collor.	PTB / AL
Magno Malta.	PR / ES
Marcelo Crivella.	PRB / RJ
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

Bloco de Apoio ao Governo.	19
PMDB.	18
Bloco Parlamentar da Oposição.	15
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	10
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	10
Bloco Parlamentar União e Força.	9
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA**(por ordem alfabética)**

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)	Raimundo Lira* (PMDB-PB)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Alvaro Dias** (Bloco-PSDB-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (Bloco-PSD-DF)	Reguffe** (Bloco-PDT-DF)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Renan Calheiros* (PMDB-AL)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Ricardo Ferraço* (PMDB-ES)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho* (PMDB-PA)	Ricardo Franco** (Bloco-DEM-SE)
Ataides Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Alberto Souza* (PMDB-MA)	Roberto Requião* (PMDB-PR)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Blaio Maggi* (Bloco-PR-MT)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Romero Jucá* (PMDB-RR)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Maranhão** (PMDB-PB)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Cristovam Buarque* (Bloco-PDT-DF)	José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)	Rose de Freitas** (PMDB-ES)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Sandra Braga* (PMDB-AM)
Dário Berger** (PMDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)	Simone Tebet** (PMDB-MS)
Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Valdir Raupp* (PMDB-RO)
Edison Lobão* (PMDB-MA)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)	Marta Suplicy* (PMDB-SP)	Waldemir Moka* (PMDB-MS)
Eunício Oliveira* (PMDB-CE)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Wilder Moraes* (Bloco-PP-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)	Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**PRESIDENTE**

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT) - 19</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (22,24)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,36) Walter Pinheiro (35,37,42) Telmário Mota (4,38,41,52) Regina Sousa (43) </p> <p>Líder do PT - 13 Humberto Costa (22,24)</p> <p>Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (33,50) Walter Pinheiro (35,37,42) Lindbergh Farias (31) Fátima Bezerra (34)</p> <p>Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (3,36)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,38,41,52)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 15</p> <p>Líder Alvaro Dias - PSDB (21)</p> <p>Vice-Líderes Ataides Oliveira (32) Antonio Anastasia (47) </p> <p>Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima (17,61)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40)</p> <p>Líder do DEM - 4 Ronaldo Caiado (6)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (39)</p>	<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 10</p> <p>Líder Lídice da Mata - PSB (11,28)</p> <p>Vice-Líderes José Medeiros (15,19,26) Vanessa Grazziotin (20,27) </p> <p>Líder do PSB - 7 João Capiberibe (1,14)</p> <p>Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (45)</p> <p>Líder do PPS - 1 José Medeiros (15,19,26)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (20,27)</p> <p>Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (25,29)</p>
<p>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 10</p> <p>Líder Omar Aziz - PSD (13,54)</p> <p>Vice-Líder Benedito de Lira (16,18,44,53,57) </p> <p>Líder do PP - 6 Benedito de Lira (16,18,44,53,57)</p> <p>Líder do PSD - 4 Omar Aziz (13,54)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p>Líder Fernando Collor - PTB (5,10)</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7) </p> <p>Líder do PTB - 3 Fernando Collor (5,10)</p> <p>Líder do PR - 4 Wellington Fagundes (51,55)</p> <p>Vice-Líder do PR Vicentinho Alves (56)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (8)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,7)</p>	<p>PMDB - 18</p>
<p>Governo</p> <p>Líder Delcídio do Amaral - PT (48,58,59,60)</p> <p>Vice-Líderes Hélio José (49) Paulo Rocha (33,50) Wellington Fagundes (51,55) Telmário Mota (4,38,41,52)</p>		

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
7. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).

8. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
10. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
11. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
13. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
14. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
17. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
18. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).
19. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEI).
20. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
21. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
22. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
25. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
26. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
27. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
29. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
30. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
33. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
34. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
36. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
37. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
38. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
40. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
41. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
45. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
46. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
47. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
48. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
49. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
50. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
51. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
52. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
53. Em 15.10.2015, o Senador Benedito de Lira deixou de exercer a função de segundo Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em virtude da criação do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. s/n/2015-GLPP).
54. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 1/2015).
55. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
56. Em 19.11.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado vice-líder do PR (Ofício s/n-GABLIDPR).
57. Em 24.11.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 2/2015-GLDP).
58. O senador Delcídio do Amaral está afastado do exercício pelo motivo "Privação de liberdade" no período de 25/11/2015 a 22/12/2015.
59. O senador Delcídio do Amaral está afastado do exercício pelo motivo "Privação de liberdade" no período de 25/11/2015 a 22/12/2015.
60. O senador Delcídio do Amaral está afastado do exercício pelo motivo "Privação de liberdade" no período de 25/11/2015 a 17/12/2015.
61. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).

COMISSÕES TEMPORÁRIAS**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA
DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)**

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Finalidade: Acompanhar, nos termos do Requerimento nº 976, de 2015, o Programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida.

MEMBROS

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

4) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Finalidade: Destinada a propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional.

Requerimento nº 935, de 2015

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 01/09/2015

Prazo final: 22/12/2015

Prazo final prorrogado: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁸⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	3. Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽²⁾	4. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽²⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁵⁾	5. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ^(5,13)
Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹¹⁾	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	4. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) ⁽⁷⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁶⁾	5. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹²⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	3. Senador Wilder Morais (PP-GO)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽⁹⁾
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	2. Senador Walter Pinheiro (PT-BA) ⁽¹⁰⁾

Notas:

*. Em 26.08.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular e o Senador Fernando Bezerra Coelho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

** Em 26.08.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Simone Tebet, Romero Jucá e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho e Waldemir Moka, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 224/2015-GLPMDB).

***. Em 26.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Morais, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

****. Em 26.08.2015, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim e Cristovam Buarque, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.08.2015, os Senadores Antonio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e o Senador José Serra, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofs. 159 e 162/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.08.2015, os Senadores Douglas Cintra e Blairo Maggi foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 63/2015-BLUFOR).

*****. Em 27.08.2015, foi aprovado o Requerimento nº 982, de 2015, que amplia o número de vagas da comissão de 14 para 17.

*****. Em 12.11.2015, foi aprovado o Requerimento nº 1.289, de 2015, que prorroga o prazo final de funcionamento da Comissão para 22.12.2016.

1. Em 1º.09.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar, Romero Jucá e Blairo Maggi, respectivamente, Presidente, Vice Presidente e Relator deste Colegiado (Mem. 1/2015-CDNE).

2. Em 01.09.2015, o Senador Benedito de Lira foi indicado membro titular, e o Senador Gladson Cameli, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a comissão (Of. 106/2015-GLDBAG).
3. Em 01.09.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho passa a compor a Comissão como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, em sua substituição (Memo. 82/2015-BLSDEM).
4. Em 01.09.2015, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Memo. 82/2015-BLSDEM).
5. Em 01.09.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado membro titular e a Senadora Angela Portela membro suplente, para compor a Comissão, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 109/2015-GLDBAG).
6. Em 01.09.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 234/2015-GLPMDB).
7. Em 03.09.2015, as Senadoras Sandra Braga e Lúcia Vânia foram designadas membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a comissão (Of. 238/2015-GLPMDB).
8. Em 29.09.2015, a Senadora Gleisi Hoffman foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao senador Humberto Costa, que deixa de compor a Comissão (Of. 122/2015-GLDBAG).
9. Em 30.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 69/2015-BLUFOR).
10. Em 06.10.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado membro suplente, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 71/2015-BLUFOR).
11. Em 07.10.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição ao senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 255/2015-GLPMDB).
12. Em 28.10.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 193/2015-GLPSDB).
13. Em 19.11.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela, que deixa de compor a Comissão (Of. 136/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

E-mail: coceti@senado.leg.br

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA DE BARRAGENS

Finalidade: Avaliar toda a PNSB - Política Nacional de Segurança de Barragens, criada pela Lei 12.334/2010, bem como o SNISB - Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, a partir do acidente ocorrido com o rompimento de duas barragens de rejeitos de minérios no município de Mariana/MG e, assim, propor soluções eficazes.

Requerimento nº 1.305, de 2015

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Instalação: 01/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
Senador Jorge Viana (PT-AC)	
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	

Notas:

*. Em 19.11.2015, a Presidência designou os Senadores Antonio Anastasia e Ricardo Ferraço para ocupar, respectivamente, os cargos de Presidente e Relator da Comissão.

** Em 19.11.2015, a Presidência designou os Senadores Jorge Viana, Ricardo Ferraço, Antonio Anastasia, Fernando Bezerra Coelho, Wilder Moraes e Rose de Freitas para compor o Colegiado.

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO GARIMPO IRREGULAR NO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA (MT)

Finalidade: Verificar "in loco" a situação do garimpo irregular no município de Pontes e Lacerda, no Estado de Mato Grosso.

Requerimento nº 1.208, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

Prazo final: 15/04/2016

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

**.. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33035492

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

**8) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER
DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364**

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS

9) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
------------------	------------------

**10) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR
DAS AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA**

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

11) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figuerêdo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

** Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br

12) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI GERAL DO DESPORTO BRASILEIRO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro, reunindo, sistematizando, e atualizando a legislação em vigor sobre o tema, e regulamentando as relações jurídicas oriundas da prática desportiva ainda pendentes de disciplina legal.

Ato do Presidente nº 39 de 2015

Número de membros: 13

PRESIDENTE: Caio César Vieira Rocha

VICE-PRESIDENTE: Álvaro Melo Filho ⁽¹⁾

RELATOR: Wladimir Vinycius de Moraes Camargos

Instalação: 29/10/2015

Prazo final: 06/06/2016

MEMBROS

Caio César Vieira Rocha

Wladimir Vinycius de Moraes Camargos

Alexandre Sidnei Guimarães

Álvaro Melo Filho

Ana Paula Terra

Carlos Eugênio Lopes

Flávio Diz Zveiter

Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira

Luiz Felipe Santoro

Pedro Trengrouse

Roberto de Acioli Roma

Marcos Santos Parente Filho

Mizael Conrado de Oliveira

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 39, de 27 de outubro de 2015, fixa em 11 o quantitativo de membros da Comissão de Juristas, indicando os Senhores Caio César Vieira Rocha, Wladimir Vinycius de Moraes Camargos, Alexandre Sidnei Guimarães, Álvaro Melo Filho, Ana Paula Terra, Carlos Eugênio Lopes, Flávio Diz Zveiter, Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira, Luiz Felipe Santoro, Pedro Trengrouse e Roberto de Acioli Roma, indicando também os Senhores Caio César Vieira Rocha e Wladimir Vinycius de Moraes Camargos, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator do Colegiado.

** O Ato do Presidente nº 40, de 11 de novembro de 2015, altera o Ato do Presidente nº 39, de 2015 para incluir os Senhores Marcos Santos Parente Filho e Mizael Conrado de Oliveira como membros integrantes deste Colegiado.

1. Em 29.10.2015, foi designado Vice-Presidente o Senhor Álvaro Melo Filho (Memorando nº 01/2015-CJDB)

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): (61) 3303-3514

13) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Mauro Roberto Gomes de Mattos

Ives Gandra Martins

Otávio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Ricardo Vital de Almeida

Leandro Paulsen

Heleno Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br

14) COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE REFORMA DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.

(Ato do Presidente nº 11, de 2015)

Número de membros: 24

PRESIDENTE: Georges de Moura Ferreira

VICE-PRESIDENTE: Dorieldo Luiz dos Prazeres

RELATORA: Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Designação: 16/06/2015

Instalação: 16/06/2015

Prazo final: 12/12/2015

Prazo final prorrogado: 15/03/2016

MEMBROS

Georges de Moura Ferreira

Donizeti de Andrade

Respício Antônio do Espírito Santo Júnior

Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Dorieldo Luiz dos Prazeres

Antônio Ivaldo Machado de Andrade

Celso Faria de Souza

Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira

Tercio Ivan de Barros

Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva

Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira

Kerlington Pimentel de Freitas

Ronei Saggioro Glanzmann

Ricardo Bisinotto Catanant

Thiago Pereira Pedroso

Roberto José Silveira Honorato

Claudio Jorge Pinto Alves

Geraldo Vieira (2)

Enio Paes de Oliveira (1,3)

Ricardo Nogueira da Silva

José Adriano Castanho Ferreira

Ricardo Bernardi

Fernando Silva Alves de Camargo

Carlos Ebner

Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 11, de 16 de junho de 2015, fixa em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Georges de Moura Ferreira, Donizeti de Andrade, Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Dorieldo Luiz dos Prazeres, Antônio Ivaldo, Celso Faria de Souza, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tercio Ivan de Barros, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Kerlington Pimentel de Freitas, Ronei Saggioro Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato, Claudio Jorge Pinto Alves para compor a Comissão, indicando também os Especialistas Georges de Moura Ferreira e Maria Helena Fonseca de Souza Rolim para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relatora do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 16, de 25 de junho de 2015, fixa em 24 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Eduardo Sanovicz, Milton Arantes Costa, Ricardo Nogueira da Silva, José Adriano Castanho Ferreira, Ricardo Bernardi, Fernando Silva Alves de Camargo e Carlos Ebner para compor a Comissão.

***. O Ato do Presidente nº 30, de 14 de setembro de 2015, fixa em 25 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Especialista Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira para compor o Colegiado.

****. O ato do Presidente nº 42, de 24 de novembro de 2015, prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão para o dia 15 de março de 2016.

1. Em 17.08.2015, o Sr. Milton Arantes Costa deixou de compor a comissão (Mem. 12/2015-CERCBA).

2. Em 21.08.2015, o Sr. Geraldo Vieira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 25, de 2015).

3. Em 1º.09.2015, o Sr. Enio Paes de Oliveira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 27, de 2015).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 3303 3511

E-mail: coceti@senado.leg.br

15) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL POR ANALISAR O PLC Nº 168, DE 2015

Finalidade: Analisar o Projeto de Lei da Câmara nº 168, de 2015, que disciplina o processo e o julgamento do recurso extraordinário e do recurso especial, que funcionará até a deliberação final da matéria nesta Casa.

Ato do Presidente nº 38, de 2015

PRESIDENTE: Luiz Fux

RELATORA: Tereza Arruda Alvim Wambier

MEMBROS

Luiz Fux

Tereza Arruda Alvim Wambier

Bruno Dantas

José Roberto dos Santos Bedaque

Paulo Cesar Pinheiro Carneiro

Notas:

*. Em 06.11.2015, o Ato do Presidente nº 38, de 2015, foi republicado por incorreções no texto anterior.

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar, no prazo de 180 dias, as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 25/03/2015

Instalação: 31/03/2015

Prazo final: 28/09/2015

Prazo final prorrogado: 15/08/2016

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Wilder Morais (PP-GO) ^(6,7)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽⁶⁾	
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).

** Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).

***. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).

****. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).

*****. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.032, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 22 de dezembro de 2015.

*****. Em 03.12.2015, foi lido o Requerimento nº 1.394, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão em 180 dias.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).

3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).

4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).

5. Em 13.05.2015, vaga em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

6. Em 15.10.2015, o Senador Donizeti Nogueira passa a ocupar como membro titular, pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de ocupar a Comissão (Ofício nº 131/2015-GLDBAG).

7. Em 15.10.2015, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 132/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 61 33033492/3501

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

2)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 18/03/2015

Instalação: 24/03/2015

Prazo final: 21/09/2015

Prazo final prorrogado: 30/04/2016

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁹⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(5,6,7)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Maioria (PMDB)	
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(2,10)	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁸⁾	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).

**. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).

***. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).

****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).

*****. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).

*****. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.031, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 180 dias.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).

3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).

4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).

5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).

6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).

7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).

8. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).

9. Em 05.05.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).

10. Em 20.05.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 161/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Eduardo Bruno do Lago de Sá

Telefone(s): 61 33033511/10

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

3)CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Investigar o assassinato de jovens no Brasil, no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 115, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

Leitura: 05/03/2015

Designação: 29/04/2015

Instalação: 06/05/2015

Prazo final: 03/11/2015

Prazo final prorrogado: 14/03/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾
Senador José Medeiros (PPS-MT) ⁽³⁾	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁷⁾	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁴⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽⁶⁾

Notas:

*. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).

**. Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).

***. Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).

****. Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).

*****. Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR).

*****. Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 e 52/2015-GLDBAG).

*****. Em 27.10.2015, lido o Requerimento nº 1.213, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 90 dias.

1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIADJ).

2. Em 06.05.2015, vago em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).

3. Em 25.08.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia em vaga cedida pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que deixa de compor a comissão (of. 78/2015-BLSDEM).

4. Em 26.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco União e Força, no lugar do Senador Magno Malta, que deixa de compor a Comissão (Of. 62/2015-BLUFOR).

5. Em 02.09.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a Comissão (Of. 84/2015-BLSDEM).

6. Em 06.10.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente, pelo Bloco União e Força (Of. 70/2015-BLUFOR).

7. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 33033508/3514

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

4)CPI DO CARF

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias nos julgamentos realizados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

Requerimento nº 407, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾

Leitura: 28/04/2015

Designação: 13/05/2015

Instalação: 19/05/2015

Prazo final: 16/09/2015

Prazo final prorrogado: 18/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽³⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	2.
Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(4,6)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(5,7)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 13.05.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Ofs. nºs 51 e 55/2015-BLSDEM).

** . Em 13.05.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 34/2015-BLUFOR).

***. Em 13.05.2015, os Senadores Simone Tebet e Otto Alencar foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a Comissão (Of. 133/2015-GLPMDB)

****. Em 13.05.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Of. 107/2015-GLPSDB)

*****. Em 14.05.2015, os Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Donizeti Nogueira e Acir Gurgacz foram designados membros titulares e o Senador Ivo Cassol, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. nº 70/2015-BLDBAG).

*****. Em 03.09.2015, lido o Requerimento nº 1.022, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 18 de dezembro de 2015.

1. Em 19.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Donizeti Nogueira e Vanessa Grazziotin, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relatora deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICARF).

2. Em 20.05.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 162/2015-GLPMDB)

3. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 71/2015-GLDBAG)

4. Em 02.06.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 120/2015-GLPSDB).

5. Em 02.06.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 38/2015-GLDEM).

6. Em 28.10.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixa de compor a Comissão (Of. 192/2015-GLPSDB).

7. Em 04.11.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a Comissão (Of. 117/2015-GLDEM).

Secretário(a): Felipe Geraldes - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá
Telefone(s): 33034854/3511
E-mail: coceti@senado.leg.br

5)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015

Designação: 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽¹⁾	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽³⁾	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT)

Notas:

*. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).

**.. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB)

***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado)

****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).

*****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).

1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).

2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).

3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).

6)CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 616, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

Leitura: 28/05/2015

Designação: 07/07/2015

Instalação: 14/07/2015

Prazo final: 22/12/2015

Prazo final prorrogado: 16/08/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽²⁾
Senador Zeze Perrella (PDT-MG)	2. VAGO ^(9,11)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁾	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁷⁾	1. Senador Hélio José (PSD-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁰⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Fernando Collor (PTB-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

**. Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

***. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015-BLUFOR).

****. Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

*****. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membro titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

*****. Em 11.11.2015, foi lido o Requerimento nº 1.288, de 2015., que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).

7. Em 01.09.2015, o Senador João Alberto Souza foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 233/2015-GLPMDB).

8. Em 02.09.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 235/2015-GLPMDB).
9. Em 24.09.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 121/2015-GLDBAG).
10. Em 30.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 180/2015-GLDPSDB).
11. Em 15.10.2015, vago em virtude de o Senador Lasier Martins ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 133/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 061 33033508/3501

E-mail: coceti@senado.leg.br

7)CPI DAS BARRAGENS

Finalidade: Apurar e analisar possíveis irregularidades na fiscalização e manutenção das barragens da Samarco Mineradora S.A., no Município de Mariana/MG, bem como para investigar responsabilidades pelo desastre ambiental causado pelo rompimento dessas barragens, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, além de averiguar a situação atual de outros locais de mineração em que haja risco de desastres semelhantes.

Requerimento nº 1.343, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 24/11/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
	1.
	2.
Maioria (PMDB)	
	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
	1.

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(10,16)
Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Reguffe (PDT-DF)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	6. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁹⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	8. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	3. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	4. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	6. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹¹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹³⁾
VAGO ⁽¹²⁾	8. Senador Hélio José (PSD-DF)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ^(8,14)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁷⁾	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁵⁾
Senador Alvaro Dias (PSDB-PR) ⁽¹⁾	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	5. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(2,18,20)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	3. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

** Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

*****. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).

10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).

11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).

12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).

14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).

15. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).

16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Grugacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira (Of. 90/2015-GLDBAG).

17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLDEM).

18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 109/2015-GLDEM).

19. Em 07.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 130/2015-GLDBAG).

20. Em 08.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 121/2015-GLDEM).

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034544

E-mail: cae@senado.leg.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	1. Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1.

Notas:

1. Em 1º.09.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-CAE).

2. Em 16.09.2015, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste Colegiado (Of. 152/2015-CAE).

*. Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽⁴⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	4. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁶⁾	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	6.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(14,15)	1. Senador Wilder Moraes (PP-GO)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2. VAGO ^(5,8)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹³⁾	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁹⁾	2. Senador Romário (PSB-RJ) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB) ⁽¹⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Moraes, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalirio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

Fax: 3303 3652

E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁸⁾	1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(9,28)
Senador José Pimentel (PT-CE)	3. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	5. Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	6. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(25,29)	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁶⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ^(11,15)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador José Maranhão (PMDB-PB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁷⁾	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ^(10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	2. Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ^(10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador José Serra (PSDB-SP) ^(1,12,17)	4. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(26,27)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(2,24)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ^(14,22)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	3. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ^(20,21)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ^(18,19)
Senador Magno Malta (PR-ES)	3. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽²³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

- *****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).
- *****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).
 2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).
 3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
 4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).
 5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).
 6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).
 7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).
 8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).
 9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).
 10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).
 11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
 12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).
 13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).
 14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).
 15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).
 16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).
 17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).
 18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).
 19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).
 20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).
 21. Em 02.09.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 65/2015-BLUFOR).
 22. Em 09.09.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixa de compor a Comissão (Of. 80/2015-BLSDEM).
 23. Em 30.09.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a Comissão (Of. 68/2015-BLUFOR).
 24. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDEM).
 25. Em 20.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 8/2015-GLDPP).
 26. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
 27. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
 28. Em 08.12.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 140/2015-GLDBAG).
 29. Torna-se sem efeito a indicação apresentada nos termos do Ofício nº 008/2015-GLDPP.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	3. Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ⁽⁴⁾
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	4. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	5. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	6. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹¹⁾	7. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	3. Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	4. Senador Hélio José (PSD-DF)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽³⁾	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁷⁾	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(14,15)	1. VAGO ⁽¹³⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ^(12,13)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
Senador Romário (PSB-RJ)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

** . Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).

4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).

5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).

6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).

7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).

10. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).

11. Em 23.09.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. 117/2015-GLDBAG).

12. Em 23.09.2015, vago em virtude de o Senador Wilder Moraes ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 117/2015-GLDBAG).

13. Em 30.09.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 107/2015-GLDEM).

14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: cc@senado.leg.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Reguffe (PDT-DF)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁷⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	4. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁵⁾
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽³⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
	4. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) ⁽⁶⁾
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁸⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁴⁾
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	2. Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽¹¹⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Sousa e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).

10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1.
Senador Reguffe (PDT-DF)	2.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (1)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2.
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	3.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2.
VAGO (1)	3.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(1,5)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).

3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).

4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).

5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).

** Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1.

Notas:

1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).

*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽⁴⁾	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(8,10,14)
Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽⁸⁾	3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	5. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁴⁾	6.
Maioria (PMDB)	
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
Senador Hélio José (PSD-DF)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,12)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹²⁾	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹³⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(17,18)	1. VAGO ⁽¹⁶⁾
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹¹⁾	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽¹¹⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Romário (PSB-RJ)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)	2. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁵⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membros titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).
15. Em 01.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco União e Força (Of.64/2015-BLUFOR).
16. Em 1º.10.2015, vago em razão do Senador Davi Alcolumbre ter deixado de compor a comissão (Of. 106/2015-GLDEM).
17. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
18. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	1. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PSD-DF)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Sousa foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

**. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ^(3,14)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(10,11)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹²⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	5. Senador Hélio José (PSD-DF)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽²⁾	3. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)
Senador Magno Malta (PR-ES)	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
12. Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão (Of. 252/2015-GLPMDB).
13. Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
14. Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)	1. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	2. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ^(10,13)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ^(5,19)	6. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,8)	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁴⁾	5. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Hélio José (PSD-DF)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,9)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. VAGO ⁽¹⁸⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁷⁾	2. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ^(15,16)	4.
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹¹⁾	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2.
	3.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽³⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(1,12,14)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) ^(12,14)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).
14. Em 09.09.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Vicentinho Alves membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 67/2015-BLUFOR).
15. Em 17.09.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Bauer ter deixado de compor a Comissão (Of. 176/2015 - GLPSDB).
16. Em 22.09.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 177/2015-GLPSDB).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 108/2015-GLDEM).
19. Em 02.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 123/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PSD-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Moraes e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).

2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).

*. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Moraes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA) ⁽¹⁸⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁸⁾	4. VAGO ^(1,10)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	5. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ^(11,12)	2. Senador Hélio José (PSD-DF) ^(7,15)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁷⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(19,20)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(5,16)	2. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(6,13,17)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB).

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).
18. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa à suplência (Of. 110/2015-GLDBAG).
19. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
20. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	2. Senador Lasier Martins (PDT-RS)
Senador Zeze Perrella (PDT-MG)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)	4.
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	1. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4. Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ^(5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁴⁾	5. Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Wilder Moraes (PP-GO)
VAGO ^(3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS-MT)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE)
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).

7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	1. Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	4. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	3. VAGO ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁵⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) ⁽¹⁰⁾	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Camelli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015-GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDM).

10. Em 04.11.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, que deixa de compor a comissão (Of. 73/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	3. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(3,6,8,10)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(14,15)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS-MT) ^(7,9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(9,12)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

** Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

*** Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

**** Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB).

7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD).

10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).

11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).

12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Grazziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM).

13. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela (Of. 111/2015-GLDBAG).

14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2.
Senador Paulo Paim (PT-RS)	3.
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4.
	5.
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽¹⁾
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1.
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2.
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Fernando Collor (PTB-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)	2.

Notas:

*. Em 14.10.2015, os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Waldemir Moka e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga e Valdir Raupp, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CTG (Of. 243/2015-GLPMDB).

**. Em 14.10.2015, os Senadores Fernando Collor e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e o Senador Wellington Fagundes, como membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CTG (Of. 66/2015-BLUFOR).

***. Em 14.10.2015, os Senadores Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares, pelo Bloco da Oposição, para compor a CTG (Of. 165/2015-GLPSDB).

****. Em 14.10.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e o Senador Donizeti Nogueira, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CTG (Of. 125/2015-GLDBAG).

*****. Em 14.10.2015, os Senadores João Capiberibe e Lúcia Vânia foram designados membros titulares, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CTG (Of. 85/2015-BLSDEM).

1. Em 22.10.2015, foi designado o Senador Dário Berger como membro suplente pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 266/2015-GLPMDB).

2. Em 17.11.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Bauer e João Capiberibe, respectivamente, Presidente e Vice-presidente deste Colegiado (Of. 1/2015-CTG).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 14h:30 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: ctg@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. VAGO ⁽³⁾
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾	4.
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(4,5)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁵⁾
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽⁵⁾	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(6,7)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1.
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1.
	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
(/)	

Atualização: 02/12/2015

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.
2. Eleitos na 1ª reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.
3. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).
4. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.
5. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 01/12/2015.
6. O Senador Flexa Ribeiro comunica renúncia a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme ofício lido na sessão plenária de 1º.12.2015.
7. O Senador Dalirio Beber foi eleito para ocupar a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme Ofício nº 206/2015 GLPSDB, lido na sessão plenária de 1º.12.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013**7ª Designação:** 26/11/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Hélio José (DF)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 26/11/2015**Notas:**

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

1. Designada para ocupar o cargo de Presidente do Conselho pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)

MEMBROS**PTB**

Senador Fernando Collor (AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015**MEMBROS****PMDB**

Senador Eunício Oliveira (CE)

PT

Senador Delcídio do Amaral (MS)

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Acir Gurgacz (RO)

PR

Senador Blairo Maggi (MT)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senador Ciro Nogueira (PI)

PTB

Senador Douglas Cintra (PE)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/10/2015**Notas:**

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Flexa Ribeiro (PA)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

VAGO ⁽²⁾

PP

Senador Gladson Cameli (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (AL)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

REDE

Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

2. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303.5258

Fax: 3303.5260

E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romário (PSB-RJ) ⁽²⁾**1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Lindbergh Farias (RJ)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PSOL
Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

Atualização: 07/07/2015**Notas:**

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PR
Senador Vicentinho Alves (TO)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
VAGO ⁽²⁾
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015**Notas:**

*. Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

1. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

2. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)**1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁽¹⁾	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015**Notas:**

*. Designados conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015**Notas:**

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Reguffe (DF)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senador Wilder Moraes (PP-GO)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 03/11/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 28/10/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL

(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**

15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO

(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do

RISF):

16) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
Senador José Agripino (RN)
PCdoB
Senador Lasier Martins (PDT-RS) ⁽¹⁾
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PMDB
Senador Jader Barbalho (PA)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PR
Senador Blairo Maggi (MT)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PSB
Senador Roberto Rocha (MA)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PSD
Senador Omar Aziz (AM)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PT
Senador Jorge Viana (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
REDE
Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 04/08/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Jaime Martins (PSD-MG)

2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO)

3º VICE-PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

Rel. do Proj. de Lei de Diretrizes Orçamentárias: Deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE)

Relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

Relator da Receita: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Relator do Projeto de Plano Plurianual: Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Maioria (PMDB)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. Dário Berger - PMDB/SC ⁽⁴⁾
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PMB/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. Lúcia Vânia - PSB/GO ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Walter Pinheiro - PT/BA ⁽¹⁰⁾
Gleisi Hoffmann - PT/PR ⁽¹⁰⁾	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO ⁽⁸⁾
Davi Alcolumbre - DEM/AP ⁽⁸⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. Elmano Férrer - PTB/PI
PP	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PEN	
Edmar Arruda - PSC/PR	1. Danilo Forte - PSB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - SD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Maniçoba - PHS/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vitor Valim - PMDB/CE
Ricardo Teobaldo - PTB/PE	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Julio Lopes - PP/RJ ⁽²⁾
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. Pedro Fernandes - PTB/MA
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE
Nilton Tatto - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA
Paulo Pimenta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA
Hugo Leal - PROS/RJ	4. José Aírton Cirilo - PT/CE
Wadson Ribeiro - PCdoB/MG	5. Leo de Brito - PT/AC
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP
Zé Geraldo - PT/PA	7. Givaldo Carimbão - PROS/AL ⁽¹¹⁾
Zeca Dirceu - PT/PR	8. Leonardo Monteiro - PT/MG ^(6,7)
Jaime Martins - PSD/MG	9. VAGO ⁽¹⁾
José Nunes - PSD/BA ⁽⁹⁾	10. Átila Lins - PSD/AM
PSDB, PSB	
Caio Narcio - PSDB/MG	1. César Messias - PSB/AC
Giuseppe Vecchi - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. Evair de Melo - PV/ES ⁽³⁾
Hissa Abrahão - PPS/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG
João Fernando Coutinho - PSB/PE	5. Izalci - PSDB/DF
Samuel Moreira - PSDB/SP	6. Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE
PDT	
Flávia Moraes - GO	1. Pompeo de Mattos - RS
PSOL	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - S/Partido/RJ

Notas:

1. Tornada sem efeito a indicação do Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), em 7/5/2015, conforme Ofício nº 302, de 2015, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.
2. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em substituição ao Deputado Sandes Júnior, em 22-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 273, de 2015, da Liderança do PP.
3. Designado, como membro suplente, o Deputado Evair de Melo, em substituição ao Deputado William Woo, em 25-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 136, de 2015, da Liderança do PPS/PV.
4. Designado, como membro suplente, o Senador Dário Berger, em vaga existente, em 27-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
5. Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em vaga existente, em 1-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 169, de 2015, da Liderança do Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

6. O Deputado Weliton Prado deixou de fazer parte da CMO, conforme Ofício nº 435/2015, da Liderança do PT.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Leonardo Monteiro - PT/MG, em vaga existente, em 09-07-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 451, de 2015, da Liderança PT.
8. Designado o Senador Davi Alcolumbre, que deixa a vaga de suplente, como membro titular, em substituição ao Senador Wilder Moraes, em 30-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 110, de 2015, da Liderança do DEM.
9. Designado, como membro titular, o Deputado José Nunes (BA), em substituição ao Deputado Walter Ihoshi, em 28-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 598, de 2015, da Liderança do PSD.
10. Designada, como membro titular, a Senadora Gleisi Hoffmann, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, e, como membro suplente, o Senador Walter Pinheiro, em substituição ao Senador Lindbergh Farias, em 10-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 134, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
11. Designado, como membro suplente, o Deputado Givaldo Carimbão, em substituição ao Deputado Valtenir Pereira, em 30-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 312, de 2015, da Liderança do PROS.

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo

Telefone(s): (61) 3216-6892

E-mail: cmo.decom@camara.leg.br

Local: Câmara dos Deputados, Plenário 2

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I. Transporte	Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
II. Saúde	Deputado João Arruda (PMDB-PR)
III. Educação e Cultura	Deputado Wellington Roberto (PR-PB)
IV. Integração Nacional	Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
V. Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário	Deputado Carlos Henrique Gaguim (PMDB-TO)
VI. Desenvolvimento Urbano	Deputado Caio Narcio (PSDB-MG)
VII. Turismo	Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
VIII. Ciência e Tecnologia e Comunicações	Deputado Wadson Ribeiro (PCdoB-MG)
IX. Minas e Energia	Deputado Edmar Arruda (PSC-PR)
X. Esporte	Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
XI. Meio Ambiente	Deputada Flávia Moraes (PDT-GO)
XII. Fazenda e Planejamento	Deputado Hugo Leal (PROS-RJ)
XIII. Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas	Senador Hélio José (PMB-DF)
XIV. Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado João Fernando Coutinho (PSB-PE)
XV. Defesa e Justiça	Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
XVI. Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores	Deputado Danilo Forte (PSB-CE)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

COORDENADOR: Deputado Genecias Noronha (SD-CE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Vitor Valim (PMDB)
PR	Deputada Gorete Pereira (PR)
PSD	Deputado Átila Lins (PSD)
PTB	Deputado Nilton Capixaba (PTB)
PSB	Deputado Gonzaga Patriota (PSB)
PP	Deputado Cacá Leão (PP)
PT	Deputado Jorge Solla (PT)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI

COORDENADOR: Deputado Zé Geraldo (PT-PA)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PT	Senador Walter Pinheiro (PT / BA)
PSDB	Senador Paulo Bauer (PSDB / SC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Mauro Lopes (PMDB)
PR	Deputado José Rocha (PR)
PP	Deputado Ricardo Barros (PP)
PT	Deputado Zé Geraldo (PT)
DEM	Deputado Elmar Nascimento (DEM)
PHS	Deputado Marcelo Aro (PHS)
PRB	Deputado César Halum (PRB)
PROS	Deputado Hugo Leal (PROS)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

COORDENADOR: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PDT	Senador Acir Gurgacz (PDT / RO)
PSC	Senador Eduardo Amorim (PSC / SE)
PP	Senador Benedito de Lira (PP / AL)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Hildo Rocha (PMDB)
PT	Deputado Nílto Tatto (PT)
PSB	Deputado Leopoldo Meyer (PSB)
PSDB	Deputado Giuseppe Vecchi (PSDB)
PV	Deputado Evair de Melo (PV)
PCdoB	Deputado Orlando Silva (PCdoB)
PSD	Deputado Jaime Martins (PSD)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I - Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

COORDENADOR: Deputado Izalci (PSDB-DF)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PDT	Senador Acir Gurgacz (PDT / RO)
PSD	Senador Hélio José (PMB / DF)
DEM	VAGO

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Washington Reis (PMDB)
PMDB	Deputado Lelo Coimbra (PMDB)
PTB	Deputado Luiz Carlos Busato (PTB)
PTB	Deputado Pedro Fernandes (PTB)
PT	Deputado Leo de Brito (PT)
PSDB	Deputado Izalci (PSDB)
DEM	Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM)

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sarney Filho (PV-MA)

RELATOR: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Designação: 19/03/2015

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Maioria (PMDB)	
Otto Alencar - PSD/BA (4,16)	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
Roberto Rocha - PSB/MA (9)	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Jorge Viana - PT/AC (2)	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO (2)	2. VAGO
Cristovam Buarque - PDT/DF (2)	3. Ivo Cassol - PP/RO (2)
Gladson Cameli - PP/AC (2)	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves (5)	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO (5)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PEN	
Eros Biondini - PTB/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO
Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15)	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. Julio Lopes - PP/RJ (12,14,18)
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13)
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - PT/RJ
Leônidas Cristino - PROS/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. Ivan Valente - PSOL/SP (11)
Leonardo Monteiro - PT/MG (10)	4. João Paulo Papa - PSDB/SP (17)
PSDB, PSB	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT (1)	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.

2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.

4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria.

5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.

6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.

9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Liderança do Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).

10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.

11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.

12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.

13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.

14. Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC.

15. Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

16. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em vaga existente, em 18-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 217, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

17. Designado, como membro suplente, o Deputado João Paulo Papa, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 394, de 2015, da Liderança do PR.

18. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em vaga existente, em 16-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 435, de 2015, da Liderança do PP.

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum
Telefone(s): (61) 3303-3534
E-mail: cocm@senado.gov.br

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder da Maioria Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) ⁽⁶⁾	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) ⁽²⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁽⁷⁾
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) ⁽¹⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) ⁽⁴⁾
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) ⁽³⁾	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
2. Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
3. Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
4. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
5. Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Leonardo Picciani, em 11-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1128, de 2015, da Liderança do BLOCO PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
7. Designado, como membro titular, o Senador Cristovam Buarque, em vaga existente, em 8-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 201, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva

Telefone(s): 61 3303-3502

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015

Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Maioria (PMDB)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - PMDB/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia - PSB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Wellington Fagundes - PR/MT ⁽¹⁹⁾	1. Eduardo Amorim - PSC/SE ⁽¹⁴⁾
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PEN	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
Laura Carneiro - PMDB/RJ (17,21)	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Araújo - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
VAGO	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG (7)
Tia Eron - PRB/BA (11)	8. Dâmina Pereira - PMN/MG (16)
Ezequiel Teixeira - SD/RJ (2)	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (3)	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR (7)	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI (8)	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO (12)	2. VAGO (12)
Erika Kokay - PT/DF (4)	3. Benedita da Silva - PT/RJ (15)
Luizianne Lins - PT/CE (4)	4. Margarida Salomão - PT/MG (15)
Moema Gramacho - PT/BA (4)	5. Maria do Rosário - PT/RS (15)
Rogério Rosso - PSD/DF (5)	6. Beto Salame - PROS/PA
Alice Portugal - PCdoB/BA (6)	7. VAGO
Givaldo Carimbão - PROS/AL	8. VAGO
PSDB, PSB	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Eliziane Gama - PPS/MA (18)
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO (13)	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO (10)	6. VAGO
PDT	
Flávia Moraes - GO (9)	1. Rosângela Curado - MA (20)
PSOL (1)	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luizianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Moraes, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).
18. Designada, como membro suplente, a Deputada Eliziane Gama, em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, em 20-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 209, de 2015, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro titular, o Senador Wellington Fagundes, em substituição ao Senador Magno Malta, em 26-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 61, de 2015, da Liderança do Bloco União e Força.
20. Designada, como membro suplente, a Deputada Rosângela Curado, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 332, de 2015, da Liderança do PDT.
21. Designada, como membro titular, a Deputada Laura Carneiro, em vaga existente, em 29-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1472, de 2015, da Liderança do PMDB/PEN.

Secretário: Gigliola Ansiliero

Telefone(s): 61 3303-3504

E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS**ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal**

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)
Deputado Sergio Souza (PMDB/PR)
Deputado Sergio Zveiter
Deputado Miro Teixeira (PROS/RJ)
Deputado Sandro Alex (PPS/PR)
Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
VAGO

SENADO FEDERAL
Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)
Senador Jorge Viana (PT/AC)
Senador Walter Pinheiro (PT/BA)
Senador Blairo Maggi (PR/MT)
VAGO

CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Edio Lopes (PMDB-RR)

2ª VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Designação: 07/04/2015

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO (2)
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ (2)	3. Gladson Cameli - PP/AC
Maioria (PMDB)	
VAGO (8)	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP (7)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PEN	
Arthur Oliveira Maia - SD/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Edmar Arruda - PSC/PR
Edio Lopes - PMDB/RR	5. Mainha - SD/PI ⁽¹⁴⁾
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Luiz Carlos Busato - PTB/RS	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC ⁽⁴⁾
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB ⁽¹⁰⁾
Mandetta - DEM/MS ⁽⁵⁾	11. VAGO
PSD	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. Pepe Vargas - PT/RS ^(3,13)
Danlei de Deus Hinterholz - RS	3. Hugo Leal - PROS/RJ
Domingos Neto - PROS/CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Ságuas Moraes - PT/MT ⁽¹¹⁾	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PB ⁽⁶⁾	6. Jaime Martins - MG ⁽⁶⁾
Luiz Cláudio - PR/RO	7. VAGO ⁽¹¹⁾
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do Pt - PT/MS ⁽⁹⁾
PSDB, PSB	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Moses Rodrigues - PPS/CE
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Heitor Schuch - PSB/RS ^(1,12)
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PSB/TO ⁽¹⁾
Rocha - PSDB/AC	4. VAGO
Jose Stédile - PSB/RS ⁽¹⁾	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI ⁽¹⁾	6. VAGO
PDT	
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - PSOL/RJ
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

- Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
- Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
- Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.

7. Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
8. Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
9. Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
10. Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.
11. Designado, como membro titular, o Deputado Ságuas Moraes, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, em 8-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 668, de 2015, da Liderança do PT.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Schuch, em substituição à Deputada Tereza Cristina, em 15-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 238, de 2015, da Liderança do PSB.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Pepe Vargas, em vaga existente, em 20-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 697, de 2015, da Liderança do PT.
14. Designado, como membro suplente, o Deputado Mainha, em substituição ao Deputado Elizeu Dionizio, em 24-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2015, da Liderança do Solidariedade.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional**Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN****COMPOSIÇÃO**

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)
2º Vice-Presidente Deputado Giacobbo (PR/PR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)
Líder da Maioria VAGO
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador José Maranhão (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

**Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

PRESIDENTE: Miguel Ângelo Cançado ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Ronaldo Lemos ⁽¹⁾

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

Eleição Geral: 08/07/2015

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTEs
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Marcelo Antônio Rech	Maria Célia Furtado ^(2,4)
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	Murillo de Aragão ⁽⁵⁾

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO ⁽³⁾	Aldo Rebelo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fernando César Mesquita	Davi Emerich

Atualização: 07/12/2015

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
2. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).
3. O Conselheiro Henrique Eduardo Alves renunciou à vaga de membro titular, representante da sociedade civil, nos termos da Carta s/n - HELA, datada de 1º.12.2015, lida na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
4. A Conselheira Maria Célia Furtado foi eleita em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossada na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
5. O Conselheiro Murillo de Aragão foi eleito em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossado na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211

